



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - PPGCom

THAIZE FERREIRA MACÊDO ROSA

**A COBERTURA DO BNDES NOS GOVERNOS FHC E LULA
AS RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO E
JORNALÍSTICO NA IMPRENSA BRASILEIRA**

Palmas/TO
2019

THAIZE FERREIRA MACÊDO ROSA

**A COBERTURA DO BNDES NOS GOVERNOS FHC E LULA
AS RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO E
JORNALÍSTICO NA IMPRENSA BRASILEIRA**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Sociedade.

Orientador: Dr. Antônio José Pedroso Neto

Palmas/TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R788c Rosa, Thaize Ferreira Macêdo.

A cobertura do BNDES nos governos FHC e Lula: as relações entre os campos do pensamento econômico e jornalístico na imprensa brasileira. / Thaize Ferreira Macêdo Rosa. – Palmas, TO, 2019.

262 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2019.

Orientador: Antônio José Pedroso Neto

1. Produção Simbólica. 2. Jornalismo Econômico. 3. BNDES. 4. Campo dos Economistas. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

THAIZE FERREIRA MACÊDO ROSA

“A cobertura do BNDES nos governos FHC e Lula: as relações entre os campos do pensamento econômico e jornalismo na imprensa brasileira”.

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 29/05/2019

Banca Examinadora:



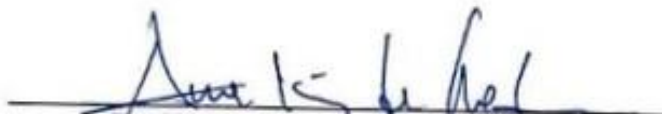
Prof. Dr. Antonio José Pedroso Neto
Universidade Federal do Tocantins
Orientador



Prof.ª Dra. Karina Gomes de Assis
Universidade Federal de São Carlos (webconferência)
Primeiro avaliador



Prof.ª Dra. Liana Vidigal Rocha
Universidade Federal do Tocantins
Segundo avaliador



Prof.ª Dra. Ana Lúcia de Medeiros
Universidade Federal do Tocantins
Terceiro avaliador

Ao Miguel.

Uma página arrancada
Um segredo mantido
Em passagens subterrâneas
Sob a praça da matriz
Uma stória mal contada
Uma mentira repetida
Até virar verdade
(Humberto Gessinger)

AGRADECIMENTOS

De forma especial, agradeço à minha família.

Aos meus pais, pelo permanente apoio em todas as áreas da minha vida.

Ao meu marido, pelo suporte, auxílio e paciência durante as fases mais difíceis deste trabalho.

À minha irmã Lálade Priscila, pelas palavras, força, ajudas das mais variadas formas, inclusive empréstimo de equipamento. Sem toda a sua generosidade, não seria possível estar aqui.

Ao meu irmão, que também me concedeu computador e com quem pude contar em momentos de necessidade.

Ao meu orientador, professor Pedroso, por ter se disposto a me guiar neste trabalho e por seu apoio, atenção e persistência na orientação.

Ao PPGCom, por todo o apoio e compreensão no período de consecução desta pesquisa.

Aos professores Célio Antônio Alcântara Silva e Liana Vidigal Rocha, que contribuíram com sugestões e considerações pertinentes a este trabalho na fase de qualificação.

Às professoras Ana Lúcia de Medeiros, Karina Gomes de Assis e, mais uma vez, Liana Vidigal Rocha, pela disponibilidade e dedicação à leitura e avaliação da dissertação, bem como pelas importantes contribuições para o aprimoramento do trabalho.

À UFT, universidade que me deu as oportunidades da minha vida: a graduação, o trabalho e, agora, a pós-graduação.

Ao meu filho, Miguel, razão das alegrias que me ajudaram a seguir.

Finalmente, a Deus. Incontáveis são os momentos e formas que o seu agir me trouxeram até aqui, além da vida em si.

RESUMO

O estudo buscou analisar as relações entre economia e mídia, de forma a demonstrar suas particularidades e afinidades através da análise sobre o tratamento da imprensa brasileira ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A pesquisa partiu dos seguintes pressupostos. O jornalismo, em especial o econômico, se constitui campo de produção simbólica marcado pelas relações de autonomia e heteronomia em relação a outros campos, especificamente o dos economistas. O BNDES é uma importante instituição de formação e atuação do campo dos economistas e teve suas funções alteradas nos governos dos ex-presidentes do Brasil Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), de forma a estar mais alinhado com o viés ortodoxo/liberal no primeiro e heterodoxo/(neo)desenvolvimentista no segundo. Assim, foi aplicada a análise de enquadramento nas matérias sobre o BNDES que constavam nas editoriais de dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo nos anos 1996 a 1998, para representar o período FHC, e 2007 a 2009, do governo Lula. A análise identificou que os enquadramentos acionados para tratar o BNDES no período foram alinhados com uma visão ortodoxa da economia, tanto quanto à incidência de *framings* especificamente ligados a um ou outro polo do campo do pensamento econômico, quanto à observação de enquadramentos imbuídos de cargas de julgamento negativo no período considerado (neo)desenvolvimentista do Banco. Essa afinidade revelou que campos do jornalismo econômico e dos economistas se relacionam de tal maneira a fazer com que princípios simbólicos e tomadas de posição do segundo se reproduzam no primeiro.

Palavras-chaves: Produção Simbólica. Jornalismo Econômico. BNDES. Campo dos Economistas. Enquadramentos.

ABSTRACT

This study sought to analyze the relations between economy and the media, in order to demonstrate their particularities and affinities through the analysis of the treatment of the Brazilian press to the National Bank for Economic and Social Development (BNDES). The following assumptions based the research. Journalism, especially the economic one, constitutes a field of symbolic production characterized by relations of autonomy and heteronomy towards to other fields, specifically that of economists. BNDES is an important institution for training and acting in the field of economists and has had its functions changed in the governments of the former presidents of Brazil Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), being more aligned with the orthodox/liberal bias in the first, and heterodox/(neo)developmentalist in the second. Thus, mediatic framing analysis was performed in the articles of the economics-oriented publications about the BNDES in the newspapers Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo, in the years of 1996 to 1998, representing the FHC period, and of 2007 to 2009, of the Lula government. The analysis identified that the framings applied to treat the BNDES in the period were aligned with an orthodox view of the economy, as far as the incidence of framings specifically linked to one or another pole of the field of economic thought, as far as the observation of frames imbued with negative judgment in the considered (neo) developmental period of the Bank. This affinity revealed that fields of economic journalism and economists are so closely related that symbolic principles and positions of the latter are reproduced in the former.

Keywords: Symbolic Production. Economic Journalism. BNDES. Field of Economists. Frames.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Desenvolvimentismo: núcleo comum principal	28
Figura 2 - Organograma da estrutura institucional adotada em 1995 para as privatizações	67
Figura 3 - O campo dos economistas nos anos 50-60 no Brasil: posicionamento e propriedades sociais dos grupos	121
Figura 5 - O Campo dos economistas no Brasil pós 64: posicionamento e propriedades sociais dos grupos.....	123
Figura 6 - Modelo de processo de pesquisas sobre enquadramento.....	158
Figura 7 - Desenvolvimento de uma análise	162
Figura 8 - Relação entre os enquadramentos midiáticos sobre o BNDES e o campo econômico	207
Gráfico 1 - Distribuição percentual dos empréstimos do BNDES de acordo com o porte da empresa (2002-2011).....	95
Gráfico 2 - A função estabilizadora do BNDES no mercado de crédito (2000-2008).....	97
Gráfico 3 - Enquadramentos Folha de São Paulo: período FHC.....	175
Gráfico 4 - Enquadramentos Folha de São Paulo: período Lula	177
Gráfico 5 - Enquadramentos O Estado de São Paulo: período FHC	180
Gráfico 6 - Enquadramentos O Estado de São Paulo: período Lula	182
Gráfico 7 - Enquadramentos O Globo: período FHC.....	186
Gráfico 8 - Enquadramentos O Globo: período Lula	188
Gráfico 9 - Enquadramentos mais frequentes comuns aos governos	193
Gráfico 10 - Enquadramentos mais frequentes diferentes entre os dois governos.....	194
Gráfico 11 - Enquadramentos menos frequentes por período	195
Gráfico 12 - Enquadramentos do BNDES por visões da economia	208
Quadro 1 - Fundos criados para a gestão do BNDE, 1964-1967	44
Quadro 2 - Programas de privatização governos Figueiredo e Sarney.....	56
Quadro 3 - Organização interna do BNDES para atuar como gestor da privatização.....	61
Quadro 4 - Perfis dos Presidentes do BNDES no governo FHC.....	74
Quadro 5 - Produtos do BNDES	86
Quadro 6 - Medidas institucionais para tornar o BNDES o “Banco do Desenvolvimento de Todos os Brasileiros”	91

Quadro 7 - Apoio do BNDES às exportações de serviços de engenharia (2003-2010)	100
Quadro 8 - Bloco no poder e BNDES	104
Quadro 9 - Grade de enquadramentos	166
Quadro 10 - Enquadramentos mais frequentes na Folha de São Paulo por governo	177
Quadro 11 - Enquadramentos mais frequentes O Estado de São Paulo por governo.....	183
Quadro 12 - Enquadramentos mais frequentes O Globo.....	188
Quadro 13 - Enquadramentos mais frequentes do governo FHC.....	189
Quadro 14 - Enquadramentos mais frequentes governo Lula	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fontes de recursos BNDE: 1952-55 e 1956-60 (valores em milhões de 2011 e percentagem)	34
Tabela 2 - Investimentos realizados pelo BNDE, segundo setores de atividade nos anos 1956-60	39
Tabela 3 - Aprovações do BNDE segundo ramos e gêneros de atividade 1952/55 e 1956/60	40
Tabela 4 - Aprovações BNDE segundo ramos e gêneros de atividade 1968/73 3 1974/79	48
Tabela 5 - Maiores empresas transnacionais brasileiras em 2010.....	98
Tabela 6 - Quantidade de matérias colhidas por jornal e por período.....	165
Tabela 7 - Enquadramentos do BNDES no Jornal Folha de São Paulo	173
Tabela 8 - Enquadramentos do Jornal Folha de São Paulo: Período FHC	174
Tabela 9 - Enquadramentos do BNDES: período Lula	176
Tabela 10 - Enquadramentos do BNDES no Jornal O Estado de São Paulo.....	178
Tabela 11 - Enquadramentos no jornal O Estado de São Paulo: período FHC	179
Tabela 12 - Enquadramentos O Estado de São Paulo: período Lula.....	181
Tabela 13 - Enquadramentos do BNDES no jornal O Globo.....	184
Tabela 14 - Enquadramentos O Globo: período FHC	185
Tabela 15 - Enquadramentos O Globo: período Lula.....	187
Tabela 16 - Enquadramentos do BNDES no período FHC	190
Tabela 17 - Enquadramentos do BNDES no período Lula	192
Tabela 18 - Enquadramentos sobre o BNDES	205
Tabela 19 - Enquadramentos do BNDES por governo.....	209

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	Agente do Governo
AGIR	Projeto Ação para Gestão Integrada de Recursos
AI	Atuante Internacionalmente
AMF	Agente do Mercado Financeiro
AS	Área de Desenvolvimento Regional e Social
BC	Banco Central
Bird	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BL	Banco Lucrativo
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	BNDES Participações
BNH	Banco Nacional da Habitação
BPFC	Banco Público no Fornecimento de Crédito
CDC	Código Brasileiro de Defesa do Consumidor
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CND	Conselho Nacional de Desestatizações
CR	Captador de Recursos
Embramec	Mecânica Brasileira S. A.
Epea	Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada
EPGE/FGV	Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV
ESI	Envolvido em Setor Irregular
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEA/USP	Faculdade de Economia da USP
FEPE	Formulador/Executor de Política Econonômica
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Presidente Fernando Henrique Cardoso
FI	Financiador de Investimentos
Fibase	Financiamento e Participação
Finame	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
Finep	Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas
Finsocial	Fundo de Investimento Social
Fipeme	Programa de Financiamento às Pequena e Média Empresas
FND	Fundo Nacional de Desestatização
FP	Fomentador da Privatização
FRE	Fundo de Reaparelhamento Econômico
FS	Financiador Social e de Micro, Pequenas e Médias Empresas
FSP	Folha de São Paulo
Funtec	Fundo de Desenvolvimento Técnico-científico
Funar	Fundo Agroindustrial de Reconversão
Fundepro	Fundo de Desenvolvimento da Produtividade
Ibrasa	Investimentos Brasileiros S. A.
Ibre/FGV	Instituto Brasileiro de Economia da FGV
IIRSA	Infraestrutura Regional Sul-Americana
INM	Instituição que Necessita de Melhorias

Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
I PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
JK	Presidente Juscelino Kubitschek
LC	Locus de Conhecimento
MECA	Mitigador de Efeitos do Câmbio Abertura
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NLF	Não Lucrativo Financeiramente
OESP	O Estado de São Paulo
OG	O Globo
OP	Órgão de Poder
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAI	Programa Amazônia Integrada
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio Público dos Servidores
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PBF	Programa Bolsa Família
PE	Participante de Empresa
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PMTA	Projeto de Modernização das Administrações Tributárias Municipais
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNC	Programa Nordeste Competitivo
PPP	Parcerias Público-Privadas
Proemprego	Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida
PSI	Programa de Sustentação do Investimento
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
TAE	Termômetro da Atividade Econômica
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Problema de pesquisa	18
1.1.1	Hipótese	19
1.1.2	Justificativa	19
1.1	Objetivos.....	20
1.1.3	Objetivo Geral	20
1.1.4	Objetivos Específicos	21
1.2	Estrutura da Dissertação	21
2	O BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES.....	24
2.1	Aspectos teóricos sobre bancos de desenvolvimento	24
2.2	Origem, contexto e ideário do BNDES nas décadas de 50 a 80	30
2.3	Contexto, ideário e atuação do BNDES no governo FHC.....	58
2.4	Contexto, ideário e atuação do BNDES no governo Lula	81
2.5	Considerações sobre o contexto simbólico da atuação do BNDES nos governos FHC e Lula	102
3	O JORNALISMO ECONÔMICO BRASILEIRO	109
3.1	Jornalismo de economia e processo de redemocratização do Brasil.....	109
3.2	Jornalismo econômico no período democrático – pacotes econômicos, financeirização da cobertura econômica e relação entre jornalistas e economistas.....	113
3.3	O jornalismo econômico e o campo dos economistas no Brasil.....	118
3.4	Jornalismo econômico e BNDES	126
4	JORNALISMO: CAMPO DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA.....	128
4.1	Sociologia da produção de notícias	130
4.2	Produção simbólica.....	132
4.3	Campo do jornalismo	138
4.3.1	Conteúdo jornalístico como bem simbólico	142
4.3.2	O paradigma da objetividade	145
5	METODOLOGIA.....	153

5.1	Enquadramentos midiáticos: conceito e método de pesquisa.....	153
5.2	Procedimentos metodológicos.....	161
6	ENQUADRAMENTOS MIDIÁTICOS SOBRE O BNDES E AS RELAÇÕES ENTRE CAMPOS NOS GOVERNOS FHC E LULA.....	172
6.1	Categorias de enquadramento do BNDES nos governos FHC e Lula.....	172
6.1.1	Folha de S. Paulo	172
6.1.2	O Estado de São Paulo.....	178
6.1.3	O Globo	183
6.2	Enquadramentos do jornalismo econômico sobre o BNDES	189
6.3	Considerações sobre enquadramentos midiáticos e literatura acadêmica respectivos ao BNDES nos governos FHC e Lula.....	195
6.4	Enquadramentos midiáticos sobre o BNDES e o contexto das lutas simbólicas.	204
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
	REFERÊNCIAS	218
	APÊNDICE A – RELAÇÃO DE MATÉRIAS ANALISADAS	224

1 INTRODUÇÃO

A produção jornalística, desde sua origem até a atualidade, por diversas etapas que tornam o seu produto – a cobertura informativa e/ou opinativa de fatos – se diz orientada pelos valores máximos da objetividade, imparcialidade e neutralidade (MIGUEL; BIROLI, 2010). No entanto, vários estudos indicam que diversos são os fatores que influenciam no modo de fazer do jornalismo e que, do ponto de vista sociológico, os textos jornalísticos não podem ser vistos de forma separada do sistema social no qual está inserido.

Nesse sentido, o jornalismo pode ser considerado um campo de produção de “bens simbólicos” em que vários agentes de produção, a partir de seus produtos, realizam “tomadas de posição” e, sobretudo, se encontram em constante “luta simbólica” (BOURDIEU, 2010). Nesta linha de pensamento, apesar dos valores-guia citados anteriormente ainda estarem presentes nos estudos e na atuação profissional, numerosas são as análises que apontam a impossibilidade da existência da chamada informação desinteressada e que a produção jornalística não ignora o sistema e os agentes envolvidos no processo (MARCUSCHI, 1991; FARACO; TEZZA, 2003; MACHADO, 2000). Parte-se, neste sentido, para analisar a forma como o conteúdo da imprensa reflete e trabalha a sua “matriz ideológica” no processamento dos fatos que geram notícias (HACKETT, 1999). É neste contexto de influências sociais que também o jornalismo político e econômico se inserem.

Entende-se, portanto, que o jornalismo seleciona e trata os fatos e acontecimentos de acordo com um aparato cognitivo existente (TUCHMAN, 1978; GITLIN, 1980). Neste quadro, o enfoque lançado sobre assuntos, conflitos e temas depende de um cenário externo que produz marcas e é marcado pelo jornalismo, enquanto construtor de uma realidade social (BIROLI, 2003). Quanto à relação com outros campos, considera-se, desse modo, que mídia, economia e política são campos com intersecções que merecem ser investigadas.

Nessa perspectiva, o campo dos economistas brasileiros é marcado por tomadas de posições que levam em consideração linhas de pensamento econômico. Estas linhas de pensamento estão presentes dentro dos governos e, como não poderia deixar de ser, também encontram espaço no BNDES. Como poderá ser percebido, a Instituição é *locus* de formação e de atuação dos profissionais do campo os economistas brasileiros, sendo também um espaço social de lutas do campo.

Do ponto de vista do campo econômico brasileiro, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se constitui como um importante agente e possui seus propósitos e atuação relacionados com as políticas econômicas e ideários dos

grupos que comandam o País. Considera-se, como denota Costa (2011), que esta instituição possui importância fundamental para se entender as estratégias e políticas de desenvolvimento do país (COSTA, 2011), bem como o arcabouço simbólico que se dá em torno das decisões governamentais.

A atuação do BNDES, fortemente relacionada com o contexto econômico e simbólico dos governos e da sociedade, apresentou pontos de mudanças em sua trajetória, o que indiscutivelmente ocorreu nas décadas de 1990 e 2000, especialmente nos governos FHC e Lula, como poderá ser visto. Estas alterações também demonstraram a existência de diferentes linhas de pensamento econômico dentro da própria instituição, que por vezes se adaptou, por vezes agendou as políticas de desenvolvimento do país, dependendo do grau de autonomia que o Banco possuía em cada governo.

Dentro desse contexto, esta pesquisa analisa como a mídia econômica brasileira tratou os assuntos relacionados ao BNDES em dois momentos históricos distintos quanto à sua estratégia econômica: os governos dos ex-presidentes da República Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010). É possível denotar que o BNDES teve linhas de atuação diferentes nestes dois governos, sendo que mais voltado para as privatizações e políticas de estabilização econômica no período FHC, assim demonstrando mais alinhamento com uma visão ortodoxa da economia; e, por outro lado, mais centrado em desenvolvimento de políticas industriais no período Lula, caracterizando uma inflexão ao lado mais heterodoxo no pensamento econômico.

1.1 Problema de pesquisa

Diversos estudos sobre o BNDES utilizam os produtos do campo jornalístico como fonte de dados sobre o BNDES, mencionando as ações e reações de jornalistas e jornais em relação atuação do Banco ou mesmo utilizando declarações de analistas econômicos e agentes da própria Instituição na mídia como dado a ser analisado (COSTA, 2006, 2011; HIRT, 2016; DINIZ, 2004; SALGADO, 2013). No entanto, estas pesquisas não buscaram investigar de forma mais aprofundada as tomadas de posições da mídia em relação ao BNDES, bem como as relações que podem existir entre a luta simbólica travada dentro do Banco e os enquadramentos que a mídia recorre para tratar dos temas relacionados à Instituição.

O BNDES se constitui, conforme Loureiro (1997), espaço de formação e atuação do campo dos economistas. Esse campo é marcado por lutas simbólicas em que, basicamente, duas linhas de pensamento econômico, uma ortodoxa/liberal e outra heterodoxa/desenvolvimentista,

disputam a hegemonia e o poder simbólico (LOUREIRO, 1997). Desde sua formação, o desempenho do Banco é marcado por este cenário de lutas simbólicas, que envolve os governos, a política e a economia brasileira.

Desse modo, busca-se responder às seguintes perguntas: como a mídia econômica brasileira tratou as mudanças de ações/políticas do BNDES no período democrático recente, especificamente durante os governos FHC e Lula? Quais enquadramentos tiveram predominância no campo do jornalismo econômico para expor e analisar a atuação e o contexto ideológico do Banco em cada um desses períodos políticos? E, por fim, esses enquadramentos sugerem alinhamento com que correntes do pensamento econômico brasileiro, que também marcam o espaço social de lutas dos economistas?

1.1.1 Hipótese

Trabalha-se com o pressuposto de que a mídia influenciou, participou repercutiu as mudanças ocorridas no BNDES, bem como as ações/políticas do Banco nos períodos dos governos de FHC e Lula. Esta relação se dá de modo a evidenciar ou consagrar no campo midiático as lutas simbólicas do campo dos economistas, através de enquadramentos utilizados para retratar a atuação de seus agentes, como o BNDES. Como hipótese, tem-se que a mídia, ao abordar a atuação do BNDES, o faz de acordo com as correntes de pensamento provenientes do campo dos economistas brasileiros e, por isso, utiliza enquadramentos que demonstram afinidade com a linha de pensamento econômico liberal/ortodoxa para se referir a atuação do agente de desenvolvimento que se constitui o BNDES.

1.1.2 Justificativa

As estratégias de ação econômicas utilizadas pelo BNDES, conforme tratado na literatura sobre o Banco, foram distintas de acordo com o momento histórico e político em que o país se encontrava. A forma com que a instituição financeira implementa ações econômicas refletem a maneira como o desenvolvimento econômico e social do país é encarado pelos governos. Neste contexto de diferentes ideologias econômicas, a mídia produz material no qual deixa marcado as matrizes ideológicas que acionou no momento de seleção e destaque de aspectos dos fatos econômicos e políticos.

O jornalismo contemporâneo, como entende Traquina (2003), possui os importantes papéis de informar, formar opiniões e fiscalizar. Neste sentido e a partir do cenário de importância política e econômica do BNDES, estudar o tratamento que a imprensa dá às suas formas de intervenção na economia brasileira torna-se necessário, sobretudo, pelo caráter que

de espaço público do jornalismo, em que a produção de sentido e o enquadramento dos temas e eventos sociais encontram suporte para discussão.

Sob a perspectiva acadêmica, o estudo contribui para a literatura sobre desenvolvimento, estratégias econômicas e a mídia brasileira. O estudo sobre a forma como uma das mais importantes instituições financeiras do país e sua conduta econômica são retratadas e interpretadas pela imprensa brasileira forneceu uma análise aprofundada sobre os enquadramentos pelos quais os jornais tratam a economia e a política do país. Esta pesquisa contribuiu, ainda, para a interdisciplinaridade dos estudos sobre o jornalismo, visto que busca fazer uma pesquisa sobre a imprensa de acordo com o viés sociológico. Teorias e métodos da sociologia, da história econômica e dos modos de produção do jornalismo deverão basear a pesquisa proposta.

Além disso, contribuiu para a literatura do jornalismo econômico brasileiro, uma área que, apesar de nobre, é pouco estudada. Ademais, o trabalho preenche uma lacuna quando se dedica a estudar as matérias a respeito do BNDES, visto que vários estudos sobre o Banco utilizam o conteúdo jornalístico como fonte de dados ou mesmo se debruçam sobre processos a respeito dos quais tratamos neste estudo, como privatizações e PAC, mas não foi encontrado estudo que busque analisar a cobertura jornalística a respeito da Instituição.

O estudo também se faz importante porque as perspectivas e o tratamento dado às notícias são os responsáveis pela maneira que o assunto chega à sociedade, cuja população busca na imprensa as informações e argumentos necessários para a tomada de decisões e o exercício da cidadania.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a cobertura política e econômica dispensada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, de forma a identificar as perspectivas de enquadramento utilizadas pelos jornais quanto às estratégias econômicas, atuação e contexto simbólico adotados pela instituição nos diferentes governos brasileiros.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Levantar bibliografia acadêmica sobre a atuação do BNDES nos diferentes momentos da política brasileira, a fim de gerar importante contraponto cognitivo para as matérias de jornais;
2. Explicitar a estrutura do campo dos economistas brasileiros com base na literatura existente;
3. Descrever como a atuação do BNDES, como banco de desenvolvimento, é classificada pelos economistas brasileiros;
4. Identificar e analisar os enquadramentos (*framings*) das matérias sobre o BNDES na editoria de economia de forma a identificar similaridades e contrastes entre os dois períodos estudados,
5. Evidenciar como o contexto de lutas simbólicas e as tomadas de posição agem na produção das notícias, tendo em consideração que o período analisado é caracterizado por diferenças na atuação do BNDES – mais voltado para políticas macroeconômicas e liberais no primeiro e enfatizando o incremento da produção nacional e políticas neodesenvolvimentistas no segundo.

1.2 Estrutura da Dissertação

O trabalho está organizado em 5 capítulos correlacionados, além de Introdução e Considerações Finais. O Capítulo 1, Introdução, apresentou por meio de tópicos a contextualização da proposta de trabalho e foram estabelecidos os objetivos da pesquisa. Da mesma forma, restou explicitados a hipótese que será trabalhada e os limites do estudo.

O Capítulo 2 apresenta o BNDES, explorando a gênese do Banco e as fases pelas quais passou até o ano de 2010. A intenção é denotar a importância da Instituição para o desenvolvimento econômico e social brasileiro desde o período militar e cartografar a presença das linhas de pensamento econômico que marcam o campo dos economistas brasileiros dentro dos governos estudados e, de forma mais específica, no interior da estrutura e atuação do BNDES. Neste capítulo, também são apresentados os conceitos de banco de desenvolvimento e o contexto de atuação do Banco nos governos FHC e Lula. Para isto, é realizada ampla revisão da literatura sobre o Banco – Fonseca (2015), Diniz (2004), Costa (2006; 2011), Hirt (2016), Klüger (2014; 2017), Bugiato (2016), Redivo (2012), Costa et al. (2011), Tavares et al. (2007), entre outros.

O capítulo 3 apresenta uma revisão da literatura sobre o jornalismo econômico brasileiro, em que se destaca a relação entre governo, políticas econômicas e economistas e a produção jornalística especializada em economia desde que o gênero ganhou importância nas páginas dos jornais brasileiros. Dessa forma, estudos de Abreu (2003), Biroli (2013), Kucinski (1998), Puliti (2009) e Lene (2009; 2013), dentre outros, embasam a revisão de literatura e os ensinamentos de Loureiro (1997; 2006), Klüger (2017) e Pedroso e Undurraga (2017) orientam o estudo da aproximação do campo dos economistas com o campo jornalístico.

O Capítulo 4 apresenta a fundamentação teórica do trabalho proposto. Serão explanados os conceitos de campo, bens simbólicos e campo jornalístico, por meio de levantamento bibliográfico. Estes conceitos são de importância fundamental para escolha do método de pesquisa e para a problematização da questão do BNDES como estrutura presente tanto no campo dos economistas brasileiros como no campo do jornalismo econômico. Assim, os estudos de Bourdieu (1997, 2007, 2009), os esclarecimentos de Marchetti (2016), Assis (2017), entre outros, compõem parte da base teórica deste capítulo.

Ademais, este capítulo também traz a teorização da produção das notícias como bem simbólico marcado pelas estruturas dos campos com os quais se envolve, bem como pela organização do trabalho jornalístico, não sendo isento de julgamentos e pressões. Nesse sentido, são trazidos estudos de Morlotch e Lester (1999), Breed (1987), Tuchman (1999, 2002), Schudson (1981, 1989) e Hackett (1999), dentre outros.

O Capítulo 5 trata dos procedimentos metodológicos que serão utilizados para o alcance das metas propostas, de forma a explicar o conceito com que os métodos da pesquisa trabalharão, qual seja o de *framing*. Para isso, recorre-se a Etnam (1993), Gamson e Modigliani (1989), Scheufele (1999), Porto (2004) e Mendonça e Simões (2012), entre outros. O fito é demonstrar a adequação do conceito e da metodologia de sua análise ao embasamento teórico e aos objetivos do estudo proposto. Além disso, o capítulo delimita a amostra que foi analisada para a elaboração do estudo, apresentando sua justificativa, e expõe o trajeto metodológico que o estudo seguiu em sua fase empírica.

O Capítulo 6 apresenta os resultados obtidos com a análise de enquadramento aplicada no corpus de pesquisa e a discussão a partir da fundamentação teórica. São descritos os resultados quantitativos em cada um dos três jornais analisados e, também, considerando-se o resultado somado. O capítulo segue e apresenta uma conversa entre os dados obtidos e a revisão de literatura sobre o BNDES no período. Por fim, a seção apresenta a discussão dos

enquadramentos sobre o Banco a partir da fundamentação bibliográfica afim de se responder aos questionamentos da pesquisa.

O último capítulo, o 7, traz as considerações finais do trabalho, apresentando um esquema de como os resultados foram obtidos, a descrição dos dados e a conclusão a que o trabalho chegou. Além disso, são apresentados pontos em que o trabalho encontrou obstáculos, as contribuições do trabalho e propostas de pesquisas futuras.

2 O BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

O BNDES é, nos dizeres de Glória Maria Moraes da Costa et. al. (2016), “o banco dos brasileiros” (p. 6). Criado num contexto de industrialização da economia brasileira, em 1952, a instituição sempre teve seu papel ligado à política econômica dos governos e teve momentos de protagonismo na condução do desenvolvimento brasileiro. Sendo assim, é possível dizer que, dentro do campo econômico, como banco público responsável por parte dos investimentos do governo federal, o Banco é um importante agente que possui suas ações ligadas aos conflitos e disputas que ocorrem no interior do Estado e do campo dos economistas.

Atualmente, o BNDES é uma empresa pública totalmente pertencente à União subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Couto e Trintim (2012) atribuem à instituição o papel de principal exemplo de banco público e de desenvolvimento brasileiro, cujo objetivo é promover financiamentos de longo prazo de projetos de investimentos da economia brasileira. Neste sentido, cabe aqui apresentar os conceitos e definições de desenvolvimento econômico e bancos de desenvolvimento, a fim de entender a gama de interpretações a que as ações do banco estão sujeitas.

2.1 Aspectos teóricos sobre bancos de desenvolvimento

Sobre os bancos de desenvolvimento, Redivo (2012) traz o conceito de instituição capaz de suprir linhas falhas de financiamento de longo prazo num contexto de investimentos na produção e acumulação de capital. Quando se tratam de instituições estatais, os bancos de desenvolvimento fazem emergir as discussões em torno do caráter ideológico sobre o envolvimento do Estado no processo e dinâmica capitalista, pois este tipo de banco é capaz de influenciar a ação econômica capitalista estruturando meios ditos adequados de financiamento (REDIVO, 2012).

Independentemente da origem de recursos e se estes encontram-se na alçada pública ou privada, as Nações Unidas (2005), conforme exposto por Araújo (2007), consideram como bancos de desenvolvimento instituições que possuem três funções: a função histórica de desenvolvimento econômico, objetivos sociais e integração regional. Neste sentido, Araújo (2007), apresenta um quadro teórico e conceitual sobre os bancos de desenvolvimento, no qual se podem vislumbrar algumas abordagens sobre a adequação desse tipo de instituição à economia mundial.

Conforme uma “visão convencional”, baseada numa abordagem neoclássica e assim chamada por Araújo (2007), as instituições financeiras de desenvolvimento surgiriam de um cenário de mercados completos que funcionam sob concorrência perfeita, em que os agentes financeiros privados ampliam sua gama de atuação alocando recursos de poupanças em investimentos. As instituições financeiras, nesse caso, possuem um papel neutro ou passivo e “apenas transferem as poupanças dos poupadores para os investidores” (ARAÚJO, 2007, p. 22). O referido autor ainda destaca outra abordagem, que pode ser considerada também subproduto da visão neoclássica, mas considerada alternativa, que é a das “falhas de mercado”, em que estas impedem que o sistema econômico alcance os resultados almejados e a intervenção governamental pode ser justificada em caso de mercados “incompletos” como os dos países em desenvolvimento. Os bancos de desenvolvimento seria uma das formas pelas quais a intervenção governamental se daria em setores não atrativos ao setor privado, podendo contribuir, ainda, para a geração de crédito em períodos de recessão (função chamada de anticíclica).

Já a abordagem pós-keynesiana trata da necessidade de existência de bancos de desenvolvimento a partir de outra base, que prevê que a carência de investimento não se dá por falta de poupança em mercados incompletos, mas que o investimento é a causa da poupança, e não o contrário (ARAÚJO, 2007). Conforme este pensamento, em casos de investimentos de longo prazo, o investidor precisa de mecanismos de consolidação financeira – mecanismos de *funding* – para conseguir adequar-se ao prazo de maturação do investimento e, finalmente, responder ao “emprestador”. Desta forma, Araújo (2007) explica que as políticas econômicas de desenvolvimento devem buscar prover meios de *funding* e o aumento de juros, que seria benéfico à poupança, é indesejável por causar retração dos investimentos. O autor destaca que nesse tipo de abordagem não há preferência aos bancos de desenvolvimentos frente a outras formas de intervenção na oferta de financiamentos a investimentos de longo prazo.

Uma última abordagem apontada por Araújo (2007), em que os bancos de desenvolvimento possuem papel primordial e sobre a qual se deterá de forma mais aprofundada, visto sua importância na América Latina, é a chamada desenvolvimentista. Este viés de pensamento econômico possui forte impacto sobre o caso brasileiro por ter sido consubstanciado nos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) que, como veremos a seguir, também deixou legado na política econômica brasileira e no BNDES. De acordo com o desenvolvimentismo, o chamado neoliberalismo, baseado na teoria neoclássica do equilíbrio autônomo dos mercados, não pode ser aplicado para entender o caso

de países subdesenvolvidos e novas teorias seriam necessárias para explicar realidades diferentes (ARAÚJO, 2007; HIRT, 2016).

Este “vazio teórico” (HIRT, 2016) preenchido pela Cepal buscou formular reflexões sobre o subdesenvolvimento a partir da própria ótica dos países periféricos. De acordo com a Comissão, o crescimento econômico das economias periféricas não poderia se sujeitar ao pensamento do livre-comércio devido sua inserção no mercado internacional, que é predominantemente primário-exportadoras, além do ritmo lento de incorporação de tecnologia e do aumento de produtividade por parte dos países subdesenvolvidos em relação às economias centrais (ARAÚJO, 2007). Para este tipo de abordagem, a industrialização é a forma de superar o subdesenvolvimento, pois permite maior diversificação da produção e rompe com o modelo exportador de bens primários. O investimento em industrialização, para o desenvolvimentismo, conforme explica Araújo (2007), no entanto, não viria de forma espontânea de agentes do mercado financeiro, mas necessitava da intervenção estatal.

Nesse sentido, Fonseca (2015), postula a seguinte formulação sobre o desenvolvimentismo:

[...] entende-se por *desenvolvimentismo* a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (p. 40, grifo do autor).

O autor acima referenciado ressalta os termos utilizados nessa definição, em que *política econômica* se refere à ação do Estado como central na abordagem desenvolvimentista, pois este seria incumbido de formular e implementar a política econômica. Ainda conforme o autor, quando se fala em *formulada e/ou executada*, o autor se refere ao caráter estratégico e de projeto e *deliberada* relaciona-se com a necessidade de intencionalidade e confere a economia o papel de subordinação à política. Fonseca (2015) destaca que mais uma vez o papel do Estado é acentuado para o desenvolvimentismo através do termo *governos*, que são os agentes formuladores e executores do projeto nacional, subtendendo-se, ainda, que a gerência da economia depende de correlação entre forças políticas.

Neste seguimento, o *crescimento da produção e da produtividade* se refere à maior produtividade como instrumento necessário para o projeto de desenvolvimento da nação. Neste sentido, a industrialização exerce papel fundamental e é chamada de variável-chave por Fonseca (2015), expressa na *liderança do setor industrial* nas economias, em que o setor primário pode exercer função, mas não a principal para que se possa acelerar a produtividade, difundir o progresso técnico e repercutir nos demais setores da economia. O uso do termo

transformar a sociedade é utilizado para remeter ao projeto de alterar o *status quo* de situação de subdesenvolvimento através de uma *práxis* que exige a ação consciente dos agentes sociais (FONSECA, 2015).

Continuando, Fonseca (2015) explica que os *fins desejáveis* se relacionam com o caráter ideológico do desenvolvimentismo incorporando ao conceito a busca de uma sociedade melhor. O autor considera que a expressão é necessária para destacar que os fins podem ser alterados de um governo para outro e que eles podem ser atualizados, aparecendo objetivos como cidadania, democracia e meio ambiente. É associado, então, a noção de uma ideologia que explicita e justifica os fins e valores (FONSECA, 2015).

Sobre a política econômica do desenvolvimentismo, Araújo (2007) destaca, ainda, seu caráter setorial, em que se busca desenvolver determinados setores considerados estratégicos. Neste sentido, além de medidas como proteção tarifária e taxa de câmbio favorável, o crédito subsidiado é uma das ações sugeridas por esse tipo de política. Em suma, Araújo (2007), descreve que “as políticas desenvolvimentistas surgem, então, como alternativa para os países periféricos, tendo como elemento principal a necessidade de intervenção estatal no processo econômico, no sentido de proporcionar a industrialização desses países” (p. 32).

Acerca especificamente da intervenção estatal na economia presente no desenvolvimentismo como parte de seu núcleo central, Hirt (2016) aponta a discussão que se dá em seu entorno como o “divisor de águas” (p. 71) entre as correntes do pensamento econômico no Brasil. Assim, os desenvolvimentistas, tanto do setor privado quanto os nacionalistas, e liberais defendiam, respectivamente, a intervenção estatal e o livre comércio como indutor do crescimento econômico.

Diante do exposto, cabe trazer o núcleo central do desenvolvimentismo de forma gráfica, conforme proposto por Fonseca (2015), que relaciona da seguinte maneira os três pontos centrais que compõem o *core* do conceito (p. 20):

Figura 1 - Desenvolvimentismo: núcleo comum principal



Fonte: Fonseca, 2015, p. 21.

Desta forma, o projeto nacional é relacionado a uma estratégia ou um projeto deliberado de desenvolvimento para a nação, que possui na industrialização o caminho para o crescimento econômico, mediante a intervenção consciente e determinada do Estado com objetivo de viabilizar o projeto. Este núcleo central tem como pressupostos a intencionalidade das ações e o capitalismo como modelo econômico (FONSECA, 2015).

Ainda sobre o quadro teórico sobre o desenvolvimentismo, o autor aponta outros atributos: a existência de uma burocracia ou grupo técnico para formular e/ou executar o projeto; planejamento econômico; redistribuição de renda; reforma agrária; e banco de desenvolvimento ou instituição de fomento. Essa conceituação sobre desenvolvimentismo é adequada para explicar a atuação do BNDES, pois, como será visto, as ações do Banco foram fortemente marcadas por esse tipo de política econômica em seu surgimento e, apesar de muitas vezes ter se distanciado dos preceitos da visão desenvolvimentista, o conceito ainda é considerado por muitos estudiosos como núcleo gerador de seus planos de financiamento.

A partir deste contexto de atuação econômica por parte do Estado, os bancos públicos de desenvolvimento foram criados, conforme Couto e Tritim (2012) para financiar projetos de investimentos em setores estratégicos porque os investidores privados podem não se interessar por suprir o desenvolvimento econômico via investimento de longo prazo ou porque o mercado de capitais não é desenvolvido o suficiente para satisfazer as necessidades das empresas. A expansão desse tipo de instituição se deu no pós-guerra na Europa, que buscava reconstruir seus países, e na Ásia e na América Latina, que buscavam o financiamento da industrialização tardia,

a partir de novas teorias do desenvolvimento econômico (REDIVO, 2012; COUTO; TRNTIM, 2012).

Neste sentido, Couto e Tritim (2012) elencam três motivos para a criação de bancos públicos de desenvolvimento como o BNDES: a) dificuldade do mercado financeiro em atender o financiamento do desenvolvimento por sua aversão ao risco requerido por esse tipo de investimento, geralmente medido em grandes cifras; b) necessidade de maior autonomia financeira para a execução de políticas de desenvolvimento dada pelo acesso a fontes mais diversificadas para captação de recursos; e c) poder dos bancos públicos para serem agentes anticíclicos no mercado de créditos compensando os desequilíbrios do sistema financeiro. Os autores destacam ainda o papel dos bancos de desenvolvimento em três objetivos: regulação econômica, política monetária e direcionamento de crédito.

Quanto às funções das instituições de financiamento de desenvolvimento, Redivo (2012) destaca as condições favoráveis para os investimentos criadas por elas nos países que não tinham complexo industrial estruturado no pós-guerra e, além desse, destaca outros papéis desempenhados pelos bancos de desenvolvimento: estabelecimentos de novos mercados para instrumentos financeiros, distribuição equilibrada de créditos para diferentes setores e função anticíclica em momentos de crise.

Quanto à estrutura de captação de recursos, os países adotaram diversas formas. Uma das fontes de recursos adotadas para financiar atividades dos bancos de desenvolvimento pelo Brasil é a “poupança compulsória”. Outras formas de captação incluem investimento direto do Tesouro Nacional e o próprio retorno de crédito fornecido. Diamond (1969) devem ter lucro, pois

i) algumas atividades não conseguem gerar os resultados esperados, portanto os empreendimentos superavitários podem cobrir perdas dos anteriores; ii) aumentam os recursos dos bancos, e assim elevam a capacidade de financiar outros empreendimentos; iii) torna a carteira de crédito do banco passível de ser negociada; iv) permite que a instituição capte fundos em mercados abertos de capital; v) um banco público com resultados negativos ou sem retorno sobre seu capital pode ser alvo de críticas políticas; e vi) estimula demais instituições financeiras na promoção do investimento de longo prazo, demonstrando que tal atividade pode ser rentável. (DIAMOND, 1969, *apud* REDIVO, 2012, p. 95).

Desta forma, apesar de não ser a essencialidade da instituição, os bancos de investimentos devem ser financeiramente saudáveis. O BNDES possui acesso limitado ao mercado financeiro e a poupança em geral, tendo como um dos principais fundos o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que o remunera com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) (REDIVO, 2012).

Este tipo de instituição possui, portanto, capacidade de estabelecimento de cadeias estruturais de desenvolvimento e devem ser parte de políticas de governos quanto ao crescimento econômico. Os bancos de desenvolvimento são, desta forma, utilizados conforme as preferências da política governamental de desenvolvimento e seu corpo técnico deve se atentar para a gestão dos fundos nos limites impostos pelos governos, mas possuindo, também autonomia para o julgamento de resultados e formulação de metas (REDIVO, 2012).

Neste sentido, o BNDES é uma das principais instituições de fomento à industrialização e ao desenvolvimento brasileiro e sua criação se constituiu num passo decisivo para construção do capitalismo do País (TAVARES et. al., 2010). Por estar intrinsecamente ligado ao Estado, estudar o BNDES permite compreender os conflitos e disputas de projetos e suas reordenações em seu seio (COSTA, 2006).

2.1 Origem, contexto e ideário do BNDES nas décadas de 50 a 80

O BNDE, ainda sem o S de “social”, que só adquiriria em 1982, foi criado pela lei nº 1628, de 20 de junho de 1952. Seu contexto de criação é tratado por diversos autores (TAVARES et. al., 2010; DINIZ, 2004; COSTA, 2011; HIRT, 2016; REDIVO, 2012; BUGIATO, 2016, entre diversos outros). É passivo na literatura que a instituição foi criada em um período de valorização da industrialização como forma de desenvolvimento econômico e com o fito de garantir as condições estruturais para o crescimento da produção interna. Faz necessário, dessa forma, tratar sobre a conjuntura política e econômica do Brasil à época da criação do Banco, bem como de suas primeiras décadas de desenvolvimento, para entender seus objetivos e diretrizes sob a gama de interpretações econômicas pelas quais a instituição é tangenciada.

Neste sentido, Tavares et. al. (2010) indica que o cenário político dos anos 40 foi marcado por parcerias com missões estadunidenses que buscavam fomentar o desenvolvimento econômico em países da América Latina, entre eles o Brasil. Os autores ressaltam que Martins (1976) apontou que a primeira menção à criação de um banco como resposta à conjuntura econômica de avanço da industrialização foi feita nas conclusões da Missão Cooke, em 1942. As missões norte-americanas que buscavam o desenvolvimento econômico brasileiro tinham como base as ideias de elevação do nível de vida no País e o crescimento do comércio exterior (TAVARES et. al., 2010).

Do lado brasileiro, o contexto da política econômica que sugeriu a criação de banco ou agência de desenvolvimento era marcado pelos objetivos do governo Vargas, quais sejam a substituição de importações, incentivos à tecnologia industrial e de transportes e financiamento

da industrialização com recursos internos. Diniz (2004) ressalta o papel da industrialização para o crescimento econômico do país no governo Vargas que, em épocas de Estado Novo, criou diversas estruturas estatais e paralelas para fomentar políticas industriais e tinha no financiamento um dos grandes gargalos para sua operacionalização. No entanto, a autora destaca que, no início da década de 40, foram assinados diversos acordos comerciais entre Brasil e Estados Unidos que reafirmavam o papel de exportar de matérias primas na economia mundial. Apesar disso, o projeto nacional esboçado com base na industrialização com postura e política nacionalista voltaria na década de 50 (DINIZ, 2004).

Apesar do cenário pós-Segunda Guerra parecer favorável aos países da América Latina e fazer crescer no Brasil uma espécie de “euforia liberal” no governo Dutra, com políticas liberais de comércio exterior e cambial, mais tarde, não se mostrariam grandes vantagens, provocando a desmontagem da ilusão liberal em 1947 com adoção de contingenciamento às importações e o fim do livre câmbio (DINIZ, 2004). Tavares et. al. (2010) também registram que, apesar do liberalismo ter sido fortemente abraçado em 1946, ocasião da posse de Dutra e agradando grupos nacionais influentes e empresas estrangeiras, a crise externa forçaria a intervenção do Estado com políticas de controle de comércio exterior.

Nessa época, mais uma experiência de diagnóstico trataria do desenvolvimento econômico brasileiro, a Missão Abbink-Bulhões, que, apesar de não ter elaborado projetos de investimentos, concebeu um relatório que tratava da participação do Estado e do capital estrangeiro em investimentos (DINIZ, 2004) e foi de importante contribuição de caráter de conhecimento da economia brasileira, mesmo não tendo compromisso em relação a aportes financeiros (TAVARES et. al., 2010). O relatório sinalizava, conforme Tavares et. al. (2010), uma política industrial para o setor privado e apresentou debates sobre políticas de contenção de crédito para combater a inflação.

Em um cenário desfavorável quanto à política externa voltada para América Latina, os Estados Unidos lançaram um programa de cooperação com os países do continente prevendo a formação de comissões e ajuda técnica e econômica para os países interessados. Esse foi o contexto de criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) em 1950 (TAVARES et al, 2010; KLÜGER, 2017). Tavares et. al. (2010) ressaltam ainda outros motivos para os Estados Unidos aceitarem a formação da comissão, proposta por embaixadores brasileiros em abril, mas só efetivamente estabelecida em dezembro de 1950: a necessidade de apoio político em decorrência da intervenção norte-americana na Guerra da Coreia e o desejo do governo dos EUA de influenciar decisões sobre a política de exploração de manganês brasileiro que se

inseririam na discussão da participação do capital externo nos setores estratégicos da economia brasileira.

A CMBEU tinha por objetivos, conforme aponta Diniz (2004), a elaboração de análise de projetos que buscavam financiamento, buscando superar os problemas econômicos que refreavam a industrialização. Desta forma, a Comissão seria responsável pela elaboração de um plano concreto de investimentos na economia brasileira (TAVARES et al, 2010). Esse plano concreto, apesar de não ser considerado amplo ou uma política de industrialização, tinha uma visão de planejamento setorial para se superar os desafios da economia brasileira com estímulo de investimento dos setores privados nacionais e estrangeiros (HIRT, 2016).

Sobre as correntes de pensamento dos membros da CMBEU, Tavares et al (2010) apontam que, do lado brasileiro, se encontravam pessoas ligadas aos setores públicos e privados da indústria e, do lado estadunidense, técnicos da área da indústria ligados ao Departamento de Estado e empresas norte-americanas. Hirt (2016) considera que os participantes brasileiros da CMBEU tinham o viés desenvolvimentista não nacionalista. A diretoria, no entanto, não era remunerada e possuía função de analisar projetos quanto à rentabilidade e cronograma de gastos, julgando-os como bem elaborados ou com necessidade de mais pesquisas e recomendando ou não o financiamento solicitado (LOPES, 1991). Foram aprovados pela Comissão 41 projetos, que envolviam o montante 392 milhões de dólares nas áreas, por ordem decrescente em investimento previsto, de transporte, energia, agricultura, indústrias básicas e armazenagem (TAVARES et al, 2010).

Apesar de não haver compromisso claro do montante de investimentos do lado estrangeiro, o governo brasileiro estava otimista quanto ao financiamento dos projetos com capital externo e propôs o Plano de Reabilitação Econômica e Reparcelamento Industrial, que previa um “empréstimo compulsório” consistente numa taxa adicional sobre o Imposto de Renda (TAVARES et al, 2010). O aparato legal do financiamento dos projetos foi formado pela criação do Fundo de Reparcelamento Econômico (FRE) pela lei nº 1.474/53 e a aprovação da lei nº 1.518/53 que autorizava a contratação e papel de avalista de empréstimos externos. Tavares et al (2010) asseveram ainda que, como parte do aparato institucional do Plano, o BNDE foi criado para ser a “instituição responsável pela gestão e aplicação dos recursos do fundo [FRE]” (TAVARES et al, 2010, p. 21). A criação do Banco foi apoiada por setores progressistas e conservadores do governo Vargas (TAVARES et al., 2010) e conjugava interesses de grupos técnicos cuja visão era baseada nos trabalhos da CMBEU com os da grande indústria, principalmente paulista (DINIZ, 2004).

Neste sentido, de acordo com Diniz (2004), o BNDE foi criado para garantir o cumprimento de metas estabelecidas pela CMBEU por parte do governo brasileiro. Já Costa (2011) afirma que o Banco nasceu como resultado da CMBEU e tinha como objetivo “possibilitar a criação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico do país [...] incumbido da função de realizar um programa de reaparelhamento e fomento das atividades de infraestrutura do país e de promover o desenvolvimento econômico” (p. 28). O Banco também tinha função de garantir a concessão de crédito no montante dos concedidos pelos empréstimos estrangeiros, funcionando, nos dizeres de Roberto Campos (2009), em entrevista aludida por Klüger (2017), um dos principais economistas do lado brasileiro da Comissão, como um “órgão de contrapartida, com características bancárias” e “instituição de análise de rentabilidade e viabilidade de projetos” (p. 132).

Sob jurisdição do Ministério da Fazenda, o BNDE foi criado como órgão autônomo, na forma de autarquia, responsável pela execução do Programa de Reaparelhamento Econômico como agente financeiro da União e, além do FRE, poderia contar com outras fontes de recursos a critério do Ministro da Fazenda (DINIZ, 2004). Neste contexto, Diniz (2004) aponta que as principais funções do BNDE eram a de elaborar projetos para obtenção de financiamentos e receber e administrar recursos provenientes do exterior e do FRE.

Em 1953, o BNDE relatou que o quadro técnico do Banco era composto por 150 servidores, entre os quais se encontravam advogados, economistas, engenheiros, assistentes técnicos e auxiliares administrativos (DINIZ, 2004). Sendo assim, conforme Diniz (2004), as diretrizes dos primeiros investimentos do BNDE seguiram as orientações da CMBEU e consistiam no reaparelhamento de ferrovias, criação de frigoríficos e matadouros, elevação do potencial elétrico e desenvolvimento da indústria de base e agricultura. Já Tavares et al (2010) apontam que os projetos aprovados pela CMBEU pouco foram aproveitados, apesar de sua diretriz de ação ter sido seguida, mas boa parte deles seria, na verdade, reavaliados e agregados aos diversos setores do Plano de Metas, em 1956.

Apesar da grande expectativa quanto aos recursos externos a ser administrados pelo BNDE, pouco se concretizou em função da redução a menos de um terço nos anos 1952-54 e suspensão entre 1954-58. Assim, os recursos internos foram responsáveis pelo financiamento das atividades da instituição nesse período. Isso também é o que se depreende da tabela 1, que apresenta as fontes de recursos do BNDE até o ano de 1960.

Tabela 1 - Fontes de recursos BNDE: 1952-55 e 1956-60 (valores em milhões de 2011 e percentagem)

Tabela 1 - Fonte de Recursos BNDES: 1952/1955 e 1956/1960 – Valores anuais médios, R\$ milhões de 2011 e %.

Fontes	1952/1955	%	1956/1960	%
1 Geração Interna	39,94	6,73	417,76	11,41
1.1 Retorno	9,16	1,54	71,93	1,96
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	30,78	5,19	325,26	8,88
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	-	-	-	-
1.4 Outros	-	-	20,58	0,56
2 Dotações e Empréstimos no País	507,74	85,54	1.116,33	30,48
2.1 Cias. de Seguro	63,58	10,71	73,38	2,00
2.2 Adicional Imposto de Renda	444,16	74,83	1.042,95	28,48
2.3 Funai	-	-	-	-
2.4 Dotação Orçamentária	-	-	-	-
2.5 Reserva Monetária	-	-	-	-
2.6 PIS/PASEP/FAT	-	-	-	-
2.7 Finsocial	-	-	-	-
2.8 Recursos Não-Operacionais	-	-	-	-
2.9 Outros	-	-	-	-
3 Vinculados	45,90	7,73	1.584,36	43,26
3.1 à FINAME	-	-	-	-
3.2 FMM	-	-	-	-
3.3 Outros	45,90	7,73	1.584,36	43,26
4 Recursos Externos	-	-	544,08	14,86
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	-	-	-	-
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financ.)	-	-	544,08	14,86
5 Outros	-	-	-	-
Total	593,58	100	3.662,52	100

Fonte: Adaptado de Prochnik (1995).

Fonte: Prochnik (1995) *apud* Redivo (2012), p. 107.

Diniz (2004) aponta alguns motivos citados na literatura econômica para a “fuga” do capital externo do Plano de Reaparelhamento Econômico, entre os quais está o próprio BNDES (2002) que justificou, inicialmente, a ausência desses recursos aos problemas políticos internacionais, quais sejam o maior interesse norte-americano na Europa e na Ásia e condicionantes impostas pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird ou Banco Mundial) e, posteriormente, ao rompimento das relações com este por conta da postura nacionalista de Vargas quanto à remessa de lucros. A autora relata que Tavares (1999) atribuiu a falta dos recursos externos aos interesses americanos que sempre indicaram mais propensos a outras economias do mundo. Já a explicação de Vianna (1987) trazida por Diniz (2004) é de que a interrupção do financiamento externo se deve exclusivamente às questões do mercado internacional e não tem relação com a postura do governo Vargas.

Neste ponto, Diniz (2004) discorda do autor e se refere ao fato de que as agências internacionais não queriam que seus empréstimos fossem usados em políticas nacionalistas de Vargas e traz Martins (1976) para dizer que a escolha do superintendente, detentor do real poder na instituição, Maciel Filho para o Banco foi um dos motivos para o não ingresso de capital externo. Apesar de não fazer essa atribuição, Tavares et al (2010) relatam que havia um ambiente de tensão entre Maciel Filho – que exercia, na prática, a administração do BNDE e

propôs projetos voltados para as periferias urbanas e outros setores não considerados prioritários pelos agentes envolvidos na criação do Banco – e o diretor Roberto Campos, que viria a pedir demissão por conta dos atritos com o superintendente.

O estudo de Tavares et al (2010) apresenta a política externa norte-americana voltada para países da Europa e Ásia e uma “virada nacionalista” do Governo Vargas, que tomou medidas com vistas a desestimular importações e remessas de lucros como justificativa para a fuga desse capital com que a criação do Banco contava. Os autores afirmam que, desde o início, o Banco Mundial nunca esteve de acordo com o Plano e que sempre exigiu estudos macroeconômicos, negando apoio a Vargas de forma deliberada. Mesmo durante o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK), o único projeto importante que contou com participação do Bird foi o da hidrelétrica de Furnas.

Tavares et al (2010) indicam que, até mesmo o adicional ao imposto de renda, maior constituinte da receita do Banco em seus primeiros anos de funcionamento, não eram totalmente repassados pelo Tesouro Nacional, sendo que entre 1952 e 1955, apenas 38,9% desse recurso foi efetivamente repassado do Ministério da Fazenda ao BNDE. Além do que, a inflação, com o atraso do repasse, também elevava os custos dos projetos (TAVARES et al, 2010). Diante da incapacidade financeira do Banco, sua função de gerir recursos do Plano de Reparcelamento Econômico não foi plenamente exercida.

Como viu-se, mesmo sem o financiamento externo, alguns projetos da CMBEU foram tocados. No entanto, na avaliação dos autores consultados, a relevância do BNDE em termos de investimento, nessa fase de implantação, é pouca. A literatura aponta que veio dessa carência de fontes de recursos, principalmente estrangeiros, a maior independência do Banco que passou a ter mais liberdade na elaboração de propostas e busca de técnicas para solução de problemas recorrendo a correntes de pensamento diferentes daquelas que caracterizaram sua criação (DINIZ, 2004).

Neste contexto, o Banco teve seu papel alterado em virtude da falta de recursos, passando a desenvolver estudos e diagnósticos do desenvolvimento econômico brasileiro, configurando-se como um “*locus* de estudo e planejamento” (COSTA, 2011, p. 15). Assim, Costa (2011) também salienta que o BNDES se firmou como um organismo relevante na elaboração de análises e diagnósticos de economia e exerceu papel de planejador e proponente de políticas econômicas. Desse modo, a literatura (LOUREIRO, 1997; KLÜGER, 2017; COSTA, 2011) destaca que a instituição passou a ser constituída como uma escola de técnicos e organismo fundamental de planejamento, também através das parcerias que buscou manter

para estudar o desenvolvimento econômico com organizações como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Cepal e o Conselho Nacional de Economia.

A parceria entre BNDE e Cepal pode ser vista, ainda, como exemplo de que o Banco não mais estava totalmente vinculado à visão de desenvolvimento pretendida e difundida pela CMBEU, o que foi causado por sua relativa independência quanto ao financiamento externo (DINIZ, 2004). Este período em que o exercício de análises econômicas foi forte no BNDES foi marcado, conforme assinala Diniz (2004), pela “clara, certa e intensa” relação entre o Banco e o pensamento desenvolvimentista cepalino. O chamado Grupo Misto BNDE-Cepal foi responsável por um relatório que definiu áreas prioritárias de investimentos e gargalos a serem enfrentados que seria utilizado pelo Plano de Metas no governo JK. Foi neste governo que apareceram os resultados dos estudos do Banco que participou ativamente da elaboração de um plano mais abrangente e notadamente ligado às ideias estruturalistas (DINIZ, 2004).

Neste sentido, também asseveram Tavares et al (2010), quanto ao papel do BNDE na formação de uma mentalidade desenvolvimentista:

O BNDE foi uma das instituições pioneiras no recrutamento, formação e capacitação de uma burocracia de Estado inovadora e comprometida com o processo de desenvolvimento e industrialização no Brasil. [...] [Vale] ressaltar um aspecto – entendido como fundamental –, que reside no papel que o Banco em particular exerceu na formação de uma mentalidade desenvolvimentista e no recrutamento de quadros treinados e a serem formados em técnicas de planejamento e análise de projetos. (TAVARES et al, 2010, p. 39).

Como vê-se, a literatura dá especial importância ao corpo técnico capacitado do Banco nesse período, responsável não só por analisar projetos, mas também por elaborar políticas e estratégias de desenvolvimento. Este corpo técnico, no entanto, tinha em seu interior disputas ideológicas quanto à estratégia de desenvolvimento que, seguiam, basicamente, duas linhas de pensamento quanto à participação de capital estrangeiro, aos quais os “cosmopolitas” são mais adeptos e os “nacionalistas” mais avessos (TAVARES et al, 2010). A coexistência meritocrática das duas tendências ideológicas é notada, de acordo por Tavares et al (2010), pelo fato de que representantes de ambas as linhas tem ocupado cargos de destaque no BNDE.

Sobre o capital estrangeiro, Diniz (2004) aponta não haver nos relatórios do Banco nenhuma restrição, mas reconhece que havia polêmica em relação ao tema. Nesse sentido, a criação do BNDE foi marcada por um grupo que tinha simpatia pela cooperação internacional, mas que, no entanto, o grupo misto Cepal-BNDE demonstrava aproximação com o viés do planejamento econômico por parte do Estado. (KLÜGER, 2017). Dessa forma, apesar das divergências ideológicas no interior do quadro técnico à época, o grupo profissional do BNDE era todo desenvolvimentista e favorável à intervenção do BNDE na condução da

industrialização do País (TAVARES et al., 2010) e as posições favoráveis à cooperação internacional não se manifestavam incompatíveis com essa postura dirigente da economia, sendo aceito que o Estado gerisse os recursos captados internacionalmente (KLÜGER, 2017). Nesse sentido,

Era possível discutir em que escala seria feito o planejamento e em que medida o Estado deveria participar diretamente do esforço de desenvolvimento, mas planejar ou não planejar não era algo que estivesse em questão naquele momento. [...] é em busca de *expertise* em planejamento que o BNDE na figura de Campos procurará aproximar-se da Cepal e de Celso Furtado (KLÜGER, 2014).

Na segunda metade da década de 50, durante o governo JK (1956-1960), o BNDE teve importância fundamental na elaboração e execução do Plano de Metas. O relatório do Grupo Misto BNDE-Cepal já seria responsável pelo diagnóstico que resultou na implementação das metas de Kubitschek. Apesar de não ser exatamente inovador, já que a política de desenvolvimento vinha sendo amadurecida desde Vargas, na visão de Tavares et al (2010), é adequado salientar o papel do BNDE nesta fase, tida por como a de ouro do desenvolvimentismo por esses autores. Dessa forma, sobre o contexto político do governo JK é possível dizer que, conforme denotam Tavares et al (2010), seu projeto desenvolvimentista tinha por pilares o Estado, o capital privado nacional e o capital estrangeiro, elevando a participação desses fatores na economia nacional.

No início do governo JK, o Grupo Misto Cepal-BNDE realizou o primeiro Curso de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico com objetivos de treinar pessoal que de alguma forma esteja relacionado ao à economia do País em técnicas de desenvolvimento com disciplinas voltadas para planejamento (KLÜGER, 2017), questão que era alvo de controvérsias dentro do campo dos economistas (LOUREIRO, 1997; 2006). Em 1960 foi criado o Centro de Desenvolvimento Econômico Cepal-BNDE, composto por uma equipe de economistas com objetivos de coordenar os convênios entre a Cepal e entidades brasileiras, garantir assistência técnica a organizações nacionais, preparar a documentação sobre o Brasil para a Cepal e oferecer cursos de treinamento sobre os problemas do desenvolvimento econômico, dos quais participaram economistas de diversas origens do Brasil (KLÜGER, 2017).

Nessa época, as lutas dentro do campo dos economistas no Brasil já haviam se agravado em torno do planejamento econômico e entre monetaristas e estruturalistas (LOUREIRO, 1997), sobre as quais nos deteremos mais à frente. A aproximação com a Cepal e a sua origem no bojo da CMBEU fez do BNDE uma importante instituição de formação e aplicação do

campo dos economistas do Brasil, bem como demonstra a existência de visões diferentes de desenvolvimento dentro do Banco.

Com o compromisso de acelerar o crescimento e implantar a indústria no país (DINIZ, 2004), o governo JK formulou o plano de desenvolvimento denominado Plano de Metas, que continha 30 metas (mais a construção de Brasília/DF) setoriais para serem implantadas em até cinco anos, ou seja, até 1961, mesmo que sua execução se completasse em outros governos. Neste sentido, Diniz (2004) assinala que as metas estavam divididas em dois grandes grupos, em que o primeiro era formado pelos objetivos voltados aos setores de energia e transportes, ou seja, infraestrutura, e no segundo constavam as metas relacionadas ao incremento da indústria de base e indústrias produtoras de bens de capital, bem como a construção de Brasília.

O sucesso relativo do Plano foi conseguido, em grande parte, devido à atuação do BNDE, que, durante o governo JK, esteve vinculado informalmente ao Conselho de Desenvolvimento que reunia ministros e diretores do Banco e estava diretamente ligado ao Presidente do País (TAVARES et al, 2010). Para Diniz (2004), o contorno do BNDE durante o Plano de Metas, centrado em ações e na estrutura do Estado, possui forte influência cepalina.

A participação do BNDE no Plano de Metas, para Diniz (2004) foi de fundamental importância, sendo o Banco considerado tanto mentor como executor. Já Tavares et al (2010) aponta que essa relação tinha também outra via, pois as expertises de coordenação, elaboração e execução de projetos do BNDE são decorrentes das funções desempenhadas no Plano. Para os autores, a instituição desenvolveu, durante esse período, a capacidade de gerir e alocar recursos de incentivos fiscais e creditícios, bem como ser avalista em operações em moeda estrangeira.

Desse modo, a execução do Plano de Metas levou a articulação de vários órgãos do governo e o BNDE foi a principal agência promotora dos investimentos realizados. Uma das estratégias foi a criação de fundos vinculados a serem geridos pelo Banco, o que aumentou sua capacidade operacional (TAVARES et al, 2010). O Conselho de Desenvolvimento criou os Grupos Executivos com função de “dimensionar programas setoriais para atividades industriais prioritárias, baixar normas e conceder estímulos” (DINIZ, 2004, p. 24), nos quais o BNDE tinha participação nos principais. Dessa forma, o BNDE teve importante atuação de financiador da execução das metas em vários setores de atividade, conforme se denota dos investimentos constantes na tabela 2.

Tabela 2 - Investimentos realizados pelo BNDE, segundo setores de atividade nos anos 1956-60

Ano	Ferrovias	Outros meios de transporte	Energia elétrica	Indústrias básicas	Set. complement. atividade agropecuária	Total
1956/55	118,2	- 41,6	-46,1	5,5	46,5	18,5
1957/56	114,3	- 40	197,9	132,8	262,9	135,3
1958/57	-65,9	30,8	28,2	- 7,7	-28,3	- 31,1
1959/58	23,9	-60,2	36,5	154	-34,7	52,1
1960/59	- 30	52,8	- 30,9	- 1,9	-56,8	- 21,5

Fonte: Tavares et. al. (2010), p. 78

Dessa forma, Diniz (2004) aponta que o Banco teve uma atuação importante no setor de infraestrutura, mas teve no seu estímulo à implantação de setores produtivos sua verdadeira importância. O BNDE financiou e concedeu avais nos mais importantes projetos do Plano de Metas, como: 46 projetos voltados à energia elétrica; transporte ferroviário; os mais importantes projetos de portos e navegação, entre os quais a Cia. das Docas de Santos e a Administração do Porto do Rio de Janeiro; indústria de alumínio, produção de estanho e álcalis e papel e celulose no setor de indústrias básicas; e projetos no setor de autopeças e produção de peças para a indústria automobilística (DINIZ, 2004). A indústria básica, conforme denota Diniz (2004) teve papel cada vez maior na alocação de recursos por parte do BNDE, fazendo com que, na segunda metade da década de 50, a instituição ficasse conhecida como Banco do Aço. Essa tendência também é depreendida da tabela 3, que mostra as aprovações do Banco, detalhando os ramos de atividade. Dos dados, é possível visualizar o aumento da importância da siderurgia de uma metade a outra da década.

Tabela 3 - Aprovações do BNDE segundo ramos e gêneros de atividade 1952/55 e 1956/60

Setor	1952/1955	%	1956/1960	%
Insumos Básicos	143,18	5,80	2.179,20	37,47
Mineração	-	-	-	-
Siderurgia	32,22	1,30	1.420,35	24,42
Metalurgia	14,32	0,58	114,54	1,97
Química e Fertilizante	82,33	3,33	552,68	9,50
Celulose e Papel	14,32	0,58	88,77	1,53
Produtos de Minerais Não-Metálicos	-	-	2,86	0,05
Equipamentos	53,69	2,17	409,50	7,04
Mecânicos Elétricos	7,16	0,29	91,64	1,58
Material de Transporte	46,53	1,88	317,86	5,47
Outras Indústrias	-	-	2,86	0,05
Têxtil e Calçados	-	-	-	-
Produtos Alimentares	-	-	-	-
Outras	-	-	2,86	0,05
Infraestrutura - exclusive transportes	565,56	22,90	1.858,48	31,95
Energia Elétrica	565,56	22,90	1.858,48	31,95
Outros Setores	-	-	-	-
Infraestrutura - Transportes	1.650,15	66,81	1.222,76	21,02
Ferrovário	1.610,78	65,22	1.182,67	20,33
Rodoviário	-	-	-	-
Hidroviário	39,37	1,59	40,09	0,69
Outras Atividades	57,27	2,32	143,18	2,46
Ensino, Pesq. e Des. Tec.	-	-	-	-
Distribuição	35,80	1,45	143,18	2,46
Outras	21,48	0,87	-	-
Total	2.469,86	100,00	5.815,98	100,00

Fonte: BNDES (1992) citado por REDIVO (2012), p. 109

No entanto, apesar do crescimento econômico e da diversificação industrial pela substituição de importações marcantes do governo JK, o período é acusado de gerar desequilíbrios internos e externos (TAVARES et al, 2010). Apesar das críticas à maneira como o governo teria levado a questão fiscal, Tavares et al (2010) ressaltam que JK deixou o governo com um aumento da receita da União, mas que sua gestão não conseguiu tirar o Brasil da posição de vulnerabilidade quanto ao setor externo.

O início da década de 1960 foi marcado por fortes crises políticas que abalaram o governo de Jânio Quadros, eleito para substituir JK à frente da Presidência da República, e demonstraram sua falta de governabilidade, principalmente quanto ao desafio de manter o balanço de pagamentos saudável, tendo em vista a situação da dívida externa exacerbada no governo anterior (TAVARES et al., 2010). O então presidente pediu a renúncia oito meses após assumir o cargo e o vice-presidente João Goulart, que não se encontrava no país, foi impedido de tomar posse por setores conservadores do Congresso Nacional e ministros militares, por receio instalação de uma república sindicalista por parte do Jango. Nesse contexto, o vice-presidente só foi empossado nas condições de que o Brasil adotasse um sistema parlamentarista (TAVARES et al., 2010).

Do ponto de vista econômico, a administração de Goulart foi marcada por fortes desequilíbrios macroeconômicos e o modelo de substituição de importações levado ao seu limite, forçando o governo a fazer um manejo econômico de curto prazo (TAVARES et al, 2010). Além disso, outros fatores que atrapalharam o planejamento econômico durante o parlamentarismo foram os problemas políticos e de governabilidade, manifestada pela queda sucessiva de gabinetes. Nesse contexto de falta de planejamento econômico, Tavares et al (2010) definem que o BNDE apenas cumpria cronograma previsível de liberação de recursos.

A tentativa de retomada da prática de planejamento econômico foi feita a partir do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social elaborado pelo Ministério do Planejamento chefiado por Celso Furtado, um dos principais expositores da Cepal. De acordo com Hirt (2016), o Plano Trienal continuava a ver na industrialização a chave para a superação das mazelas urbanas industriais. Tavares et al (2010) resumem o Plano Trienal nos seguintes objetivos: manter elevada a taxa de crescimento compatibilizando-o com a estabilidade de preços; retomar as transformações estruturais; reduzir o custo social do desenvolvimento brasileiro melhorando a distribuição de renda e os serviços de educação, pesquisa, saúde e tecnologia; reduzir as desigualdades regionais; refinanciar a dívida externa; e assegurar ao governo capacidade para cumprir as propostas através da articulação de diferentes agências.

O Plano Trienal apontava, ainda, as principais diretrizes para dar início à reforma agrária. E, para Tavares et al. (2010), este foi o estopim para a sua suspensão. Os autores indicam que o Plano possuía um planejamento e diagnóstico macroeconômico e setorial apurados, prevendo inclusive a necessidade de instituições que mais tarde seriam criadas, como o Banco Central, e, por suas diretrizes, deveria contar com a atuação do BNDE, na redução das disparidades regionais, por exemplo (HIRT, 2016). No entanto, admite-se que seus objetivos eram ambiciosos frente à situação externa e interna em que se encontrava o Brasil à época (TAVARES et al, 2010).

Neste período, o BNDE teve um papel coadjuvante, visto as condições econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelos governos, que afetaram sua função no centro de tomadas de decisões e suas bases financeiras (TAVARES et al., 2010). Diniz (2010) aponta que nos primeiros meses após o golpe de 1964, os militares tinham receio quanto ao BNDE por seu papel nos governos anteriores considerados populistas e extinguiram o FRE. No entanto, com uma mudança de postura dos militares ainda no mesmo ano e a indicação de Garrido Torres, o governo passou a conceder maior papel ao Banco instituindo-o como “principal instrumento de execução da política do governo federal” (COSTA, 2011, p. 16).

O governo de Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar, iniciado em 1964, teve como principal característica econômica o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), encabeçado pela dupla Roberto Campos, Ministro do Planejamento, e Octavio Bulhões, Ministro da Fazenda. O Plano, que ficou conhecido como Campos-Bulhões, tinha como principal objetivo a retomada do crescimento e o controle inflacionário, bem como atenuar as disparidades regionais, promover o emprego e corrigir o desequilíbrio externo. Tavares et al. (2010) ressaltam que o PAEG incorporou instrumentos do planejamento econômico setorial, apesar de ter seu aspecto estabilizador mais difundido.

O PAEG propôs, ainda, uma reforma institucional, em que os bancos comerciais atuariam nas operações de curto prazo, as sociedades de crédito e financeiras em operações de médio prazo e os bancos de investimento no financiamento de longo prazo. Neste contexto, Hirt (2016) também aponta que o PAEG é considerado como uma política mais monetarista por parte do governo e, segundo o Plano, o sistema financeiro seria capaz de atender demandas de curto, médio e longo prazo de financiamento. Esta reforma seguia a diretriz básica do desenvolvimento econômico a partir do mercado de capitais, tirando-se o foco das instituições públicas como o BNDE (TAVARES et al, 2010).

O PAEG, assim como o Plano Trienal, via a necessidade de reforma da administração pública e do sistema financeiro nacional (TAVARES et al., 2010) e nessa época foram criadas diversas instituições econômicas, como o Banco Central, Banco Nacional da Habitação (BNH), imposto sobre operações financeiras, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que consistiam em novos instrumentos de mobilidade financeira e instituições especializadas em diversas modalidades de crédito (HIRT, 2016). Ainda em 1964, foi criado o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea, que viria a se transformar no Ipea) vinculado ao Ministério do Planejamento.

Quanto ao BNDE, o período inicial do governo Castelo Branco foi marcado pela expansão de suas atividades e reorganização institucional. Foram acrescentadas fontes de financiamento para o Banco e a obtenção de financiamentos externos frente ao alinhamento com a política dos Estados Unidos repassados ao BNDE aumentaram a sua capacidade de atuação. No entanto, essa expansão, para Tavares et al. (2010), foi uma tentativa de resposta às novas demandas de um projeto que não deixava claro suas diretrizes.

Nesse sentido, novas estruturas foram utilizadas para responder ao momento econômico brasileiro através da criação de fundos específicos: Fundo de Desenvolvimento Técnico-científico (Funtec), Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos

Industriais (Finame) e Fundo Agroindustrial de Reversão (Funar), em 1964; Programa de Financiamento às Pequena e Média Empresas (Fipeme) e Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (Finep), em 1965; e o Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (Fundepro), em 1966. Em 1966, o Finame uniu-se a Agência Especial de Financiamento Industrial e se tornou empresa de economia mista tendo o BNDE como principal acionário. O Finame, de acordo com Tavares et al (2010) foi o mais importante e flexível fundo desse sistema, sendo considerado órgão vital do financiamento da indústria brasileira.

O Quadro 1 apresenta os fundos criados para a gestão do BNDE entre os anos de 1964 e 1967, detalhando seus objetivos e fontes de recursos.

Quadro 1 - Fundos criados para a gestão do BNDE, 1964-1967

Fundo	Características	Fonte de recursos
Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (Funtec), 1964	– Voltado para o financiamento do ensino e da pesquisa tecnológica	– Recursos do próprio Banco, por meio dos saldos operacionais e de parte da receita do Adicional ao Imposto de Renda.
Fundo Agroindustrial de Reconversão (Funar), 1964	– Voltado para o incremento dos níveis de produção e produtividade do setor agrícola.	– 10% dos recursos do Fundo Nacional de Reforma Agrária. – Empréstimos contraídos no país e no exterior. – Recursos do próprio BNDE. – Recursos transferidos ao Fundo por outras entidades governamentais.
Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame), 1964	– Voltado para o financiamento de operações de compra e venda de máquinas e equipamentos de produção nacional. – Voltado sobretudo para a implantação de novas indústrias de pequeno porte e, quando possível, para financiar a expansão de indústrias já existentes. – A partir de 1965, passaria a constituir uma subconta do Fundo Geral para Agricultura e Indústria (Funagri19) nos livros e papéis do BNDE. – A partir de 1966, adquiriu personalidade jurídica própria, transformando-se, em seguida, em sociedade de economia mista, cujo controle acionário caberia ao BNDE	– Empréstimos ou doações de entidades internacionais, nacionais ou estrangeiras. – Recursos colocados à sua disposição pelo Banco do Brasil S.A. e outras agências financeiras da União ou dos estados. – Recursos mobilizados pelo BNDE nos mercado interno e externo de capitais. – Rendimento das próprias operações do Fundo.
Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresas (Fipeme), 1965	– Fundo rotativo voltado para investimentos fixos no sentido de instalar e/ou expandir empreendimentos de pequeno e médio portes. – Aquisição de equipamentos de fabricação nacional ou estrangeira, obras de construção civil, bem como despesas de instalação de equipamentos e serviços técnicos.	– Empréstimos do BID e do Banco de Reconstrução Federal da Alemanha.
Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (Finep), 1965	– Voltado para financiar a realização de estudos de viabilidade de projetos específicos. – Constitui uma subconta do Funagri.	– Empréstimos ou doações de entidades financeiras nacionais ou estrangeiras. – Recursos provenientes de dotações orçamentárias. – Rendimentos oriundos de suas operações.

Fonte: TAVARES et al (2010), p. 122.

Ainda sobre a participação dos fundos, associados à política de reserva monetária do Banco Central que poderia ser aplicada no BNDE, Tavares et al (2010) apontam uma maior diversificação das fontes de recursos. Apesar da menor visibilidade, o BNDE converteu o aumento de suas bases financeiras em maior colaboração com o setor produtivo, que se tornou predominante nos investimentos e aprovações do Banco (TAVARES et al, 2010; REDIVO, 2012). Apesar do tamanho do setor siderúrgico nos desembolsos do Banco, Tavares et al (2010) relativizam esse peso quando propõem a análise de desembolsos por fundo, que tem menor

participação do setor metalúrgico-siderúrgico nos fundos de fomento à indústria básica, notando certa diversificação dos setores industriais priorizados.

Sobre a vinculação dos recursos do Banco, é importante destacar que o sistema funcionava em duas vias e acontecia tanto na fonte de recolhimento quanto na destinação do investimento. Esta característica reforça o caráter de política de Estado, criando fonte de recursos já determinando a sua destinação (REDIVO, 2012). Hirt (2016) indica que Martins (1985) asseverou que, na ocasião de criação dos fundos, o próprio Banco já estava demonstrando interesse em pleitear programas setoriais integrados ao invés de continuar com análises de investimento isoladas e a desvinculação do FRE facilitaria esse processo. Tavares et al (2010) também denotam que, apesar do viés ortodoxo do PAEG, o BNDE ganhou relativa força, principalmente quanto aos recursos disponíveis, mas deve-se entender que o objetivo por trás dos fundos era superar a ordem demagógica e dar caráter tecnicista às ações econômicas do Estado.

O viés liberalizante do Plano Campos-Bulhões previa que as instituições de investimento estatais fossem substituídas por bancos de investimentos privados, que deveriam ser os responsáveis pelo desenvolvimento. No entanto, no período, o BNDE recebeu mais recursos para oferecer os financiamentos que o setor industrial necessitava para seu crescimento. Essa contradição, apontam por Tavares et al (2010), se deve ao caráter incipiente da reforma proposta, o que impossibilitou à indústria de prescindir do apoio do Banco.

Entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil viveu uma época chamada de “milagre econômico”, caracterizado pelo auge do processo de industrialização iniciado em 1945 (TAVARES et al, 2010). No entanto, apesar dos resultados econômicos favoráveis, esse período também é considerado como de grande concentração de renda. Hirt (2016) destaca que a política de aceleração do crescimento da época do milagre foi acompanhada pelo controle da inflação através de salários baixos, que aumentou a atração de empresas estrangeiras e mantinham as desigualdades sociais do País.

Em 1968, foi anunciado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que objetivava um crescimento mínimo do Produto Interno Bruto (PIB) de 6% ao ano e previa a expansão de setores industriais considerados dinâmicos, propondo-se a encerrar o processo de substituição de importações até 1970 (TAVARES et al, 2010). No contexto do PED, assinalam Tavares et al (2010), a participação do BNDE seria destacada visto o aumento da importância da indústria, o que tornaria o Banco uma das principais agências para viabilizar o Programa. O Programa também previa o aproveitamento do aparelho institucional de grupos executivos

criado durante o governo JK e, desta forma, o papel do BNDE não seria apenas financeiro, visto que seu corpo técnico integrava os grupos utilizados pelo PED em convênio com o Ipea.

Em período de auge do crescimento econômico, especialmente o industrial, e de facilidade de obtenção de crédito, o governo lança, complementarmente ao PED, em 1971, o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). O I PND, conforme denotam Tavares et al (2010), enfatizava o incentivo ao setor privado através do sistema financeiro nacional e do mercado de capital. Nesse contexto, o BNDE participou de vários programas de investimento do I PND e programas como o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais e o Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização contaram com recursos do Banco (TAVARES et al., 2010). No mesmo ano de implantação do Plano, o Banco foi transformado em empresa pública com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio (HIRT, 2016).

A atuação do BNDE no I PND foi no sentido de apoiar as empresas nacionais com financiamentos para produção e melhoria de gerenciamento. Costa (2011) acentua essa virada radical para o setor privado que o Banco apresentou na década de 70 e justifica o movimento em face a autonomia adquirida por parte das estatais. A autora também traz a explicação da Instituição, que seria de que as empresas privadas não teriam condições de bancar grandes projetos sozinhas e que o Banco deveria atuar para aumentar a competitividade entre o setor privado nacional, as multinacionais e as estatais (COSTA, 2011).

De acordo com Tavares et al (2010), a atuação do BNDE no período do “milagre” é marcada por mudança de papel, apoio financeiro e reorganização institucional, visto que nesse período o Banco atuou menos com apoio técnico e mais com aporte de recursos ao setor privado nacional. O setor de apoio também muda em relação à década de 1950 e passa do setor de infraestrutura para a indústria. Quanto à estrutura financeira, continuou-se com a fórmula dos fundos específicos que, diferentemente da década de 1960, foram formulados para atender à inovação tecnológica e capitalização de empresas nacionais, consideradas novas demandas do desenvolvimento brasileiro (TAVARES et al. 2010).

Ainda na primeira metade da década de 1970, o mercado internacional foi abalado com uma profunda crise, com base cambial e no choque do petróleo, que provocou recessão e fizeram com que as economias dos mundos aplicassem políticas restritivas. No entanto, forças políticas e econômicas internas que temiam a perda de força do regime caso se enveredasse

pelo caminho do ajuste fiscal, levaram o governo a lançar, em pleno cenário de crise mundial, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em setembro de 1974.

O II PND era marcado, conforme Tavares et al (2010), por duas estratégias: industrialização com novo padrão (indústria de base) e fortalecimento progressivo do capital privado nacional. Dessa forma, o Plano tinha como objetivos gerais o crescimento acelerado, o combate gradual à inflação, o equilíbrio no balanço de pagamentos e melhoria na distribuição de renda. O Plano previa, ainda, novo endividamento externo para suprir o déficit que surgiria da implantação dos programas para se alcançar essas metas (TAVARES et al, 2010).

Nesta conjuntura, o BNDE atuou no financiamento e administração de novos mecanismos de capitalização das empresas privadas. As prioridades e ações que caracterizaram o BNDE no II PND foram a expansão de fonte de recursos, financiamento do setor privado, já que o setor público deveria buscar apoio externo para seus projetos, e uma nova reorganização com a criação de novas subsidiárias: Mecânica Brasileira S. A. (Embramec), a Insumos Básicos S. A., Financiamento e Participação (Fibase) e a Investimentos Brasileiros S. A. (Ibrasa) (TAVARES et al, 2010). Essa nova diretriz de atuação do Banco inauguraria, ainda, uma nova modalidade de empréstimo ao setor privado que, visando minimizar os efeitos da inflação, limitava a correção monetária sobre os valores e se constituía, no entendimento de Tavares et al (2010), “uma verdadeira doação de recursos públicos ao setor privado” (p. 164) e contribuiria para o processo de deterioração as contas públicas (TAVARES et al, 2010; DINIZ, 2004).

Costa (2011) acentua, ainda sobre o papel do Banco no II PND, que este não se restringia a financiamento e o seu 1º Plano Quinquenal de Ação já coadunava com as prioridades do projeto do governo, além de assumir uma postura dinâmica e efetuar estudos para identificar setores em que a iniciativa privada poderia atuar, viabilizando projetos nos setores siderúrgico, bens de capital, papel e celulose e petroquímico, entre outros. Tavares et al (2010) aduzem que os programas operacionais do Plano Quinquenal visavam promover a substituição de importações e gerar oportunidades de aumentar as exportações com vistas a promover o equilíbrio das contas externas a longo prazo.

Com relação a aplicação de recursos, nota-se, conforme também depreendido da Tabela 4, que o setor e insumos básicos e equipamentos teve maior atenção do BNDE durante o II PND (DINIZ, 2004; TAVARES et al, 2010; REDIVO, 2012).

Tabela 4 - Aprovações BNDE segundo ramos e gêneros de atividade 1968/73 3 1974/79

Setor	1968/1973	%	1974/1979	
Insumos Básicos	9.349,67	35,73	65.287,77	47,72
Mineração	241,02	0,92	2.398,27	1,75
Siderurgia	2.352,93	8,99	29.206,37	21,35
Metalurgia	1.639,41	6,26	6.617,31	4,84
Química e Fertilizantes	2.453,15	9,37	14.303,70	10,46
Celulose e Papel	1.434,19	5,48	7.366,62	5,38
Produtos de Minerais Não-Metálicos	1.228,96	4,70	5.395,51	3,94
Equipamentos	2.264,63	8,65	9.111,03	6,66
Mecânicos Elétricos	1.059,53	4,05	6.896,51	5,04
Material de Transporte	1.205,10	4,61	2.214,52	1,62
Outras Indústrias	6.058,91	23,15	15.286,87	11,17
Têxtil e Calçados	1.355,44	5,18	3.345,64	2,45
Produtos Alimentares	1.503,39	5,75	4.889,60	3,57
Outras	3.200,08	12,23	7.051,62	5,15
Infraestrutura - exclusive transporte	1.904,30	7,28	25.342,89	18,52
Energia Elétrica	937,83	3,58	19.801,82	14,47
Outros Setores	966,47	3,69	5.541,07	4,05
Infraestrutura - Transportes	4.433,81	16,94	15.912,09	11,63
Ferroviário	1.713,39	6,55	11.492,60	8,40
Rodoviário	2.099,98	8,02	2.892,24	2,11
Hidroviário	620,45	2,37	1.527,26	1,12
Outras Atividades	2.157,25	8,24	5.870,39	4,29
Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	813,74	3,11	381,81	0,28
Distribuição	978,40	3,74	2.302,81	1,68
Outras	365,11	1,40	3.185,76	2,33
Total	26.168,56	100,00	136.811,04	100,00

Fonte: BNDES (1992) *apud* Redivo (2012), p. 123.

Como vê-se, a tabela traz dados referentes ao período do milagre econômico e ao II PND, que demonstram crescimento no valor aprovado para todos os setores neste último período (TAVARES et al, 2010; REDIVO, 2012). Ademais, Diniz (2004) assevera que alguns objetivos traçados no II PND tinham o BNDE como executor, quais sejam o fornecimento de créditos de longo prazo para os setores públicos e privados; construção de um núcleo tecnológico; financiamento do desenvolvimento tecnológico das empresas e intensificação das exportações de bens industrializados e agrícolas.

Tavares et al (2010) apontam que, além da mobilização de recursos para a consecução do II PND, as novas subsidiárias do BNDE atuavam de forma complementar à alavancagem do capital das empresas nacionais, participando de forma minoritária no capital aberto dessas empresas. Diniz (2004) salienta que o Banco se tornou elo entre o financiamento público e os empresários nacionais, atuando em empresas de diferentes ramos de atividade. Em 1974, a Instituição passou também a gerir os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio Público dos Servidores (Pasep), como mais uma forma de financiar a empresa nacional através do Banco (DINIZ, 2004).

As décadas de 1950, 1960 e 1970 são chamadas por Tavares et. al. (2010) de anos dourados do desenvolvimentismo, visto que a década de 1980 já iniciara com o agravamento da crise – de Estado, de governo e da economia – que levou o país a abandonar o modelo desenvolvimentista trilhado por sua industrialização. Por conta da crise, foi adotada, a partir do governo Figueiredo, uma postura econômica ortodoxa voltada para o superávit da balança comercial, através de desvalorização da moeda que gerou inflação superior a 200%. Nesse cenário, a estabilização e o ajuste de curto prazo comandavam a agenda econômica no início dos anos 80 (COSTA et. al., 2016).

Salienta-se, ainda, que já iniciou neste período, por conta da conjuntura econômica desfavorável, conforme apontam Costa et. al. (2016), a perda, no campo das ideias, dos desenvolvimentistas em relação aos liberais. Os anos 80 são considerados, por esses pesquisadores, como momento de transição rumo aos preceitos liberais causada pela crise e questionamento da eficiência do Estado.

No entanto, os autores lançam alguns contrapontos quanto a essa visão de Estado ineficiente e causador da crise que começa a ganhar força neste período, visto que, conforme os estudos de Cruz (1983) relatados por Costa et. al. (2016), as empresas estatais estavam em crise patrimonial por conta do ônus que assumiram na década anterior de quase totalidade dos recursos externos ingressados no país. Além disso, citam o estudo de Belluzzo e Almeida (2002), que defendem que a origem da crise fiscal estava completamente ligada ao ajuste realizado no setor privado e que financiar e auxiliar o setor levou ao desequilíbrio das contas públicas. Apesar desses argumentos, Costa et. al. (2016) indicam que o projeto desenvolvimentista já estava fortemente comprometido, restando apenas a finalização de alguns projetos do II PND, e o ajuste macroeconômico já havia ocupado lugar no Estado e na sociedade.

Com políticas rumo à estabilização econômica e de viés monetário, o BNDE também teria inflexões em sua trajetória. Logo no início da década, em 1982, o BNDE já passaria a se chamar BNDES, tendo a ele sido destinados os recursos do Fundo de Investimento Social (Finsocial), que tinha por objetivo o desenvolvimento de programas governamentais voltados para agricultura, saúde, educação e habitação e era oriundo da contribuição de 0,5% da renda bruta de empresas públicas e privadas (TAVARES et. al., 2010). Outra mudança institucional ocorrida no ano de 1982 foi a fusão das três subsidiárias do Banco, resultando na BNDESPar, que seria responsável pela capitalização de empresas nacionais. Destaca-se que no período do governo de Figueiredo, último presidente militar antes da abertura democrática, houveram dois

momentos quanto à política econômica, comandada à época por Delfim Neto no Ministério do Planejamento: um primeiro de heterodoxia quanto à crise econômica, marcado pelo investimento em agroindústria; e um segundo, depois do agravamento da crise internacional, de ortodoxia, com políticas de cortes (KLÜGER, 2017).

Costa (2011) ressalta que o BNDES continuou a dar suporte à finalização de projetos oriundos do II PND, mas passava por um momento em que agia sem prioridades definidas, atendendo setores em dificuldade de forma emergencial. Nesse sentido, Diniz (2004) também indica o comportamento de salvamento de empresas do BNDES através da BNDESPar, que deveria deter participação minoritária de empresas com problemas financeiros, saneá-las e depois devolvê-las ao setor privado. A atuação do BNDES em tempos de recessão foi, então, voltada para o socorro do parque industrial e das empresas atingidas pela crise (TAVARES et al, 2010).

O BNDES sentiu uma forte inflexão em seus recursos a partir de 1980, quando se promoveram as medidas de ajuste econômico. Neste sentido, a inexistência de um projeto de desenvolvimento e a falta de política industrial relegaram ao BNDES uma atividade de segundo plano, longe dos poderes decisórios, causando uma crise de identidade no Banco (TAVARES et. al, 2010; DINIZ, 2004; COSTA et. al. 2016). Desse modo, ocorreu, neste início de década, uma descaracterização das funções do Banco, ficando evidente o viés de curto prazo de suas ações, sem prioridades setoriais típicas de bancos de desenvolvimento (COSTA et. al., 2016), através de estímulo ao setor exportador (através de mais desembolsos para a agricultura) e de saneamento de empresas em crise (TAVARES et al, 2010). A crise de identidade do Banco estava, na verdade e conforme denota Tavares et al (2010), refletindo a crise do modelo desenvolvimentista que vigorara até então.

Nesse período, outra tendência ocorrida foi de que o grande capital privado, a despeito das empresas menores com ações do BNDES, preservou sua rentabilidade (DINIZ, 2004), restando às empresas públicas a contração de empréstimos. Este movimento fez com que o BNDES voltasse a destinar a maior parte de seus recursos ao setor público (COSTA, 2011). Isso, para Costa (2011), acentua o caráter de indefinição da instituição nesse período, que durou até o ano de 1983, com a implantação da técnica de planejamento estratégico no Banco. Já Diniz (2004) considera o cenário um pouco mais grave e diz que o BNDES ficou sem clara definição de prioridades durante a segunda metade da década de 1980, apesar da existência do planejamento estratégico 1988-1990.

No entanto, apesar desse período de indefinição, Costa et. al. (2016) enfatizam que a instituição traçou três metas interligadas para atuar nos anos de 1982 a 1986, que eram: reserva de moeda estrangeira (apoio à exportação), parque industrial nacional e problemas sociais mais urgentes. Essas metas revelam a característica de curto prazo no sentido de impedir maior queda da atividade econômica do país (COSTA et. al. 2016). Nesse sentido, os autores destacam que a indústria continuou a ter primazia nos desembolsos do BNDES, mas perdeu participação relativa e, em 1986, a desvinculação de projetos setoriais e a indefinição da linha de atuação do banco se manifesta nos desembolsos, que aumentam, mas se diversificam em grande medida. As operações de saneamento financeiro aumentam a participação nos desembolsos do Banco neste período, demonstrando, para Costa et. al. (2016), clara mudança na identidade da instituição, que passa de fomentadora da capacidade produtiva para agente de saneamento financeiro das empresas.

Outro ponto a se destacar é o fato de que, nesse período, pela situação financeira das empresas, houve bastante inadimplência aos créditos fornecidos e, como solução, foi realizado o pagamento das dívidas em ações das empresas devedoras (COSTA et. al., 2016). Essa prática constituiu-se, para Costa et. al. (2016), verdadeira estatização de organizações do setor privado independentemente de seu valor estratégico, com a gestão ficando a cargo do BNDES, por meio da BNDESPar, o que, mais uma vez, demonstra afastamento da instituição de sua função original. Com a situação financeira desfavorável dessas empresas, em 1983, o Banco registrou prejuízo em seu balanço.

Nesse sentido, Costa et. al. (2016) sintetizam as transformações ocorridas no BNDES nos anos de 1983-1986. A atuação do Banco nos primeiros anos da década de 1980 é marcada pela inadimplência nos contratos, o subsídio ao setor privado com correções monetárias pré-fixadas e encanamento de empresas inadimplentes, gerando prejuízo ao BNDES. Em decorrência disso, o Banco passou a depender mais do Tesouro, situação que foi mitigada pela criação de fundos específicos para gestão do BNDES, estratégia já utilizada anteriormente, que foram o Finsocial e o Fundo Nacional da Marinha Mercante. Nesse período, o apoio à indústria e à infraestrutura foi realizado sem prioridades setoriais originadas de um projeto mais amplo.

Quanto a esta ausência de clareza em suas ações, Costa (2011) dá bastante importância à implantação do planejamento estratégico na instituição, tida como forma de assegurar ao BNDES independência em um momento de indefinição do modelo econômico e de turbulências políticas. A partir da integração de todo o corpo técnico do Banco, que demonstrou insatisfação com os rumos do Sistema BNDES, objetivava-se lidar com as mudanças políticas e resultando

na avaliação de que a análise setorial não mais atendia à realidade econômica da década de 1980 (COSTA, 2011). Assim, a partir da escolha entre dois cenários de atuação, de *ajustamento* e *retomada*, em que o segundo foi o eleito pelos técnicos do Banco, o Plano Estratégico 1985-1987 foi lançado e reafirmava o papel do BNDES como agente do desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, Costa (2011) aponta cinco elementos que norteiam a ação do Banco nesse Plano: a) industrialização é o motor básico do desenvolvimento; b) o BNDES é um agente de mudanças; c) o crescimento da indústria deve fundamentar-se no aproveitamento de recursos nacionais e no desenvolvimento de uma tecnologia interna; e e) o desenvolvimento deve resultar no aumento do emprego e na atenuação dos desequilíbrios regionais. Entre as estratégias de atuação baseadas nessas noções, estavam o incentivo ao desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta, a modernização e expansão da capacidade produtiva, a expansão e modernização da infraestrutura econômica, a ocupação da fronteira agrícola e a ampliação dos serviços sociais (COSTA, 2011).

A autora referida acima afirma que o ponto central do Plano é a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico em bases nacionais, sendo mais importante do que o controle da inflação, por exemplo. Esse diagnóstico era baseado na ideia de que a recuperação da economia poderia ser alcançada através do aumento do consumo interno. Como se vê e asseverado por Costa (2011), esse plano não rompe com o modelo de substituição de importações e com o desenvolvimentismo nacionalista.

Após o período desse plano, uma revisão de cenários é proposta e, entre os modelos de *fechamento*, *inércia corporativista* e *integração competitiva*, esse último foi escolhido e demonstrou a mudança na concepção de desenvolvimento na estrutura interna do BNDES (COSTA, 2011). Decretava-se o fim do modelo de substituição de importações e a necessidade de enxugamento do Estado, que não teria mais condições de arcar com o financiamento público como fator de crescimento, conforme explicitado por Costa (2011). Entre os pontos importantes do cenário, que foi implementado pelo Plano Estratégico 1988-1990, destaca-se a indústria brasileira como pronta para competir internacionalmente e a abertura ao capital externo como fator de indução ao progresso tecnológico, gerencial e mercadológico (COSTA, 2011).

Sobre a atuação do Estado, Costa (2011) indica que a integração competitiva previa a mudança em seu papel de intervenção e que suas ações deveriam buscar estimular a competitividade e a produção com menor preço e maior qualidade. Ressalta-se que o período foi marcado pelo movimento de abertura política e Costa et al (2016) destacam que o clima era

de que a redemocratização resolveria, também, os problemas econômicos advindos da forte crise que se instalara no Brasil. Klüger (2017) aponta que o BNDES, no período de abertura (governos de Tancredo Neves e José Sarney) se encontrava desarticulado de sua função do cenário nacional, por conta da crise econômica do governo Figueiredo, e afastado do centro de poder. Esse período também é marcado pela entrega da direção da instituição a personalidades com capital político junto às oligarquias regionais com indicações frutos de acordos entre a presidência e as lideranças estaduais, o que indica motivos para o uso do planejamento estratégico na Instituição, que ocorreu independentemente das diretorias que tomavam posse (KLÜGER, 2017).

Nesta conjuntura, mudanças no papel do Estado em relação à economia foram estipuladas pela Constituição de 1988 (CF/88). Ademais, a agenda liberal se impunha como condição de negociação da dívida externa brasileira e a política de Estado no triênio de 1987-1990 foi marcada por uma moratória da dívida inicial, passando a renegociação posterior e o combate à inflação (COSTA et. al., 2016). Neste contexto, o governo Sarney é considerado como um momento de transição para o modelo liberal feita sob pressão da situação econômica e do cenário de disputa entre as políticas econômicas liberais e desenvolvimentistas (COSTA et. al., 2016; HIRT, 2016).

Sobre a fragmentação do desenvolvimentismo e sua perda de força em relação ao liberalismo, Sallum Jr. e Goulart (2016) apontam que o antigo nacional-desenvolvimentismo resistiu em segmentos mais dependentes da proteção estatal (como agências governamentais e setores empresariais), mas não tinha quem o defendesse no plano político. Para os autores, dois foram os ideários de superação ao nacional-desenvolvimentismo: reformismo liberal – com duas vertentes (receituário neoliberal e integração competitiva) – e a desenvolvimentismo-distributivo, que defendia a desprivatização do Estado e a distribuição de renda.

As vertentes do reformismo liberal – a primeira podendo ser vista como mais ortodoxa e que tinha na política monetarista sua base, e a segunda como uma reforma do desenvolvimentismo adaptando-se à ordem liberal e que previa política industrial e manutenção de parte da capacidade regulatória e indutora do desenvolvimento – tinham importantes defensores e foram sendo cada vez mais difundidas na sociedade brasileira (SALLUM JR e GOULART, 2016).

Este é o contexto econômico e ideológico que viria a transformar a postura do BNDES em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro. Costa (2011), se atendo a ação do BNDES no período e as mudanças trazidas pelo cenário da integração competitiva fruto do

planejamento estratégico interno da instituição, denota a adaptação dos princípios que até ali vinham orientando as ações do BNDES e os seguintes objetivos estratégicos foram incorporados nas ações do Banco:

- 1) **Novo estilo de crescimento voltado simultaneamente para a integração competitiva do Brasil na economia mundial** e para a integração de toda a nação, reduzindo-se a pobreza absoluta, melhorando-se substancialmente a distribuição de renda e reduzindo-se as desigualdades regionais.
- 2) Recuperação da taxa de investimento compatível com a expansão do mercado interno e a manutenção da capacidade de exportação para garantir um crescimento sustentado.
- 3) Superação dos pontos de estrangulamento na infraestrutura de energia de transportes que podem comprometer o crescimento da economia brasileira.
- 4) **Participação do setor privado em investimentos hoje sob a responsabilidade do setor público.**
- 5) **Fortalecimento financeiro e patrimonial do Sistema BNDES**, pela compatibilização de sua atuação com o perfil de recursos, buscando simultaneamente uma adequação das fontes e **novas formas de aplicação de maior retorno.**
- 6) Maior integração do Sistema BNDES com organismos e instituições da sociedade e órgãos de governo, consolidando sua inserção na ambiência político-institucional do País e sua imagem junto à opinião pública.
- 7) Racionalização organizacional e dos fluxos operacionais do Sistema BNDES no curto prazo, implementando de imediato reformas na política e nos Sistemas de Recursos Humanos.
- 8) **Modernização do Sistema BNDES a partir de uma concepção empresarial adaptada às exigências do novo estilo de crescimento.** (BNDES, 1988, p. 9, grifos nossos).

Por meio da observação dessas diretrizes, é possível visualizar a mudança substancial por qual a instituição passou no período, passando a efetivamente trocar seus preceitos de atuação. Klüger (2017) aponta que essas alterações ideológicas sustentavam que o modelo de substituição de importações estava superado, o país estava sendo prejudicado pela barreira ao capital internacional que dificultava a absorção de tecnologias e a competição mundial, o Estado estaria em crise devendo ser reduzido e a infraestrutura era vista como maior empecilho ao desenvolvimento. Klüger (2017) concorda com Rangel (1990) e analisa que a privatização pretendida pelo BNDES tinha intenção de, na realidade, “fazer com que o Estado recuperasse verbas para aprimorar outros setores da economia. Não era, portanto, uma teoria fundada no tipo de liberalismo que argumenta que a ação do Estado na economia é ineficiente e distorce a alocação de recursos” (p. 663-664). No entanto, conforme será visto, essa não foi a linha seguida pelos governos que implementaram a privatização no Brasil.

Além disso, uma reorganização interna marcaria também esse período com objetivos de racionalização organizacional e modernização das práticas operacionais (COSTA, 2011). Diniz (2004) menciona que a situação financeira da instituição também era preocupação dessa época, o que levou o BNDES a assumir um perfil mais empresarial, preocupando-se com os próprios moldes financeiros ao fazer a destinação de recursos atendendo a critérios de rentabilidade mais

seguros. Hirt (2016) concorda e acrescenta que a orientação mercadológica era a direção do Banco, que buscava promover seus clientes para se integrarem e competirem no mercado.

Uma importante diretriz desse Plano diz respeito à participação do setor privado em investimentos hoje sob a responsabilidade do setor público, o que leva a se refletir sobre as privatizações. É importante destacar que, ainda em 1979, foi implantada a Comissão de Privatização do BNDES e que, conforme aponta Diniz (2004), no período de 1981 a 1984 foram privatizadas 20 pequenas empresas da União. No entanto, essas operações se trataram, em sua maioria, de reprivatizações feitas para tirar o controle acionário das empresas caracterizadas como de pequeno porte e heterogêneas das mãos da BNDESPar. Já na segunda metade da década de 1980, o BNDES passou a devolver ao setor privado instituições que foram “salvas” nas operações de saneamento financeiro das empresas e que causaram prejuízo financeiro ao Banco (COSTA et al., 2016; KLÜGER, 2017). A privatização, nesse sentido, era vista como uma orientação pragmática do Banco, que a entendia como forma de fortalecer a intervenção desenvolvimentista em setores voltados ao desenvolvimento tecnológico (KLÜGER, 2017).

No entanto, a década de 1980, de acordo com Costa et. al. (2016), foi caracterizada por experiências internacionais de privatizações em vários países do mundo, já como consequência de um ideário liberalizante, e o governo Sarney foi responsável pela privatização de 18 empresas estatais, processo tido por muitos como resposta pragmática ao mercado, sem vinculação com a ideologia liberalizante. Para Costa et. al. (2016), esse movimento não pode ser entendido fora do cunho neoliberal que vinha ganhando força, sob o qual o tamanho do Estado brasileiro era causador de prejuízos à nação, ideia compatível com a tendência de privatizações. Para estes pesquisadores, a privatização cumpria objetivos neoliberais na década de 1980, não podendo ser considerada como política interna ao BNDES. Para demonstrar essa correlação, apresenta-se o quadro 2, que mostra a evolução dos programas de privatização dos governos Figueiredo e Sarney.

Quadro 2 - Programas de privatização governos Figueiredo e Sarney

Governo Figueiredo: 1979-84		
Programa	Legislação	Objetivos principais
Programa Nacional de Desburocratização	Decreto nº 83.740 - 18/07/1979	Aponta a ineficiência do serviço público em geral, pregando a redução da presença do Estado na vida do cidadão
Programa de Melhoria do Atendimento ao Público	Decreto nº 86.214 - 15/07/1981	Melhoria do atendimento ao público.
Comissão Especial de Desestatização (CED)	Decreto nº 86.215 - 25/07/1981	Cria a CED e fixa algumas normas para a transferência, transformação e desativação de empresas sob o controle do governo federal
Governo José Sarney: 1985-90		
Programa	Legislação	Objetivos principais
Programa de Privatização	Decreto nº 91.991 - 28/11/1985	Privatização de empresas sob controle direto ou indireto do governo federal, excluindo as empresas exploradoras de atividades vinculadas à segurança nacional e sob regime de monopólio estatal. Proíbe a criação de novas empresas sob controle direto ou indireto da União (art. 13), entre outras medidas com o escopo de inibir o crescimento da máquina estatal.
Conselho Interministerial de Privatização	Decreto nº 93.606 - 21/11/1986	Define que haverá contratação de empresa externa para realizar os estudos necessários; define as atribuições do BNDES como o órgão que irá selecionar e cadastrar as empresas selecionadas para estudos visando à privatização; define que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) irá selecionar as empresas passíveis de auditoria; empresas que deverão ser privatizadas serão supervisionadas pelo Conselho.
Programa Federal de Desestatização (PFD)	Decreto nº 95.886 - 29/03/1988	Cria o PFD, cujo objetivo principal era transferir para a iniciativa privada atividades econômicas exploradas pelo setor público.

Fonte: Costa et. al. (2016), p. 81.

No governo Sarney, dessa forma, o BNDES ganha maior papel nas privatizações e a atividade passou a ser, a partir daí, uma nova *expertise* do Banco (COSTA et. al. 2016). Ademais, Costa et. al. (2016) argumentam que as privatizações estavam alinhadas com o Consenso de Whashington que já circulava entre os economistas brasileiros como diretriz para o saneamento e retomada do crescimento através do esforço para o equilíbrio fiscal e reforma administrativa. As privatizações garantiriam a austeridade fiscal, proporcionariam mais eficiência e contribuiriam para a formação do modelo de Estado regulador (COSTA et. al., 2016). Os autores argumentam ainda que o cenário de integração competitiva era fortemente carregado da ideologia neoliberal, apesar da refutação dessa influência feita pelos defensores

do Plano (COSTA et. al, 2016; HIRT, 2016). Costa et. al. (2016), então, acrescentam que o cenário era baseado na privatização, na abertura comercial e na inserção competitiva, pontos fortes do liberalismo.

Desse modo, o modelo de desenvolvimento foi amplamente defendido pelo BNDES, que se tornou defensor da abertura e liberalização econômica (COSTA, 2011), perfil que o Estado assumiria na década de 1990. Nesse sentido, Costa (2011) salienta que, apesar do afastamento do desenvolvimentismo dos ideais do Banco, a difusão do novo modelo tem o BNDES como ator fundamental, contribuindo para a consolidação de um ideário que cada vez mais ganharia espaço e alcançaria hegemonia na década seguinte. Esse processo demonstra a capacidade de planejamento e poder do BNDES na política econômica do país, visto que, a partir da sua inter-relação com o governo, este foi fortemente influenciado por um projeto formulado, debatido e implementado no âmbito do Banco (COSTA, 2011).

A revisão proposta até aqui buscou expor o contexto do ideário de origem e de atuação do BNDES nas primeiras décadas de sua existência. Como se viu, a instituição teve importância significativa, às vezes oscilando no nível de atuação, mas sempre presente nas políticas econômicas de todos os governos desde sua criação em 1952. O Banco constituiu-se, dessa forma, como chave na implementação de diversas estratégias de desenvolvimento ao longo desse tempo. Marcado fortemente por um ideário desenvolvimentista, às vezes mais nacionalista ou não, o BNDES seguiu os preceitos de um desenvolvimento econômico guiado pela industrialização até o final dos anos 70, passando posteriormente por um período de indefinição de seu papel.

Ainda em início da década de 1980, o Banco reafirmou, através de documentos de planejamento, seu papel desenvolvimentista e sua vinculação a este modelo, posição que mudaria substancialmente, como se pôde perceber, em 1988, quando o ideário da integração competitiva, notadamente marcada pela abertura econômica foi amplamente difundida dentro e pelo Banco. Demonstrou-se, sobretudo, que o BNDES manifesta uma grande capacidade de antecipação e execução de políticas econômicas, como no planejamento e execução do Plano de Metas, do II PND e na difusão da Integração Competitiva. A Instituição altera sua orientação, “mas continua sendo um elemento fundamental na efetivação das políticas econômicas, até porque seus recursos se direcionam para [...] privatização, promoção de exportações, incentivo à competitividade [...] consideradas prioritárias pelo Banco” (COSTA, 2006, p. 4) e que marcariam o ideário de ações do Estado na próxima década, que será apresentada na seção a seguir.

2.2 Contexto, ideário e atuação do BNDES no governo FHC

Como pôde ser observado, o BNDES, como todo agente dentro de um ou mais campos, teve, desde sua origem, suas atividades influenciadas, pelo contexto socioeconômico e o conjunto de visões de mundo econômicas e sociais presentes e difundidas em cada período. Também é possível dizer que, em determinados momentos, os cenários e ideários articulados dentro do Banco possuíram reverberação nas políticas econômicas do Estado brasileiro. Nesse sentido, busca-se, nesta seção, tratar sobre a conjuntura social, política, econômica e simbólica presentes nos dois mandatos do presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, de forma mais específica, como o BNDES respondeu a essas circunstâncias.

O mandato eleitoral anterior ao de Cardoso foi presidido, inicialmente, por Fernando Collor, primeiro presidente eleito por voto direto após o regime militar e a promulgação da Constituição da República de 1988 (CF/88), e, depois do processo de impedimento que o afastou da presidência, por Itamar Franco. A literatura que trata da atuação do BNDES identifica esse período como de consolidação de um novo modelo de política econômica, em que teria ocorrido uma inflexão rumo ao neoliberalismo econômico (HIRT, 2016; REDIVO, 2012; BUGIATO, 2016; COSTA, 2006 e 2011; DINIZ, 2004; COSTA et al, 2016). Para Costa et al (2016), essa orientação foi iniciada ainda na década de 1980, no governo do ex-presidente José Sarney, considerado pelos autores como um momento de transição para o novo modelo, que seria consolidado nos anos 90.

Desse modo, o governo Collor (1990-1992) iniciou sob forte influência do ideário liberal. Hirt (2016) argumenta que fatores internos (desarmonia entre Estado e sociedade, inflação elevada e deterioração do antigo modelo de Estado) e externos (choques do petróleo e crise e reorganização do sistema financeiro internacional) contribuiriam para essa inflexão. Sobre o cenário interno, Costa et al. (2016) apontam que a visão de Estado ineficiente e setor privado competente ganhava espaço na sociedade brasileira, inclusive com a ação dos meios de comunicação. A abertura comercial e privatização trariam, então, aumento da eficiência dos serviços prestados, já que o Estado, inerentemente ineficaz, se afastaria das funções e se ateria apenas a atividades essenciais (COSTA et. al., 2016).

Dessa forma, ocorre uma ruptura com o modelo desenvolvimentista (COSTA et al 2016; REDIVO, 2012). Redivo (2012) aponta como característica do período três processos: abertura econômica, privatização e estabilização. O autor afirma, ainda, que o comportamento da economia brasileira tem como principais fatores a redução do tamanho do Estado, através das

privatizações, a ausência de políticas setoriais de industrialização e a estabilização monetária alcançada pelo Plano Real em 1993. Esses elementos foram acompanhados de redução de investimentos em infraestrutura e industrialização tecnológica.

Sallum Jr e Goulart (2016) argumentam de forma diferente e dizem que a ideologia neoliberal nunca foi plenamente exercida no Brasil pois a inserção competitiva do País não era admitida, em nenhum dos governos, sem a existência de um Estado forte com capacidade de comando da economia e sem uma economia de peso internacional. Para os autores, as ideias liberais foram adotadas apenas parcialmente no Brasil. A inserção internacional teria atenuado o caráter protecionista do ideário desenvolvimentista (SALLUM JR; GOULART, 2016). Para os autores, houve intensa disputa político ideológica, possibilitadas principalmente pela redemocratização do País, que resultaram em reorientação da política externa, assimilação seletiva do ideário neoliberal e alterações do ideário desenvolvimentista.

Essa postura do novo governo coadunava com as mudanças que o BNDES já vinha sofrendo desde a década anterior, em que se afastava das atividades relativas à industrialização por substituição de importações e criava novas habilidades voltadas ao mercado de capitais e privatizações (COSTA et. al., 2016). A modernização do parque industrial e apoio ao setor exportador, como vimos, ainda caberia ao Banco no governo Collor, mas Costa et. al. (2016) expõe o pensamento de Currello (1998), que argumenta que estas funções não foram desempenhadas como se deveria e podem ser consideradas secundárias em detrimento às operações de privatização.

Sobre a atuação do BNDES no governo Collor, é importante destacar a atuação do presidente do Banco Eduardo Modiano no início do mandato, que, ligado à direita do campo dos economistas (sobre o qual será tratado mais adiante) por meio da PUC/RJ, defendia a abertura econômica e a privatização de parcelas do Estado, convergindo, inicialmente com o Planejamento Estratégico do BNDES (KLÜGER, 2017). No entanto, mesmo com a alçada de defensores da integração competitiva ao governo federal, o BNDES não conseguiu fazer valer suas recomendações por conta da forma acelerada como o processo foi conduzindo, sem que as empresas nacionais obtivessem instrumentos para competir, levando a desindustrialização que afetaria tanto agentes improdutivos como produtivos (KLÜGER, 2017).

A atuação de Modiano no Banco foi marcada, conforme destaca Klüger (2017), pela falta de negociação com os quadros da Instituição quanto aos pontos divergentes das políticas de abertura e privatização a serem implementadas e o presidente deslocou o corpo técnico de forma a alçar os que tinham sintonia com seus desígnios. Nesse sentido, transformou o BNDES

no principal instrumento de desestatização do governo Collor (KLÜGER, 2017). Nesse contexto de ações do governo, a abertura econômica aplicada de forma generalizada sem distinguir setores produtivos de improdutivos e a desnacionalização sem uma política voltada à competitividade eram alvos de crítica dentro do BNDES nos grupos ligados à Integração Competitiva, afastados por Modiano, impedindo a implementação da política no governo Collor (KLÜGER, 2017).

Nesse sentido, foi a partir do governo Collor que o BNDES conduziria o processo de privatização das empresas da União, não só as que lhe pertenciam, e não se trataria apenas de devolução de empresas ao setor privado, mas de uma política de Estado para alcançar os objetivos da reforma que se pretendia implantar (COSTA et. al. 2016). Nesse sentido também é o entendimento de Hirt (2016), que assevera que, no governo Collor, a privatização alcançou outro patamar, tornando-se “prioridade pública” (p. 192). O BNDES passou a ser conhecido como o “banco da privatização”, tamanha foi a sua participação no processo (HIRT, 2016), que, para o presidente da República, deveria começar com grandes empresas nacionais lucrativas para que se demonstrasse o comprometimento do Estado com a política (COSTA et. al. 2016).

Dessa forma, o governo Collor, implantou, em abril de 1990, o Programa Nacional de Desestatização (PND) que tinha em sua base instituição a Comissão Diretora e o BNDES, este como instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização (FND), responsável por vistoriar os trabalhos dos auditores e consultores privados e efetivar os processos de privatização (DINZ, 2004). É a partir do PND que o Banco direciona grande esforço para operacionalizar as privatizações, através da criação de uma estrutura institucional a partir de seu próprio quadro técnico, conforme demonstra o quadro 3.

Quadro 3 - Organização interna do BNDES para atuar como gestor da privatização

Órgão	Composição	Atribuições
Comitê Gestor Portaria 66/90 De 27/08/90	Todos os diretores do BNDES e da BNDESPar 4 superintendentes do BNDES 1 superintendente da BNDESPar	Prestação de apoio ao funcionamento da Comissão Diretora do PND Coordenação de atividades desempenhadas pelo BNDES como gestor do FND
Coordenação geral de cada operação Portaria 04/91	Até 3 diretores do BNDES 1 diretor da BNDESPar 2 superintendentes do BNDES	Submeter à Comissão Diretora - preço e recomendação de alienações Recomendar à Comissão Diretora - formas de alienação das empresas, - destinação dos recursos provenientes de alienação para quitação de dívida para com o setor público, - forma de pagamento das alienações, ajuste de natureza operacional, contábil ou jurídica inclusive se necessário saneamento financeiro, criação de ações de classe especial e justificativas das matérias por elas disciplinadas, condições de participação dos empresários vinculados à empresa Determinar informações necessárias à instrução de cada processo
Grupos de Trabalho Portaria 74/90 De 22/10/90 Portaria 04/91 de 22/01/91		Preparar editais de licitação para contratação de consultores Participar dos julgamentos realizados pela Comissão de Licitação Especial Acompanhar a execução dos serviços técnicos, emitindo parecer sobre os relatórios apresentados
Gabinete de Apoio ao PND Resolução BNDES 730/90 de 10/09/90		Planejar, acompanhar, assistir e orientar atividades relativas às atribuições conferidas ao BNDES na qualidade de gestor do PND Coordenar e apoiar a ação institucional do BNDES na qualidade de gestor do PND
Comitê Jurídico Portaria 67/90 de 27/08/90	1 membro do Comitê Gestor-presidente 4 advogados-senior do BNDES	Prestar apoio jurídico nos processos de privatização Uniformizar, do ponto de vista jurídico, os processos de privatização Orientar os advogados envolvidos em cada processo
Comissão de Cadastramento Portaria 50/90 de 05/07/90	1 superintendente do BNDES 6 executivos do Sistema BNDES	Encaminhar ao Comitê Gestor proposta de cadastramento e seleção de empresas de reconhecida reputação e tradicional atuação na negociação de capital, transferência de controle acionário e venda de ativos
Comissão de Licitação Especial Portaria 65/90 de 20/08/90	1 superintendente do BNDES 6 executivos do Sistema BNDES	Promover licitação para contratação de empresas de consultoria econômica, avaliação de bens e de auditoria necessários ao processo de desestatização
Comissão de Custódia	1 membro do Comitê Gestor 1 executivo do Sistema BNDES	Administrar o Fundo Nacional de Desestatização Emitir Recibos de Depósitos de Ações (RDAs) Cancelar os RDAs, quando do recebimento dos valores apurados na venda de ações
Comissão de Divulgação Portaria 51/91 de 27/06/91	10 executivos do Sistema BNDES	Planejar, coordenar e supervisionar o processo de informações e divulgação das operações Interagir com os Grupos de Trabalho e outros órgãos visando o aperfeiçoamento dos objetivos de informação e divulgação do PND

Fonte: BNDES (1992) *apud* Diniz (2004, p. 84)

Assim, o BNDES criou, dentro de sua estrutura, um Comitê Gestor, uma Coordenação Geral de Operação que contava com Grupos de Trabalho, que possuíam, ainda, Comissões para assessorar especificamente os processos de privatização (DINIZ, 2004). No PND foram inseridas 32 empresas, com destaque para o setor petroquímico e de fertilizantes e, ao longo da presidência de Collor, 16 processos foram concluídos (COSTA et al., 2016).

Sobre a Integração Competitiva e os programas realmente implementados, faz-se relevante para o estudo proposto trazer os pontos divergentes apontados por Klüger (2017), para

quem o insucesso do cenário resultou do desequilíbrio entre as faces do programa, que eram a integração e o incentivo à competitividade. Desse modo, as diferenças em relação ao que era pretendido pelo BNDES são: a falta de preparação das empresas para a abertura, que quebravam ou especializavam-se em setores de baixo valor agregado; e a destinação dos recursos das privatizações apenas para pagamentos de dívidas do Estado sem reinvestimento em infraestrutura e produção nacional (KLÜGER, 2017).

Após o impedimento de Fernando Collor em 1992, Itamar Franco assume a presidência do País e, mesmo o suspendendo temporariamente, o novo presidente fortaleceu o PND, apesar de seus ditos receios quanto às privatizações (COSTA et. al., 2016). Para Costa et. al. (2016), o PND passava a cada vez mais deixar clara sua relação com o padrão neoliberal que apontava para redução do Estado e assimilação do modelo de Estado regulador dos Estados Unidos. No período do governo de Itamar, o BNDES teve três presidentes em dois anos, com visões distintas quanto à economia (KLÜGER, 2017). Antonio de Barros Castro, acadêmico reconhecido ligado à Cepal, UFRJ, Finep e ao próprio BNDES, reivindicou a recuperação do planejamento e investimento em competitividade sem sucesso por conta do cenário de cortes de verbas e dificuldades de estabilização da economia. Depois de Castro, Delben Leite assumiu a presidência do Banco, sendo destituído rapidamente por conflitos com a equipe de Itamar.

A estabilidade na presidência do Banco no governo Itamar veio quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Fazenda e indicou Pêrsio Árida, ligado à PUC/RJ e alinhado com as políticas de estabilização da economia e privatização iniciadas no governo Collor. Nesse sentido, a gestão de Árida no BNDES foi marcada pela visão de que um banco de desenvolvimento deveria ser, primeiramente, um banco, com rigores e cuidados de instituições financeiras, implementando-se uma reforma interna quanto aos cargos e procedimentos de concessão de créditos a projetos (KLÜGER, 2017). Para Árida, o BNDES deveria agir somente onde o mercado não funciona (KLÜGER, 2017), o que demonstra seu alinhamento com a visão de bancos de desenvolvimento como atuantes nas falhas de mercado.

Durante os primeiros anos da década de 1990, a atuação do BNDES foi assinalada também por uma modificação em suas fontes de recursos, além da inclusão do FAT com a CF/88, que foi a preponderância do retorno das operações, demonstrando a primazia dada à rentabilidade nos novos contratos, conforme delineava o plano estratégico da instituição (COSTA et. al., 2016). No período, houve uma demanda mais fraca que, somada à limitação das fontes de recursos, deu ao Banco, de acordo com Costa et. al. (2016), um caráter modesto e conservador nos anos 1989-1994. Ainda nesta época, como o comércio exterior era um dos

objetos de incentivos do banco, foi criada uma nova linha de crédito com esta função, o Finamex (COSTA et. al., 2016). Outra modificação significativa foi que, em 1994, o BNDES foi enquadrado pelo Banco Central (Bacen) ao Acordo de Basiléia¹, adequando-o às normas do sistema financeiro no mesmo moldes das instituições bancárias privadas, fato que gera controvérsia na literatura, visto que o status de banco público de investimento do BNDES.

Sobre os desembolsos, Costa et. al. (2016) apontam perda relativa do espaço da indústria e mais participação da agricultura. A explicação para essa mudança está na desaceleração da produção industrial e do investimento e na falta de demanda de outros setores, fazendo com que o agronegócio, cujos financiamentos estavam passando por crise, aparecesse na carteira do BNDES (COSTA et. al., 2016). Este tipo de financiamento do Banco, que perdura até hoje, ainda é alvo de críticas por ser responsável por um custo social relativamente grande.

Desse modo, Costa et. al. (2016) sintetizam que o BNDES, bem como seu corpo técnico, que foi responsável pela criação do cenário de Integração Competitiva para atuação do Banco, assimilou sem muitas ressalvas os novos caminhos que o governo brasileiro tomara em direção ao liberalismo durante o período Collor e Itamar. O Banco, então, se adaptou à virada na visão de desenvolvimento econômico implantada à época e incorporou as privatizações entre suas expertises. Apesar disso, houveram críticas de pensamentos justamente ligados à integração (KLÜGER, 2017), mas o Banco agiu no sentido de estabilidade e privatizações. Hirt (2016) ressalta que, nesse período, o Banco continuou atuando como *thinktank*², mas alinhado com um discurso de diminuição do tamanho e papel indutor do Estado e de si mesmo.

Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil por dois mandatos (1995-2002) e sua eleição, conforme denota Costa (2011), possibilitou a consolidação do projeto político-econômico iniciado com o Plano Real, que provocou uma situação macroeconômica confortável em seus primeiros anos (COSTA et. al., 2016). Nesse sentido, Salgado (2013) afirma que o principal objetivo era a estabilidade econômica, que tinha nas privatizações parte de sua estratégia e o BNDES como braço do Estado para financiar as operações.

Sobre o contexto ideológico que guiou as políticas econômicas do governo FHC e que tiveram importante influência sobre a atuação do BNDES durante o período, COSTA et. al. (2016) aduzem que, desde o início, se mostrava clara adesão ao projeto neoliberal através da

¹Acordo com objetivo de implementar mecanismos de mensuração de risco de crédito e estabelecer às instituições financeiras a exigência de um padrão mínimo de capital. (PRADO; MONTEIRO FILHA, 2005, apud HIRT, 2016, p. 245)

²*Thinktanks*: bancos de ideias sobre os quais Klüger (2017) recorre a Dixon (1999) para explicar que são organizações que gostam de se apresentar como foros de reflexão, mas que devem ser antes entendidas como vetores privilegiados do ativismo político de certos intelectuais, pontos de apoio essenciais da influência exercida sobre os campos econômico e político” (p. 186).

abertura externa da economia, da adaptação do sistema financeiro à nova realidade internacional e da reforma do Estado em múltiplas dimensões.

Em contraponto, Sallum Jr e Goulart (2016) defendem que o ideário neoliberal foi apenas parcialmente adotado. Para os autores, quanto à centralização da estabilidade econômica e a autonomia do Bacen na definição de metas econômicas, o governo FHC seguiu a linha mais ortodoxa do liberalismo. Já quanto à política fiscal, o governo seguiu modelo menos neoliberal, pois detinha-se certa flexibilidade com a alta de juros e pouca redução dos gastos públicos (SALLUM JR; GOULART, 2016). Na visão desses autores, o papel empresarial do Estado diminuiu, mas sua capacidade de intervenção não foi tão drasticamente reduzida, fazendo com que o neoliberalismo se efetivasse no núcleo das políticas macroeconômicas, mas não se convertesse na totalidade das políticas de Estado.

As divergências político-ideológicas dentro do governo Cardoso também são apontadas por Hirt (2016), que remete a Nobre (2013), para dizer que havia um grupo contra a sobrevalorização do real e outro que defendia o sistema de metas de inflação, considerados monetaristas, liberais ou ortodoxos. A disputa entre neoliberalistas e liberais-desenvolvimentistas tinha ampla predominância dos primeiros, por conta de maiores garantias de estabilidade econômica, conforme interpretação feita por Sallum Jr (1999). Além da questão sobre a política cambial apontada acima, outro ponto de divergência era a prioridade que deveria ter a política econômica, em que se defendia redução do custo Brasil por um lado e aumento do investimento por outro (COSTA, 2011).

Sallum Jr. e Goulart (2016) ressaltam o cenário de escolhas entre fundamentalismo neoliberal e liberal-desenvolvimentismo marcou o governo FHC, em que o primeiro oferecia garantias de curto prazo melhores e mais riscos a médio e longo prazo, enquanto o segundo fazia o inverso. Os autores defendem que a adesão predominante ao neoliberalismo é evidente, mas que esse processo passou por pressões externas ao governo com exigências político-institucionais e demandas sociais que mitigaram, em certa medida, as políticas associadas ao modelo neoliberal, que teria sido incorporado ao Estado de forma gradual e seletiva (SALLUM JR.; GOULART, 2016). Sob a perspectiva de Sallum Jr. e Goulart (2016) não havia ação articulada entre os defensores do liberal-desenvolvimentismo no governo FHC e a manutenção de BNDES, Banco do Brasil e Petrobrás, por exemplo, não foi fruto de seu esforço, mas de menos articulação do ideário neoliberal.

Entende-se, portanto, que as ideias e crenças deram unidade e propósito ao grupo que estava no poder, mesmo que as iniciativas econômicas não tivessem, ao ver de Sallum Jr. e

Goulart (2016), um ideário bem definido, tratando-se de um liberalismo econômico em construção. Klüger (2017) concorda com esta interpretação de divisão no cenário político-ideológico durante o governo FHC e aponta, através do estudo dos laços entre os agentes do campo dos economistas, que, do lado liberal-desenvolvimentista estavam José Serra, Clóvis Carvalho, Andrea Calabi e os irmãos José Roberto e Luiz Carlos Mendonça de Barros, e, o grupo neoliberal era formado por nomes como Pedro Malan, Gustavo Franco e posicionado no Ministério da Fazenda e no Banco Central. Edmar Bacha, André Lara Resende e Pêrsio Árida, que ocuparam inclusive posição de presidente do BNDES, se encontravam em posições intermediárias e tinham críticas aos dois extremos (KLÜGER, 2017).

Essa interpretação, como vê-se, discorda das reflexões de Costa et. al. (2016), que viram nos governos de Collor, Itamar e FHC a consolidação do sistema neoliberal que vinha passando por sua instalação desde o governo Sarney. A literatura consultada, no entanto, concorda que o ideal desenvolvimentista já estava superado e que havia, no mínimo, um reformismo neoliberal amplamente difundido em vários setores sociais, políticos e econômicos, sendo considerado um sistema hegemônico, que tinha como “participantes do sistema de dominação” o setor capitalista financeiro preponderante e os demais setores empresariais, os dirigentes do Estado, os quadros da administração e o conjunto da população (SALLUM JR.; GOULART, 2016, p. 124). Hirt (2016) assevera que, no governo FHC se definiu no poder um bloco com viés neoliberal com hegemonia da fração de classe bancário-financeira entre as outras frações do bloco dominante.

Nesse sentido, mesmo com a divergência entre os pensadores quanto ao nível de adoção do neoliberalismo, ficou claro que a política de estabilidade econômica estava no centro do poder, o que levou a alta da taxa de juros restringindo a atividade econômica interna, considerando-se que o mercado iria levar ao equilíbrio (COSTA, 2011). As políticas fiscal, monetária e cambial, para Costa (2011), do primeiro governo FHC levaram à redução da inflação e à estabilização da economia, mas tiveram como efeitos colaterais o aumento do desemprego e das contas externas e públicas. Além disso, a economia e a indústria brasileiras não se inseriram internacionalmente frente às ações macroeconômicas que dificultaram a produtividade (COSTA, 2011), o que enfraqueceu ainda mais a corrente liberal-desenvolvimentista (SALLUM JR.; GOULART, 2016).

As privatizações dentro da política de estabilização econômica do governo FHC foram emblemáticas, com função de atração de investimento direto estrangeiro, redução da dívida pública e diminuição dos déficits fiscal e em conta corrente. Assim, apesar de diferenças sobre

a adoção ou não do neoliberalismo de forma mais abrangente pelo Estado brasileiro nos governos FHC, é passivo na literatura o aprofundamento do papel no BNDES nas privatizações neste período, abandonando, ainda mais, seu caráter de banco de desenvolvimento nacional (COSTA, 2006 e 2011; SALLUM JR; GOULART, 2004; DINIZ, 2004; HIRT, 2016; REDIVO, 2012; SALGADO, 2013). Costa et. al. (2016) apontam que, como afirmaram Prates, Cintra e Freitas (2000), o Banco tocara, no governo FHC, o maior programa de privatizações do mundo ocidental até então.

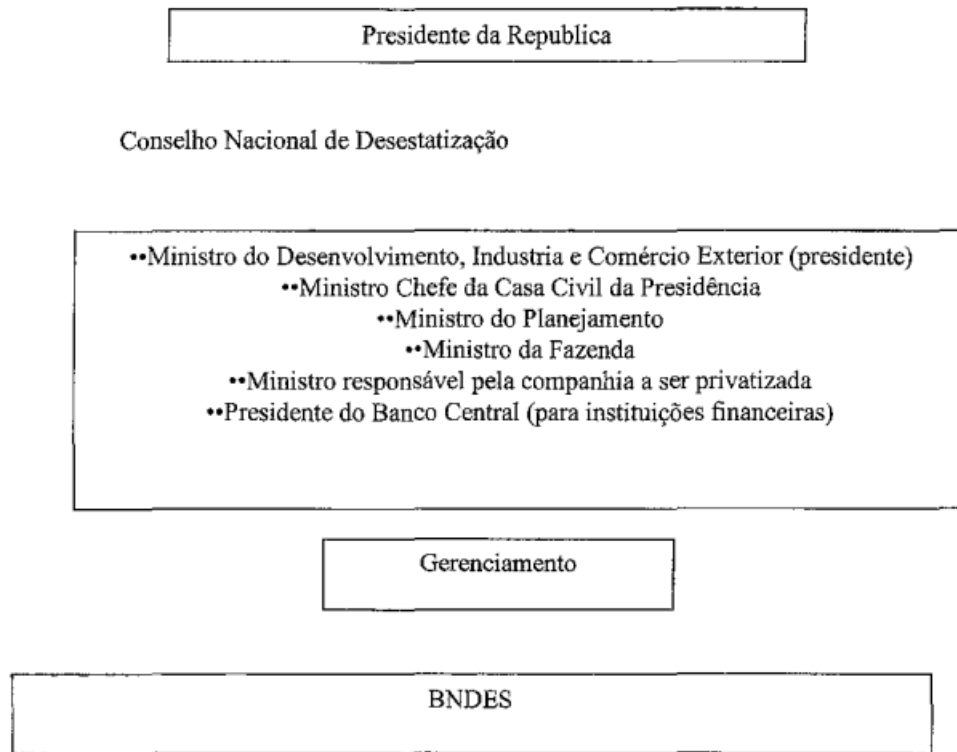
Nesse sentido, o governo buscou, logo no início, reduzir a participação do Estado nas atividades econômicas e conceder igual tratamento a empresas nacionais e estrangeiras, para o que seria necessário a aprovação de reforma constitucional e infraconstitucional (COSTA, 2011). As medidas aprovadas pelo governo, que detinha apoio majoritário no Congresso Nacional foram, conforme Sallum Jr. (1999):

- a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro;
- b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela PETROBRÁS, que se tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc.) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões). (p. 32).

Além disso, o autor ainda elenca a aprovação de lei complementar que regulava as concessões dos serviços públicos à iniciativa privada e, utilizando o aparato legal que vigorava desde o governo Collor e as reformas constitucionais de 1995, a implementação de um programa de privatizações e de venda de concessões nos âmbitos estadual e federal como materialização do ideário liberal no governo FHC.

Assim, buscava-se, conforme denotam COSTA et. al. (2016), a incorporação de novos setores às privatizações e a eliminação de restrições à participação do capital estrangeiro nesses processos. Nesse período, a privatização poderia atingir, então, os serviços públicos objetos de concessão, permissão ou autorização, empresas financeiras da União e dos estados e empresas criadas pelo segmento privado que passaram ao controle da União (COSTA et. al., 2016). As privatizações ganharam, já em 1995, outra forma a seu aparato institucional com vistas a conferir mais agilidade ao processo (DINIZ, 2004; Costa, 2011). No novo modelo, que substituía a Comissão de Privatização pelo Conselho Nacional de Privatização (CND), o BNDES continuava como gestor do FND, mas não tinha mais voto no órgão colegiado. A figura 2 mostra o novo organograma institucional para as privatizações.

Figura 2 - Organograma da estrutura institucional adotada em 1995 para as privatizações



Fonte: Diniz (2004), p. 97.

Costa (2011) salienta que essa nova composição tirava poder do BNDES, que perdia o direito a voto, e dava à estrutura um maior grau de insulamento, em que representantes do setor privado não são presentes. Para a autora, essa mudança ocorreu por conta do grande interesse do governo na privatização do setor de infraestrutura, visto sua importância para o processo de estabilização, levando o governo a concentrar o poder decisório nos processos.

Entre os anos de 1995-1998, foram realizadas 80 privatizações (COSTA, 2011) e o governo permitiu que o BNDES concedesse empréstimos para financiar a compra de empresas estatais (DINIZ, 2004). Costa et. al. (2016) indicam que apenas dois setores não tiveram sua privatização gestada fora do Banco, apesar de terem contado com sua participação na operacionalização: telecomunicações e bancos estaduais. Diniz (2004) destaca então que, o BNDES e a BNDESPar entraram com recursos financeiros e de pessoal efetivos nas privatizações e negligenciou o papel de prestar informações e mesmo alertar para, por exemplo, a necessidade de se criar uma agenda para a regulação da prestação dos serviços por parte das privatizadas, o que, para a autora, condiz com a função de instituição de desenvolvimento.

O BNDES ocupou papel ainda mais decisivo nas privatizações estaduais e municipais (COSTA, 2011), iniciadas em 1996 (DINIZ, 2004). O Banco antecipava recursos aos estados que detinham empresas privatizáveis no valor das ações que seriam oferecidas para privatização e tinha nas ações que seriam privatizadas as garantias dos empréstimos (COSTA, 2011; COSTA

et. al., 2016). A justificativa para ação do BNDES nas privatizações estaduais era a viabilização da expansão do PND ao setor elétrico e a contribuição do processo para abatimento das dívidas das unidades da Federação (COSTA, 2011).

Um apontamento feito por Costa (2011) sobre o processo de privatização ocorrido no governo FHC diz respeito ao fato de que, apesar de ter tido papel central no PND, o BNDES não foi capaz de definir um modelo que priorizasse setores de entraves para o desenvolvimento industrial do país e não havia preocupação com os marcos regulatórios dos setores a serem privatizados, visto era a importância do processo apenas com a questão fiscalista e de minimizar os déficits fiscal e em conta corrente do governo. A autora também indica que a formação de grandes grupos nacionais para a compra das empresas privatizadas, que deveria ter o apoio do BNDES, não foi priorizada pelo governo FHC, tendo as transnacionais mais vantagens no PND. Sobre isso, Klüger (2017) constata o fato de que a Integração Competitiva não foi efetivamente implementada nos moldes pretendidos pelo BNDES, conforme explicado anteriormente.

Já Sallum Jr. e Goulart (2016) relativizam o que seria essa obsessão por geração de receita por parte do Estado e citam que a privatização no setor de telecomunicações foi precedida de lei que determinou as normas de funcionamento e a estrutura do setor através da criação de uma agência reguladora. Os autores ressaltam, ainda, que, neste processo específico, havia interesse do governo em atrair as grandes transnacionais, as convidando para participar dos leilões e oferecendo empréstimos e associação em fundos de pensões de estatais com o objetivo de tornar o sistema econômico nacional mais denso e forte na economia internacional com a incorporação de grandes prestadores mundiais de telecomunicação. Para Sallum Jr. e Goulart (2016), outra ressalva que deve ser feita quanto à abrangência das privatizações, criticada muitas vezes por ter sido em grande escala, diz respeito às restrições impostas nas privatizações de bancos estatais, nas quais foram oferecidos apenas os bancos estaduais, mantendo os federais sob controle governamental. Esse limite se deu pelo valor estratégico dos bancos da União e preservou a atuação do Estado no sistema financeiro nas atividades e investimentos em diversos setores da economia (agricultura, habitação e empréstimos de longo prazo).

Outra crítica feita em relação ao processo de privatização que se relaciona com a atuação do BNDES é realizada por Costa et. al. (2016), que apontam os financiamentos concedidos pelo Banco para empresas após suas privatizações, a fim de possibilitar a modernização das mesmas, o que contraria a justificativa primeira do PND de que o Estado não teria capacidade financeira para realizar os investimentos para alavancar as empresas que estavam em seu poder. Além

disso, a privatização do setor elétrico não eximiu o Estado de arcar com os custos do racionamento de energia em 2001, pois o BNDES foi obrigado, em 2002, a criar uma linha emergencial de crédito para as empresas distribuidoras, bem como a compensação dos prejuízos da época por parte do Tesouro, o que demonstra, para Costa et. al. (2016), a capacidade financeira do Estado. Esse também é o posicionamento de Hirt (2016), que assevera que, apesar de teoricamente representar menos responsabilidade do Estado, a forma como as privatizações do setor elétrico ocorreu fez com o os riscos fossem assumidos pelo Poder Público.

Sobre a atuação do BNDES, pode-se dizer que, de forma geral, o papel do Banco foi alterado de forma a priorizar o cumprimento de metas macroeconômicas do governo (COSTA, 2011; COSTA et. al., 2016). Costa (2011) afirma que a instituição agiu, sobretudo, no ajuste fiscal para atingir a estabilização. Sendo assim, as diretrizes para o Banco nos anos de 1996-1999 foram as seguintes: modernização e internacionalização da economia brasileira; financiamento e a regulação dos investimentos privados em infraestrutura econômica; gerenciamento do PND e do FND) e assessoramento ao CND; modelo de financiamento às pequenas e médias empresas; e área social com maior ênfase, com prioridade para as questões do emprego e do desenvolvimento regional (COSTA, 2011).

Quanto à ênfase dada à agenda social, ressalta-se o objetivo de apoiar empreendimentos que tivessem impacto social e gerassem empregos e, nesse sentido, foi criada a Área de Desenvolvimento Regional e Social (AS) no Banco. Buscava-se a interação da questão social com os demais setores da instituição a fim de estabelecer ações que mitigassem reestruturação produtiva e a conjuntura de desaceleração econômica imposta pelas políticas de estabilização (COSTA, et. al., 2016), como a exigência para que as empresas oferecessem programas de requalificação e retreinamento remunerado (COSTA, 2011).

Além disso, foram estabelecidos o Programa de Crédito Produtivo Popular, para financiar empreendimentos da população de baixa renda; o Fundo Social, com apoio não reembolsável a projetos de caráter social voltados a população carente; os Projetos de Autogestão e Cogestão, na área de trabalho e renda; Projeto Multissetorial, atuando no desenvolvimento urbano; o Projeto de Modernização das Administrações Tributárias Municipais (PMTA) que tinha por objetivo estimular a capacidade de geração de receita própria dos municípios brasileiros, visto como contribuição do BNDES para a reforma do Estado; o Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social; e o incentivo a empresas de papel e celulose a desenvolverem programas que aperfeiçoassem as relações de trabalho (COSTA, 2011).

Desse modo, de forma geral, ampliou-se o escopo de atuação do Banco e, como consequência, também foram acrescentados aos ativos da instituição as áreas de comércio e serviços (COSTA et. al., 2016) e de turismo, por serem geradores de emprego (COSTA, 2011). Apesar da atuação do Banco nessa área, como a execução do Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida (Proemprego), as taxas de desemprego não foram diminuídas e as ações da instituição se mostraram efetivamente apenas paliativas (COSTA, 2011).

Quanto ao incentivo a pequenas e médias empresas constantes nas diretrizes, Costa (2011) destaca que o objetivo era ampliar o suporte de forma a democratizar o acesso ao crédito. No entanto, o Banco não conseguiu definir uma política consistente nesse sentido (COSTA, 2011). Outra diretriz em que não houve avanço significativo, na visão de Costa (2011), foi o esforço na desconcentração regional e, apesar dos programas Nordeste Competitivo (PNC) e Amazônia Integrada (PAI), consideradas iniciativas pontuais, o Banco não foi capaz de implementar ação sistêmica que reduzisse as desigualdades regionais. Nesse sentido de atuação, também é citado que parte dos recursos das privatizações foi encaminhada ao Fundo de Desenvolvimento Regional para auxiliar os municípios impactados pela venda da Cia Vale do Rio Doce, compromisso do governo para pacificar o embate que se travava em volta da operação, que o BNDES agiu de forma a defender das liminares judiciais que envolveram o processo de venda da estatal.

Quanto aos investimentos privados em infraestrutura, o BNDES, com o processo de abertura financeira, para Costa et. al. (2016), deveria transferir sua função de financiador de longo prazo para a iniciativa privada, o que não foi possível de acontecer, restando ao Banco o papel de “viabilizar novos arranjos financeiros no âmbito do mercado de capitais, envolvendo financiadores privados para projetos de infraestrutura” (p. 164). Dessa forma, como os investimentos em infraestrutura possuem particularidades que afastam a iniciativa privada (necessidade de muitos recursos e imprevisibilidade), a solução encontrada foi o estabelecimento de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que aderiam a projetos financiados, em maior parte, pelo BNDES. Esses novos instrumentos de engenharia financeira demonstravam o interesse de se mudar o papel do BNDES na economia, mas se mostraram secundárias quanto ao investimento de longo prazo, que continuou cabendo ao Banco (COSTA, et. al., 2016).

A modernização do setor produtivo com financiamento de exportações era anunciada como uma prioridade do governo (COSTA, 2011) e essa linha de atuação seria intensificada a

partir de 1994, com o programa Finamex ampliado (COSTA et. al., 2016). Contudo, o cenário de valorização da moeda impediu o avanço das exportações e parte das empresas buscou financiamento no exterior e diminuiu a aquisição de máquinas e equipamentos (COSTA, 2011). O Finamex se tornou, em 1997, o BNDES-Exim e ampliou os desembolsos do Banco na área. No entanto, destaca que o progresso tecnológico e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) não foram mencionados e não se constituíram como área de interesse de atuação do Banco nesse período. Esse fato, acrescentado a uma política macroeconômica desfavorável e a inexistência de uma política industrial tornou os objetivos da modernização produtiva e da inserção internacional das empresas brasileiras muito difíceis de serem alcançados (COSTA, 2011). A integração competitiva, para Costa (2011), parecia ganhar força dentro do Banco, mas não era passiva no governo.

O cenário político e econômico do segundo governo FHC (1999-2002) continuou desfavorável a uma política industrial e de desenvolvimento e as decisões governamentais se concentraram ainda mais no polo Ministério da Fazenda/Banco Central bem como não houve resignação da política fiscal e força do Ministério do Desenvolvimento (COSTA, 2011). Sobre este último, criado em 1998 e sob o qual se encontrava subordinado o BNDES, entre outras instituições de fomento, é importante salientar que o órgão esteve inicialmente sob a influência dos liberal-desenvolvimentistas, mas seu desempenho mostrou que as prioridades do governo não haviam se alterado e não se conseguiu definir uma política industrial e estratégia de desenvolvimento para o país em seu âmbito (HIRT, 2016).

O insulamento Fazenda/Bacen no centro decisório no segundo mandato de Cardoso mostra o auge da regulação econômica tecnocrática (HIRT, 2016), conectando, nos dizeres de Couto e Abrucio (2003) referidos por Hirt (2016), “uma ‘autonomia imersa com sinal trocado’, sendo que a rede de decisões e informações ‘conectou o Estado ao mercado financeiro, em vez de favorecer a política industrial” (p. 219). Sobre isso, ainda é necessário acrescentar que o empresariado, apesar de seu amplo apoio à reeleição de FHC e de ter seus interesses industriais comprometidos com a política macroeconômica, não construiu uma plataforma sistemática em busca de uma política industrial (COSTA, 2011). Isso se deve à mudança do modelo em que os empresários tinham assento em diversos órgãos consultivos e deliberativos da burocracia estatal para o fechamento das instâncias decisórias na burocracia pública (HIRT, 2016).

Nesse período, Costa (2011) destaca o Planejamento Estratégico 2000-2005 da Instituição que, entre outros aspectos importantes, teve as diretrizes firmadas pela cúpula do BNDES, diferente dos demais planos do Banco, e a inclusão da variável social em sua missão,

que passou a ser: “Promover o desenvolvimento do país, elevando a competitividade da economia brasileira, priorizando tanto a redução de desigualdades sociais e regionais quanto a manutenção e geração de empregos” (BNDES, 2000, *apud* COSTA, 2011, p. 222). Além disso, o Plano pouco inova quanto à atuação do BNDES e os sete setores de prioridade já eram enfatizados antes: modernização dos setores produtivos; infraestrutura; exportação; desenvolvimento social; micro, pequenas e médias empresas; ação regional; e privatização (COSTA, 2011). Nesse sentido, o Plano apenas sistematizou as diretrizes que já eram adotadas desde 1995, em que a atuação do BNDES se viu apenas compensatória e complementar à política de estabilização (COSTA, 2011). Não se menciona a integração competitiva ou inovação tecnológica (COSTA, 2011; HIRT, 2016) e, como aponta Costa (2011), não há intenção definida de se traçar um projeto de política industrial ou estratégia de desenvolvimento.

Corroborando com essa atuação, está a ideia apresentada no relatório do BNDES do ano de 1999 que apresenta a manutenção da filosofia do Banco de se adequar às demandas do mercado globalizado, ponto indagado por Costa (2011), que aduz que a função de uma instituição de desenvolvimento deve estar mais ligada a estímulo, fomento e direcionamento da economia do que a adequação. Apesar de ter trabalhado na execução do Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que buscava permitir a retomada do planejamento de longo prazo do governo federal e orientar os investimentos em infraestrutura do Banco, o BNDES não conseguiu se articular com outros atores da indústria e do comércio para que o assunto entrasse na agenda governamental, controlada, sobretudo, pela dupla Bacen/Fazenda (COSTA, 2011).

A preocupação com a área social, voltada a minimizar os efeitos das políticas macroeconômicas, continuou presente na atuação do BNDES e financiaram-se, com taxas mais baixas, propostas voltadas para as áreas de saúde, educação, microcréditos, agricultura familiar, modernização da administração tributária, desenvolvimento local e urbano e cidadania (COSTA, 2011). As exportações continuaram como prioridade, mas apresentaram queda de investimento por parte do Banco, e, apesar de serem foco de esforços do BNDES, a política macroeconômica, voltada a valorização do real, não encontraram soluções para suas limitações.

Nesse segundo mandato de Cardoso, a questão das pequenas e médias empresas avança e são lançadas iniciativas para incrementar o apoio, buscando, sobretudo, o aumento da oferta de empregos (COSTA, 2011). Nesse direcionamento, foram realizadas as seguintes atividades: ampliação o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC); criação de um

programa que buscava estimular instituições financeiras credenciadas a aplicar investimento nas micro e pequenas empresas; participação do Programa Brasil Empreendedor do governo federal; implementação, em parceria com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e com as federações estaduais das indústrias, de Postos Avançados de Atendimento para empresários quanto aos produtos, condições de financiamento e encaminhamento do pedido.

Com a política fiscal mais rigorosa no segundo governo FHC, o BNDES engajou-se e buscou auxiliar o governo a implementar as mudanças da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), situação em que firmou convênio de cooperação técnica com a União para prestar apoio técnico e financeiro aos estados e municípios na execução dos objetivos da Lei. Hirt (2016) argumenta, sobre a implementação da LRF, que ocorre diminuição a autonomia dos entes federativos em relação ao governo federal, demonstrando sua centralidade administrativa, e recorre a Nobre (2013) para dizer que parece colocar fim a políticas econômicas alternativas de horizonte temporal de médio e longo prazo, para as quais desequilíbrios orçamentais de curto prazo não são indicadores decisivos.

A participação do BNDES nas privatizações continuou, mas diminuiu de ritmo entre os anos de 1999 e 2002, porque, com exceção da Petrobrás, os principais serviços públicos e empresas estatais mais atraentes já haviam sido desestatizadas (COSTA, 2011). Além disso, outra continuidade encontrada no segundo mandato foi a continuação da indústria como maior recebedor de investimentos por parte do Banco, agora com destaque para o setor automobilístico, caracterizado por uma guerra fiscal entre os estados brasileiros no sentido de oferecer incentivo para que as indústrias do setor se instalassem em seus territórios (COSTA, 2011). Por mais que a indústria tenha recebido a maior quantidade de recursos, Costa et. al. (2016) apontam para uma perda de espaço relativa, em detrimento de maior ganho de espaço da infraestrutura, através de financiamentos às empresas já privatizadas.

Outro aspecto que continuou no segundo mandato de FHC, na visão de Costa (2011), foi o pouco investimento em inovação tecnológica, que, somando-se à ausência do tema no planejamento estratégico da instituição, contradiz com o discurso de fomento ao aumento da competitividade das empresas e das exportações, considerando-se que o progresso técnico é tão importante para o alcance desses objetivos. Sobre isso, a autora ainda acrescenta que pouco o Banco poderia fazer sem o respaldo de política industrial e de desenvolvimento por parte do governo, mas considera que o Banco não teve capital político e social suficientes para pautarem a agenda governamental.

Sobre este período, ainda é importante destacar a mudança da estrutura interna do Banco no ano de 2001, que passou a funcionar sob a lógica cliente-produto (COSTA, 2011). Hirt (2016) e Costa (2011) também apontam outra alteração significativa que foi o fato de que a Área de Planejamento do Banco perdeu protagonismo e seria ligada, agora oficialmente, diretamente à política de desenvolvimento do governo.

Durante governo FHC, as escolhas para diretoria e presidência do BNDES buscaram, sobretudo, aproximar o Banco dos objetivos da política macroeconômica, “blindando-o contra os interesses que pudessem colocar em xeque os propósitos da estabilização” (COSTA, 2011, p. 203). Sobre o comando do Banco e suas relações com o direcionamento da instituição, destaca-se uma relativa estabilidade no comando do BNDES e a tentativa de se fortalecer a ala desenvolvimentista do governo com a indicação de Andrea Calabi, no ano de 1999, mas que exerceu a presidência somente por sete meses, com a troca do ministro do Desenvolvimento. No mais, o perfil dos presidentes do Banco em todo o período FHC demonstra alinhamento com as políticas governamentais sem conseguir agendar a pauta do governo para o desenvolvimento. Neste sentido, é importante destacar o perfil dos presidentes do BNDES no governo FHC, trazidos pelo Quadro 4.

Quadro 4 - Perfis dos Presidentes do BNDES no governo FHC

Edmar Bacha Local de nascimento: Lambari/MG Data de nascimento: 14/02/1942	
Período em que presidiu o BNDES	Janeiro de 1995 – novembro 1995
Formação e presença no ensino e em outras Atividades intelectuais	Ciências Econômicas na UFMG. Pós-graduação na Universidade de Yale. Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (1970-1971) Professor da Universidade de Brasília (1973-1975) Professor da PUC-RJ (1981) Professor da UFRJ (1993)
Participação em organismos governamentais	Participação da Comissão Brasileira para Reformulação do Ensino Superior (1985) Participação da equipe que formulou o Plano Cruzado Presidente do IBGE (1986) Assessor Especial para a área monetária de Fernando Henrique Cardoso (1992-1995) Integrante da equipe que formulou o Plano Real Presidente do BNDES (1995)
Atividades profissionais em instituições privadas e presença no meio empresarial	Consultor do grupo dos 24 para Assuntos Monetários Internacionais (1979-1992) Codiretor do Seminário Interamericano em Economia, conferência patrocinada pelo <i>National Bureau of Economic Research</i> e PUC-RJ Consultor da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro

	Membro do Grupo Consultor para Temas Econômicos Internacionais do <i>World Institute for Development Economics Research</i> (WIDER) da ONU Membro do Comitê para o Planejamento do Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas Conselheiro Sênior do BBA em SP (1996) e em Nova Iorque (1998)
Luiz Carlos Mendonça de Barros Local de nascimento: São Paulo Data de nascimento: 28/11/1942	
Período em que presidiu o BNDES	Novembro de 1995- abril de 1998
Formação e presença no ensino e em outras atividades intelectuais	Engenharia de Produção na POLI/USP Pós-graduação em política de negócios da pequena e média empresa na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP (1966) Professor da FGV-SP Consultor do grupo de conjuntura econômica do CEBRAP (1983) Professor do curso de doutorado em economia do IE/Unicamp (1987) Doutor por notório saber pela Unicamp
Participação em organismos governamentais	Diretor de Mercado de Capitais do Banco Central (1985) Membro do Conselho Monetário Nacional (1985-1987) Ministro das Comunicações (abril de 1998-novembro de 1998)
Atividades profissionais em instituições privadas e presença no meio empresarial	Analista de financeiro do Banco de Investimento Industrial (Investbanco) (1967) Membro do Conselho Fiscal do Mercantil Participações Administrativas (Mepasa) (1970) Diretor-presidente da Investleasing e da Companhia Agropecuária Bandeirantes (1970) Fundador da Corretora de câmbio e valores mobiliários Patente (1972) Consultor da Hidrobrasileira Fundador da consultoria MBE Integrante do Comitê Técnico da Andima (1980) Articulista da Folha de S. Paulo (1982-1991) Fundador e diretor do banco de investimentos Planibanc (1983) Vice-diretor do Planibanc (1987) Fundador e diretor junto com André Lara Resende do Banco Matrix (1993)
André Pinheiro de Lara Resende Local de nascimento: Rio de Janeiro Data de nascimento: 24/04/1951	
Período em que presidiu o BNDES	Abril de 1998-novembro de 1998
Formação e presença no ensino e em outras atividades intelectuais	Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Pós-graduação em Economia pela Fundação Getúlio Vargas Professor do mestrado em economia da PUC-RJ
Participação em organismos governamentais	Diretor de Política Monetária do Banco Central entre 1985 e 1986 Compôs a equipe que formulou o Plano Cruzado Negociador-chefe da Dívida Externa Brasileira, na gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda Integrante da equipe que formulou o Plano Real.
Atividades profissionais em instituições privadas e presença no meio empresarial	Diretor do Banco de Investimento Garantia (1980) Sócio fundador do Banco Matrix junto com Mendonça de Barros. Participação no Conselho de Administração das Lojas Americanas (1987-1989) e da Cia. Ferro Brasileiro (1984-1990). Diretor da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas (holding do grupo Moreira Salles).

	Vice-presidente executivo do Unibanco, no período de 1989 a 1992. Diretor-presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Fundador do Banco Matrix com Luiz Carlos Mendonça de Barros e Antonio Carlos de Freitas Valle (1993) Sócio da Lanx Investimentos Membro do conselho da Gerdau S/A, Metalúrgica Gerdau S/A e RB Capital S/A
José Pio Borges de Castro Filho Local de nascimento: Rio de Janeiro Data de nascimento: 1947	
Período em que presidiu o BNDES	Novembro de 1998-julho de 1999
Formação e presença no ensino e em outras atividades intelectuais	Engenharia Mecânica na PUC-RJ (1970) Pós-graduação em Engenharia Industrial – Finanças da PUC-RJ
Participação em organismos governamentais	Ingressou no BNDES em 1971, afastou-se em 1984 e retornou em 1991 Vice-presidente do BNDES (1990-1991; 1995-1998) Membro do Conselho de Administração da Petrobrás. Membro do Conselho de Administração do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores, Membro do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE e do Grupo Consultivo da Concorrência do Ministério da Justiça. Membro da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.
Atividades profissionais em instituições privadas e presença no meio empresarial	Membro do Conselho de Administração da Aracruz Celulose S. A., Rede Ferroviária Federal, ELETROBRAS, USINAS Presidente da Companhia de Seguros da Bahia Diretor da Petroquímica da Bahia .S.A. Presidente da Pronor Petroquímica S.A
Andrea Calabi Local de nascimento: São Paulo Data de nascimento: 18/09/1945	
Período em que presidiu o BNDES	Julho de 1999-fevereiro de 2000
Formação e presença no ensino e em outras atividades intelectuais	Economia na USP Mestrado em economia na USP PhD pela Universidade da Califórnia Professor do Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo (1976-1991) Professor da USP
Participação em organismos governamentais	Secretário de Economia e Planejamento (1985-1986) Presidente do IPEA (1985-1986) Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (1986-1988) Secretário-executivo do Ministério do Planejamento (1995-1996) Presidente do IPEA (1995-1996) Presidente do Banco do Brasil (1999) Secretário de Economia e Planejamento de São Paulo (2003-2006) Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (2011)
Atividades profissionais em instituições privadas e presença no meio empresarial	Diretor da Consemp (1999)
Francisco Gros Local de nascimento: Rio de Janeiro Data de nascimento: 1942	

Período em que presidiu o BNDES	Fevereiro de 2000-janeiro de 2002
Formação e presença no ensino e em outras atividades intelectuais	Economia na Universidade de Princeton Mestrado na Universidade de Columbia
Participação em organismos governamentais	Diretor de mercado de capitais do BNDES (1985) Presidente do Banco Central (1987) Presidente do Banco Central (1991-1992) Presidente da Petrobrás (2002-2003)
Atividades profissionais em instituições privadas e presença no meio empresarial	Trabalhou no grupo financeiro Metropolitan (1967) Nos Estados Unidos trabalhou na corretoria Kidder (1972) Diretor do grupo Multiplic Corretora (1975) Superintendente de empresas na Comissão de Valores Mobiliários (1977) Diretor de mercado de capitais do Unibanco (1981-1985) Presidente da Aracruz Celulose (1987-1988) Presidente do BPC Banco S.A. (1988-1991) Diretor-executivo do Banco Morgan Stanley & CO (1993-2000)
Eleazar de Carvalho Filho Local de nascimento: São Paulo Data de nascimento: 1957	
Período em que presidiu o BNDES	Janeiro de 2002-janeiro de 2003
Formação e presença no ensino e em outras atividades intelectuais	Economia pela Universidade de Nova Iorque Mestre em Relações Internacionais pela John Hopkins University Corporate Financial Management pela Harvard Business School
Participação em organismos governamentais	Responsável pela Secretaria Geral de Apoio à Desestatização e pelas Áreas de Operações de Desestatização (2000) Diretor-superintendente da BNDESPAR (2000)
Atividades profissionais em instituições privadas e presença no meio empresarial	Banco Crefisul de Investimento (1981) Diretor-tesoureiro da Alcoa Alumínio (1986-1992) Diretor-superintendente da AlcoaPrevi (1986-1992) Diretor de Finanças Corporativas do Grupo Garantia (1992-1998) Presidente do Banco UBS (1998-2000) Banco WarburgDillonRead (1998-2000) Diretor Geral do UBS-AG

Fonte: Adaptado de Costa (2011), p. 203-205, 254-255.

Neste momento, se faz necessário destacar que parte da literatura aponta o governo FHC como palco de duas visões econômicas com representantes das linhas do neoliberalismo e do liberal-desenvolvimentismo (SALLUM JR.; GOULART, 2016; KLÜGER, 2017). Estabelecendo a relação entre as ações dos bancos e seus presidentes, que aturam também por suas cúpulas diretorias, o estudo que Klüger (2017) desenvolveu sobre o campo dos economistas e a relação do BNDES na estrutura de relações sociais e de disputas que envolvem esse espaço tem importantes contribuições para a análise do perfil dos presidentes do Banco no período FHC.

Desse modo, Edmar Bacha, ligado à PUC/RJ, substituiu Pérsio Árida, que assumiu o Bacen, no BNDES ainda no início do governo Cardoso. Bacha, para Klüger (2017) significava

continuísmo em relação à Pécia, em que a estabilização, reformas administrativas e competitividade internacional (pelo menos retórica) permeavam a atuação do Banco. A competitividade não era, também na presidência de Bacha, nos termos da integração competitiva, que se previa investimentos em setores tecnológicos, mas buscava-se redução dos entraves ao custo de produção através de legislação e infraestrutura às exportações (KLÜGER, 2017), postura tida por Costa (2011) como contraditória.

Luiz Carlos Mendonça de Barros assume a presidência do Banco em 1995. Ligado à militância politécnica com formação em engenharia de produção que trabalhava como economista de mercado de capitais, é considerado prático e operador na atuação à frente do Banco (KLÜGER, 2017). Mendonça de Barros, conforme Sallum Jr. (1999) fazia parte de um grupo do governo que entendia que a estabilização econômica, priorizada por FHC, deveria ocorrer de forma mais lenta e condicionada aos efeitos no sistema produtivo. Desse modo, segundo Klüger (2017), “é possível dizer que a coalização formada pelo grupo predominantemente paulista, com origem na AP [Ação Popular] e centrado no Ministério do Planejamento, conseguiu trazer o BNDES para sua esfera de influência quando Luiz Carlos Mendonça de Barros assume o Banco” (p. 730).

Apesar de ser definido como do lado liberal-desenvolvimentista, Mendonça de Barros manteve pontos de convergência na gestão do BNDES com as presidências anteriores, tendo as privatizações, o ajuste fiscal e o apoio a agentes privados de infraestrutura para superar falhas de mercado lugares de destaque, com diferenças quanto à escala e distribuição setorial dos investimentos, o que gerava receio de aceleração da economia por parte da ala liberal do governo (KLÜGER, 2017). O enfoque na atuação na área social e a ampliação de crédito para pequenas e médias empresas do período em que Barros esteve na presidência do Banco é visto por Klüger (2017) como emergidas da própria Instituição e não da linha liberal-desenvolvimentista à qual ele estava ligado.

Com a saída abrupta de Mendonça de Barros do BNDES para o Ministério das Comunicações a fim de concluir o processo de privatização de sistema Telebrás, André Lara Resende, visto como da área que transitava entre as duas correntes do governo FHC, foi alçado à presidência do Banco e manteve a linha de condução, empenhando-se, sobretudo, no processo de privatização das telecomunicações (KLÜGER, 2017). No entanto, os dois foram afastados do governo após um episódio de gravações telefônicas que implicavam suspeitas sobre a condução do processo. Para Klüger (2017), o processo enfraqueceu a ala liberal-desenvolvimentista do governo e, “consequentemente, ao final de 1998, o grupo que

pressionava por uma política mais assertiva de desenvolvimento fora praticamente dizimado, criando um desequilíbrio na balança de poder que FHC havia cultivado ao longo do primeiro mandato” (p. 744).

José Pio Borges, em seu governo interino, manteve a linha de atuação do Banco (KLÜGER, 2017) e foi substituído por Andrea Calabi no início do segundo mandato de FHC. Calabi, ligado à USP, é considerado uma tentativa desenvolvimentista no comando do Banco (COSTA, 2011) e tentou trazer de volta a noção de planejamento para o desenvolvimento econômico proclamando o BNDES como o “grande financiador do desenvolvimento” (KLÜGER, 2017, p. 747). A saída de Calabi do Banco se deu em pouco mais de seis meses depois que o ministro que o indicou, Clóvis Carvalho, criticou abertamente a política de priorização da estabilidade do governo.

Com a saída de Calabi, a presidência do Banco passou a Francisco Gros, tido como homem do mercado de capitais com experiência na Comissão de Valores Mobiliários, na BNDESPar e no Bacen (KLÜGER, 2017). Com outras transformações na equipe econômica do governo, essa alteração demonstra que, apesar de se iniciar com uma tentativa de força da ala liberal-desenvolvimentista, o segundo governo FHC se aprofunda no liberalismo. Nesse sentido, era intento de Gros aproximar o BNDES do mercado de capitais para complementar os investimentos do Banco e, ao mesmo tempo, usá-lo para alavancar o mercado de capitais do Brasil. A entrada de Gros se deu durante o Planejamento Estratégico 2000-2005 que, conforme foi visto, não trouxe alterações quanto às diretrizes de atuação do Banco, mas, segundo Klüger (2017), traz como novidade a ênfase no mercado de capitais que é visto como elemento crucial para a realização dos projetos do Banco e aprimoramento do capitalismo brasileiro.

Assim, “a ideia não era apenas fazer com que as atividades praticadas pelo BNDES impulsionassem as finanças privadas, mas estruturar o próprio Banco como um gestor de crédito de mercado” (KLÜGER, 2017, p. 755-756) e, para esse fim, foram alterados “a forma, a cultura e os procedimentos de operação do BNDES” (p. 756). Nesse sentido, citam-se a criação de uma grande sala para toda a diretoria, assim como em bancos privados; a divisão do Banco em área de clientes e área de produtos; e a reforma na gestão dos recursos humanos. Nesse período, também é possível constatar a priorização do mercado financeiro na atuação do BNDES através da formação da diretoria por parte de Gros com profissionais com conhecimento de mercado e do corpo técnico, através do predomínio da área de economia financeira nos concursos de 2001 e 2002 do Banco (KLÜGER, 2017).

A entrada de Eleazar de Carvalho no cargo de presidente da Instituição dá continuidade ao trabalho de aproximação do BNDES com o mercado financeiro de Gros (KLÜGER, 2017). Relacionando a atuação do Banco nesse período com o campo dos economistas e o governo FHC,

A vitória da perspectiva segundo a qual o BNDES deveria estar umbilicalmente ligado ao mercado de capitais pode ser lida como efeito do domínio, no topo do Governo Federal, da vertente neoliberal [...] que buscava implementar um capitalismo cuja modernidade residia na pulverização financeira, em contraste com a perspectiva liberal-desenvolvimentista [...] que lutava por uma política industrial modernizante, voltada à competitividade e à exportação e atrelada à base produtiva. (KLÜGER, 2017, p. 763).

A atuação do BNDES nos governos FHC foi marcada, como foi visto, por um grande esforço financeiro e de pessoal para as privatizações e, como Costa et. al. (2016) afirmam, foi o aspecto mais marcante da atuação do banco no período FHC. No entanto, o foco da atuação em setores geradores de emprego, como o de comércio e serviços, além da parca ação em desconcentração regional e ineficiência do incentivo à indústria, demonstram o comportamento meramente compensatório do Banco nesse período, com objetivos de mitigar, de forma paliativa, os efeitos da política macroeconômica e auxiliar em seu aprofundamento, através na atuação nas privatizações e no ajuste fiscal, sem, no entanto, buscar elaborar uma política industrial que coadunasse os objetivos da estabilização (COSTA, 2011).

Nesse sentido, “a instituição torna, na década de 90, secundária a visão estratégica, própria de bancos de desenvolvimento” (COSTA, 2006, p. 8) e “não busca viabilizar uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo” (COSTA, 2011, p. 191). As funções estratégicas desempenhadas pelo Banco só se referiam à política de estabilização, ou seja, privatizações, estímulo às exportações e geração de empregos, fazendo com que órgão mais se adaptasse do que propusessem novos rumos (COSTA, 2011). A autora ainda explica que apesar das privatizações já serem defendidas antes do período pelo Banco, viu-se que a forma como foram implementadas não coadunou com uma política industrial e as ações de estímulo à exportação e geração de empregos através do investimento no setor de serviços foram apenas compensatórias e não significavam fruto de um planejamento para o desenvolvimento.

Além da falta de agendamento da política econômica rumo ao desenvolvimento de políticas industriais vistas como prioritárias pela própria retórica do Banco, é interessante destacar a aproximação do mercado de capitais como mais um indicativo de ação coadunada com a visão neoliberalizante que sempre foi mais forte no governo FHC. Para boa parte da literatura, os anos que se seguiriam buscariam contrastar com essa corrente de pensamento

econômico dentro do BNDES através de uma atuação mais voltada ao lado esquerdo do campo dos economistas (LOUREIRO, 1997; KLÜGER, 2017).

2.4 Contexto, ideário e atuação do BNDES no governo Lula

O fim do governo FHC foi marcado por um cenário de crise econômica e desempenho modesto da economia brasileira, com o último ano marcado pela crise energética e a emergência de aceleração inflacionária (COSTA et. al., 2016). Assim, Luís Inácio Lula da Silva, que conquistou a credibilidade junto aos empresários e se aliou à grande burguesia nacional (BUGIOTO, 2016), venceu as eleições de 2002 contra o candidato da situação José Serra. Vale ressaltar que, na campanha eleitoral, Lula abandonou o discurso de ruptura com o modelo neoliberal, assumindo o compromisso de que as mudanças introduzidas honrariam os contratos e acordos firmados e, de início, afirmou como uma das prioridades do governo o combate à extrema pobreza (HIRT, 2016).

Sobre a política econômica do governo Lula, Sallum Jr. e Goulart (2016) salientam que, como demonstra o compromisso firmado durante campanha, a estabilidade financeira como ação estruturante da governabilidade é o elemento-chave que une o novo governo a seu antecessor. Desse modo, algumas reformas liberais foram mantidas, como a eliminação dos privilégios das empresas nacionais, as regras para a gestão fiscal equilibrada e a autonomia operacional do Bacen (SALLUM JR.; GOULART, 2016).

Costa et. al. (2016) indicam que o início do governo foi marcado por grande expectativa principalmente por conta das disputas internas de poder entre desenvolvimentistas e segmentos liberais. Nesse sentido também vai o entendimento de Sallum Jr. e Goulart (2016), que afirmam que liberalismo econômico se manteve, mas perdendo parte de seu vigor neoliberal e buscava-se compatibilizar a herança da estabilidade do governo FHC com os anseios do programa do Partido dos Trabalhadores (PT), que incluía maior distribuição de renda, proteção às empresas nacionais, principalmente às pequenas e médias, e maior presença do Estado na vida social.

Nesse sentido, Redivo (2012), argumenta que os anos de 2003 a 2011 foram marcados pela retomada do Estado como agente organizador da economia com três principais aspectos: ascensão do desenvolvimentismo no campo ideológico, manutenção da política macroeconômica (com três pilares: câmbio flutuante, regime de metas de inflação e política de superávits fiscais) e promoção de políticas de distribuição de renda, especialmente a expansão do Programa Bolsa Família (PBF). Sobre a ascensão ideológica do desenvolvimentismo, Redivo (2012) traz a inferência de Bresser Pereira (2006) e ressalta que ela é marcada por uma

nova roupagem e tem como padrão teórico o Novo Desenvolvimentismo, que considera o Estado como importante agente econômico, mas dá importância às políticas monetária e cambial na tomada de decisões, desenvolvendo uma “estratégia nacional de desenvolvimento baseada numa articulação entre a política macroeconômica e a política industrial” (REDIVO, 2012, p. 164).

Apesar de não falar em novo desenvolvimentismo, Sallum Jr. e Goulart (2016) destacam as ações do governo de forma a enfatizar as vantagens da estabilidade econômica, voltando agora o discurso para as camadas de baixa renda e para um crescimento duradouro e sustentável e retração do processo de privatizações, mas estabelecendo uma articulação entre setor público e privado na exploração e prestação de serviços através de parcerias público-privadas (PPP). Enfatizando o objetivo de harmonizar estabilidade e as posições originárias do PT, os autores afirmam que foram implantadas, no governo Lula, políticas orientadas a democratização do acesso a bens e serviços públicos e abertos novos canais de ascensão social (SALLUM JR.; GOULART, 2016).

Sobre a posição ideológica do governo, Hirt (2016) utiliza o termo de divisão entre convenções institucionalista restrita e neodesenvolvimentista. A primeira, estaria baseada na centralidade Fazenda/Bacen que estabeleceram as normas para garantir o funcionamento dos mercados, enquanto a convenção desenvolvimentista tinha compromisso com as transformações estruturais necessárias de serem implementadas na sociedade a fim de buscar uma agenda de mudanças (HIRT, 2016). Nesse sentido, a autora sintetiza a opção escolhida pelo governo da seguinte maneira:

Enquanto a estratégia neodesenvolvimentista, de um lado, amplia o mercado via consumo familiar, governamental, pelos encadeamentos do investimento público autônomo, concedendo estímulos fiscais e de crédito através dos bancos públicos e reduzindo o custo do investimento, o BACEN, de outro lado, tem o poder de restringir o crescimento pelo controle da taxa de juros. (HIRT, 2016, p. 283).

Hirt (2016) considera, então, que existia uma coexistência de diferentes frações no governo que foi possível pelo peso de uma convenção mais conservadora e pelo entendimento de que os objetivos desenvolvimentistas não atrapalhariam os anseios da outra parte. Nesse sentido, a autora assevera que a convenção neodesenvolvimentista esteve presente no governo Lula através do Plano Plurianual 2003/2007, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), do esforço em estabelecer PPPs – no primeiro mandato –, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) – no segundo período. Redivo (2012) também considera que esses programas marcam a nova atuação do Estado no planejamento econômico no Brasil.

Por sua importância para atuação do BNDES, é importante destacar, no primeiro mandato, aspectos da PITCE, formado por 57 medidas e 11 programas em três planos: ações horizontais com objetivo de adequar a indústria nacional ao padrão competitivo internacional; ações em áreas estratégicas, como de *softwares* e semicondutores; e atividades de desenvolvimento de setores potenciais (como nanotecnologia, biocombustíveis, etc.). A política previa a participação dos financiamentos do BNDES e significava uma volta do viés heterodoxo de políticas setoriais, com ênfase para o tecnológico e de P&D (HIRT, 2016), podendo ser considerada “uma política industrial e tecnológica [...] com objetivos de longo prazo” (REDIVO, 2012, p. 166). Porém, Hirt (2016) e Redivo (2012) apontam que o cenário macroeconômico não permitiu o desenvolvimento total da PITCE, cujo grande impacto foi, de fato, reintroduzir no âmbito estatal as ideias de planejamento setorial através de política industrial e tecnológica.

Esses programas e políticas, para Hirt (2016), eram baseados em cinco pilares: investimento em infraestrutura; investimento na área habitacional; círculo virtuoso da ampliação de consumo e aumento do investimento com desoneração fiscal e crédito de bancos públicos; investimento em inovação com apoio de incentivos fiscais e crédito subsidiado; e política externa privilegiando relações com outros países em desenvolvimento, buscando colocar o País como protagonista de uma mudança na arquitetura institucional mundial. Nesse sentido, houve, na visão de Costa et. al. (2016), aprofundamento da política macroeconômica do governo anterior no início do governo Lula, com superação da meta do superávit e elevação da carga tributária. Para Sallum Jr. e Goulart (2016), o objetivo era acalmar os mercados, refrear o processo inflacionário e a depreciação cambial, e sinalizar o domínio sobre as contas públicas e o respeito aos contratos. Em contrapartida, foram lançados programas como Fome Zero.

Com este tipo de política, Hirt (2016) considera que o primeiro ano de governo não apresentou mudanças nos índices econômicos e sociais, que continuaram negativos, enquanto as instituições financeiras tiveram aumento de rendimento. A partir de 2004, no entanto, houve benefícios às camadas de menor renda com o aumento do salário e estímulos de transferência de renda e expansão do crédito. Às políticas citadas foi acrescido um cenário externo favorável, caracterizado pelo aumento do preço e da demanda das *commodities* agrícolas e minerais (HIRT, 2016). A autora concorda com a interpretação trazida por Siqueira (2015) de que o crescimento econômico foi puxado pelo consumo e pelas exportações.

Já o segundo mandato do governo Lula, iniciado em 2007, há uma clara ênfase no modelo denominado liberal-desenvolvimentista e houve uma convergência entre a política

macroeconômica de estabilidade com ideários de democratização de crédito e aumentos dos gastos com proteção social (SALLUM JR.; GOULART, 2016). Hirt (2016) recorre a Singer (2012) para explicar que, entre os anos de 2006 e 2008, se construiu um novo modelo de desenvolvimento menos ortodoxo no governo através da valorização do salário mínimo, flexibilização dos gastos públicos e redução dos juros. Além disso, a oferta de crédito pelos bancos públicos dobrou entre 2005 e 2008.

Nesse sentido, vale destacar os planos e programas que tiveram impacto sobre a atuação do BNDES nesse período do segundo mandato de Lula. A PDP, lançada em 2008, tinha mais atribuições e abrangência do que PITCE e tinha por objetivo a geração de um longo ciclo de crescimento produtivo por meio da ampliação do investimento em inovação e competitividade das empresas (REDIVO, 2012). A Política contemplava 24 setores econômicos em três grupos de programas que buscavam: consolidar e expandir a liderança; fortalecer a competitividade; e mobilizar áreas estratégicas (REDIVO, 2012). Para Bugiato (2016), a PDP, assim como a PITCE, representou “um conjunto de medidas destinadas ao fortalecimento da indústria brasileira, cujo objetivo geral era alterar seu padrão de produção, seu grau de competitividade e seu tipo de inserção internacional” (p. 192), em que o Estado participa como agente incentivador e fomentador por meio da oferta de crédito, subsídios e medidas administrativas que favorecem o desempenho das empresas. A crise de 2008, no entanto, de acordo com Redivo (2012), barrou o desenvolvimento da PDP e, em 2009, é lançado o Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

Outro programa de grande repercussão sobre as atividades do BNDES e que tem caráter de projeto de desenvolvimento setorial é o PAC, lançado em 2007, que foi acompanhado de estímulo ao crédito e financiamento, desoneração do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo (HIRT, 2016). O PAC, na visão de Hirt (2016), reforçou o papel dos bancos públicos nos setores de saneamento e habitação (Caixa Econômica Federal) e infraestrutura (BNDES). Na fase que se deu durante o governo Lula (pois a segunda foi executada no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff), o PAC investiu nas áreas de logística, energia e infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para todos e recursos hídricos). Sallum Jr. e Goulart (2016) relativizam o impacto do PAC, pois muitos dos investimentos já estavam previstos antes de sua constituição e representaram, no máximo, 0,6% do PIB do ano de 2007.

Concorda-se com Hirt (2016) no argumento de que o PAC e a PDP foram expressões de uma corrente neodesenvolvimentista no segundo mandato do governo Lula, mas não

desbancaram a hegemonia de uma corrente institucionalista restrita. Além da estrutura interna, é de destaque a ação do governo Lula de induzir a criação de grandes conglomerados transnacionais com base no Brasil (HIRT, 2016). Bugiato (2016) concorda com essa interpretação e assevera que a política externa do governo Lula foi marcada pelo comércio de mercadorias e serviços e pela internacionalização de grandes empresas brasileiras e, em geral, buscou uma nova geografia comercial mundial associando-se com países da América Latina e África, por exemplo.

No entanto, alguns estudiosos destacam o aprofundamento de um processo de regressão industrial, que teria iniciado ainda na década anterior, por conta da consolidação do capitalismo brasileiro na divisão internacional do trabalho como exportador de *commodities* e investimento externo em setores industriais de baixa/média tecnologia (BUGIATO, 2016). Cano (2012) é recorrido por Hirt (2016) e atesta que essa desindustrialização estaria sendo causada por cinco fatores: política cambial de valorização da moeda desde o Real; abertura comercial com diminuição de mecanismos protecionistas; taxas de juros que inibem investimento na indústria; e diminuição de recursos oferecidos à indústria interna, que cresceram em termos gerais, mas foram destinados principalmente ao comércio e ao agronegócio e mineração; e desaceleração da economia mundial.

Dessa forma, de acordo com a literatura aqui apresentada, o cenário do governo Lula foi marcado por forte disputa simbólica a respeito dos rumos da economia, bem como por políticas macroeconômicas notadamente conservadoras na maior parte do tempo com o diferencial do incentivo ao consumo e por políticas sociais voltadas para diminuição da pobreza e distribuição de renda e acesso a bens e serviços. Além disso, vale destacar, ainda, o esforço em se implementar uma estratégia industrial e a crise internacional de 2008 como elementos relevantes desse período. O BNDES, como não poderia deixar de ser, foi também tangenciado pelas estratégias econômicas e industriais do governo e, conforme será visto, apresentou mudanças comportamentais tanto em relação ao período FHC quanto à postura com os demais setores da política econômica dentro do próprio governo.

O quadro 5 apresenta os principais produtos do Banco no governo Lula.

Quadro 5 - Produtos do BNDES

Produto	Atividade
BNDES Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos)	Financiamento para produção e aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação novos, de fabricação nacional e credenciados no BNDES.
BNDES Finem (Financiamento de Empreendimentos)	Investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos nos setores de indústria, comércio, prestação de serviços e agropecuária. Possui uma linha de internacionalização de empresas
BNDES Mercado de capitais	Operações como subscritor de valores mobiliários (papéis como ações e debêntures de empresas de capital aberto ou que possam ingressar no mercado de capitais). Incluem operações de internacionalização, de reestruturação de empresas competitivas, fusões e incorporações.
BNDES Exim (Exportação e Importação)	Dividido em duas linhas, Pré-embarque e Pós-embarque, financia a produção e comercialização de produtos e serviços brasileiros para exportação.
BNDES Automático	Financiamento a projetos de investimento, cujos valores de financiamento sejam inferiores ou iguais a R\$ 10 milhões (posteriormente este valor chegou a R\$20 milhões). Suas linhas atendem micro, pequenas e médias empresas e medias e grandes empresas dos setores industrial, agropecuário, de infraestrutura, de turismo e de comércio e serviços.
Cartão BNDES	Crédito pré-aprovado para micro, pequenas e médias empresas de controle nacional, de até R\$ 1 milhão, para aquisição de produtos credenciados no BNDES.
BNDES Não-Reembolsável	Aplicações de recursos originados de doações ou lucros do BNDES para projetos de caráter social nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação, esporte, justiça, proteção ao meio ambiente, desenvolvimento rural; projetos que estimulem o desenvolvimento tecnológico e a inovação; projetos de pesquisas ou estudos que contribuam para a formulação de políticas públicas ou o desenvolvimento econômico e social; projetos culturais; e patrocínio a eventos.

Fonte: Adaptado de Bugiato (2016), p. 170.

Assim, dado o contexto de disputa ideológica e de expectativas em relação à economia que se fez presente no início do governo Lula, é necessário destacar que, ao assumir o governo brasileiro, Lula nomeou para presidência do BNDES um dos ex-diretores do Banco na década de 1980, Carlos Lessa, não vinculado ao meio empresarial, tendo-se dedicado prioritariamente à docência (COSTA, 2006). Lessa, ao assumir o controle da instituição, deixa claro que o Banco havia se desviado de sua função de promoção do desenvolvimento (BUGIATO, 2016; COSTA et. al., 2016) e modifica sua estrutura, bem como questiona abertamente a política

macroeconômica propondo-se a recuperar o desenvolvimentismo na atuação do BNDES (COSTA, 2006).

Desse modo, Costa et. al. (2016) asseveram que uma das primeiras preocupações nos primeiros anos do governo Lula foi o aumento da participação de fundos estáveis, como o FAT, na composição do fluxo de recursos, de forma a diminuir a vulnerabilidade financeira do banco quanto aos recursos considerados cíclicos. Seguindo esse direcionamento, a nova gestão realizou, ainda no início de 2003, mudanças em alguns procedimentos do Banco considerando-se que nos últimos anos o BNDES estava atuando em setores que poderiam prescindir do subsídio de uma instituição de desenvolvimento, como *shopping centers*, e induzindo-se a novos critérios para concessão de crédito (COSTA et. al., 2016).

Considerando esse tipo de posicionamento, Costa (2006) avalia que o BNDES se tornou, nos primeiros anos do governo Lula, um *locus* desenvolvimentista e de oposição à política macroeconômica. O novo gestor da instituição buscava resgatar as noções de planejamento, formulação de políticas industriais e setores estratégicos e, em maio de 2003, promoveu um curso com objetivo de “aperfeiçoar a capacitação de seu corpo técnico na análise de processos, conceitos e experiências históricas de desenvolvimento” (COSTA, 2006, p. 12).

Nesse sentido, o BNDES buscou redefinir sua estratégia com o objetivo de promover a “inclusão social e a redução das desigualdades, a sustentabilidade do crescimento econômico, o fortalecimento da soberania nacional e a integração econômica com os países da América do Sul”, através de linhas de atuação interligadas – inclusão social, desenvolvimento da infraestrutura nacional, modernização aumento da estrutura produtiva e promoção das exportações (BUGIATO, 2016, p. 176). Essa estratégia surtiu o efeito da adoção do critério de prioridade na alocação de recursos e aprovação de projetos ao lado do critério de risco (COSTA et. al. 2016; BUGIATO, 2016), em que, na avaliação de dois ou mais projetos com nível de risco igual, a preferência era dada ao que contribuísse para o desenvolvimento com inclusão social (BUGIATO, 2016). Além disso, o Banco foi dividido em sete áreas operacionais: inclusão social, infraestrutura, indústria, insumos básicos, energia, comércio exterior e operações indiretas, sendo as quatro primeiras com prioridade, com um aumento nas liberações de recursos para projetos com objetivo social já nos primeiros meses do novo governo (HIRT, 2016).

Durante os primeiros dois anos do governo Lula, é importante destacar a atuação do BNDES tanto na formulação quanto na execução através de apoio financeiro (COSTA, 2006; HIRT, 2016) da PITCE, considerada, como viu-se, uma política industrial e tecnológica mais

voltada para uma tendência neodesenvolvimentista ou liberal-desenvolvimentista. Como forma de ampliar o dinamismo e as exportações e substituir importações por produção local, o Banco deu suporte à política financiando setores de *software*, farmacêutico e de bens de capital (BUGIATO, 2016). Desse modo, o banco reduziu taxas de juros e adequou prazos para tornar os investimentos nesses setores mais atrativos.

Dentro dessa política, os financiamentos do BNDES para o setor de bens de capital envolveram a elevação do conteúdo tecnológico dos produtos nacionais, incentivo a importação de equipamentos sem similares nacionais, aperfeiçoamento na estrutura de capital e gestão de empresas, bem como apoio ao processo de internacionalização das nacionais (COSTA, 2006). As empresas transnacionais possuíam forte impacto nos objetivos da Política e a diretriz básica de apoio nessa área foi, para Costa (2006), aumentar o valor agregado no Brasil. Entretanto, como visto, a PITCE não logrou grandes resultados, tendo em vista que, nesse período, a estratégia de desenvolvimento nessa direção não foi vista como política de governo (COSTA et. al., 2016).

Nos primeiros anos do governo, alguns acontecimentos são importantes para demonstrar a tomada de outros caminhos por parte do Banco em relação à década anterior. Um deles é o episódio em que o BNDES, por meio da BNDESPar, comprou ações da Vale do Rio Doce com objetivo de evitar que a empresa perdesse o caráter de empresa brasileira (COSTA, 2006). A operação evitou que o capital estrangeiro detivesse mesma participação do capital nacional nas ações com direito a veto, devolvendo ao Estado o poder de controlar decisões importantes da empresa (COSTA et. al., 2016). A operação, para Costa et. al. (2016), também se justificou do ponto de vista técnico, que ajudou o banco a ter lucro recorde no ano de 2003. No entanto, a medida foi criticada pelos ministros da Fazenda e do Desenvolvimento de Lula e o embate de ideias entre a equipe econômica do governo, não raros nesse período, foi emblemático para demonstrar a busca pela atuação autônoma do BNDES à época (COSTA, 2006).

Ainda sobre os primeiros anos do BNDES no governo Lula é importante destacar que a composição dos desembolsos revela novas prioridades nas diretrizes do Banco, dando-se importância ao setor naval e elétrico, demonstrando relevância do setor de infraestrutura nesse período (COSTA et. al., 2016). Quanto à indústria de transformação, houve queda nos investimentos da instituição, mas as intensivas em tecnologia tiveram aumento na participação dos desembolsos (COSTA et. al., 2016). Desse modo, Bugiato (2016) ressalta o objetivo do Banco de recuperar e expandir a infraestrutura logística nacional buscando maior integração entre os diversos modos de transporte.

O BNDES atuou também no apoio a serviços sociais básicos de saúde, educação, constituição de micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais, produção de alimentos com inclusão do pequeno produtor rural, melhoria de segurança alimentar e expansão e modernização de infraestrutura urbana (BUGIATO, 2016). Buscava-se, sobretudo, o apoio do Banco às políticas sociais do governo Lula, conforme denota Bugiato (2016), que também assevera nessa atuação o objetivo de colocar o Estado como condutor do processo de articulação entre as políticas econômica e social.

Lessa foi demitido da presidência do Banco em novembro de 2004, processo esse que, para Costa (2006), foi fruto da articulação de grupos do setor financeiro através da exposição de seus interesses na imprensa e de sua reação frente aos ataques (COSTA, 2006). Costa et. al. (2016) defendem que houve, nesses primeiros quase dois anos de governo Lula, um esforço por parte da direção do BNDES de “protagonizar a defesa da retomada de um projeto desenvolvimentista no governo Lula” (p. 213). Nesse sentido, Costa (2006) destaca que os ataques ao Banco surgem justamente quando a gestão tenta recuperar o papel e a função de promover o desenvolvimento através de um viés diferente daquele adotado na década de 90 e firmar uma posição autônoma em relação às políticas macroeconômicas de estabilidade presentes no governo.

Mesmo com as mudanças da presidência do BNDES, que passou a Guido Mantega e, mais tarde, em 2006, a seu vice-presidente, Demian Fiocca, não houve mudanças nas prioridades ou estratégia do BNDES (COSTA, 2006) e foi implementado no Banco o Plano Trienal 2005-2007, que apresentava desafios e metas setoriais como eixos estratégicos, assumindo-se o compromisso com o planejamento de longo prazo, diferentemente do Plano 2000-2005 (HIRT, 2016).

A partir desse Plano, o Banco passou a ser organizado em sete câmaras técnicas: 1) infraestrutura e energia (petróleo, gás e fontes alternativas, energia elétrica, telecomunicações e logística); 2) indústria (eletrônica, *software*, fármacos, indústria pesada, bens de consumo, comércio, serviços e turismo e agroindústria); 3) insumos básicos (papel e celulose, indústria química e indústria de base); 4) comércio exterior (integração da América Latina); 5) inclusão social (desenvolvimento urbano, desenvolvimento regional, economia solidária e operações sociais); 6) mercado de capitais (investimento, fundos de investimento, acompanhamento e gestão da carteira e mercado de capitais); 7) operações indiretas (Cartão BNDES e operações de internet, máquinas e equipamentos, projetos de investimento, acompanhamento das operações e relacionamento com agentes financeiros) (BUGIATO, 2016).

Além disso, em 2005, implantou o Projeto Ação para Gestão Integrada de Recursos (AGIR), com vistas a padronizar e automatizar os processos do Banco, conferindo mais agilidade nos padrões de análise, conforme o próprio Relatório Anual de Atividades do BNDES de 2005 apresentado por Hirt (2016). A autora destaca a diferença nos rumos do Banco no período através das diretrizes e medidas institucionais divulgadas pelo BNDES:

Quadro 6 - Medidas institucionais para tornar o BNDES o “Banco do Desenvolvimento de Todos os Brasileiros”

Diretrizes	Democratizar o acesso aos recursos do BNDES	Aumentar a agilidade de atuação	Reduzir o custo dos empréstimos para setores prioritários
Medidas	Aprimoramento do Cartão BNDES, que havia sido instituído na gestão de Lessa. Em 2005 houve a expansão do crédito às empresas de pequeno porte.	Acompanhamento de indicadores de desempenho das Áreas Operacionais pela Alta Administração, inclusive o prazo médio de tramitação das operações	Introdução de vários níveis de Remuneração básica (acima da TJLP), refletindo distintos graus de prioridades atribuídas aos diversos setores da economia, e variedade de modalidades de financiamentos. Ex: Inovação, bens de capital, e programas agrícolas do governo federal.
	Aprovação do novo Programa de Microcrédito (PMC)	Processamento, em ambiente on-line, a partir de abril de 2005, de todas as operações da Linha FINAME.	Introdução de um gradiente de risco de crédito, com base na classificação de risco de crédito das empresas.
	Credenciamento de cooperativas centrais de crédito rural para atuarem como agentes financeiros do BNDES e da FINAME.	Estabelecimento de limite de crédito de até R\$ 900 milhões para clientes de primeira linha não-financeiros.	
	Criação do Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (Proinco), para viabilizar investimentos que beneficiem trabalhadores, produtores e pequenas empresas nacionais com atuação coletiva	Eliminação da necessidade de aprovação, pela Diretoria, das deliberações de enquadramento do Comitê de Enquadramento e Crédito.	
	Lançamento do fundo Papéis de Índice Brasil Bovespa II (PIBB II), que superou os resultados do lançamento do PIBB I, efetuado em 2004. Esse fundo visa democratizar o acesso ao mercado de capitais brasileiro, priorizando os pequenos investidores mediante a alocação de 75% da oferta para o varejo.	Início do projeto Agir	
	Criação do Programa de Dinamização Regional (PDR), em substituição a diversos programas regionais		
	Destinação de R\$ 300 milhões para o Programa de Financiamento Cidadão Conectado – Computador para Todos, destinado a financiar a aquisição de computadores pela população		

Fonte: Relatório Anual de Atividades do BNDES (2005) *apud* Hirt (2016), p. 337

É importante destacar que, no que diz respeito à integração com a América do Sul, consonante com a política externa brasileira que dava prioridade à região, a atuação do BNDES

se deu em duas vertentes: ações institucionais (acordos com outras instituições financeiras do continente) e apoio financeiro às exportações, que também coadunavam com os objetivos de internacionalização das empresas brasileiras (HIRT, 2016).

Sobre os desembolsos do BNDES nos dois anos (2005 e 2006) finais do primeiro mandato do governo Lula, o setor industrial teve aumento da participação, ainda em linha com a atuação do Banco na PITCE, e foram feitos investimentos em dez ramos industriais, enquanto o setor agroindustrial teve menor participação nos desembolsos desse período (BUGIATO, 2016). Na infraestrutura, o BNDES apoiou mais PPPs entre 2005 e 2006, o que demonstra, para Bugiato (2016), uma mudança em relação ao comportamento do Banco em relação à gestão Lessa, que dava preferência ao financiamento de empresas públicas.

O setor de comércio e serviços começou a crescer nos desembolsos do Banco em 2005 e o setor de inclusão social apresentou queda (BUGIATO, 2016). Nesse período, também vale ressaltar a atuação da BNDESPar, que aumentou suas atividades a partir de 2005, mantendo relação acionária com 138 empresas nos setores de petróleo e gás, química e petroquímica, mineração, energia, siderurgia, papel e celulose, telecomunicações, logística, bancos comerciais e aviação.

No início do segundo mandato do governo Lula, abril de 2007, com a saída de Fiocca da presidência do BNDES, ocorreu novo episódio que demonstra a divisão ideológica dentro do governo. O novo ministro do MDIC não conseguiu substituí-lo por nenhuma das pessoas que sugeriu em lista de nomes do mercado financeiro (HIRT, 2016), e o presidente da República indicou Luciano Coutinho, considerado desenvolvimentista, para que a instituição voltasse a ser o banco das grandes obras (BUGIATO, 2016). Coutinho atua como presidente do Banco por quase todo o segundo mandato do governo Lula, continuando, inclusive, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

Em 2007, iniciou no Banco um novo planejamento estratégico, considerando o contexto de otimismo econômico e social, que traria ao órgão um novo ciclo de investimentos e seria responsável por orientar a atuação do BNDES no período 2009-2014 (HIRT, 2016; BUGIATO, 2016). No entanto, ao longo de 2008, em fase de conclusão do Plano, a crise internacional ganhou grandes proporções e a renovação do corpo técnico do Banco provocou a entrada de pessoal ainda sem experiência e conhecimentos em financiamento ao desenvolvimento – constituindo-se, assim, desafios ao planejamento corporativo. Dessa forma, a cúpula do Banco orientou para que o Planejamento focasse o próprio BNDES.

Nesse sentido, a missão do BNDES foi estabelecida como “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais”, continuado até hoje e sua visão era assim descrita: “ser o banco do desenvolvimento do Brasil (e não um banco de desenvolvimento), referência pela excelência de seu trabalho e capacitação técnica e uma instituição de Estado pronta a implementar as diretrizes do governo eleito democraticamente pela sociedade brasileira” (BUGIATO, 2016). O Plano Corporativo 2009-2014 também trabalhava com uma série de cenários, sem necessariamente escolher um, a que o banco deveria agir e reagir buscando manter sua função de financiamento de longo prazo (HIRT, 2016).

O Plano tinha como prioridade investimentos em infraestrutura e intervenção estrutural e integrada no território, em que atuariam como protagonistas as empresas brasileiras e o setor público estadual e municipal (HIRT, 2016). Bugiato (2016) considera que entre as 12 orientações para as áreas do Banco, as principais no que diz respeito à atuação do BNDES na política e na economia brasileira são as seguintes:

- 1) enfatizar a ampliação da capacidade produtiva, do desenvolvimento regional, da geração de empregos, da governança corporativa e da presença internacional de empresas brasileiras; 2) priorizar investimentos em infraestrutura, inovação, desenvolvimento socioambiental e no entrono territorial dos projetos; 3) apoiar iniciativas e investimentos de modernização de instituições e agências públicas; e 4) atuar de forma abrangente e com foco preciso em cada uma das áreas do banco. (BUGIATO, 2016, p. 188).

Desse modo, a ênfase em infraestrutura e as empresas privadas é dada no Planejamento por conta do PAC, lançado em 2007 (BUGIATO, 2007). Além disso, a capacidade de financiamento do Banco deveria ser reforçada mediante a diversificação de mercados das empresas brasileiras, que, inclusive, já se inseriam internacionalmente.

Além disso, Ramalho, Café e Costa (2010), trazidas por Hirt (2016) para descrever o Plano, explicam a análise integrada dos projetos como procedimento adotado a fim de se considerar, além de riscos, as estratégias de competitividade e crescimento, capacidade de gestão, reponsabilidade social corporativa, entre outros, na concessão dos créditos. O Plano ainda valoriza a integração competitiva através da análise de setores que já são consolidados internacionalmente, aqueles que precisavam se desenvolver e os que necessitavam rever-se para manterem-se competitivos (HIRT, 2016). Referindo-se a Castro (2014), Hirt (2016) indica que o Planejamento possuiu um alto grau de complexidade refletindo a evolução do próprio BNDES (que, como será visto, estava em um contexto de medidas anticíclicas) e as maiores exigências de transparência e prestação de contas.

A PDP, lançada em 2008 em substituição à PITCE, teve a participação do BNDES na elaboração, no aporte de recursos e na Secretaria Executiva da Política (REDIVO, 2012). A PDP foi responsável pelo aumento dos recursos desembolsados pelo Banco no ano de 2009 e 2010 (BUGIATO, 2016). Apesar de ser barrada pela crise de 2008, Redivo (2012) traz o argumento de Cano e Silva (2010) que ressaltam a alteração da postura omissa para ativa do Estado em relação à estrutura produtiva é o aspecto relevante da PDP. Após a PDP, foi lançado o PSI, voltado para a redução das taxas de juros e aumento do prazo de amortização dos créditos, tendo em vista a queda dos investimentos da economia, e o BNDES foi um dos agentes financiadores do Programa (REDIVO, 2012).

O PAC foi outro programa estruturante da ação do BNDES entre os anos de 2007 e 2010, considerado um grande projeto de desenvolvimento através de obras de infraestrutura e ações nos setores de energia, logística e social e urbano. O PAC é considerado o maior plano de investimentos em infraestrutura no Brasil desde o II PND, da década de 1970 (BUGIATO, 2016). Apesar de ter menos participação na formulação, Bugiato (2016) destaca, o BNDES foi prioritário da execução do PAC como financiador da infraestrutura brasileira. Para a viabilização dos recursos, o BNDES uniu as áreas de infraestrutura e social, dobrando os desembolsos para essas áreas entre 2007 e 2010 (BUGIATO, 2016). Abaixo, estão as funções desempenhadas pelo Banco no PAC, além da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital:

- Aumento dos prazos e redução dos *spreads* em diversas linhas operacionais voltadas para investimentos em infraestrutura.
- Ampliação do limite de participação do banco em projetos. [...]
- Criação de grupos de trabalho internos para monitorar, acompanhar e responder a órgãos de controle externo sobre os projetos do PAC na carteira do banco.
- Lançamento do Programa BNDES de Financiamento ao Programa de Aceleração do Crescimento, de apoio a projetos abrangidos pelo PAC no âmbito das linhas de infraestrutura, de operações com estados e municípios, e de leilões. (BUGIATO, 2016, p. 194-195).

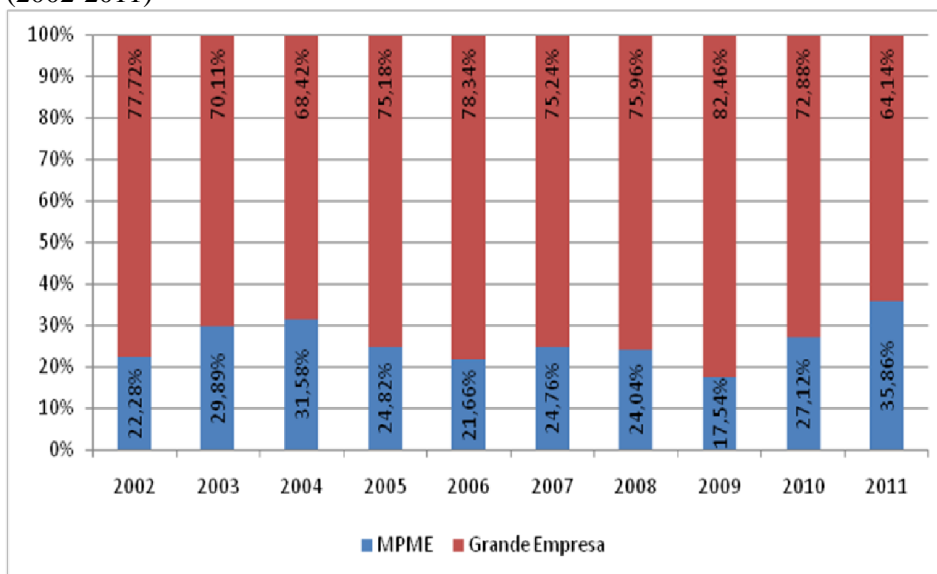
Neste sentido, entre 2007 e 2010, Bugiato (2016) traz informações do próprio Banco que contam que o BNDES participou de 362 projetos no âmbito do PAC, sendo 186 de energia, 89 de logística, 71 de infraestrutura social e urbana e 16 e administração pública. O autor ressalta, ainda, que foram financiados outros projetos voltados para infraestrutura no período não constantes do PAC.

Ainda sobre os desembolsos do Banco, também se faz conveniente assinalar o crescimento da agroindústria, para o qual o investimento do BNDES dobra entre os anos de 2007 e 2010, em que foram alocados recursos no apoio à expansão, modernização e

internacionalização das empresas do ramo de carnes, bem como em organizações do setor sucroalcooleiro (BUGIATO, 2016). No entanto, o setor que mais cresceu entre os anos de 2007 e 2010 em relação ao período anterior foi o de comércio e serviços, cujos desembolsos cresceram 348% no período.

Outro aspecto que deve ser ressaltado sobre as operações do BNDES no período diz respeito ao porte das empresas financiadas pelo Banco. As grandes empresas seguem recebendo a maior quantidade de recursos, mas é possível notar que as empresas de menor porte aumentaram sua participação nos desembolsos (REDIVO, 2012; HIRT, 2016). A respeito disso, Hirt (2016) destaca também que, quando divididos os setores de investimentos, o setor em que mais cresceu a participação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) foi o de comércio e serviços. O gráfico 1 mostra a distribuição dos empréstimos concedidos pelo BNDES por porte de empresa e demonstra o ganho de espaço as MPMEs.

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos empréstimos do BNDES de acordo com o porte da empresa (2002-2011)



Fonte: BNDES (2012), *apud* Couto e Trintim (2012), p. 13

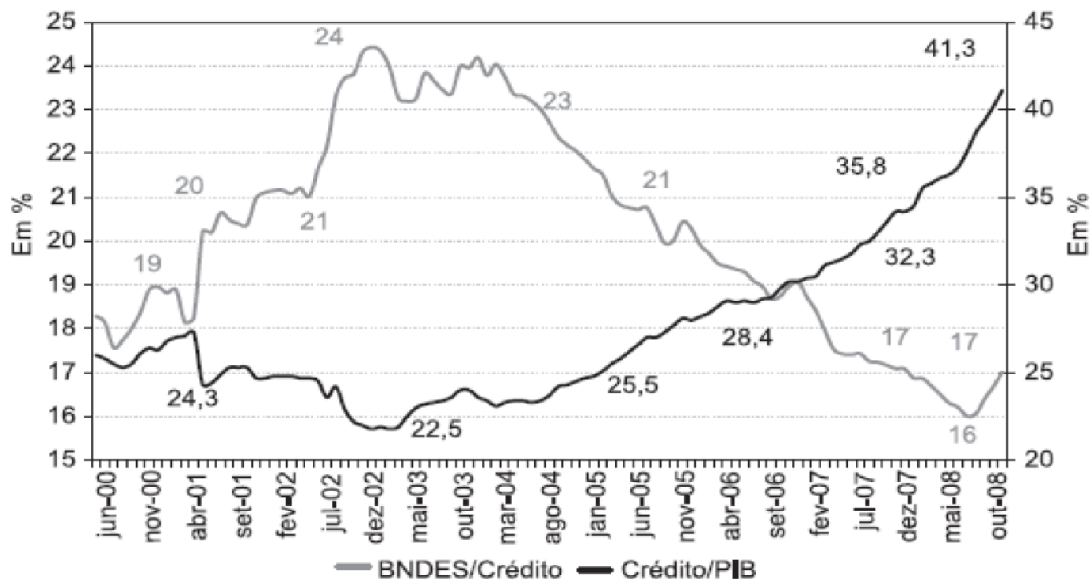
Hirt (2016) e Redivo (2016) acentuam o papel do Cartão BNDES, criado em 2003, no aumento dessas operações, que apresenta um grande número de transações realizadas, e representa uma evolução quanto ao acesso de micro e pequenas empresas aos recursos do Banco. Além disso, Hirt (2016) destaca também o maior apoio do Banco na Administração Pública, em consonância com a diretriz de modernização da gestão de estados e municípios presente no Plano 2009-2014, assim como houve uma maior quantidade de operações no setor de informação e comunicação, demonstrando apoio do banco à área de informática.

Outro tema que aparece nas discussões sobre a atuação do BNDES no segundo governo Lula é o caráter anticíclico que a instituição e os outros bancos públicos brasileiros tiveram na ocasião da crise internacional de 2008, com vistas a manter a estabilização da economia do País. Para entender esse movimento, é importante se ter em mente que as vulnerabilidades do mercado de crédito induzem às instituições privadas a agirem de forma pró-cíclica, ou seja, se a economia está favorável, aumentam investimentos e o contrário ocorre quando a economia não está bem (COUTO; TRINTIM, 2012).

Nesse sentido, os bancos públicos brasileiros reduziram seu *spread* bancário³ e aumentaram sua participação no percentual de crédito total do sistema bancário do Brasil (BUGIATO, 2016), sendo que setembro e dezembro de 2008 (período de agravamento da crise), os bancos privados participaram em 32% da oferta de crédito, enquanto os bancos públicos responderam por 68%, desses, 32% se devem ao crédito ofertado pelo BNDES na época (COUTO; TRINTIM, 2012). Esse papel anticíclico, para Couto e Trintim (2012), foi empregado outras vezes nos anos 2000: em 2002, visto o aumento do risco Brasil e a crise de confiança político-eleitoral que afetou o País e no episódio do “apagão” de 2001, quando o BNDES financiou empresas do setor elétrico que não conseguiam obter empréstimos junto a bancos privados. Esse papel estabilizador do BNDES é demonstrado pelo gráfico 2, que aponta que, quando a relação crédito/PIB esteve baixa, o crédito fornecido pelo BNDES aumentou em relação ao crédito total ofertado.

³ “*Spread* bancário é a diferença entre a taxa de captação pela pelos bancos aos depositantes e a taxa de empréstimo cobrada pelos bancos aos tomadores de crédito” (BUGIATO, 2016, p. 199).

Gráfico 2 - A função estabilizadora do BNDES no mercado de crédito (2000-2008)



Fonte: Sant'anna et. al. (2009), apud Couto e Trintim (2012, p. 14).

Sobre esse assunto ainda é importante destacar que a ação anticíclica do BNDES entre 2008 e 2010 foi financiada com recursos do Tesouro Nacional conforme a TJLP, gerando críticas de analistas que consideraram uma operação de prejuízo para a União, pois a TJLP é mais baixa do que a taxa de juros que o Tesouro paga para captar recursos (Taxa Selic) (COUTO; TRINTIM, 2012; SALGADO, 2013). Entretanto, segundo Couto e Trintim (2012), nesse tipo de operação, os benefícios superam os custos, pois o BNDES não teria condições de agir na estabilização da economia sem a ajuda desses recursos.

Outra atuação de destaque do BNDES no segundo governo Lula foi a participação do Banco em fusões e aquisições de empresas, 75 processos no total, nas quais a maioria tinha participação acionária da BNDESPar, apoiando a formação de grandes grupos empresariais nacionais (BUGIATO, 2016). A própria BNDESPar aumenta sua participação em empresas entre os anos de 2007 e 2010, com exceção de 2008, que teve relativa queda no saldo da carteira de investimentos da subsidiária (BUGIATO, 2016).

Sobre isso, é importante destacar o papel do BNDES na internacionalização de empresas brasileiras no governo Lula, seja indireta, pelo financiamento à expansão da capacidade produtiva, ou diretamente, através dos empréstimos concedidos às operações de internacionalização das empresas. Já Bugiato (2016) entende as operações de internacionalização das empresas no BNDES em sentido amplo, ocorrendo em três frentes de atuação: exportação de mercadorias, exportação de serviços e exportação de capital.

Nesse sentido, Hirt (2016) diz que o apoio à internacionalização das empresas brasileiras era feito a partir de participações acionárias até o ano de 2005, quando foi criada uma linha de

crédito específica a esse fim (HIRT, 2016). Em 2007, essas operações ganharam outro reforço, pois, até ali, a linha de crédito estava condicionada à geração de saldo líquido positivo de divisas e, a partir daquele ano, passava a ser associada à melhoria da competitividade das empresas brasileiras no exterior (HIRT, 2016). Além disso, no Plano 2009-2014, elaborado a partir de 2007, o fortalecimento da presença internacional de empresas brasileiras era a terceira orientação de atuação do Banco (HIRT, 2016). A tabela 5 mostra que, das 30 maiores empresas transnacionais brasileiras em 2010, o BNDES manteve relação com 20.

Tabela 5 - Maiores empresas transnacionais brasileiras em 2010

Posição	Empresa	Ramo	Operações com Sistema BNDES
1	JBS-Friboi	Alimentos	X
2	Gerdau	Siderurgia e metalurgia	X
3	Ibope	Pesquisa de mercado	
4	Metalfrio	Máquinas e materiais elétricos	
5	Oderbrecht	Obras de infraestrutura	X
6	Marfrig	Alimentos	X
7	Vale Extração mineral X		
8	Sabó	Autopeças	
9	Tigre	Material de construção	
10	Suzano	Papel e celulose	X
11	Artecola	Químico	
12	Lupatech	Máquinas e materiais elétricos	X
13	Camardo Córrea	Obras de infraestrutura	X
14	Ci&T	Tecnologia da informação	
15	Marcopolo	Veículos automotores e carrocerias	X
16	WEG	Máquinas e materiais elétricos	X
17	Stefanini IT Solutions	Tecnologia da informação	
18	Votorantim	Produtos de minerais	X
19	ALL	Transporte terrestre	X
20	TAM	Transporte aéreo	
21	Embraer	Equipamentos de transporte	X
22	Natura	Cosméticos e higiene pessoal	X
23	Petrobrás	Petróleo e gás natural	X
24	Bematech	Máquinas e materiais elétricos	X
25	Alusa	Energia elétrica	X
26	Spoletto	Alimentos	
27	Andrade Gutierrez	Obras de infraestrutura	X
28	Itaú S/A	Informação e comunicação	X
29	Totvs	Tecnologia da informação	X
30	DHB	Máquinas e materiais elétricos	

Fonte: Bugiato (2016, p. 230).

Além da atuação da linha de crédito, o BNDES, durante o governo Lula, criou escritório de representação em Montevidéu, Uruguai, em 2007, e o BNDES *Limited*, subsidiária com autorização para fazer operações no exterior, em 2008. Apesar de no início a linha de crédito poder ser desfrutada apenas por empresas que desenvolvessem atividades de indústria, atualmente o acesso é mais amplo e empresas de qualquer atividade que tenham o capital nacional como maior acionista podem solicitar o financiamento deste tipo (HIRT, 2016).

Ademais, durante o governo Lula, o BNDES assinou acordos de cooperação com outros bancos, como o *Exim Bank* dos Estados Unidos, o *JapanInstitute for OverseasInvestment* e o *Corporación de Fomento de laProducción* do Chile, bem como criou uma agência subsidiária para reunir o apoio governamental ao setor de exportação, o EXIM Brasil (BUGIATO, 2016).

Um outro tipo de internacionalização de empresas ocorrido no governo Lula, além dos apoios indiretos à expansão da produção e financiamento direto às exportações de mercadorias, é o financiamento à exportação de serviços, especialmente de engenharia. Bugiato (2016) e Hirt (2016) destacam que esse tipo de operação é feito com os países que o governo Lula buscou dar mais importância em sua política externa, quais sejam os latino-americanos e africanos. Na América Latina, o BNDES foi o responsável pelo financiamento da infraestrutura da integração proposta pelo governo, apoiando projetos de interligação física entre os países (BUGIATO, 2016).

O Banco, nesse sentido, funciona como uma das principais agências financiadoras da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), estratégia de integração física na América do Sul, estabelecida ainda no governo FHC, no ano de 2000, com objetivo de inserir a região na economia mundial competitivamente (HIRT, 2016). O BNDES apoia os projetos de infraestrutura nos quais as grandes empresas brasileiras são contratadas, como o Eixo de Capricórnio – que trabalha com transporte intermodal, com destaque para as ferrovias -, e o Corredor Viário Interoceânico Sul – Peru/Brasil, entre Peru, Bolívia e Brasil (HIRT, 2016). Enfim, as obras da IIRSA englobam territórios que não estavam totalmente inseridos em uma lógica capitalista, pela relação com a natureza ou pela ausência de sentido de mercado consumidor, “sob o ‘mantra’ da modernidade e prosperidade” (HIRT, 2016, p. 410).

Um importante aspecto no que diz respeito ao financiamento desse tipo de projeto, que também é realizado com países da África, como Angola, Gana e Moçambique, apesar de não ter o mesmo objetivo de integração de territórios, é em relação aos mutuários, que, às vezes, são os países em que as obras serão instaladas e, às vezes, são as empresas que executarão os trabalhos. Mesmo quando o contratante é o país, existe a condicionante, por parte do BNDES, que os serviços sejam executados por uma empresa brasileira, além da análise de crédito (HIRT, 2016). Ainda cabe destacar, conforme o faz Hirt (2016), que em cerca de 82% das operações, mesmo que os importadores dos serviços sejam os governos dos países, o recurso é repassado diretamente para a empreiteira brasileira que exportará o serviço. O papel do BNDES na política externa e economia brasileira superou os índices de desembolsos e lucro líquido de bancos

multilaterais que atuam na América do Sul, como o Bird, se tornando a maior agência de fomento atuante no continente.

O quadro 7 apresenta os países, obras e empresas beneficiadas com apoio do BNDES à exportação de serviços de engenharia no período do governo Lula.

Quadro 7 - Apoio do BNDES às exportações de serviços de engenharia (2003-2010)

País	Obras	Empresas beneficiadas
Angola	Obras de saneamento básico em Luanda.	Norberto Oderbrecht S/A
	Construção de sistema de transmissão de energia elétrica no interior do país.	
	Construção de aeroporto internacional em Catumbela.	
	Construção de autoestrada em Luanda.	
	Prestação de serviços para programa de desenvolvimento integrado de infraestruturas.	
Argentina	Construção do gasoduto Cruce Magallanes.	Confab Industrial S/A
	Expansão dos gasodutos TGN e TGS.	Confab Industrial S/A e Norberto Oderbrecht S/A
	Construção da planta de tratamento e do sistema de distribuição de água do Paraná de las Palmas.	Norberto Oderbrecht S/A
	Ampliação do gasoduto San Martin.	Norberto Oderbrecht S/A
Chile	Ampliação do metrô de Santiago.	Alstom Hydro Energia Brasil Ltda
Cuba	Obras de ampliação e modernização do porto de Mariel e sua infraestrutura de acesso.	Companhia de Obras e Infraestrutura
	Construção de uma planta para produção de soluções parenterais e para hemodiálise.	TPRO Engenharia S/A e Pharmaster do Brasil Consultoria Ltda
Equador	Construção da usina hidrelétrica de San Francisco.	Furnas Centrais Elétricas e Norberto Oderbrecht S/A
Peru	Construção do gasoduto Camisea.	Confab Industrial S/A
	Projeto Bayovar – abastecimento de água.	Andrade Gutierrez S/A
Rep. Dominicana	Construção do Aqueduto Noroeste.	Andrade Gutierrez S/A
	Construção da usina hidrelétrica Las Placetas.	Andrade Gutierrez S/A
	Construção da usina hidrelétrica de Pinalito.	Norberto Oderbrecht S/A
	Construção da usina hidrelétrica de Palomino I.	Norberto Oderbrecht S/A
	Construção de viadutos em Santo Domingo.	Norberto Oderbrecht S/A
Uruguai	Construção da linha de transmissão de energia Punte de Tigre	Schahin Engenharia S/A
	Reforma da rede de gás de Montevideo.	OAS Ltda
Venezuela	Construção da linha 3 e 4 do metrô de Caracas.	Norberto Oderbrecht S/A
	Implantação da casa de máquinas da central hidroelétrica de La Vueltoza.	Alstom Hydro Energia Brasil Ltda
	Construção da usina siderúrgica nacional no estado de Bolivar.	Andrade Gutierrez S/A
	Construção da linha 2 do metrô de Los Teques.	Norberto Oderbrecht S/A

Fonte: BNDES Transparente (2015) *apud* Bugiato (2016, p. 228).

A estratégia de internacionalização das empresas brasileiras, principalmente no que diz respeito ao serviço de engenharia e produção de *commodities*, é alvo de críticas por conta da posição de explorador que o Brasil assumiria nesses negócios, com prejuízos a comunidades nativas e economias locais (HIRT, 2016). Assim, também alerta Bugiato (2016) sobre os argumentos dessas críticas:

A atuação internacional de empresas nacionais na América Latina e África, principalmente, revela por traz da bandeira da cooperação, desenvolvimento e crítica ao ordenamento mundial um mercado lucrativo em formações sociais em que o desenvolvimento do capitalismo é mais débil e as empresas brasileiras podem explorar tal debilidade com exportação de produtos industrializados, serviços de engenharia e investimento externo direto. (p. 227-229).

Apesar das críticas, existe o argumento de que a política de internacionalização das empresas nacionais busca reduzir a vulnerabilidade externa da economia do país (REDIVO, 2012), na geração de emprego e renda no Brasil e nos ganhos de competitividade internacional (SALGADO, 2013). Salienta-se, ainda, conforme Salgado (2013), que esse apoio é condicionado ao desempenho das empresas, como elevação de exportações, transferência de tecnologia ao país de origem, importação de insumos e repatriação de divisas. Este movimento, no entendimento de Salgado (2013) que recorre a Gomes de Almeida (2010), pode estar constituindo um novo papel às empresas brasileiras no exterior, com mais inserção e capacidade de inovação para competir mundialmente.

Como viu-se, o governo Lula, apesar de ter semelhanças profundas – principalmente em termos macroeconômicos, em que houve momentos de intensificação de uma política considerada ortodoxa – com o governo FHC, foi marcado pela diferenciação quanto aos rumos do BNDES. Apesar das disputas internas quanto à política econômica no próprio governo, o Banco, conforme a literatura apresentada, teve uma orientação mais voltada para o desenvolvimentismo, seja em termos de liberal-desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo.

No início do período Lula, ocorreu o choque das diferenças entre as ideologias de orientação do Banco, se mostrando, inclusive, um momento de grandes críticas e apoios aos novos posicionamentos. No entanto, as transformações continuaram ao longo do governo e o rumo desenvolvimentista foi, de acordo com a literatura, seguido pelo BNDES com mudanças bruscas em algumas de suas estratégias (relação com capital exterior, incentivo às PPPs) e aprofundamento de outras (formulação e execução de grandes projetos de desenvolvimento e fomento à indústria e à infraestrutura, valorização da empresa nacional).

Na seção a seguir, serão apresentadas análises comparativas e construtivas gerais entre a atuação do BNDES nos dois governos, com enfoque para as visões de mundo e contexto simbólico do comportamento do Banco nos dois períodos. O objetivo é demonstrar que o papel executado pela instituição é fortemente influenciado por lutas simbólicas intra e interinstituições, governos e campos. Além disso, busca-se expor a diferenciação entre o que podemos chamar de dois BNDES, quanto às suas estratégias de desenvolvimento: um tido como agente macroeconômico focado em promover o ajuste fiscal e de acordo com a linha de pensamento econômico monetarista e voltada ao mercado; e outro considerado agente de fomento à produção e infraestrutura nacional, voltado a uma linha de atuação estruturalista focado no planejamento setorial e de caráter desenvolvimentista.

2.3 Considerações sobre o contexto simbólico da atuação do BNDES nos governos FHC e Lula

Como pôde-se observar, as políticas econômicas dos governos FHC e Lula se assemelham e diferem em pontos centrais. Quanto à necessidade da estabilização econômica e da valorização do real, com políticas de ajuste fiscal, a literatura econômica tem demonstrado que Lula seguiu os mesmos passos de Cardoso tendo, por vezes, aprofundando a hegemonia liberal. Sallum Jr. e Goulart (2016) argumentam que, diferentemente de várias interpretações, o liberalismo foi implantado de forma moderada no Brasil nos anos 90, devido ao ideário democrático e dissidências internas do próprio governo, resultando em um modelo moderadamente liberal, mas hegemônico.

Comparando-se as políticas econômicas dos dois governos aqui analisados, os autores acima mencionados defendem que o período Lula continuou e aprofundou o movimento iniciado na década anterior “combinando a manutenção da política macroeconômica, notadamente em suas dimensões cambial e monetária, à qual foi agregada um maior impulso desenvolvimentista e forte ação distributiva” (SALLUM JR.; GOULART, 2016, p. 131). O que teria realmente ocorrido, sobretudo no governo Lula, conforme Sallum Jr. e Goulart (2013), seria um esmaecimento do ideário neoliberal e aprofundamento da hegemonia liberal, em que noções relativamente ortodoxas de política macroeconômica e em favor do mercado se articularam com políticas sociais voltadas aos menos favorecidos. Já Hirt (2016) é mais incisiva e afirma que, nos governos FHC, estabeleceu-se uma hegemonia de orientação neoliberal comandados pelo capital financeiro sobre os outros setores do grupo no poder, enquanto no

governo Lula há uma reacomodação em que as estratégias de desenvolvimento liberal e desenvolvimentistas encontraram *locus* de ação e retórica.

Apesar da visão de continuidade na política econômica e aprofundamento da hegemonia liberal que está em vigor no país desde 1995, vários são os estudiosos, inclusive Sallum Jr. e Goulart (2016), que apontam uma mudança estrutural no papel e atuação do BNDES nos governos dos dois presidentes. O BNDES, a partir de 2003, redirecionou suas prioridades para realização de investimentos que buscassem o desenvolvimento das empresas nacionais, enquanto que, no governo anterior, buscou privilegiar as privatizações (SALLUM JR.; GOULART, 2016).

Este também é o entendimento de Bugiato (2016), que aponta mudanças e continuidades nas políticas econômicas dos governos Cardoso e Lula, mas também ressalta a alteração nas estratégias de desenvolvimento seguidas pelos dois governos. Abaixo, segue quadro adaptado do estudo do autor para demonstrar as inflexões de orientação econômica dos governos e a atuação do BNDES.

Quadro 8 - Bloco no poder e BNDES

Situação do bloco no poder	Modo de desenvolvimento do capitalismo	Principais operações do BNDES
Crise de hegemonia (1952-1964)	Emergência da burocracia de Estado, apoiada nas classes populares, como força social autônoma, capaz de conduzir o desenvolvimento nacional, em que empresas estatais são o motor da industrialização, estimulada pela política de substituição de importações (nacional-desenvolvimentismo populista)	Desembolsos majoritariamente destinados a empresas públicas; Plano de Metas; Financiamento de setores estratégico de modo a desenvolver a indústria e a infraestrutura.
Hegemonia da grande burguesia interna (1964-1989)	Desenvolvimentismo privado: projeto de industrialização baseado em uma política protecionista e no qual o capital privado está no centro do processo acumulação e as classes populares são alijadas completamente do processo decisório do Estado (nacionaldesenvolvimentismo).	Desembolsos majoritariamente destinados a empresas privadas, com exceção do período da crise da dívida externa, em que implementou saneamento financeiro das empresas públicas para entregá-las à iniciativa privada; II Plano Nacional de Desenvolvimento; Financiamento de setores estratégico seguido de medidas compensatórias diante de crise da década de 1980; Atuação no mercado de capitais;
Hegemonia da grande burguesia compradora (1990-2002)	Abertura comercial e financeira, privatizações, elevação das taxas de juros e combate à inflação para "adequar" a economia nacional às exigências do mercado "globalizado" (neoliberalismo).	Desembolsos majoritariamente destinados à iniciativa privada. Medidas de ajuste fiscal da economia. Gestor do PND e financiador dos compradores das empresas privatizadas. Financiamento conforme capacidade de pagamento do cliente (banco comercial).
Ascensão da grande burguesia interna (2003-2010)	Reforma do modelo neoliberal. "Crescimento econômico impulsionado pelo Estado através do financiamento a grupos nacionais que se internacionalizaram, pela proteção ao mercado interno e conquista de novos mercados no exterior, pelo aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora via aumento de crédito, estímulo ao consumo, geração de empregos e políticas sociais" (BUGIATO, 2016, p. 164). (Neodesenvolvimentismo)	Financiamento para empresas brasileiras, centro de direcionamento e atendimento das demandas da grande burguesia interna brasileira e das classes populares. "Financiador do grande capital nacional, da formação de grandes empresas nacionais, do combate à crise mundial de 2008 e da internacionalização de frações da burguesia brasileira" (BUGIATO, 2016, p. 235)

Fonte: adaptado de BUGIATO (2016, p. 109)

Nesse sentido, a literatura aponta o BNDES como de fundamental importância no governo FHC, mas com transformações profundas em sua organização e ideário de orientação. A esse entendimento é o que nos leva também o estudo de Diniz (2006), que argumenta que o BNDES passou de agente desenvolvimentista a gestor das privatizações entre os anos de sua criação e segundo governo FHC. Sobre essa mudança de direção, Costa et. al. (2016) defendem que tenha começado nos anos 80 e se aprofundado na década de 1990, período no qual o Banco teria se caracterizado por sua flexibilidade frente aos acontecimentos econômicos e políticos nacionais e mundiais. A Instituição se adaptou ao ambiente de transformações, sendo, por vezes, objeto e artífice, como ocorreu no caso das privatizações, cujo programa foi por ela gestado (COSTA et al., 2016).

Sobre a atuação do BNDES na década de 1990, é importante ressaltar que o papel desempenhado pela instituição foi fundamental e alinhado às prioridades e objetivos da política macroeconômica (COSTA, 2006). Houve, inclusive, expansão do Banco, o que pode parecer paradoxal, por se tratar de um banco de desenvolvimento, cuja atuação historicamente teria sido voltada para o fortalecimento da indústria e empresariado nacional através de investimentos de longo prazo (COSTA et al., 2016). Explica-se essa ampliação de uma instituição estatal em período de reformas neoliberais, salientam Costa et al. (2016), sobretudo em que várias empresas foram desestatizadas, pela grande capacidade do BNDES em mobilizar créditos e pelo fato de que o empresariado brasileiro nunca prescindiu do seu banco de desenvolvimento.

Ademais, o BNDES, no governo FHC, apesar de ainda continuar com políticas industriais, não conseguiu pautar a agenda do governo para políticas de desenvolvimento e industriais (COSTA, 2006; HIRT, 2016), agindo principalmente como “instrumento” do governo de forma a viabilizar as metas macroeconômicas e compensar os efeitos por ela causados (COSTA, 2006, 2011). Daí surge o seu papel tão forte nas privatizações, estratégia de mercado alinhada com o pensamento econômico ortodoxo, explicado mais adiante. Dessa forma, o Banco, além de atuar de forma intensa nas privatizações de empresas federais que vinham ocorrendo sob a forma de política de Estado desde o governo Collor, também foi central no ajuste fiscal e desestatizações estaduais nos governos Cardoso (COSTA, 2011). Ainda sobre a atuação do BNDES na era FHC, Costa (2011) ressalta que “ao longo de sua história, seu papel decisivo esteve atrelado à formulação e à implementação de políticas industriais e de desenvolvimento, sendo a questão macroeconômica uma novidade na sua trajetória” (p. 263).

A chegada de Lula à Presidência da República em 2003, como viu-se, trouxe continuidades e mudanças em relação ao governo anterior. Apesar das dissidências entre os

teóricos sobre o nível de liberalismo do governo Lula, é clara uma reorientação para o desenvolvimentismo ou liberal-desenvolvimentismo, especialmente no que diz respeito à atuação do BNDES. Os pesquisadores também salientam que o governo foi caracterizado por unir políticas macroeconômicas voltadas para o mercado financeiro e políticas sociais de distribuição de renda e fortalecimento do capital nacional, ou seja, liberais e desenvolvimentistas tinham *locus* de atuação no governo Lula. Além disso, quanto à atuação do BNDES, tem-se claro ponto de alteração de fluxo, ou mesmo volta ao rumo desenvolvimentista, através das políticas implementadas com objetivo de melhorar a competitividade das empresas brasileiras e o peso da economia do País no mercado internacional.

O BNDES se tornou o lugar de rearticulação de investimentos de longo prazo amparados em um ideal neodesenvolvimentista (HIRT, 2016). Ademais, para Costa (2006), especialmente no início do governo Lula, o Banco tornou-se local de resistência às políticas macroeconômicas voltadas para a estabilização em detrimento do investimento em desenvolvimento, demonstrado inclusive pelos conflitos abertos entre as direções do BNDES, Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento. O Banco foi, dessa maneira, um dos polos desenvolvimentistas do governo Lula (COSTA, 2006), sendo formulador de política industrial e agente financiador dos investimentos em infraestrutura econômica, social e urbana do país.

À medida em que o governo Lula foi marcado pela presença de representantes de distintas visões de desenvolvimento, o BNDES se tornou um “centro de poder”, atuando como peça chave nas medidas neodesenvolvimentistas do governo que buscava atender interesses de classes populares e industriais (BUGIATO, 2016, p. 235). Assim, mais uma vez, a Instituição foi protagonista na política econômica do Estado, destacando-se agora também seu papel na política externa do governo através da internacionalização de empresas e investimentos em infraestrutura no Brasil e no restante da América Latina. No entanto, o que se destaca é que, diferentemente do que ocorreu no governo FHC, esse protagonismo se deu de forma mais autônoma do centro decisório das políticas macroeconômicas e retomando um papel que havia sido deixado de lado na década de 90, o de agente de fomento à produção brasileira, conforme aponta a literatura levantada.

Dessa forma, concorda-se com Costa (2006) quando a autora salienta que essas mudanças de atuação do BNDES e o estudo de sua trajetória demonstram que coexistem no Banco dois grupos ideológica e teoricamente diferentes – desenvolvimentistas/heterodoxos e liberais/ortodoxos. Estes grupos possuem visões sobre desenvolvimento econômico e atuação

do Banco essencialmente divergentes e formulam projetos distintos, se alternando na condução da Instituição conforme as prioridades e o perfil da política econômica das forças que comandam o País (COSTA, 2006).

Pode-se admitir, então, conforme foi exposto nessa revisão, que o BNDES, assim como o governo, é local de atuação e formação de agentes do campo de economistas, sendo esse mercado por disputas e lutas entre os meios intelectuais (LOUREIRO, 2006). A partir desse entendimento, é importante salientar, como o faz Loureiro (2006) que, desde os anos 60, os economistas, ligados principalmente à intervenção do Estado na economia, mas também a partir de uma articulação de seus agentes e sem se afastarem em épocas neoliberais, passaram a exercer papéis de dirigência no governo brasileiro.

O campo dos economistas no Brasil, em que a atuação e formação passa por escolas de ensino e pela prática econômica, apresenta, também, divisões na formação acadêmica dos profissionais. É possível apontar duas Escolas de Economia no Brasil, formadas, de um lado pela FGV e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e, de outro, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (COSTA, 2006). Este cenário se apresenta de forma que as primeiras “fixam-se na modelização e matematização do ensino, são afeitas ao pensamento neoclássico e têm a maior parte do corpo docente formada em universidades norte-americanas”, enquanto as segundas estão vinculadas à perspectiva estruturalista e “acatam a abordagem histórica e sociopolítica dos processos econômicos” (LOUREIRO, 1997). Nesse sentido, a evidenciação desse processo na formação dos economistas tem impactos políticos, pois são utilizados como instrumentos de legitimação da competência dos profissionais e são utilizados na incorporação destes por partes dos grupos governamentais (LOUREIRO, 1997; 2006).

Como viu-se, as disputas do campo dos economistas brasileiros envolveram o BNDES, tanto como agente na formação prática dos profissionais de economia, quanto como local de atuação das diferentes correntes de pensamento econômico ao longo dos anos, demonstrando acentuados desvios de rotas principalmente na década de 90 e 2000. Sendo assim, é possível concordar afirmar que o Banco é *locus* de ativação das lutas do campo dos profissionais de economia, tendo mostrado isso de forma explícita no governo Lula, quando, como denota Costa (2006), teve momentos em que se mostrou abertamente contra a política monetária que havia se instalado, mas também de forma implícita no governo FHC, quando ocorreu uma inflexão liberal em sua atuação que, até a década de 80, mostrava-se desenvolvimentista.

A partir dessa caracterização da atuação do BNDES nos governos FHC e Lula e do apontamento de que existem correntes de pensamentos divergentes do campo dos economistas atuando dentro e fora da Instituição, é possível denotar que o Banco se constitui também local de disputas simbólicas (conceito explicado no próximo capítulo) entre os profissionais de economia. Além disso, sobre os períodos citados, é possível perceber claras diferenças entre as visões de banco de desenvolvimento e o impacto dessas divergências na atuação da Instituição.

A partir de uma inflexão neoliberal ocorrida no final da década de 1980 (COSTA, 2011), o BNDES pode ser tido como um banco estatal de grande importância na atuação econômica do País e, pela primeira vez, utilizado como agente de estabilização macroeconômica, ou seja, voltado para as reformas liberais que buscavam o enxugamento do Estado (privatizações) e adequação dos índices econômicos brasileiros às normas internacionais de mercado. A partir de 2003, com o governo Lula, apesar da literatura apontar que não houve mudança de rota nas estratégias macroeconômicas do País, o BNDES teve clara alteração nos rumos de sua atuação, em que voltou a focar suas ações no fomento à produção brasileira, comportamento tido como desenvolvimentista. Esta atuação pode ser exemplificada pelo papel do Banco em programas voltados para a infraestrutura econômica, social e urbana no governo Lula, como o PAC.

A partir desta conjuntura, entende-se, para a aplicação desta pesquisa, que, o campo midiático brasileiro possui intersecções com o campo de produção simbólica da economia, podendo atuar na reverberação das lutas simbólicas ocorridas dentro dele, através de enquadramentos estabelecidos intra e intercampos e utilizados para observar os acontecimentos econômicos. Como o BNDES se demonstra como importante espaço do campo dos economistas brasileiros e a cobertura da imprensa, como será explanado mais a frente, é, diferentemente do que busca transparecer, é marcada pelas disputas e estrutura dos outros campos, especialmente o político e o econômico, busca-se analisar como a mídia enquadrou estas duas linhas de atuação do Banco, notadamente divergentes e alinhadas com tendências de pensamento econômico diferentes entre si.

3 O JORNALISMO ECONÔMICO BRASILEIRO

Como todo o jornalismo, o especializado em economia é marcado fortemente pelas mudanças sociais, especialmente as de cunho político. Pode-se dizer, com base na literatura sobre o tema, que este tipo de imprensa teve como importantes marcos estruturantes, a implantação do regime militar, bem como o tipo de relação com a imprensa empregado e permitido à época; e a redemocratização do país, advinda de discursos liberalizantes e democráticos que tomaram conta dos agentes políticos e econômicos e seguida pelos vários planos econômicos anti-inflacionários. Além dessas mudanças externas ao campo do jornalismo, são notáveis mudanças no próprio modo de fazer da profissão, que passou a valorizar a tecnicidade em detrimento da ideologia, a imparcialidade em relação às paixões. Assunto este que também é alvo de críticas e discussões no âmbito acadêmico e profissional.

É importante destacar que, em vasta parte da literatura estudada, o jornalismo econômico, apesar de seu desenvolvimento relativamente tardio em relação ao político no Brasil, é visto como área nobre da imprensa, bem como tem seu público voltado para os tomadores de decisão da sociedade e o “como uma prática de reprodução simbólica, se tornou um fator importante da vida econômica do brasileiro” (PEDROSO NETO; UNDURRAGA, 2017, p. 1, tradução nossa). A linguagem jornalística exerce um papel de esclarecimento dos termos e acontecimentos econômicos para boa parte da população, mas o seu conteúdo e fontes são formados para o cidadão político e de negócios.

3.1 Jornalismo de economia e processo de redemocratização do Brasil

Foi durante o regime militar que o jornalismo econômico sofreu mudanças que o colocaram entre as editorias de grande prestígio no corpo do jornal, mais notadamente o impresso. Park (2016) destaca que, apesar de ter iniciado no governo de Juscelino Kubitschek, o jornalismo econômico no Brasil só se consolida na década de 70. Até os anos 50, as informações de economia não tinham um espaço fixo e as notícias eram especialmente sobre os portos e a produção do café (PARK, 2016). De acordo com o autor, a origem das notícias eram as agências de informação estrangeiras, as câmaras de comércio e o Ministério da Fazenda.

Park (2016) ainda destaca que o primeiro informativo de economia do Brasil foi lançado pelo jornal O Estado de São Paulo em 1949. Por volta de 1950, a Folha de São Paulo e o carioca “Última Hora” começam a ter jornalistas e colunistas especializados na temática econômica

(PARK, 2016). Esse movimento, influenciado pela instalação de empresas estrangeiras no País, dão dinamismo ao jornalismo econômico, que vai passando de exclusivamente analítico para mais factual (PARK, 2016).

O destaque à economia dada pelos militares na direção do país e o alcance do “milagre econômico” são os maiores responsáveis pela ascensão do jornalismo de economia. Neste sentido, Lene (2009) destaca o papel dado aos economistas durante o regime militar. Símbolo da eficiência e da cientificidade, os militares dispuseram a direção de órgãos voltados para políticas públicas e estratégias de desenvolvimento do país para economistas que agiam como verdadeiros políticos, mais não passavam pelo mesmo crivo de obrigações e prestações de contas a um partido ou eleitores. O controle centralizado do país e de sua economia pelo poder executivo e a necessidade legitimar o poder autoritário através da eficiência econômica fizeram com que economistas fossem escolhidos para diversos postos do governo militar (LENE, 2009; ABREU, 2003).

Os jornais também foram afetados pela intensa valorização da economia dessa época e o assunto, que geralmente era tratado em pouco mais de uma página, passou a tomar conta de uma média de seis páginas e meia, de acordo com pesquisa realizada por Kucinsk (2000), trazida por Lene (2009). Dessa maneira, o modelo econômico instaurado pelo regime militar foi de grande importância para o surgimento de diversos boletins e revistas especializados em economia (LENE, 2009).

Diante da influência da forma de governo nas raízes e desenvolvimento do jornalismo econômico, Abreu (2003) busca traçar a forma como o gênero reagiu e afetou as mudanças políticas ocorridas no processo de redemocratização do país. Importante destacar que, de acordo com a autora, antes da ascensão dos militares ao poder, os grandes jornais alertavam sobre os perigos das estatizações na economia, o que foi momentaneamente desconsiderado diante “ameaça comunista que representava” João Goulart e seus planos de reforma (p. 24).

Os governantes viam no jornalismo econômico instrumento de divulgação da política econômica e das conquistas e avanços que o governo havia alcançado, já que a área econômica era a sua principal legitimadora. Apesar da censura aos meios de comunicação, os militares viam pouco perigo nas editoriais e publicações de economia, já que essas eram voltadas para públicos mais seletos e as maiores fontes de informações eram do setor público (ABREU, 2003).

Portanto, a conjuntura de governo do regime militar nos anos de 1960 foi importante fator na gênese e desenvolvimento do jornalismo de economia no Brasil, conforme ressalta o estudo de Abreu (2003):

As editorias de economia dos jornais rapidamente obtiveram grande espaço e prestígio, sendo nelas introduzidas inovações que em seguida se estenderam a toda a redação. Os proprietários, ante as pressões da censura e a apreensão dos jornais pela polícia, resolveram substituir o noticiário político pelo econômico ou por notícias internacionais. Foi o momento de profissionalização tanto das empresas quanto dos jornalistas. Outros empresários perceberam que a conjuntura permitia a entrada no mercado de veículos de comunicação especializados em economia e dirigidos a um público de tomadores de decisão, tecnocratas e formadores de opinião. (p. 26).

Entretanto, apesar de fortemente financiados pelo governo militar (por meio da publicidade) e terem apoiado a intervenção dos generais no governo em 1964, os grandes jornais da época – a saber, O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil e O Globo – utilizaram de suas editorias de economia, antes mesmo da ação dos empresários, para criticar o modelo centralizador e estatista de economia adotado pelos militares. Park (2016) explica que, como as críticas não poderiam ser feitas de forma direta, criticar a conjuntura econômica foi a saída encontrada pelos jornalistas para fazer considerações sobre o governo.

Durante o período militar, a cobertura econômica era marcada por intensa pessoalidade, em que as fontes, além de serem oficiais, tinham predileções quanto aos jornalistas com quem decidiam e aceitavam falar (ABREU, 2003). A relação entre os ministros da Fazenda na época do “milagre econômico”, Roberto Campos (1964-1967) e Delfim Netto (1967-1974), com a imprensa assegurou a imagem positiva da economia brasileira nos jornais, através de controle centralizador, das assessorias de imprensa dos ministérios e órgãos governamentais da área econômica e da estratégia de comunicação integradora aplicada à época (PULITI, 2009; ABREU, 2003).

Sobre isso, Park (2016) ressalta que a “aproximação de uma parte da mídia ao governo militar, a autocensura e a censura forçada provocaram a diminuição de assuntos políticos nas páginas dos periódicos, em contrapartida, os espaços dedicados aos artigos sobre economia cresceram” (p.82). A cobertura econômica, de acordo com o autor, valorizava as decisões do regime e desnacionalização da economia, sendo que, foi utilizada para incentivar as negociações no mercado financeiro e a abertura de capital das empresas familiares (PARK, 2016).

O jornalismo econômico, em sua fase inicial, passou pelo obstáculo da falta de conhecimento da área econômica por parte dos jornalistas que, muitas vezes, serviam apenas

como transmissores das informações obtidas com os tecnocratas. Isto se justifica pela falta de interesse das fontes em explicar os termos, mas também pela própria natureza da matéria econômica – voltada para um público já familiarizado com os termos e de conteúdo recheado pelos dados numéricos e estatísticos. (ABREU, 2003).

Dessa forma, o crescimento do jornalismo de economia no Brasil no início do regime militar é caracterizado, principalmente, por sua dependência de fontes reduzidas e controladas pelo governo, sem contar com espaço para órgãos representativos dos trabalhadores (ABREU, 2003). Sobre as fontes do jornalismo econômico nesta época, Puliti (2009) se refere a Quintão (1987) e define três tipos: autoridades, como Ministério da Fazenda, Banco Central, BNDE – o próprio ministro Delfim Netto costumava se encontrar com editores de economia às segundas-feiras –, os empresários representados por corporações empresariais; e os economistas ligados à academia.

Os jornalistas engajados politicamente, portanto, estiveram numa situação em que, ao mesmo tempo em que buscavam preservar certa autonomia, também tinham que pensar em manter condições para exercer a profissão. Neste contexto, a profissionalização do jornalismo chegou para responder às necessidades do repórter que devia sempre contar com as informações mais corretas possíveis para publicarem material que, porventura, fosse contra as decisões econômicas do governo no ambiente de falta de liberdade de expressão vigente (ABREU, 2003).

No contexto de abertura política iniciada com o governo de Ernesto Geisel, em 1974, e de deterioração do milagre econômico a partir de 1973, o jornalismo econômico passou por uma fase de expansão no espaço dentro das publicações e nas inovações aplicadas. Nesta época, as reportagens investigativas, debates que resultavam em críticas ao modelo econômico e à desigualdade e a introdução da linguagem jornalística foram inseridas na cobertura econômica. Os jornais, tanto os tradicionais como os alternativos, passaram a ser cada vez mais críticos ao modelo econômico instaurado pelos militares (ABREU, 2003).

Esta nova postura teve grande justificativa na conjuntura econômica e política do Brasil. Em busca do processo de abertura lento, gradual e seguro proposto pelos militares, a liberalização da imprensa era importante instrumento de legitimidade política ao projeto de redemocratização. Além disso, a desaceleração do crescimento, a crise do petróleo de 1973 e o advento de um processo inflacionário fizeram com que os temas mais técnicos dessem lugar a questões de maior impacto social. Neste quadro de mudanças de temas, a Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças, depois de alteração na direção interna, passou a

desempenhar papel de fornecedora de informações, com a realização de seminários, debates e cursos sobre os temas mais teóricos e menos tecnicistas (ABREU, 2003).

Além das mudanças de temas da mídia econômica, a relação entre o jornalismo e os ministros da Fazenda e do Planejamento de Geisel, Henrique Simonsen e João Paulo dos Reis Veloso, mais abertos às críticas, foi importante para a mudança de postura do jornalismo econômico, que, por meio de suas matérias, também teciam avaliações a respeito do modelo político vigente. Empresários, antes constrangidos de emitirem opiniões contrárias ao regime, também mudam de comportamento e passaram a, além de se tornarem fontes da mídia econômica, usá-las em seu benefício para influenciar a cultura econômica nacionalizante e centralizadora (ABREU, 2003).

Pode-se dizer, portanto, que, neste período, a imprensa econômica passou de grande publicador de ações e conquistas do governo para um de seus principais analistas e repreensores. Este combate, no entanto, não era generalizado, já que, dentro do grupo dos militares, existiam aqueles que eram favoráveis à abertura política e econômica e utilizaram da imprensa para enfraquecer um grupo mais radical quanto à estatização da economia.

3.2 Jornalismo econômico no período democrático – pacotes econômicos, financeirização da cobertura econômica e relação entre jornalistas e economistas

No período democrático brasileiro, com a eleição do primeiro presidente não militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a cobertura da área econômica no Brasil foi assinalada pelas políticas anti-inflacionárias e pelos planos econômicos que se sucediam na tentativa de combater o aumento exagerado dos preços. Estes planos traziam mudanças significativas no cotidiano das pessoas e, neste contexto, se popularizou o chamado jornalismo de serviços na cobertura econômica (LENE, 2009).

A informação econômica passou a ser imbuída de função social e política com um caráter de orientação aos cidadãos (LENE, 2009; PARK, 2016). Buscava-se, sobretudo, explicar as mudanças ocorridas com a adoção dos diferentes planos anti-inflacionários e ajudar o leitor a cuidar da economia pessoal. O jornalismo econômico da época, “não se limita mais a ajudar a população na especulação do mercado financeiro, mas também a se defender do caos econômico que levou o país a uma das maiores recessões do século passado” (PARK, 2016, p. 85). As editoriais de economia passaram a tratar de outros assuntos além de política econômica, como condomínio, aluguel, salários, entre outros. A simplificação da linguagem, a utilização de gráficos e tabelas explicativas e a preocupação com o cidadão que, apesar de ser levado ao

consumo pela economia neoliberal, também era tratado como o principal sujeito da informação jornalística (LENE, 2009).

No entanto, além de auxiliar o cidadão a passar pelos momentos de turbulências da inflação, o jornalismo tinha nesse tipo de serviço o motivo da própria sobrevivência, conforme explica Lene (2009):

Por que isso ocorreu e se consolidou principalmente a partir dos altos e baixos da economia brasileira? Porque a prestação de serviço por meio das páginas também reforçava a utilidade do jornal, enquanto produto, por parte das empresas de comunicação. Tratava-se, portanto, também, da estratégia de atrair os leitores para as notícias (p. 185).

Com o lançamento do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC), em 1990, a imprensa econômica ganhava mais um instrumento de importante alteração na sua forma de se dirigir e cobrir as matérias econômicas. Dessa forma, “a discussão sobre os direitos do consumidor alimentou uma gama de matérias no noticiário e os jornais ampliaram seus espaços para a economia popular” (LENE, 2009, p. 304). É através dessas matérias que os jornais passam a exercer um poder sobre a sociedade cada vez mais visível. As denúncias de desrespeito aos direitos do consumidor/cidadão são utilizadas em ações na justiça que poderiam e provocaram mudanças nas formas e regras de consumo no Brasil. A visibilidade que os jornais dão a determinados assuntos passa a ser forte agente transformador na sociedade (LENE, 2009).

Esse jornalismo cidadão, voltado para orientar a população quanto às questões de política econômica e aos seus direitos enquanto consumidores, é uma forma que a imprensa econômica encontrou para, além de atrair leitores, se legitimar como fundamental para a construção da cidadania e o acesso à justiça. Para a imprensa econômica, conforme Lene (2009), o jornalismo cidadão se traduziu, então, na cobertura dos pacotes econômicos a fim de orientar o indivíduo que, com a força do capitalismo cada vez maior, passou a ser consumidor de bens e serviços. Desta forma, a cultura do consumo imprimiu ao jornalismo econômico um caráter educativo em tempos de globalização (LENE, 2009).

Na avaliação de Lene (2009), o noticiário econômico no período dos planos, mais especificamente do Plano Real, tinha uma tendência forte pela defesa do combate à inflação como solucionador dos problemas econômicos do país, era o grande interesse nacional. Dessa forma, tanto em textos informativos quanto em textos opinativos, apesar de essa não ser uma classificação satisfatória, houve a presença desse objetivo que devia ser geral. Isto constata a hegemonia da ideologia liberal/ortodoxa na sociedade e nos campos econômico e dos economistas, apontada por Sallum Jr. e Goulart (2016), entre outros autores.

Nesse sentido, Lene (2009) destaca a forma como a imprensa tratou o Plano Real, tratamento que é visto de forma distinta entre os jornalistas econômicos e acadêmicos. A pesquisa realizada pela autora revelou que o Plano Real tinha na comunicação uma importante arma para seu sucesso, pois foi explicado com maior antecedência aos jornalistas e estes tiveram tempo de amadurecer o conteúdo para passar ao público. O papel didático da imprensa, dessa forma, também foi forte nesse período (LENE, 2009). Assim, o Plano Real foi visto pela imprensa e pela sociedade e, como apontou Kucinski (1998) passou a ser considerado a única via para saída do processo inflacionário.

No entanto, na academia e na imprensa menos alinhada ao governo, houve críticas à forma como o noticiário econômico tratou a política econômica adotada por Fernando Henrique Cardoso, enquanto ministro de Itamar Franco e presidente da República. Para Kucinski (1998), o alinhamento da grande mídia a FHC se tornou evidente durante todo o mandato e era, aparentemente, motivado pela reputação de intelectual do então presidente e pelo horror que Lula inspirava na classe média. O autor aponta ainda para o papel que as privatizações na área da telecomunicação desenvolvida por FHC tiveram para a forma pouco crítica com que jornais econômicos trataram o Plano Real e seu idealizador. Kucinski (1998) é rígido nas críticas e chega a dizer que o jornalismo como um todo, especialmente o de economia, na era FHC, tinha o objetivo de convencer o público e, assim, a partir da noção de que a liberalização econômica seria o único caminho e Cardoso a única solução, sem debate, mesmo durante o pleito (KUCINSKI, 1998).

Os jornalistas Aloysio Biondi e Luís Nassif atuaram em jornalismo de economia no período e concordam que houve comprometimento do jornalismo econômico quando da cobertura à política econômica de Fernando Henrique. Para eles, a imprensa econômica “fechou” com o governo por conta da onda neoliberal e da privatização da telecomunicação, o que levou ao tratamento superficial de análises de mercado em detrimento de assuntos voltados para o entendimento da cultura, personagens e agentes econômicos (LENE, 2009).

Park (2016) assinala que a estabilização econômica conferiu novo papel ao jornalismo de economia, qual seja o de apresentar à população as várias formas de se investir a curto, médio e longo prazo e mostrar à população que a inflação não era mais descontrolada e retirar os hábitos da sociedade tão acostumada com os preços inconstantes. Já Lene (2009) assevera que a estabilidade econômica trazida pelo Plano Real fez com que o jornalismo econômico fosse em busca de outros temas para tratar, como sociais e ambientais. O tema de turbulência

econômica voltou às páginas dos jornais com a crise do Plano Real em 1999, ao lado de outros temas como desemprego e a ameaça do “bug” dos computadores em 2000.

Esse pensamento não é hegemônico no estudo do jornalismo econômico. Em pesquisa sobre a forma como o jornalismo econômico se portou nas décadas finais do século XX, Puliti (2009) destaca que a cobertura econômica no Brasil passou por uma financeirização, que se iniciou na década de 1980. A cobertura do pacote econômico do Plano Real levou a imagem consolidada de que a liberalização da economia era o caminho para a estabilidade econômica e social do país. É deste período até os dias de hoje, conforme Puliti (2009), que a financeirização e o mundo dos negócios passou a tomar conta do noticiário econômico dos jornais impressos, sendo, várias vezes, conteúdo das primeiras páginas dos jornais.

Esta financeirização da cobertura econômica é apontada por Arrese e Vara-Miguel como uma das perspectivas pelo qual o jornalismo econômico apresenta um enfoque economicista. Esta perspectiva destaca que os veículos reproduzem “uma interpretação da atualidade favorável aos mercados e aos negócios” (p. 49, tradução nossa).

Neste sentido, a financeirização ou enfoque economicista, para Puliti (2009), é a tomada de cada vez mais espaço nos jornais por parte dos temas e fontes do mercado financeiro, em detrimento de quaisquer outros agentes sociais e econômicos. O mercado financeiro e, principalmente, os economistas financeiros, de acordo com a pesquisa realizada por Puliti (2009), obtiveram, na cobertura econômica dos anos de 1990, sua maior participação e monopolização dos grandes jornais, que assumem este tipo de mercado e fontes como as únicas realmente confiáveis e corretas. Entende-se que esse comportamento apontado pelo autor salienta as relações entre o campo midiático e o campo dos economistas.

Nessa linha de dedução também vai o estudo de Pedroso e Undurraga (2017) que, a partir das induções de Grün (2013), ressaltam que a financeirização do capitalismo levou o jornalismo econômico a dar mais importância às visões dos agentes de finanças sobre desregulamentação, competição e redução do poder do Estado. Com o apoio às reformas neoliberais, a FHC e ao capitalismo financeiro por grande parte da mídia, o mercado financeiro e seus economistas passaram a ser o enquadramento principal dado às notícias econômicas, em que, para Puliti (2009),

O noticiário econômico tornou-se espelho do pensamento único e endossou as reformas econômicas de interesse do capital financeiro tratando-as como de amplo interesse nacional, alijando da mídia quaisquer outras ideias divergentes das neoliberais, sobretudo as oriundas dos movimentos sociais e sindicais. (PULITI, 2009, p. 7-8).

Abreu (2003) tem outra visão a respeito do período para a cobertura econômica e afirma que o discurso jornalístico impessoal, em detrimento daquele embasado no engajamento político, foi abandonado nas redações. No entanto, Pedroso e Undurraga (2017) recorrem a Muniesa (2014) para alertar para o fato de que a visão financista não é neutra e tem efeito concreto, pois ajudam a promover a economia que descrevem. Neste mesmo sentido vai o estudo de Sousa (2015), que conclui que o jornalismo econômico divulga uma concepção neoliberal de economia que parece natural por ser colocada em prática diariamente.

Além disso, as mesmas redações alardeiam o papel de fiscal do interesse público e provedor de um serviço à população. Essas duas funções, para autores como Lederer (1997), a quem Abreu (2003) se referiu, seriam incompatíveis uma com a outra. A autora destaca, ainda, que a análise econômica e o espaço para reportagens investigativas, conforme os resultados da sua pesquisa, não mais atraem o interesse da população e, se ainda tiverem algum espaço, é na mídia escrita. Abreu (2003) diz que os jornalistas econômicos vivem hoje uma crise de engajamento, em decorrência da demanda pela tecnicidade e profissionalismo presentes no jornalismo.

O jornalismo econômico se constitui, ainda, como subcampo nobre do jornalismo e destinado principalmente a um público tomador de decisão (ABREU, 2003). No entanto, Abreu (2003) também destaca, a pressão das empresas aumentou com o crescimento das assessorias de imprensa e o grupo que atuaria de forma mais “livre” seria o dos colunistas. No entanto, essa autonomia é relativizada pela autora, constatando que os colunistas dependem de um número pequeno de fontes e temas dominantes, além do risco de transmitir informações erradas em virtude do pouco tempo para investigação.

Nesta direção também vai o estudo de Rodrigues (2014) que, ao estudar a cobertura econômica dada ao Banco Central e a Taxa Selic no primeiro ano do governo Lula, identificou uma preferência por fontes ligadas ao sistema financeiro. A autora explica que esta foi uma das formas pela qual o jornal Folha de São Paulo se inseriu no processo de globalização financeira ocorrida no final do século XX. O estudo aponta que há uma convergência entre o jornalismo econômico e o universo financeiro.

Pode-se dizer que essa relação de relativa dependência do campo do jornalismo econômico expõe-se na forma com que, com o advento do capitalismo financeiro, o intervencionismo estatal passou a ser visto como atrasado e o discurso neoliberal é o mais presente nas redações econômicas (ABREU, 2003; PULITI, 2009). Nesse período, os economistas passaram a ser as fontes mais de mais crédito entre os jornalistas (ABREU, 2003).

Nesse sentido, o período de liberalização econômica no Brasil pode ser caracterizado pela utilização de pontes simbólicas como “‘estabilidade’, ‘competitividade’, ‘competência’, ‘capacitação’ e ‘inclusão social’”, como forma de universalizar as ideias defendidas pelo poder hegemônico do liberalismo (SALLUM JR.; GOULART, 2016). A noção de que o Estado era o culpado pelas causas da crise que se instalara no País na década de 1980, então, ganhava força (COSTA et. al., 2016) e capilaridade nos campos sociais, assim como no jornalismo econômico, conforme explicado por Puliti (2009).

3.3 O jornalismo econômico e o campo dos economistas no Brasil

Neste contexto de financeirização e alinhamento do jornalismo econômico às reformas liberais apontadas pelos autores aqui citados, cabe, então, estabelecer uma relação entre os campos midiático e econômico, mas especificamente o campo dos economistas no Brasil, marcado por linhas de pensamento econômico divergentes, que possuem relações entre si que merecem ser investigadas. A mídia, a política e a economia, nessa linha de entendimento, são campos sociais que possuem intersecções entre si, mas que são constantemente negadas e neutralizadas pelos argumentos dos valores essenciais de cada campo, quais sejam objetividade, bem comum e racionalidade (ASSIS, 2017). Essas intersecções agem, em determinados momentos, a fim de consolidar um olhar, enquadramento, a fim de dominar o “pensável” através do controle das estruturas cognitivas. É nessa área em que os campos se relacionam que é possível notar o grau de autonomia ou dependência de um campo em relação a outro e, de forma mais interessante para nosso estudo, como o campo de economistas produz sobre o campo jornalístico.

Nesse sentido, os campos do jornalismo e da economia como disciplina se aproximam porque se dizem pautados na democracia e informação dos fatos, basilares do campo jornalístico que levam à dedução, previsão e prescrição, características das interpretações econômicas (PULITI, 2009). Assim, a economia é utilizada como lente interpretativa para os fatos pelo jornalismo, tornando possível que o aparato simbólico das escolas de pensamento econômico tido como legítimo dentro do campo econômico perpassem às páginas dos jornais e análises econômicas supostamente baseadas na racionalidade e objetividade (ASSIS, 2017). O jornalismo econômico é, nesse sentido, um campo altamente dependente do econômico, inclusive do campo dos profissionais economistas, até mesmo pelas regras da audiência (BOURDIEU, 1997), provocando o papel de consolidador de visões econômicas hegemônicas pela mídia (ASSIS, 2017).

Nesta conjuntura, sobre a relação do jornalismo econômico brasileiro, tratado a partir da interação entre o campo dos jornalistas econômicos, subcampo do jornalismo, e o campo dos economistas, Pedrosa Neto e Undurraga (2017), destacam que o jornalismo econômico não dá a mesma voz a agentes e enquadramentos diferentes, existindo uma hierarquia de princípios cognitivos que afetam os jornalistas e os enquadramentos no sentido de reproduzir visões dominantes no campo do jornalismo econômico. Nesse sentido, os autores sugerem a relação entre os agentes do campo do jornalismo econômico e os “agentes eficientes” do campo econômico, quais sejam economistas, banqueiros, pessoal de negócios e agentes financeiros, em que os jornalistas especializados em economia alcançam o topo de suas carreiras tratando a economia pelo viés dos economistas de tendência dominante, o que demonstra uma afinidade eletiva entre esses agentes. Desta forma, concorda-se com os autores que utilizam a explicação de Lowy (2004) para deduzir que tal processo faz com que duas formas culturais, jornalismo e pensamento econômico, adquiram “certas analogias, provocando uma relação de atração recíproca e influência, seleção mútua, convergências e reforço” (p. 2).

A partir dessa linha de pensamento e como poderá ser visto no capítulo a seguir, tem-se que o jornalismo, como um todo, aplica princípios de organização e diversos podem ser os fatores que influenciam na produção jornalística. Avançando nessa direção, entende-se ainda que o jornalismo econômico é um subcampo do jornalismo, em que são produzidos bens simbólicos, como textos, colunas, editoriais e notícias (PEDROSO NETO, 2015). Os agentes do campo do jornalismo econômico cultivam relações com jornalistas e agentes do campo dos economistas (PEDROSO NETO; UNDURRAGA, 2017).

O campo dos economistas é descrito por Loureiro (1997) como um espaço social em que seus agentes se tornaram elite dirigente no Brasil através da formação acadêmica nas escolas de economia, nas práticas dentro dos órgãos governamentais e no bojo das lutas político-ideológicas do País. Nesse sentido, Loureiro (1997, 2006) destaca que o conhecimento econômico se tornou recurso político e não é consensual, sendo objeto de disputas entre os grupos de economistas e uma das bases de organização do seu espaço social.

Entre as disputas que marcam esse “espaço social de lutas”, está a que surge em torno do planejamento econômico, surgido ainda nos anos 40, em que, de um lado, estão os agentes que defendem a intervenção estatal na economia através do planejamento e de proteção às indústrias e, de outro, aqueles, defensores do liberalismo, que rejeitam as propostas de planejamento e o excessivo protecionismo às indústrias e propõem “reformas na área monetária

e fiscal e a restrição da atuação do Estado apenas a medidas corretivas de desvios do mercado” (LOUREIRO, 2006, p. 350).

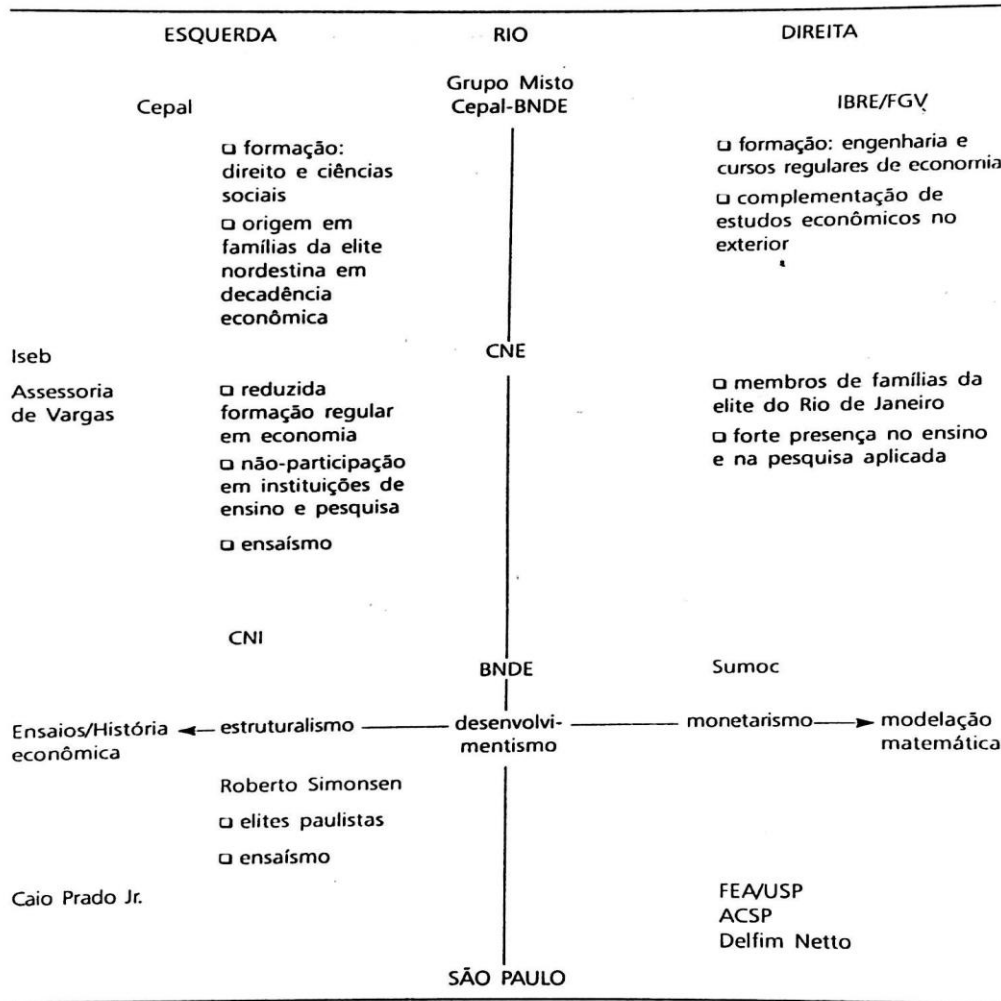
Outra disputa estruturante do campo se dá entre monetaristas e estruturalistas, surgida no Brasil das discordâncias entre o Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV) e a Cepal, respectivamente, nos anos 50 (LOUREIRO, 2006). Quando a Cepal começou a divulgar seus estudos, conforme Loureiro (1997, 2006), a FGV já havia se consolidado no Brasil através de uma visão considerada neoclássica (liberal). A Cepal, através principalmente dos estudos de Raul Prebisch e Celso Furtado, retoma a defesa do planejamento econômico e protecionismo pelo Estado, incluindo-se temas como pobreza, atraso, inflação, entre outros (LOUREIRO, 1997, 2006). Assim, os representantes das duas linhas travaram, conforme denota Loureiro (1997, 2006), disputas em periódicos acadêmicos e publicações especializadas em economia.

A ascensão de economistas ao governo em países latino-americanos, especialmente em agências de desenvolvimento e regulatórias, se dá justamente nos debates entre estruturalistas e monetaristas, sendo que essas disputas constituem o campo de lutas específico dos economistas (LOUREIRO, 1997, 2006). Dessa forma,

é no bojo desses debates que o grupo cepalino denomina “monetaristas” os membros da FGV, na medida em que privilegiam os fatores monetários na análise das causas da inflação, e chamam a si próprios de ‘estruturalistas’, porque procuravam apreender os determinantes estruturais do processo inflacionário. Entre as críticas de Gudin [um dos principais representantes da FGV] ao grupo da Cepal (por ele denominado de “esquerdista”) o aspecto que mais se destacava era a concepção do estruturalismo, visto como a ciência econômica latino-americana [...], [o que] quebraria a hegemonia de Gudin e de seus colegas entre os economistas brasileiros, ante os quais se posicionavam como indutores e divulgadores das teorias neoclássicas. (LOUREIRO, 1997, p. 45-46).

Assim, o campo dos economistas, dos anos 50 a 60, era estruturado sobre disputas teóricas a respeito do rumo econômico que o país deveria tomar e se alocou em instituições de ensino e governamentais (LOUREIRO, 1997). A figura 3 representa o campo dos economistas nessa época no Brasil, estrutura que deu origem ao campo que atualmente vigora.

Figura 3 - O campo dos economistas nos anos 50-60 no Brasil: posicionamento e propriedades sociais dos grupos



Siglas: ACSP — Associação Comercial de São Paulo; BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; CNE — Conselho Nacional de Economia; CNI — Confederação Nacional da Indústria; FEA — Faculdade de Economia e Administração; FGV — Fundação Getúlio Vargas; IBRE — Instituto Brasileiro de Economia; Iseb — Instituto Superior de Estudos Brasileiros; USP — Universidade de São Paulo.

Fonte: Loureiro (1997, p. 50)

A partir da década de 1960, Loureiro (1997) destaca que ocorreu um processo amplo de modernização da ciência econômica no Brasil, com a implantação de cursos de pós-graduação, aumento dos cursos de economia e do número de alunos, desenvolvimento da produção acadêmica e de um quadro institucional de pesquisa. A internacionalização da ciência econômica, principalmente através da incorporação de padrões teóricos e metodológicos dos Estados Unidos, é descrita por Loureiro (1997), que recorre a Coats (1992), para definir algumas dimensões desse processo: ampla disseminação de textos relativamente homogêneos entre os países, maior crença da formação acadêmica como condição para o *status* profissional, crescente “matematização” e quantificação da disciplina, generalização do acesso a publicações acadêmicas de economia com o inglês como idioma oficial e grande “mobilidade de estudantes,

professores, pesquisadores, profissionais não-acadêmicos, técnicos e funcionários de agências governamentais” (p. 65-66).

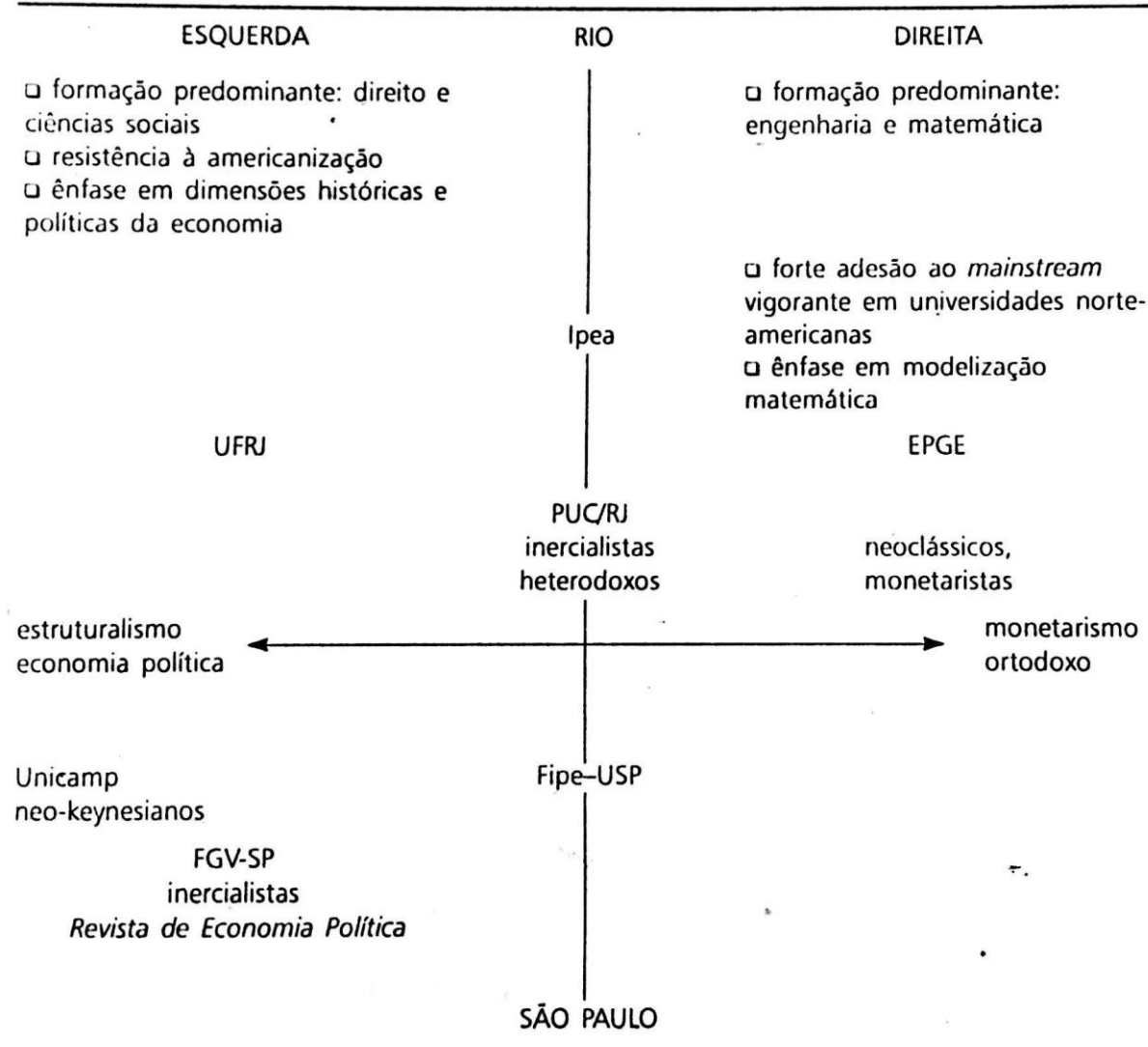
No Brasil, a autora mencionada acima destaca, os processos de vinda de professores estadunidenses para lecionar economia em programas de pós-graduação como a Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (EPGE/FGV) e na Faculdade de Economia da USP (FEA/USP) e, de forma mais importante, de envio de professores e estudantes brasileiros para, a partir no final da década de 1960, doutoramento no exterior, principalmente nos Estados Unidos, marcam o processo de formação dos profissionais de economia (LOUREIRO, 1997). A internacionalização da ciência econômica brasileira influenciou, no entendimento de Loureiro (1997), o meio profissional, reforçando a polarização entre os meios acadêmicos de formação dos economistas brasileiros dos anos 50-60 entre estruturalistas e monetaristas e gerando diferenças nas práticas e estratégias profissionais.

Os polos são formados por EPGE/FGV-RJ e PUC-Rio, de um lado, considerado mais internacionalizado, enfático na modelização matemática, no instrumental econométrico, na participação do circuito científico internacional e na valorização do papel do mercado no sistema econômico; de outro, os cursos de economia da Unicamp e UFRJ, que permanecem ligados às questões estruturais apontadas pelos estudos da Cepal, valorizam a abordagem histórica e sócio-política dos processos econômicos, os aspectos políticos da economia e crítica à orientação neoliberal de eficiência do mercado; e, entre os dois extremos, a pós-graduação da USP, que possui influências mais plurais e práticas mais heterogêneas de consultoria (LOUREIRO, 1997).

Faz-se importante destacar também que essa internacionalização da ciência econômica no Brasil provocou impactos políticos, influenciando na atuação dos profissionais como *policy-markers*, de forma a dar mais legitimidade política aos que possuem maior inserção no circuito científico internacional do período pós-64 (LOUREIRO, 1997) até a década de 1990. O processo, para Loureiro (1997), inaugurou “novos canais de acesso aos postos de direção governamentais” (p. 78), exemplificado pelo maior grau de internacionalização de ocupantes de cargos do Banco Central e de responsáveis pelo Plano Cruzado, tornando-se “um dos mecanismos cruciais para a legitimação dessa nova elite de dirigentes” (p. 82).

A estrutura do campo dos economistas foi influenciada, a partir de 1964, por lutas entre correntes teóricas e metodológicas de pensamento econômico, em que a internacionalização da ciência também teve impacto (LOUREIRO, 1997; 2006). Esse campo é representado na figura 4.

Figura 4 - O Campo dos economistas no Brasil pós 64: posicionamento e propriedades sociais dos grupos



Fonte: Loureiro (1997, p. 84)

Sobre o estabelecimento do campo dos economistas no Brasil, Klüger (2017) faz um detalhado estudo sobre a influência dos laços sociais nesse processo e retrata, por ocasião da criação da Unicamp, as diferenças entre as linhas de pensamento econômico nas escolas de economia do País e as divergências entre elas.

A combinação dessas vertentes [ideias da Cepal, desenvolvimentismo nacionalista e enfoque no planejamento econômico soviético], a influência transversal de Marx e Keynes e a prioridade dada às áreas de História e Teorias do Capitalismo, Interpretação Histórica e Socioeconômica do Brasil e Economia Política levaram à constituição de uma escola bastante distinta daquelas nas quais a economia é construída sobre os alicerces da teoria da ação racional, modelada com largo uso da econometria e concebida como ferramenta neutra, universal e apartada da política. (KLÜGER, 2017, p. 543).

A partir desta perspectiva de campo de economistas no Brasil como espaço social de lutas a respeito do conhecimento econômico que implicam rumos e tomadas de decisões diferentes quanto às políticas econômicas, tem-se que os agentes deste campo se relacionam de

forma bastante frequente com o campo do jornalismo econômico, área da mídia que se viu, como apresentado nas seções anteriores, cada vez mais importante e considerada de elite do jornalismo como um todo. Nesse sentido, Pedroso e Undurraga (2017) realizam uma pesquisa que traz contribuições relevantes ao investigar os vínculos entre a elite do campo dos jornalistas econômicos e os agentes eficientes do campo dos economistas brasileiros (aqueles com visões financeirizadas, como banqueiros, operadores de mercado, economistas de corrente ortodoxa e diretores do Bacen, por exemplo), e conseguiu demonstrar haver uma afinidade eletiva, que, além de contribuir para a ascensão dos jornalistas no próprio campo, influenciam sobremaneira a discussão econômica do país, pois agem sobre os enquadramentos e tratamentos dados aos fatos econômicos.

A afinidade eletiva encontrada parece se dar, no entendimento de Pedroso Neto e Undurraga (2017), na forma de relação de mão-dupla entre economistas que são "agentes eficientes" em seu campo – de visão ortodoxa e agentes financeiros – e a elite do jornalismo econômico brasileiro: os primeiros precisam convencer pessoas e investidores das suas visões econômicas, e a segunda precisa explicar a economia e produzir "furos". Dessa maneira, os autores explicam que os agentes do campo dos economistas com visão ortodoxa conseguem ganhar espaço através da mídia econômica. Enquanto jornalistas econômicos que dão espaço aos primeiros, obtêm objetos de valia no campo jornalístico, como entrevistas e informações exclusivas, propiciando furos e destaque em capas de jornais, tão importante aos jornalistas.

Ao analisar um conjunto de dados que incluíram entrevistas com jornalistas considerados de elite e não elite, Pedroso Neto e Undurraga (2017) concluíram que os jornalistas econômicos possuem diferentes relações com economistas e que os economistas associados aos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), PUC-Rio e FGV/RJ possuem mais respeito entre a elite dos jornalistas econômicos, que justificam-se utilizando qualidades profissionais como seriedade, competência e confiança. Diferentemente dos de visão heterodoxa e dos governos do Partido dos Trabalhadores, que são explicitamente criticados e recebem avaliação negativa por parte dessa elite do jornalismo econômico. Nesse sentido, o reconhecimento que os jornalistas econômicos atribuem aos economistas ortodoxos e agentes financeiros faz que com a relação com essas fontes seja valorizada. Manter acesso a essas fontes evidencia, na cobertura econômica, uma sutil submissão à visão financista, colocando em tensão a busca pela neutralidade e a auto expressão do campo do jornalismo econômico (PEDROSO NETO; UNDURRAGA, 2017).

Para explicar essa afinidade eletiva, é preciso também considerar o contexto em que os jornalistas econômicos de elite obtiveram sua formação em economia que, como viu-se, foi marcado por crises de inflação, instabilidade econômica e tentativas e erros dos planos econômicos (PEDROSO NETO; UNDURRAGA, 2017). Nessa conjuntura, ao falar sobre a aquisição de conhecimento econômico, jornalistas citam economistas ortodoxos do espaço financeiro, fazendo com que o alcance de sucesso no campo jornalístico tenha sido facilitado pela habilidade de explicar a economia e compartilhar as visões mundiais e relações de agentes dominantes (PEDROSO NETO; UNDURRAGA, 2017). Além disso, os autores ressaltam que, no Brasil, os jornalistas econômicos de elite trabalharam com os agentes eficientes do campo dos economistas no governo ou em bancos privados, gerando afinidade entre esses dois grupos.

As relações entre a elite do campo dos jornalistas econômicos e os agentes do campo dos economistas, como viu-se, dá-se na forma de afinidade eletiva, e, conforme Pedroso Neto e Undurraga (2017), nos auxilia a entender as ligações entre “governos, agentes econômicos e leigos” (p. 13) que afetam o debate público sobre, por exemplo, a distribuição de recursos, que envolve conflitos políticos determinantes no campo dos economistas. Assim, verificando a atuação do jornalismo econômico no Brasil e relacionando-a com a noção de poder simbólico, é possível dizer que os agentes do campo econômico possuem influência sobre as visões retratadas pela mídia através de seus enquadramentos orientados ao mercado (PEDROSO NETO; UNDURRAGA, 2017; ASSIS, 2017).

No contexto do campo dos economistas, Loureiro (1997, 2006) e Klüger (2017) apresentam, em seus trabalhos sobre as relações e disputas mantidas do campo dos economistas no Brasil desde a década de 40, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como importante local de formação profissional e execução das lutas do referido campo. Nesse sentido, Loureiro (1997) recorre a Martins (1976) para definir a importância do então chamando BNDE⁴ no início do processo de formação do campo dos economistas no Brasil, dizendo que o Banco se constituiu como uma agência que permitiu o desenvolvimento de uma expertise dos profissionais de economia, que era de pensar a economia em termos globais, e influenciaram no processo de legitimidade dado aos técnicos como novo corpo da elite dirigente.

Como foi observado no capítulo anterior, o BNDES, além de possuir importância operacional na implementação de estratégias de economia do País, também exerceu poder de agendamento das políticas econômicas dos governos em diferentes momentos e é espaço de

⁴ O S de Social só foi acrescentado ao nome do Banco em 1982.

disputas simbólicas estruturantes do campo dos economistas brasileiros. É a partir da importância do BNDES nesse campo e da relação com o campo do jornalismo econômico, que esta pesquisa busca investigar, através dos enquadramentos utilizadas em seus produtos, como a mídia tratou a Instituição que guarda relação direta com as visões de mundo que os diferentes agentes do campo dos economistas buscam consolidar e executar na sociedade. Busca-se, portanto, apreender a relação entre jornalismo econômico e correntes de pensamento econômico através do produto final dos jornalistas, seus bens simbólicos, que trataram do BNDES, importante ator e local no espaço social dos economistas.

3.4 Jornalismo econômico e BNDES

A revisão sistemática da literatura realizada para a consecução deste estudo não encontrou trabalhos que investiguem de forma específica o tratamento do jornalismo brasileiro dispensado ao BNDES, bem como o contexto simbólico presente dentro do Banco. No entanto, alguns trabalhos encontrados se debruçaram sobre a cobertura midiática a operações e programas em que a Instituição esteve envolvida, como o caso das privatizações, que resultaram em vários estudos sobre a atuação do campo jornalístico a respeito desse programa de Estado.

Nesse sentido, vale destacar o trabalho de Bonone (2013), que apontou, através da análise de enquadramento, a presença majoritária do discurso pró-privatizações tanto na década de 1990 (de 1996 a 1998), quanto nos anos 2000 (2005 a 2007) em revistas impressas brasileiras que, supostamente, possuem linhas editoriais divergentes (Veja e Carta Capital). Também Contin (2015), ao analisar a cobertura midiática da privatização da Telebrás em quatro semanários nacionais – Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital –, encontrou a presença da defesa das privatizações, apesar da última ser contra o processo em questão. Já Leal (2005) utilizou como corpus o jornalismo impresso diário e, através da análise de discurso crítico, identificou que o discurso jornalístico dos jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense e Jornal de Brasília era favorável às privatizações das antigas estatais Usiminas, Vale do Rio Doce e Telebrás (essas duas últimas emblemáticas do primeiro governo FHC) e repudiava os protestos populares nas ruas que marcaram essas operações.

Além desses trabalhos sobre as privatizações, destaca-se um estudo sobre os discursos midiáticos do jornalismo econômico a respeito de outro grande programa com participação do BNDES, mas agora no governo Lula, o PAC. Na pesquisa de Soveral e Pedroso Neto (2016), utilizaram-se análise de gêneros jornalísticos, de enquadramento e de vozes para investigar a cobertura do PAC entre os anos de 2007 e 2014 nas editorias de economia dos jornais Folha de

São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Valor Econômico. Demonstrando uma grande similaridade no processo de produção das notícias, a análise resultou na verificação de homogeneidade do jornalismo econômico brasileiro, que se assemelharam em gênero, enquadramentos e vozes utilizadas para tratar o PAC (SOVERAL; PEDROSO NETO, 2016). Especificamente sobre os enquadramentos, que interessam de forma especial essa pesquisa, foi utilizada o método de valoração positivo, negativo e neutro, no qual houve predomínio do enquadramento negativo em relação ao PAC.

Vários são os trabalhos que tratam da cobertura midiática feita aos dois governos que são recorte temporal desta pesquisa. Estes estudos se caracterizam por múltiplos objetos: os governos como um todo (TEMER, 2004; BORGES, 2008; MACHADO DA SILVA, 2006); as campanhas eleitorais (MUNDIM, 2014; ASSIS, 2017); o perfil dos presidentes na mídia (DALTOÉ, 2011; PACHECO, 2008); escândalos (BIROLI; MANTOVANI, 2014; ARAÚJO, 2008); entre outros – e meios analisados – impresso, televisivo, radiofônico e online. Além disso, são utilizados diferentes métodos de análise, como análise de conteúdo, de discurso e sob a perspectiva da semiótica. A observação desses estudos revelou uma maior quantidade de trabalhos sobre o período Lula, bem como seu perfil e desdobramentos políticos e econômicos de seu governo, do que sobre o período FHC.

Desse modo, é possível perceber que, quanto ao próprio BNDES e sua atuação, sob a perspectiva de disputa de interesses e poder simbólico, existe uma lacuna na literatura. Os trabalhos sobre o Banco se caracterizam, de forma geral, por utilizarem as matérias jornalísticas como fontes de dados e, em outros, existe a menção de que os meios de comunicação foram importantes na consolidação de ideias defendidas por diversos agentes na sociedade, bem como reverberação de críticas ou apoio à atuação do Banco (COSTA et al. 2016; SALGADO, 2013). Portanto, esses trabalhos reconhecem a importância da mídia, seja como dado a ser trabalhado, seja como agente de consolidação, mas não se debruçam especificamente ao tratamento do jornalismo às estratégias e operações concretizadas pelo BNDES ao longo de sua trajetória.

4 JORNALISMO: CAMPO DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA

A produção jornalística, desde a metade do século XX até a atualidade, por diversas etapas que tornam o seu produto – a cobertura informativa e/ou opinativa de fatos – se diz orientada pelos valores máximos da objetividade, imparcialidade e neutralidade (MIGUEL; BIROLI, 2010). No entanto, vários estudos indicam que diversos são os fatores que influenciam no modo de fazer do jornalismo e que, do ponto de vista sociológico, os textos jornalísticos não podem ser vistos de forma separada do sistema social nos quais estão inseridos.

Nesse sentido, o jornalismo pode ser considerado um campo de produção de “bens simbólicos”. Bens simbólicos, de acordo com Bourdieu (2009), são caracterizados por possuírem dupla face, a de significação e a de mercadoria, sendo que as duas são relativamente independentes entre si. O autor define que bens simbólicos devem ser tomados tanto por sua função de conhecimento, quanto por sua função social que, em uma dimensão mais ampliada, chega a ser função política.

Os bens simbólicos são detidos por pessoas e instituições que os utilizam para exercer um poder simbólico sobre os demais agentes e instituições, dentro ou fora de seu campo. Nesse contexto, o “poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Neste sentido, o autor salienta que as classes e frações de classe, assim como seus agentes e instituições, estão em constante luta simbólica a fim de estabelecerem a definição de mundo social que esteja em conformidade com seus interesses. Assim, “o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem aos seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Dessa maneira, Bourdieu (1989) ainda explica que o poder simbólico é uma forma transfigurada e legitimada das outras formas de poder, sendo além do que relações de força e relações de comunicação, mas a transmutação de diferentes tipos de capital em capital simbólico. Entende-se, para este trabalho, que a imprensa se relaciona com agentes e instituições detentoras de poder simbólico. Neste sentido, é importante destacar a ressalva do autor de que os sistemas simbólicos não podem ser reduzidos a relações de comunicação, mas sim que estas são inseparáveis de relações de força:

as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que [...] podem acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de

comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação [...] (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Desse modo, considera-se que, a partir de seus produtos, os agentes do jornalismo realizam “tomadas de posição” e, sobretudo, se encontram em constante “luta simbólica” (BOURDIEU, 2010). A imprensa, como um campo de produção simbólica, é fortemente ligada a detentores de poder simbólico que buscam impor sua visão de mundo como legítima em seus campos e na sociedade em geral.

Nesta linha de pensamento, apesar dos valores-guia citados anteriormente ainda estarem presentes nos estudos e na defesa da atuação do profissional jornalista, numerosas são as análises que apontam a impossibilidade da existência da chamada informação desinteressada e que a produção jornalística não ignora o sistema e os agentes envolvidos no processo (MARCUSCHI, 1991; FARACO; TEZZA, 2003; MACHADO, 2000). Parte-se, neste sentido, para analisar a forma como o conteúdo da imprensa reflete e trabalha a sua “matriz ideológica” no processamento dos fatos que geram notícias (HACKETT, 1993). É neste contexto de influências sociais que também o jornalismo econômico se insere.

Depreende-se, portanto, conforme Porto (2004) aduz, que o jornalismo seleciona e trata os fatos e acontecimentos de acordo com um aparato cognitivo existente. Neste cenário, o enfoque lançado sobre assuntos, conflitos e temas dependem de um panorama externo que produz marcas e é marcado pelo jornalismo, enquanto construtor de uma realidade social (TUCHMAN, 2002). No entanto, nem só os fatores exteriores ao jornalismo influenciam a produção do bem simbólico que é a notícia, mas também a estrutura do campo jornalístico é responsável pelo tratamento dos fatos e a influência que ele exerce sobre outros campos de produção cultural (BOURDIEU, 1997). A teoria de campos também é apontada por Marchetti (2008) como de grande valor para analisar o jornalismo sem se ater apenas ao discurso reproduzido nas notícias.

A partir dos pressupostos teóricos do estudo dos campos, propõe-se uma pesquisa para analisar como a mídia econômica brasileira tratou os assuntos relacionados ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em dois momentos históricos distintos quanto à sua estratégia econômica: o governo de Fernando Henrique Cardoso e o governo Lula. Esta instituição financeira, que possui importância fundamental para se entender as estratégias e políticas de desenvolvimento do país (COSTA, 2011), tem sua atuação delimitada pela forma como o desenvolvimento é encarado pelo governo do país.

Nesse sentido, passa-se à explicação de conceitos e teorias que são alicerces do trabalho proposto, quais sejam os pressupostos de bem e poder simbólico e campos e mercados de produção cultural de Pierre Bourdieu, que é o modelo pelo qual o jornalismo será analisado. A seguir, trata-se do campo específico do jornalismo, descrevendo sua estrutura e regras próprias, bem como a forma que ele age sobre e é influenciado por outros campos, em especial o econômico e o dos economistas.

4.1 Sociologia da produção de notícias

A pesquisa proposta tem, por ponto de referência teórica, o estudo sociológico sobre a imprensa, em especial a escrita. Sendo assim, busca-se a explicação de importantes mecanismos e dispositivos que atuam no jornalismo sob o ponto de vista da sociologia. Assim como Weber (1992) explica, ao tratar de um programa para se pesquisar a imprensa, deve-se considerar a grande importância e necessidade que o mundo moderno tem para com o jornalismo. Busca-se, dessa maneira, explicar de forma sociológica os fenômenos que tornam o jornalismo como ele é hoje ou suas possibilidades de acordo com os indicadores atuais.

Parte-se, ainda, de que a estrutura social do jornalismo é responsável pelo seu conteúdo, suas escolhas, agentes e motivações. Nesse sentido, com o objetivo de se estabelecer os pressupostos que dão razão aos fenômenos sociais coletivos que permeiam a imprensa, há algum tempo os cientistas sociais buscam entender a ordem por trás da produção de notícias e o primeiro estudo formal sobre como as empresas de jornalismo produzem as notícias, que tratava sobre os *gatekeepers* de White, data da primeira metade dos anos 1950 (SCHUDSON, 1989).

Schudson (1989) aponta três abordagens sociológicas para o estudo da imprensa: perspectiva da economia política das notícias, abordagem da organização do trabalho de notícias e perspectiva culturológica ou antropológica. Sobre a primeira perspectiva, o autor destaca que, apesar da visão caricata de “teoria da conspiração” que ela carrega, os estudos mais sofisticados trazem importantes contribuições para o estudo da mídia. A importante contribuição desse tipo de estudo é a relevância do poder econômico político sobre a imprensa com um todo. Weber (1992) já reconhecia esta como uma importante relação de poder que influencia a imprensa e que precisa ser estudada. No entanto, vários fatores desacreditam a influência econômica-política como única sobre o trabalho da imprensa: “fato que os repórteres geralmente iniciam seu trabalho por conta própria, que os editores raramente encontram com seus anunciantes e que a maioria dos jornalistas não tem ideia de quem senta na mesa de

diretores das instituições para quais eles trabalham” (SCHUDSON, 1989, p. 267, tradução nossa).

No entanto, as pesquisas consonantes com essa perspectiva apontam a larga coincidência entre a forma como os assuntos são tratados na mídia e a definição proveniente dos detentores de poder legitimados. Nesse sentido, Schudson (1989) cita o trabalho de Chomsky e Herman que oferecem o “modelo de propaganda” para explicar a imprensa. Para eles, a mídia serve para estabelecer poder, o que é explicado pelos fatos de que as notícias são produzidas por uma indústria relativamente concentrada em poucas corporações visando o lucro, de que esta indústria depende de publicidade para seus lucros, de que a imprensa é pressionada pelos grupos de direita e, ainda, de que está imbuída com a ideologia anticomunista. No entanto, este tipo de explicação não ganha solidez porque considera apenas um dos dois interesses que o jornalismo tem que atender, que são a própria legitimação como empresa íntegra e de credibilidade e a legitimação do sistema capitalista como um todo.

A segunda perspectiva pela qual a sociologia busca compreender o jornalismo revisada por Schudson (1989) é a abordagem da organização social do trabalho de produção de notícias, em que se defende que as relações sociais e burocráticas do trabalho jornalístico possuem mais importância do que o fator econômico para a produção das notícias. Isso foi demonstrado em pesquisas que concluíram que a interação dos jornalistas com as autoridades é que define o jornalismo diário (SCHUDSON, 1989).

A relação com as fontes oficiais é assunto de interesse dos estudos sociológicos sobre o jornalismo e a identificação de quem domina (autoridades ou jornalistas) divide opiniões. Nesse sentido também apontou o estudo de Breed (1987) sobre a mídia como garantia de que um conjunto de valores continue visível e se torne fonte contínua de consenso. O autor concluiu que a mídia “protege” valores, tipos de comportamento e indivíduos específicos. Assim, valores do capitalismo, lar, religião, saúde, justiça, nação e comunidade, bem como médicos, líderes de negócios, juízes, mães, entre outros, recebem tratamento favorável pela imprensa. Outra conclusão de Breed (1987) é de que o ritual de disseminação da mídia contribui para que esta mantenha a função de “conservação das bases socioculturais”, explicando que “não se trata de que as pessoas ‘aprenderam’ algo do *media*, mas de que elas se acostumaram a um ritual estandardizado” (p. 229).

Esta abordagem que valoriza a organização social do trabalho jornalístico une pressupostos teóricos da visão do construcionismo social e a teoria organizacional ou burocrática para explicar o fenômeno do jornalismo. Para esta última teoria, explica Schudson

(1989), não importa que os jornalistas são ou de onde eles vêm, pois eles são socializados nos valores e rotinas dos rituais diários do jornalismo. Dessa forma, esta abordagem enfatiza os “constrangimentos impostos pelas organizações [...] e a inevitabilidade da “construção social” da realidade em qualquer sistema” (SCHUDSON, 1989, p. 274, tradução nossa). Neste sentido, compartilha-se com Schudson (1989) e destaca-se o que prescreve Tuchman (1978) ao salientar que a verificação dos fatos feita pelos jornalistas é realização de caráter político e profissional.

A abordagem culturológica ou antropológica revisada por Schudson (1989) traz importantes contribuições para o estudo da mídia a medida que enfatiza a relação entre os acontecimentos e um sistema simbólico em que ele toma sentido. Esta abordagem, para o autor, é relevante para entender interpretação vaga de como os jornalistas reconhecem as notícias quando as veem, que seria o *newsjudgement*. Sob esta perspectiva, Schudson (1989) se refere a Hoggart (1982) e afirma que o “ar cultural” é o mais importante filtro pelo qual as notícias são construídas (p. 278), o qual tem forma e conteúdo. O conteúdo do ar cultural do jornalismo norte-americano, de acordo com a classificação de Gans (1979) e recorrido por Schudson (1989), seria “etnocentrismo, democracia altruísta, capitalismo responsável, pastoralismo, individualismo e moderatismo” (p. 278) e a forma seria a narrativa e a forma de contar as histórias.

Considerando essas abordagens revisadas por Schudson (1989), apresenta-se, a seguir, a explicação do jornalismo sob o ponto de vista da teoria dos campos de produção cultural de Pierre Bourdieu, a qual foi escolhida como atitude reflexiva para se estudar o jornalismo nesta pesquisa. Esta escolha foi feita em razão de que a teoria apresenta o campo de produção simbólica do jornalismo considerando-o como espaço de relações de força internas – relações sociais – e externas (perspectiva organizacional e econômica política), bem como refere aos sistemas simbólicos e as disposições inculcadas culturalmente (abordagem culturológica) para explicar os mecanismos e fenômenos do campo.

4.2 Produção simbólica

O referencial teórico do qual parte esta pesquisa está baseado no conceito de sistema de produção dos bens simbólicos e na sua estrutura como fator determinante para o sistema de produção cultural. Neste contexto, se faz importante definir o bem simbólico como produtos culturais de dupla face: mercadoria e significação, com valor cultural e valor mercantil relativamente independentes (BOURDIEU, 1987). Neste contexto, são universos simbólicos o mito, a língua, a arte e a ciência.

Os bens simbólicos, na análise de Bourdieu (1989), são instrumentos de comunicação e conhecimento que geram integração social, mas que também cumprem função de legitimação de um discurso, que passa por uma luta simbólica em que os agentes especialistas estão em concorrência pelo monopólio da produção cultural legítima. As lutas simbólicas ocorrem dentro dos campos de produção cultural, que é o modelo pelo qual se analisa o jornalismo. Entende-se campo como um “espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças”. (BOURDIEU, 1997, p. 57).

O jornalismo, como um dos campos de produção simbólica, é um “microcosmos da luta simbólica entre as classes”, em que os agentes, “ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção, [...] servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (BOURDIEU, 1989, p. 12). Nesse sentido, entende-se as matérias jornalísticas como bens simbólicos feitos por produtores que reproduzem as posições no campo no próprio produto simbólico.

Para entender o campo de produção simbólica que é o jornalismo, faz-se necessário descrever como os campos de produção cultural funcionam. Bourdieu (2007) explica que o campo de bens simbólicos é libertado da nobreza e da Igreja através da constituição de um corpo numeroso e diferenciado de produtores e empresários de bens simbólicos e diversificação das instâncias de consagração. O desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos acontece em paralelo à diversificação de públicos e produtos voltados para estes públicos. Como dito anteriormente, os bens simbólicos possuem valor mercantil e cultural e a autonomia do campo artístico se deu justamente pela negação à produção de arte como mercadoria, o que propiciou as condições para a criação de uma “teoria pura” da arte. Rompe-se, assim, com os principais clientes e a legitimidade agora vem dos pares. É através deste processo que ocorre a separação/diferenciação entre o campo de produção de bens simbólicos e os campos político, religioso e econômico.

O sistema de produção e circulação dos bens simbólicos, sob a ótica de Bourdieu (2007), é formado pelo campo de produção cultural, campo de reprodução e campo de consagração e conservação dos bens simbólicos. Estes campos representam a divisão do trabalho que envolvem o sistema de bens simbólicos. A estrutura do campo de produção cultural é formada por dois campos que se antagonizam e complementam: campo de produção erudita – em que produtores criam bens destinados a serem consumidos por outros produtores – e o campo da

indústria cultural – os bens são realizados para não produtores. Os agentes do campo de produção erudita concorrem pelo reconhecimento dos pares e reivindicam o monopólio da consagração cultural, ameaçada pelo “grande público”.

Apesar de parecerem completamente opostos, o campo de produção erudita e o campo da indústria cultural também guardam relações de complementaridade. Ao se diferenciar produtores mercenários dos autênticos, o campo de produção erudita forma um importante mecanismo de defesa das condições sociais externas, responsáveis inteiros pelos produtos da indústria cultural (BOURDIEU, 2007). Esta separação entre arte média da arte pela arte (dizer que legitimidade cultural não deve ser submetida ao mercado) expressa, ainda, que “negócio é negócio”. Sendo assim, há, primeiro, uma relação de diferenciação entre os dois campos:

Destarte, a oposição entre o legítimo e o ilegítimo – que se impõe no campo de bens simbólicos com a mesma necessidade arbitrária com que, em outros campos, impõe-se a distinção entre o sagrado e o profano –, recobre a oposição entre dois modos de produção: de um lado, o modo de produção característico de um campo de produção que fornece a si mesmo seu próprio mercado e que depende, para sua reprodução, de um sistema de ensino que opera ademais como instância de legitimação; do outro, o modo de produção característico de um campo de produção que se organiza em relação a uma demanda externa, social e culturalmente inferior. (BOURDIEU, 2007, p. 151).

Sendo assim, os dois campos coexistem no interior de um mesmo sistema, mas há a dominação de uma cultura pela outra em que a cultura média é definida pela cultura legítima: a primeira usa de procedimentos e temas consagrados de gerações anteriores para renovar suas técnicas e temática. A hierarquia observada entre os dois campos de produção cultural é sustentada por critérios arbitrários tidos como naturais e anteriores, como característico do próprio poder simbólico. Por essa razão, os princípios de hierarquia cultural são dificilmente contestados.

Para Bourdieu (2007), ainda é possível ver semelhanças entre os dois campos de produção, como a valorização da técnica e a existência de processos de divisão do trabalho, com a constituição de esferas separadas para o exercício das funções. Existem, ainda, bens e produtores que se encontram num espaço intermediário entre esses campos. As relações são tão complementares e hierárquicas a ponto de que a legitimidade da cultura média como arte está na referência ou similaridade com a cultura erudita.

Outro importante campo dentro do sistema de produção e circulação cultural é o campo de reprodução e consagração, formado por instâncias conservadoras dos bens simbólicos e que garantem a reprodução dos sistemas cognitivos necessários para a recepção do produto cultural. Para Bourdieu (2007), as relações entre o campo de produção e o campo de consagração é o outro princípio para se entender o sistema de circulação dos bens simbólicos. O campo de

conservação e consagração agem como defensores da cultura legítima contra a indústria cultural e por produtores do próprio campo de produção.

Dessa forma, a partir da visão de campo e olhando para a produção jornalística, é possível depreender que o jornalismo se encontra sob o julgamento de duas instâncias diferentes, quais sejam a cultural e a mercantil, em que a consagração dos seus agentes ou produtos pode ser feita pelo mercado ou pelos pares. Do ponto de vista do mercado, o que consagra um agente é o número de vendas, a audiência; enquanto o reconhecimento pelos pares é feito seguindo, em teoria, os princípios norteadores da profissão. Neste sentido, como aponta Marchetti (2008), ser responsável por um “furo”, ou seja, publicar primeiramente um acontecimento, é um dos principais fatores de notoriedade interna e é através desta corrida pela prioridade que se dão “as reputações profissionais, a autoridade, o capital de relações no meio jornalístico e frente às fontes dominantes” (MARCHETTI, 2008, p. 24, tradução nossa).

São exemplos dos sistemas de consagração: academias de arte e o sistema de ensino. Estas instituições formam um campo porque existe a concorrência pelo poder de consagrar (legitimar) as obras eruditas, constituindo-se em separado e, antes de exercer propriamente sua função, um campo de lutas. As instâncias de conservação cultural são responsáveis pela diferenciação social e provocam, assim, a conservação social das obras culturalmente legitimadas. As obras legítimas culturalmente são aquelas conservadas socialmente como legítimas ao longo do tempo.

Para Bourdieu (2007), o sistema de ensino, como agente de consagração da produção erudita, é caracterizado por peculiaridades. Assim, a escola demonstra lentidão e inércia estrutural para realizar sua função e pelo poder de comandar a prática no nível inconsciente (esquematiza o *habitus*⁵) e consciente (obediência a regras e modelos específicos). Existe uma relação ambivalente entre produtores e as autoridades pedagógicas (sendo que os primeiros estão atentos aos vereditos do segundo).

O campo de produção cultural é marcado, ainda, por um sistema de sanções a fim de constranger aqueles que não seguem as normas culturais impostas. Estas sanções podem ser materiais – dificuldades impostas aos desprovidos de capital cultural – ou simbólicas – exclusão do sistema. Existe, ainda, um reconhecimento implícito da legitimidade cultural nas formas de se consumir os produtos eruditos e na negação: os não eruditos se negam como tal e se distanciam das formas de consumo de produção erudita.

⁵ “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...], indica uma disposição incorporada, quase postural.” (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Para Bourdieu (2007), os princípios de hierarquização entre cultura legítima e cultura média são arbitrários, mas tidos como naturais e anteriores, e, por isso, tão difíceis de terem as posições mudadas. Nesse sentido, eles expressam uma característica própria da constituição do poder simbólico:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico [...] se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

Outro importante conceito sobre campos que se aplica ao campo de produção cultural é o de tomadas de posição. Sobre as posições que os agentes tomam no campo da produção simbólica, é importante dizer que não se separa o campo de produção da constituição de corpo de produtores que agem no campo, de forma que a estrutura dos sistemas simbólicos depende das funções que elas cumprem aos seus “especialistas”. Sendo assim, as posições desses agentes de produção simbólica no campo são importantes para o entendimento das relações que envolvem o campo. Como prescreve Bourdieu (1989):

Os sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima – e por meio dessa luta – [...] reproduzem sob forma irreconhecível, por intermédio da homologia entre o campo de produção ideológica e o campo das classes sociais, a estrutura do campo das classes sociais. (BOURDIEU, 1989, p. 12).

A posição de um agente no seu campo corresponde ao volume global de capitais, que representam tipos de poder sobre um campo em determinado momento, que os agentes ou grupos possuem (BOURDIEU, 1989). Dessa forma, a posição dos agentes no campo denota a força que este agente possui dentro do seu universo de produção. Bourdieu (1989) explica que a posição do agente nos diferentes campos define sua posição social, sendo que a distribuição dos capitais económico, cultural, social e simbólico – prestígio, reputação, fama – entre os agentes estabelecem a sua posição nos diferentes campos.

As relações entre os produtores com outros produtores e com a própria obra dependem da posição que ocupam no sistema de produção e circulação de bens simbólicos e na hierarquia dos graus de consagração cultural (BOURDIEU, 2007). A posição ocupada pelo produtor implica em características no seu modo de fazer e nos bens simbólicos por ele produzidos. No campo de produção cultural, todas as atitudes são tomadas de forma a se obter reconhecimento nos sistemas de legitimação. Assim, os meios de difusão, como a imprensa, dos bens simbólicos adquirem status de autoridades culturais secundárias, não tão sólidas quanto à legitimação dada

pelos pares do próprio campo. Assim, o autor explica, as ambições e vocações de um intelectual ou artista depende sobretudo da sua posição atual e potencial dentro do campo. A necessidade de se destacar e ser legitimado culturalmente depende das relações que se mantém com os outros agentes do campo, quanto mais próximo for do culturalmente legitimando, mais se vai desejar se destacar.

As tomadas de posição buscam “conquistar a legitimidade cultural, ou seja, o monopólio de produção, reprodução e manipulação dos bens simbólicos” (BOURDIEU, 2007, p. 169), caracterizando as atitudes dos agentes como culturais e políticas, visto que estão sempre em relação a outras posições. Nesse sentido, teorias, conceitos e métodos da ciência são atitudes políticas que visam influenciar no sentido de manter ou mudar um sistema de dominação simbólica. Isto também se aplica ao campo da produção jornalística, em que se estabeleceram princípios que devem nortear toda a profissão, mas que nem sempre estiveram presentes no fazer jornalístico e chegaram para atender a interesses de imposição de legitimidade de uma forma de se fazer jornalismo.

Para Bourdieu (2007), o sistema de relações sociais é a estrutura que define os princípios de seleção que os produtores acionam de forma in ou semiconsciente. Estas seleções atuam em função de um sistema de interesses associados à posição que ocupam nas relações de força. O autor defende que, para se estudar um campo é importante se fazer a dupla construção que é a da estrutura de posições possíveis e a do sistema dos mecanismos de reprodução dessas posições. Assim, A análise de um sistema de produção de bens simbólicos deve ser submetida a uma análise sociológica que desvende o sistema de relações sociais de produção, circulação e consumo simbólicos.

Neste sentido, o presente trabalho observa o jornalismo sob a ótica de campo de produção cultural de Bourdieu. Sendo o jornalismo um microcosmo da luta simbólica entre classes e frações sociais com regras e sanções próprias, que influenciam outros campos de produção de bens simbólicos e são também definidas pela relação com poderes externos, e detentores de poder simbólico, ou seja, também é influenciado por outros campos. Na próxima seção, descreve-se como o campo de produção simbólica do jornalismo tem relação com outros campos, em maior ou menor grau de subordinação e autonomia e quais as regras responsáveis pela lógica interna do campo jornalístico.

4.3 Campo do jornalismo

Entre outras áreas de produção simbólica, Bourdieu analisou o campo jornalístico a fim de decifrar a influência que os mecanismos do campo possuem sobre outros campos de produção simbólica, como o jurídico, o científico e o artístico e também como outros campos exercem influência sobre ele. Para isso, o autor se debruçou a explicar algumas regras próprias do campo do jornalismo, como campo de lutas e de forças simbólicas em que os agentes atuam para legitimar a sua posição com regras próprias, mas também afetado por fatores externos. Neste sentido, o autor define que “o mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos” (BOURDIEU, 1997, p. 55).

Tratar o jornalismo como campo relativamente autônomo quer dizer que o que nele acontece não pode ser apenas explicado por fatores econômicos, por exemplo, mas deve ser visto considerando as regras internas do campo jornalístico. É necessário levar em conta a situação de luta em que órgãos de jornalismo e jornalistas estão com seus concorrentes e as relações de força invisíveis que podem ser percebidas através de indicadores como fatias de mercado, força junto aos anunciantes e capital coletivo de jornalistas de prestígio (BOURDIEU, 1997).

Neste sentido, Bourdieu (1997) discorre sobre o campo jornalístico e define que, entre suas principais características está que a sua importância no mundo, deve-se ao fato de que ele detém monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão da informação e sobre o acesso dos cidadãos e dos produtores de bens simbólicos ao espaço público. Para o autor, o jornalismo, em relação a outros campos de produção cultural tem posição inferior, mas detém grande poder simbólico sobre a notoriedade pública.

Não há discurso (análise científica, manifesto político, etc.) nem ação (manifestação, greve, etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, a essa formidável *censura* que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes *interessar*, de “prender sua atenção”, isto é, de entrar em suas categorias, em sua grade, e ao relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos. (BOURDIEU, 1997, p. 67).

Em sua análise sobre o campo jornalístico, Bourdieu (1997) ainda aponta outra particularidade, que é o maior grau de dependência em relação às forças externas do que todos os campos de produção cultural, fazendo entender que autonomia do campo jornalístico é relativa. As imposições do mercado são fortes, em se tratando de meio de comunicação privado, quando se defronta entre o cultural e o comercial, este último tende a vencer. O peso da lógica

comercial se faz tão intenso que o sistema de sanções positivas e negativas imposto aos agentes em outros campos de produção cultural não tem o mesmo poder no campo jornalístico.

Marchetti (2008) também relativiza a autonomia do campo jornalístico e menciona variáveis úteis para se pensar as relações do jornalismo com outros campos e o seu grau de autonomia. Nesse sentido, a questão econômica, política (condições de acesso a informação e o controle variam de acordo com os universos sociais, como, por exemplo, jurídico, científico e médico), o grau de imposição da lógica jornalística sobre a hierarquização e definição de problemas públicos (capacidade de pautar a sociedade), as características dos agentes sociais e as trajetórias acadêmicas e sociais dos agentes do campo são importantes para tratar a relação entre a produção jornalística e os demais campos da sociedade (MARCHETTI, 2008). Esses fatores denotam que o campo jornalístico não é efetivamente autônomo, mas possui relação com outros campos que buscam também impor poder simbólico interna e externamente.

Como dito anteriormente, as posições e tomadas de posições são de grande importância para se analisar sociologicamente um campo, no caso do jornalístico não é diferente. De um lado, deve-se considerar a posição de órgão da imprensa no qual o jornalista se encontra e, de outro, a própria posição do profissional no espaço do jornal para o qual presta o serviço. A mudança da posição de um jornal se dá quando seu poder de deformar o espaço à sua volta diminui a ele já não dita a lei do campo, que é o objetivo das lutas simbólicas (BOURDIEU, 1997).

Por sua forte dependência do fator econômico externo, o poder de um veículo de imprensa se mede, entre outros indícios, pelo peso econômico, que exerce constante pressão através da audiência. A perseguição pela novidade, um dos efeitos de campo presentes no jornalismo, para Bourdieu (1997), possui efeitos maléficos, como a divulgação de informações perigosas na busca pelo maior número de público.

Outro efeito da busca pelo maior número de leitores, de acordo com Bourdieu (2007) é que os veículos de imprensa “para todos” têm de evitar metodicamente tudo o que pode ser rejeitado por uma fração de seu público, ou seja, “em primeiro lugar, as tomadas de posição propriamente políticas, [...] com exceção, todavia, [...] das declarações oficiais” (p. 413-414).

Mas, de forma mais nítida, o autor se preocupa com a influência das limitações a que o campo jornalístico está exposto sobre os outros campos de produção cultural. Para Bourdieu (1997), as limitações comerciais do campo jornalístico têm sido transpassadas aos outros campos de produção simbólica. O campo jornalístico pode se inserir em outros campos, como o científico a ponto de mudar a recepção das produções culturais por parte dos leigos ou, ainda,

através da notoriedade que o campo detém o controle, inserir produtores não reconhecido pelos pares nos campos de produção intelectual e simbólica. Neste sentido, o autor entende que a lógica de mercado tem sido exercida através do campo jornalístico a outros campos de produção cultural, como o científico e o jurídico.

Como campo de produção cultural com forte influência sobre os outros, o jornalismo impõe ao sistema de produção e circulação de bens simbólicos os efeitos da distribuição de jornais e jornalistas conforme sua autonomia no campo. A autonomia de um órgão de imprensa se mede pelo grau de receita proveniente de publicidade e do Estado e de concentração de anunciantes. Já o profissional jornalista possui diversos fatores que influenciam em sua autonomia: grau de concentração da imprensa, posição do seu jornal no campo, a própria posição no veículo em que trabalha (que influencia nas garantias trabalhistas) e na capacidade de produção autônoma da informação. Sobre este último fator, Bourdieu (1997) considera que os jornalistas de economia são particularmente pouco autônomos, considerando sua dependência em relação aos produtores próprios do campo econômico.

Outras forças não econômicas também limitam a autonomia da estrutura do campo jornalístico: o monopólio das fontes oficiais, a luta entre fontes e jornalistas e o poder simbólico do Estado. Assim, as fontes oficiais – polícia, autoridades e cientistas, por exemplo – tentam manipular as informações ou os agentes transmissores e a imprensa tenta manipular os detentores das informações para ter exclusividade. O Estado tem o poder de, com uma entrevista coletiva, por exemplo, mudar a “ordem do dia e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais” (BOURDIEU, 1997, p. 104).

Sobre a constituição do campo jornalístico, Bourdieu (1997) esclarece que seu início se deu com a oposição entre jornais que ofereciam notícias sensacionalistas e aqueles que propunham análises. Estes se esforçavam em si diferenciarem dos primeiros utilizando o argumento da objetividade, o qual mais à frente trataremos de forma específica. Desta forma, o campo jornalístico se constitui, assim como os outros campos de produção cultural, como um espaço em que se distinguem duas lógicas e princípios de legitimação: a normativa – reconhecimento dos pares àqueles que respeitam os valores e princípios internos – e a mercadológica – reconhecimento da maioria através do número de vendas e lucro.

Sobre as relações sociais que permeiam o campo jornalístico, que, como mencionado anteriormente, são de grande importância para se entender a estrutura de um campo de produção cultural, Bourdieu (2007) relaciona essas duas lógicas de produção ao mundo social em que o jornalismo está inserido:

A diferença entre “imprensa sensacionalista” e a “imprensa de informação” reproduz, afinal de contas, a oposição entre aqueles que *fazem* política em atos, palavras ou pensamentos, e aqueles que a ela estão *submetidos*, entre a opinião atuante e a opinião submissa. E não é por acaso que a oposição entre as duas imprensas evoca [...] a oposição entre duas relações como o mundo social. (BOURDIEU, 2007, p. 417).

No entanto, Bourdieu (1997) chama atenção para o fato de que, apesar de se falar em deontologia do jornalismo como respeito aos controles que os profissionais exercem uns sobre os outros, no campo do jornalismo, as sanções positivas e negativas impostas aos agentes de produção são praticamente inexistentes e, quando ocorrem, são pouco relevantes. Assim, um jornalista ou jornal, por ser fortemente dependente do mercado, não se preocupa em seguir normas consideradas honrosas para o campo do jornalismo.

A dependência do campo econômico é mais notada ainda, a depender da posição do jornalista dentro de seu veículo. Quanto mais elevada for essa posição dentro de órgão de imprensa comercial, mais propenso ao critério da audiência o jornalista se torna. Uma propriedade do campo jornalístico é que a concorrência pela audiência toma forma na disputa pela novidade, pelo *furo*. Essa concorrência dá ao campo o caráter de urgência e velocidade, de forma a favorecer o que Bourdieu (1997) chama de amnésia permanente. Desta forma, os produtos e os produtores de bens simbólicos, quando defrontados com a imprensa, são sempre colocados em oposição ao novo ou ao ultrapassado.

Um efeito de campo notado na busca pelo furo, destacado pelo autor, é o fato de que, a maioria do público não exatamente procura ou aprecia o profissional responsável pela novidade. Na verdade, os furos são muitas vezes percebidos apenas pelos concorrentes. Outro importante efeito de campo do jornalismo é a permanente vigilância em que os profissionais e órgãos de imprensa estão a fazer do trabalho um do outro. Nesse sentido, busca-se evitar erros e copiar os fatores de sucesso, como é o caso de temas que possuem obrigação de serem cobertos ou entrevistados procurados por todos os meios e profissionais. Este efeito de campo tende a provocar o que Bourdieu (1997) chama de uniformidade da oferta.

Esta uniformidade da oferta, para o pesquisador, tem uma influência ainda mais poderosa, que é o de “impor insidiosamente ao conjunto do campo as 'escolhas' dos instrumentos de difusão mais direta e completamente sujeitos aos vereditos do mercado [...], o que contribui para orientar toda a produção no sentido da conservação dos valores estabelecidos” (BOURDIEU, 1997, p. 108).

Através da explicitação sobre as propriedades do campo jornalístico, Bourdieu (1997) deixa claro que os próprios jornalistas são afetados pelos efeitos de campo e pelas lógicas que imperam no espaço do jornalismo. De forma que

embora sua eficiência se efetive quase sempre através das ações de pessoas singulares, os mecanismos de que o campo jornalístico é o lugar e os efeitos que eles exercem sobre os outros campos são determinados em sua intensidade e sua orientação pela *estrutura* que o caracteriza. (BOURDIEU, 1997, p. 109).

Como efeito da estrutura do campo jornalístico sobre os outros campos de produção cultural, Bourdieu (1997) observa o reforço do fator comercial sobre esses campos. Com jornais e jornalistas “sérios” cedendo aos princípios da lógica de mercado, a legitimidade pela “visibilidade na mídia” tende a substituir, para alguns produtos e produtores de bens simbólicos, de forma aparentemente democrática, o veredito das lógicas internas dos campos. Para o autor, esse reforço do econômico provoca uma ameaça à autonomia dos campos de produção. Para a pesquisa proposta, parte-se do pressuposto de que a estrutura do campo do jornalismo possui relações com os campos de produção simbólica que envolvem o desenvolvimento político-econômico no qual o BNDES está inserido, sendo influenciado e impactando esses sistemas simbólicos.

A seguir, trata-se sobre o bem simbólico que o campo jornalístico produz, que é a notícia, e como a regra imperial do jornalismo – da objetividade – ganhou e perdeu força do ponto de vista profissional e da pesquisa acadêmica.

4.3.1 Conteúdo jornalístico como bem simbólico

A notícia e suas variantes são os principais bens simbólicos produzidos pelo campo jornalístico. Sob o ponto de vista da sociologia interpretativa, o desenvolvimento da notícia como uma realidade construída pelos jornalistas e organizações de imprensa, que agem de forma a definir, em conjunto com a estrutura social, as normas sobre o que é notícia. A perspectiva da notícia como fator de construção da realidade e produzidas pelos jornalistas é apontada por diversos autores (MORLOTCH e LESTER, 1999; TUCHMAN, 2002; SCHUDSON, 1989, WEBER, 1924). Nesse sentido, Weber (1924) enumera os questionamentos que devem ser feitos para estudar a imprensa:

Perguntando primeiro: O que aporta a imprensa à conformação do homem moderno? Segundo: Que influências exerce sobre os elementos culturais objetivos supraindividuais? Que deslocamentos produz neles? O que se destrói ou é novamente criado no âmbito da fé e das esperanças coletivas, no “sentimento de viver” [...], que possíveis atitudes são destruídas para sempre, que novas atitudes são criadas? (WEBER, 1924, p. 1930).

Nesse sentido, tem-se que a produção de notícias tem importância no processo de subjetividade coletiva e a aciona para expor os fatos e opinar sobre os assuntos que julga de interesse. Tuchman (2002) afirma que as notícias auxiliam no processo de construção da

realidade social “como um fenômeno social partilhado”, visto que ao descrever os acontecimentos, elas “definem e moldam” a ocorrência, impondo-lhes significações (p. 94-95).

Partindo da visão filosófica de Schutz (1962), Tuchman (2002) descreve que as notícias fazem parte da atitude natural do ser humano e fenômenos sociais que auxiliam na criação de significados. Assim, a autora descreve duas características da transformação dos acontecimentos em notícias e que fazem parte do caráter público das notícias e do trabalho noticioso como um todo: reflexividade e indexicalidade:

A reflexividade especifica que os relatos dos acontecimentos estão inseridos na mesma realidade que eles próprios caracterizam, registram ou estruturam. A indexicalidade especifica que os atores sociais, ao utilizarem relatos (termos, enunciações ou narrativas), podem atribuir-lhes sentidos independentes do contexto no qual esses relatos são produzidos e processados. (TUCHMAN, 2002, p. 98).

Tuchman (2002) então explica que essas duas características são componentes do caráter público das notícias, que predispõe que as notícias registram a realidade social, mas também são um produto dessa realidade. O fato de as notícias dar forma pública a acontecimentos que não seriam conhecidos, faz com que ela lhe atribua existência e também faça parte dos acontecimentos em si (reflexividade). A autora afirma que a divulgação das informações é, ainda “base para a formação do conhecimento”. A publicação de matérias sobre determinados fenômenos sociais ajuda a formar uma consciência coletiva a respeito deles. Essa consciência e mesmo as informações relatadas nas notícias podem ser objeto de estudo e fonte de informação sobre os diversos assuntos, que, tirados de seu contexto, demonstram a indexicalidade das notícias.

A reflexividade também está presente no trabalho, explica Tuchman (2002) de produção de notícias à medida que o trabalho jornalístico está inserido no contexto de uma estrutura política no qual ele se baseia e reproduz. O fato de se tirar um acontecimento de seu contexto para contá-lo com estória numa página de jornal indica a indexicalidade própria da produção noticiosa.

Outro conceito de importância para se entender como as notícias atuam no processo de construção da realidade social é a noção de quadro simbólico, de Goffman (1974), que é responsável por organizar e dar sentido aos acontecimentos. As notícias possuem quadros simbólicos responsáveis por organizar a realidade do cotidiano, sendo parte desta mesma realidade, atraindo para si o seu caráter público (TUCHMAN, 2002).

Sobre o papel das notícias na realidade social partilhada, Morlotch e Lester (1999) apontam diferentes tipos de necessidades de notícias. As necessidades de notícias dos diferentes tipos de pessoas, que estão distintamente posicionadas perante a organização do trabalho

jornalístico, produzem “conhecimento” social e político do público. Nesse sentido, os acontecimentos são usados como pontos de referência para passado e futuro, sendo que alguns não são presenciados e passam a ser observáveis. Para os autores, as notícias são o trabalho de produção daqueles que estão nos meios de comunicação e são capazes de informar.

Morlotch e Lester (1999) descrevem o processo em que os fatos viram acontecimentos noticiosos e são considerados pontos de referência de acordo com sua utilidade. Considerando as ocorrências de acordo com seu papel para ser ponto de referência, jornalistas, historiadores, sociólogos e analistas políticos definem o leque de acontecimentos que criam o tempo público. Este tempo público, definem os autores, é o passado socialmente compartilhado e padronizado.

Os autores mencionados acima descrevem as linhas de percurso desses acontecimentos públicos para a produção das notícias e explicam que todas as ocorrências passam por um conjunto de agências (indivíduos ou grupos), cujo os principais são: promotores de notícia, os *newsassemblers* (todos os profissionais do campo jornalístico que participam na “montagem” do produto do jornalismo) e os consumidores de notícias. Os promotores de notícias são responsáveis pela transformação de uma ocorrência em acontecimento e promovem a circulação das ocorrências das quais são responsáveis.

A segunda agência é responsável pela montagem das notícias e tem o papel de verificar o valor de uma “estória”. Os promotores de notícias poderosos podem mudar a rotina de trabalho dessa agência, que é formada pelos jornalistas, e aumentar as correspondências entre suas necessidades e a do corpo jornalístico. Sobre o trabalho dos jornalistas, os autores refletem que ele é permeado de intencionalidade, em que é produzido um bem que favorece as necessidades de acontecimentos de grupos sociais e desfavorece as de outros. O consumo, como terceira agência, pode definir as necessidades da mídia.

Considerando as agências na produção de acontecimentos, Morlotch e Lester (1999) definem quatro tipos de acontecimentos públicos: acontecimentos de rotina – realizado intencionalmente e promovidos pelo executor (as pessoas produtoras são aqueles que promovem os acontecimentos); acidentes – involuntariamente (não intencional), promovido pelo informador (residem nos cálculos errados que levam à quebra da ordem habitual); escândalos – realizado intencionalmente e promovido pelo informador; e descoberta por acaso – involuntário, em que o promotor dissimula o acontecimento fazendo parecer acidente. Nesse sentido, nenhum desses tipos de notícias é um evento espontâneo do mundo que a imprensa descobre por conta própria. Desta forma, Morlotch e Lester (1999) defendem que os jornais não refletem o mundo, mas sim as práticas daqueles que tem o poder de determinar as

experiências dos outros. Nesse sentido, os autores buscam os “propósitos que estão subjacentes às estratégias de criação de uma realidade em vez de uma outra” (p. 50). Assim, para se estudar e consumir mídia, os autores argumentam que é necessário considerar que os acontecimentos são considerados através de um trabalho político feito pelos detentores do poder no momento.

Levando em consideração como as notícias são produzidas como bens simbólicos, parte-se, agora, para a discussão sociológica sobre um conceito-chave para a história da imprensa e para os estudos sobre o campo jornalístico: a objetividade. Como será visto, o esclarecimento sobre este tema é de importância para que se possa avançar nas pesquisas e aprofundar os estudos no sentido afastar o objetivo de se descobrir se um veículo ou profissional é parcial/imparcial, objetivo/subjetivo.

4.3.2 O paradigma da objetividade

A objetividade é uma ideologia dos profissionais do campo jornalístico já há algum tempo professada como valor da profissão. Esta objetividade diz ter origem na objetividade científica, no sentido de que, ao reportar os acontecimentos, os jornalistas se detêm aos fatos e são imparciais. Schudson (1981) aponta que nem sempre esse termo fez parte dos vocabulários e das mentes dos jornalistas e que o acontecimento da I Guerra Mundial foi o responsável pela aparição e defesa da objetividade no jornalismo.

Dessa forma, o autor argumenta que a objetividade, como declarações validadas consensualmente, baseada na separação entre valores e fatos, não é uma extrapolação do empirismo científico ou do valor do fato, mas uma reação contra o ceticismo e uma resposta à sociedade democrática de mercado. Ele explica que, com a Grande Guerra, o mérito da democracia foi questionado e a imprensa e cientistas sociais se encontravam em um período de dúvidas e ceticismo sobre a realidade. Assim, a objetividade “não era a expressão final da crença nos fatos, mas a afirmação de um método desenhado para um mundo que até os fatos podem não ser confiáveis” (SCHUDSON, 1981, p. 122).

Schudson (1981) explica o desespero democrático que acarretava um pessimismo sobre o futuro da democracia. Citando publicações da época, o autor demonstra que o sentimento era de que a cidadania se constituía em um ideal insustentável, que punha muita esperança no povo e que a perda da autoridade era um problema da vida moderna. Com o crescimento de sistemas ditatoriais na Europa (Alemanha e Itália) e o desamparo aparente do governo americano (depressão econômica) nos anos de 1930, a sociedade de mercado democrática passa a olhar os

fatores com desconfiança. As próprias naturezas humanas e públicas eram colocadas em questão pela ciência, que via aparecer os campos da psicologia e da psiquiatria.

O autor explica que, existia, de forma geral, um mal-estar institucional em relação à democracia e a própria ciência ensinava a desconfiar de seus pressupostos: “a física, a biologia e a economia, todas elas encontram complexidade e aleatoriedade, em vez da simplicidade e ordem que um dia acreditaram estar presente no mundo. A história não mais acredita em fatos, mas apenas nos julgamentos subjetivos de historiadores” (SCHUDSON, 1981, p. 126, tradução nossa).

Essa desconfiança da própria razão toma diferentes formas e, na área política, ela decaiu sobre a sociedade democrática e as instituições representativas. Assim, o pensamento antiliberal da Europa ganha força entre alguns autores americanos. Um fator característico desse sentimento é a mudança nos significados de povo e opinião pública apontados por Schudson (1981). No início do século XIX, a opinião pública era a voz da classe média contra a aristocracia, enquanto naquele início de século XX, era a voz dos outros, uma grande massa urbana que não tem reivindicações para a classe média.

Esta mudança de postura da quanto à opinião pública tem influência no jornalismo. A classe média vê a necessidade de se distinguir do restante do público leitor e as classes profissional veem a opinião pública como irracional e manipulável. A postura em relação ao povo é, então, uma direção à razão e ao paternalismo. A desconfiança se relaciona com a redefinição da condição humana, em que não é mais apenas o homem branco que tinha voz. Direitos de crianças, imigrantes, negros, massas urbanas e, acima de tudo, mulheres, estavam agora no jogo político. Ao mesmo tempo em que o espaço das cidades ficava heterogêneo, a classe média migrou para os subúrbios urbanos e a fé na democracia estava perdendo espaço para o medo do irracional (as massas urbanas, os imigrantes e os judeus). Schudson (1981) explica que a expansão das interações sociais levou ao controle impessoal do sistema, a ponto de que com o crescimento da democracia (mais direitos, mais vozes) ocorria uma aparente falta de controle pelo povo.

O mesmo movimento ocorria na economia. A separação da propriedade da empresa ou da terra do controle do negócio, que passava a ser feito pelos gerentes acontecia enquanto o número de investidores pequenos e independentes crescia e, assim, não era preciso ser administrador do negócio para ser dono dele. Assim, as corporações controlavam as ofertas e demandas, e não os indivíduos. Assim, Schudson (1981) explica que aconteceu uma nova concepção de público na vida social, na política e na economia e a reconstrução política era

feita com base no movimento dos consumidores. A visão de uma sociedade em que os indivíduos agem de fora independente política e economicamente para descobrir fatos de forma a revelar a verdade estava abalada:

O sistema não funcionou. Os indivíduos independentes que supostamente seriam os componentes do sistema não existiram. As corporações, e não os indivíduos, controlavam oferta e demanda; máquinas, e não os eleitores, controlavam as eleições; editores de jornal poderosos e as necessidades de entretenimento da massa, e não a busca pela verdade, que conduzia a imprensa. (SCHUDSON, 1981, p. 158).

Este ambiente de desconfiança é o pano de fundo em que os dois elementos-chave para o declínio dos fatos no jornalismo, no dizer de Schudson (1981), surgiram: o surgimento da área e do profissional de Relações Públicas (RP) e a propaganda de guerra. O RP surgia como uma profissão que respondia e formava o público, tido como irracional, espectador e consumidor. Esse profissional, apesar de sua grande influência no jornalismo, foi aceito na competição aberta de mercado. O jornalismo, apesar de dizer que o RP provocava a promoção de notícias que seriam propagandas, tinha em seus profissionais formados um grande número de profissionais à época. Além disso, o autor explica, a própria imprensa se tornou corresponsável pelo desenvolvimento das Relações Públicas, pois a falta de exatidão dos jornais e os hábitos irritantes dos repórteres incentivou o aumento do uso deste profissional por pessoas e organizações (SCHUDSON, 1981).

De qualquer forma, o trabalho do RP foi inserido e utilizado por empresas e governo, afetando a divisão do trabalho do jornalista, que não chegava mais “aos bastidores dos acontecimentos”. Os “furos” foram arrastados pelos releases e conferências. O governo, utilizou o profissional de RP, de forma especial durante a I Guerra Mundial e, assim, mantinha uma relação mais segura e controlável com a imprensa.

A propaganda de guerra, outro elemento chave para o declínio dos fatos, afirma Schudson (1987) levou a se pensar nas possibilidades de se direcionar a mente pública, sob o ponto de vista de que se poderia manipular as paixões coletivas. O trabalho dos jornalistas estava diretamente envolvido e influenciado na guerra. Os correspondentes de guerra sofriam com censura dos fatos que não poderiam publicar e muitos profissionais foram contratados com agentes de propaganda nos Estados Unidos e em outros países. Assim, houve um importante esforço de imprensa para escrever, coletar e distribuir informações favoráveis ao esforço de guerra.

Desta forma, a experiência de guerra, para o autor citado, foi fator decisivo para o declínio dos fatos no jornalismo e “nada poderia ter sido mais persuasivo do que a experiência de guerra no convencimento dos jornalistas estadunidenses que os fatos em si não podem ser

confiados. [...] durante e depois da guerra, jornalistas começaram a ver tudo como ilusões (SCHUDSON, 1981, p. 142). A profissão do jornalista teve seu valor questionado e se passava como refém dos assessores de imprensa.

O reconhecimento da subjetividade na imprensa acarretou diversas respostas do jornalismo, como a assinatura das matérias, a especialização dos jornalistas que dava ao profissional a capacidade de questionar as fontes e as reportagens interpretativas. As colunas de profissionais reconhecidos também passaram a circular nos jornais de forma que um colunista poderia escrever e vender seus escritos para diversos jornais (SCHUDSON, 1981). No entanto, se tornou necessário dar estrutura para os repórteres diários fazerem seu trabalho e serem respeitados pelos críticos. Daí surge a resposta da objetividade. A objetividade, para os profissionais e o ensino da profissão, veio para “resgatar” o jornalismo através da ciência.

Neste sentido, através da criação de dispositivos – criação de leis para tornar falsificação de documentos ilegal, identificação das fontes nas histórias, criação de institutos de pesquisa e profissionalização do jornalismo – a objetividade seria buscada, já que estava irreversivelmente reconhecida a subjetividade – de forma que a crença no profissional da imprensa não fosse sobremaneira abalada. Como valor profissional estabelecido em relação à subjetividade inerente a todos os seres humanos, “a objetividade no jornalismo parece ser destinada a ser tanto bode expiatório como uma crença e mais uma defesa estranha do que uma legitimação franca” (SCHUDSON, 1981, p. 158). O autor explica, ainda, que a objetividade se tornou necessária e camuflagem que tinha interesse de uma origem mais profunda, que era dissimular a decepção na modernidade.

O contexto de uso do valor da objetividade é estudado também por Tuchman (1999), que afirma que os jornalistas utilizam o argumento da objetividade para mitigar as pressões externas ao seu trabalho. Assim, para a autora, os profissionais utilizam da objetividade como um ritual estratégico para fins de proteção da profissão do jornalista. Ela explica que o valor se tornou um procedimento caracterizado como tática ofensiva para prevenir os ataques ou rebater críticas ao trabalho jornalístico. Desta forma, a objetividade é definida por estratégias de trabalho que os jornalistas identificam com as notícias objetivas: estruturação dos fatos de forma descomprometida, imparcial e impessoal.

Tuchman (1999) explica que as pressões que se busca minimizar com o uso da objetividade pelos jornalistas são a reprimenda de superiores, a pressão do *deadline* e processos difamatórios. Todas essas pressões trazem risco a atividade do jornalista. Os jornalistas escrevem textos conjecturando a opinião de seus superiores, que podem corrigir e refazer partes.

As reprimendas dos superiores em relação ao texto podem influenciar no cumprimento dos prazos estabelecidos e leitor interessado pode gerar processos judiciais contra os repórteres, o que afeta reputação do profissional e da empresa e, por consequência, influencia na venda.

Três são os fatores para definir um fato como objetivo pelos profissionais de imprensa, citados por Tuchman (1999): a forma (procedimentos formais relacionados ao aspecto), o conteúdo (senso comum e *newsjudgement*) e as relações inteorganizacionais. Desta forma, os jornalistas utilizam procedimentos estratégicos para demonstrar objetividade: são feitos os procedimentos de verificação dos fatos, apresentação de possibilidades conflituais, apresentação de provas auxiliares, uso judicioso das aspas (que é uma forma de prova complementar ao se está contando) e estruturação da informação numa sequência apropriada (pirâmide invertida). A organização do noticiário em partes destinadas a “fatos” e “análises” também pretendem tornar o jornal objetivo.

A autora explica que o ritual é utilizado para assegurar que o jornalista possa dar sua versão dos fatos, os defendendo de possíveis críticas. Por exemplo, o uso das aspas pode, na verdade, tem o objetivo de transmitir a visão do jornalista através de uma outra pessoa. No caso da organização dos fatos de acordo com a pirâmide invertida, ainda é claro que, no final das contas, quem decide o que é mais importante e que deve ser apresentado primeiro – o *lead* – é o jornalista.

As afirmações de senso comum partilhado também são consideradas objetivas e assim, o jornalista não precisa demonstrá-las ou coloca-las em aspas, se tornando um outro fator de objetividade, já que ele determina se uma informação pode ser aceita como fato (TUCHMAN, 1999). O *newsjudgement*, que seria a perspicácia profissional, aponta Tuchman (1999) é outro fator para definição do fato como objetivo, pois ele leva a três generalizações: a maioria das pessoas é interessada e deve provar sua fiabilidade, as fontes formais possuem informações mais confiáveis e a validade de uma afirmação é avaliado conforme as informações que o jornalista possui sobre as organizações sobre as quais escreve.

No entanto, a autora explica que os procedimentos formais, mesmo usados estrategicamente, sugerem que, na verdade, a objetividade não é alcançada. Esse ritual infere que existe percepção seletiva e a noção de que fato fala por si. Dessa forma, os procedimentos formais podem ser instrumentos para que o jornalista possa dar a sua visão dos fatos, mesmo que inconscientemente, limitados pela política editorial e implicam que a análise seja ponderada e definitiva.

É considerando a impossibilidade de se alcançar este valor tão professado pelo jornalismo que Hacket (1999) fala da queda do paradigma da objetividade. O autor, apesar de dizer que ela ainda deve ser considerada, por ser importante para a história e o entendimento da profissão, afirma que se deve tentar estudar a mídia de forma diferente e dá soluções para o estudo de notícias e do jornalismo, sem mais ser necessário procurar se o veículo é objetivo ou imparcial.

Nesse sentido, sobre as investigações a respeito da imparcialidade dos veículos de comunicação, Hacket (1999) apresenta quatro pressupostos segundo os quais esse tipo de pesquisa se baseia: a notícia pode ser objetiva e um reflexo da realidade; as ações políticas dos jornalistas e editores são fatores determinantes para a parcialidade; a leitura pode detectar a parcialidade, que tem sua forma mais importante o partidarismo; e os conceitos de orientação estruturada e de efetividade ideológica são mais adequados do que o de parcialidade partidária. Estes pressupostos são, na verdade, desafios para a pesquisas que se debruçam sobre os veículos de imprensa.

Dessa forma, as pesquisas sobre a parcialidade no jornalismo buscam apontar a falta de equilíbrio entre pontos de vista concorrentes e a distorção tendenciosa e partidária da realidade. Estas pesquisas, de acordo com Hacket (1999), se encontram marcadas pelo uso de termos como preferencial, unilateral e parcial em oposição a iguais, igualitário, neutros e justo (que denotariam o desequilíbrio); e deturpado, distorcido, indireto, estereotipado em oposição a franco, exato e verídico. Estes estudos consideram os critérios de noticiabilidade consagrados e a imparcialidade como padrão de avaliação, como se a mídia fosse capaz de ser um reflexo justo e igualitário do mundo.

Pesquisas que consideram a objetividade um valor alcançável e padrão para análise do jornalismo, sugerem, ainda, que os fatos podem ser separados das opiniões e dos juízos de valor, de maneira que a imprensa cobriria as diferentes perspectivas de forma equilibrada. Neste contexto de objetividade, os preconceitos políticos e as atitudes sociais do jornalista ou do corpo executivo editorial seriam os maiores obstáculos a um relato equilibrado do mundo real.

Hacket (1999) contesta a objetividade e parcialidade/imparcialidade como padrões de avaliação para os estudos sociológicos sobre a imprensa e argumenta que, na verdade, o chamado equilíbrio noticioso pregado por alguns veículos leva os jornalistas a consagrarem as definições de realidade social dominantes na arena política eleitoral. Ele cita Altheide (1976) para dizer que o modo de organização do trabalho jornalístico descontextualiza os acontecimentos para depois contextualizá-los artificialmente de acordo com a perspectiva da

notícia. A mídia, então, ajuda a construir a realidade, produzindo pseudo-acontecimentos e influenciando as próprias tendências sociais e políticas as quais refletem.

Uma abordagem que avança, diz Hacket (1999), se comparada com os estudos que buscam apontar a objetividade nos veículos de comunicação, é a das interpretações organizacionais das notícias, que focam nas condições de produção nas notícias, como já explicado neste capítulo. No entanto, para o autor, este tipo de abordagem organizacional não interpreta de forma eficiente os determinantes externos ou o contexto de produção jornalística, ignorando de forma particular a relação entre estratificação político-social e a notícia.

Apesar da quebra do paradigma, a parcialidade e a objetividade estão tão impregnados aos estudos dos media noticiosos que ignorá-los provocaria isolamento. Nesse sentido, o autor sugere as seguintes linhas de pesquisa para estudar esses conceitos no conteúdo midiático jornalístico: investigar a política retórica da parcialidade de forma a identificar quem, quando e por que se levanta o problema da questão pesquisada e os interesses que a veiculam, acrescentado o impacto na produção jornalística; e outra com o objetivo de desmistificar e analisar a origem histórica, filosófica e político-econômica da objetividade jornalística.

Outra solução para as pesquisas sobre a produção de notícias apontada por Hacket (1999) é se pensar no papel determinante da ideologia no fazer jornalístico. Para ele, este tipo de abordagem é mais abrangente do que o conceito de parcialidade e mais eficaz do que as perspectivas organizacionais. Nesse sentido, o autor apresenta três concepções sobre a ideologia, como sistema de ideias, valores e proposições característico de uma classe social aproximam o conceito de uma estrutura que paira sobre uma base econômica. Para o autor, estudar a ideologia que ordena a produção jornalística é mais eficiente do ponto de vista de demonstrar os sistemas em que a mídia está inserida e que afetam na produção oferecida ao público.

Uma das relações que o autor faz sobre a ideologia, uma é particularmente interessante para o nosso estudo, que é a ideologia como enquadramento. Hacket (1999) destaca a visão de Gitlin (1980) de enquadramentos, segundo o qual são “padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os símbolos organizam geralmente o discurso, tanto verbal como visual” (p. 120-121).

Para o estudo proposto, como visto, a objetividade jornalística, além de ser um mecanismo de defesa procedimental dos profissionais e forma de sustentar a atividade em vista do reconhecimento da subjetividade na produção de notícias, é uma questão relativamente superada. Mas não se pode deixar de considerar a grande influência da estrutura do campo

jornalístico e dos fatores externos sobre a produção de notícias. Esta estrutura faz com que o profissional jornalista e as empresas de mídia acionem quadros simbólicos gerais para o processo de contar estórias. A investigação destes quadros é o que se busca na pesquisa proposta.

Neste capítulo, foram tratadas as perspectivas sob as quais é possível fazer a análise do fenômeno social do jornalismo e da produção de notícias. Sendo assim, optou-se por utilizar o conceito de campos de produção cultural como modelo para investigar como funcionam os mecanismos, motivações, agentes e relações intercampos aos quais o campo do jornalismo está sujeito. Tendo o campo jornalístico como campo de produção simbólica, apresentou-se as explicações sociológicas para o bem simbólico por ele produzido: a notícia. Além disso, se fez necessária uma revisão sobre o conceito de objetividade, tido como valor essencial do campo jornalístico, e as suas particularidades, bem como a sua real adequação para os estudos sobre a produção de notícias.

Dessa forma, é possível observar que o jornalismo não se encontra imune das forças e estrutura de atuação do seu próprio campo e dos campos com os quais mantém relação, de maneira especial a este estudo, o campo dos economistas brasileiros. Considerando as circunstâncias e contextos nos quais a produção jornalística, especialmente econômica, está inserida, a pesquisa proposta buscará, então, esclarecer como é o tratamento dispensado ao BNDES pela imprensa. A abordagem do Banco pela imprensa será analisada conforme os enquadramentos e as vozes utilizados no conteúdo jornalístico que tenha a Instituição como objeto. Para isso, a pesquisa empírica terá o trajeto metodológico explanado no capítulo a seguir.

5 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia e os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização do estudo. Para estudar a forma como a imprensa tratou o BNDES nos governos Lula e FHC, considerando as diferenças entre as linhas de atuação do Banco nesses governos, foi aplicada a análise de enquadramentos. Sendo assim, faz-se uma definição conceitual de enquadramento e da análise que se deverá ser aplicada sobre os dados obtidos. A seguir, são expostos os procedimentos metodológicos executados durante o trabalho de tratamento e análise dos dados.

5.1 Enquadramentos midiáticos: conceito e método de pesquisa

O conceito de enquadramento, ou *framing*, de acordo com Porto (2004), surgiu da sociologia interacionista, desenvolvido por Goffman (1986), segundo o qual, enquadramentos são “os princípios de organização os eventos sociais e nosso envolvimento neles [...], entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais (p. 78). Porto (2004) destaca que, como podem influenciar em decisões, o enquadramento se torna instrumento de poder.

Ao revisar o uso dos enquadramentos nas pesquisas em comunicação, Chong e Druckman (2007) afirmam que são encontradas duas formas de utilização na literatura. A primeira reflete a noção de frame em comunicação ou enquadramento midiático como referente às palavras, imagens, frases e estilos de apresentação que o emissor, aquele que transmite a mensagem, usa para transmitir informações sobre um evento para um público. Neste tipo de pesquisa, “o enquadramento escolhido revela o que o emissor vê como relevante no tópico em questão” (CHONG; DRUCKMAN, 2007, p. 100).

Uma segunda forma de se utilizar o enquadramento aplicado à comunicação é o frame de pensamento ou individual, do ponto de vista da audiência, a quem a mensagem alcança. Este tipo de enquadramento se refere ao entendimento cognitivo individual sobre o uma situação. Dessa forma, Chong e Druckman explicam que o enquadramento de pensamento nas pesquisas de comunicação diz respeito “ao que um membro da audiência acredita ser o aspecto mais saliente de um assunto” (p. 101).

Neste sentido, apesar da origem sociológica, a análise de *framing* já encontra importantes estudos com sua utilização na área da comunicação, especialmente do jornalismo. De acordo com Tuchman (1993), esta metodologia, que também é teoria, é importante por

contribuir para o processo de investigação dos “princípios de organização que estão na base da seleção e definição dos acontecimentos noticiosos” (p. 258). A autora é uma das percussoras do uso do conceito de frame de Goffman para analisar a forma como o repórter transforma o acontecimento em notícia.

Partindo da noção de que os enquadramentos organizam os fatos aleatórios em acontecimentos que possuem significância, as “estórias” do jornal se tornam frames, que, por sua vez, “oferecem definições da realidade social” (TUCHMAN, 1993, p. 259). Para Tuchman, a utilização deste conceito para a mídia leva em consideração que os produtores de notícias veem os acontecimentos a partir da perspectiva da “estória” que vão contar. O frame é responsável por identificar e definir quais acontecimentos são notícias e como eles devem ser apresentados. É neste sentido que a autora defende o estudo do enquadramento para identificação dos fatores que levam a uma notícia ser identificada como tal e, ainda, na análise de elementos profissionais e organizacionais que atuam no fazer jornalístico.

Aplicado ao campo da comunicação midiática, Porto (2004) afirma que o enquadramento foi utilizado de forma incipiente nos estudos de Tuchman (1978), que ressaltou o papel da mídia como impositora de um enquadramento da realidade, limitando o conhecimento a um certo entendimento analítico. A primeira definição de enquadramento para o conteúdo jornalístico foi feita por Gitlin (1980):

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira. (GITLIN, 1980, *apud* PORTO, 2004, p. 80)

Esta teoria aplicada à análise dos *mass media* busca preencher uma lacuna metodológica nesta área do conhecimento, que por muito tempo dedicou seus esforços a delimitar um conteúdo jornalístico como objetivo ou não, imparcial ou não, questão já de certa forma ultrapassada na análise da mídia.

Um modelo de *framing analyses* aplicada aos estudos da mídia foi proposto por Reese (2001), que conceituou frame e teorizou a forma como o jornalismo o utiliza em seus modos de produção. Neste sentido, o autor define frame como “princípios de organização que são socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que trabalham simbolicamente para estruturar significativamente o mundo social” (p. 5, tradução nossa, grifos do autor). Para Reese (2001), uma abordagem política tem revelado que jornalistas utilizam os enquadramentos para ordenar as informações como resultados de interações com as fontes e promovendo vários pontos de vista. No sentido mais ideológico, diz o autor, as pesquisas demonstram que os

“enquadramentos de notícias podem conter interesses mesmo que não intencionalmente” (p. 12, tradução nossa).

Destacando a importância do discurso midiático para a opinião pública (constituída de diferentes fóruns), Gamson e Modigliani (1989) realizaram uma pesquisa sobre a discussão pública a respeito da energia nuclear e desenvolveram um importante conceito para a análise de enquadramento em estudos da construção de sentidos midiáticos, o pacote interpretativo. Para os autores, o discurso midiático pode ser concebido como um conjunto de pacotes interpretativos sobre um assunto que possuem um frame (quadro) como ideia organizadora central. Os pacotes bem-sucedidos na mídia são, para os autores, uma combinação de ressonâncias culturais, atividades promotoras e ajuste com as normas e práticas midiáticas. Neste contexto, os jornalistas “em seus comentários sobre um assunto, frequentemente tentam articular e cristalizar uma série de respostas que eles esperam ou assumem que serão compartilhadas com sua audiência invisível” (p. 9, tradução nossa).

Outra importante conceituação sobre enquadramento é dada por Etman (1993) e trabalhada por Porto (2004). Como já explicitado anteriormente, a mídia não é neutra e concorda-se com Porto (2004) que destacou o preceito desenvolvido por Hackett (1993) de que os jornalistas, ao produzirem seus mais diversos produtos de gêneros jornalísticos, ativam uma certa “matriz ideológica limitada” ou “estrutura profunda” (p. 76). De acordo com Etman (1993):

Enquadramentos envolvem essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto de comunicação, de tal modo a promover uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento para o item descrito. Quadros, então, definem problemas [...]; diagnostica causas [...]; faz julgamentos morais [...]; e sugere soluções [...]. (ETMAN, 1993, p. 52, tradução nossa).

Nesse sentido, muitas vezes metáforas (como jogo, guerra, navegação) e efeitos de polarização entre negativo/positivo são utilizados como enquadramentos em determinadas matérias jornalísticas. Os pontos realçados e destacados em uma notícia em relação a obscuridade dada a outros aspectos e a forma como um assunto é enquadrado dá as bases necessárias para uma interpretação mais completa de uma mensagem, que pode ter mais de um enquadramento.

Sobre enquadramentos no debate público, existem estudos sobre presença de concorrências entre frames opostos que destacam que os assuntos públicos geralmente envolvem competição entre partes divergentes para estabelecer o significado ou interpretação dos assuntos. Isto ocorre de forma que, quando os cidadãos estão diante de uma questão, eles

devem lidar com “frames opostos que são projetados pela opinião dos líderes para influenciar as preferências do público” (CHONG, DRUCKMAN, 2007, p. 100).

Como percebe-se, muitas são as definições e utilizações da noção de enquadramento em estudos aplicados aos meios de comunicação desde a década de 1980. A fim de se busca uma melhor aplicação do conceito de *framing*, Scheufele (1999) diz que é necessário que o enquadramento deve ser definido e operacionalizado nas bases do construtivismo social. Sob esta perspectiva, o autor ressalta a contribuição de Neuman, Just e Crigler (1992), que afirmam que frames “dão à história uma ‘espinha’... levando em consideração seus constrangimentos organizacionais e formativos, julgamentos profissionais e certos julgamentos sobre a audiência” (p. 105).

Sobre as pesquisas na área, Scheufele (1999) recorre a Gamson (1992) e nota que o leque de teorias que examinam o processo ocorre entre dois níveis: a) indivíduos que operam ativamente na construção do significado e b) processos socioculturais que fornecem os significados. Neste sentido, Scheufele (1999) considera duas dimensões em análise de *frame*: uma que se preocupa com enquadramentos da mídia e individuais, e outra que utiliza os *frames* como variáveis independentes e variáveis dependentes. Na primeira dimensão, estão inseridos estudos de Gitlin (1980), que afirmou que os enquadramentos organizam o mundo para os jornalistas e para seu público, e Entman (1991), que definiu enquadramentos individuais como “esquemas de processamento de informação” e enquadramentos da imprensa “como atributos das notícias em si” (SCHEUFELE, 1999, p. 106). Ou seja, há a separação entre enquadramentos individuais, que são da audiência, e enquadramentos da mídia, presentes nos meios de comunicação. Esta é a divisão também apresentada por Chong e Druckman (2007), como explicado anteriormente.

Tratando os enquadramentos como variáveis dependentes ou independentes, Scheufele (1999) ressalta que estudos que consideram os frames variáveis dependentes refletem que os enquadramentos dos jornalistas sobre um assunto podem ser influenciados por várias variáveis sócio-estruturais ou organizacionais. Já, ao se considerar os enquadramentos como variáveis independentes, foca-se na forma como a audiência formatará o assunto.

A partir desta conjuntura, Scheufele (1999) estabelece o esquema de questões que devem guiar as pesquisas a respeito dos enquadramentos midiáticos: quais valores influenciam a forma como os jornalistas ou outros grupos sociais enquadram certos assuntos; como esses processos funcionam e quais são os enquadramentos que os jornalistas utilizam; e quais tipos

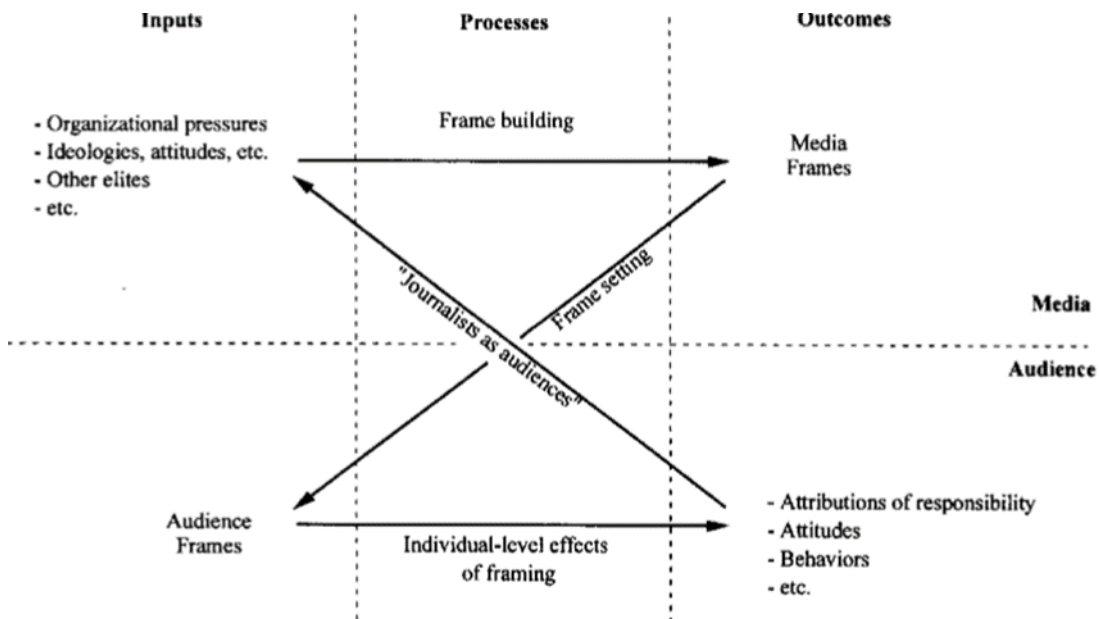
de enquadramentos de mídia influenciam a percepção da audiência sobre certos assuntos e como esse processo ocorre.

Assim, o autor identifica quatro processos nas pesquisas sobre enquadramento noticioso: construção de enquadramentos, montagem de enquadramentos, níveis individuais de efeitos de enquadramentos e uma ligação entre os enquadramentos individuais e de mídia (susceptibilidade de jornalistas e elites aos processos de enquadramento). Scheufele (1999), então, desenvolve enquadramento como um processo contínuo em que os resultados de determinados procedimentos são entrada para processos subsequentes, conforme retrata a Figura 1.

Neste sentido, os estudos sobre construção de enquadramento focam nas dinâmicas de como emissores escolhem enquadramentos específicos na comunicação. Já a montagem do *framing* concerne à influência dos enquadramentos midiáticos sobre os individuais e os processos psicológicos de enquadramentos. As pesquisas que se preocupam com os níveis individuais de efeitos de enquadramento se referem aos impactos do frame nos pensamentos e comportamentos e atitudes consequentes. Já tratando os “jornalistas como audiência”, as pesquisas buscam saber como as ações da população afetam o processo inicial de construção de enquadramentos (SCHEUFELE, 1999).

Diante da diversidade de conceitos advindos de diferentes áreas do conhecimento e das várias aplicações metodológicas da noção de enquadramento, especialmente sobre a área do jornalismo, Reese (2007) defende que a importância do estudo de enquadramento está justamente na sua interdisciplinaridade, pois é um modelo provocativo que abre caminhos entre áreas que precisam estar em contato: quantitativo e qualitativo, empírico e interpretativo, psicológico e sociológico, acadêmico e profissional (p.148). Dessa forma, por estar fundado nas áreas psicológica e sociológica, a análise de enquadramento pode ser o aporte teórico e metodológico para o estudo da mídia.

Figura 5 - Modelo de processo de pesquisas sobre enquadramento



Fonte: SCHEUFELE (1999), p. 115.

Reese (2007) vai além e argumenta que o estudo dos enquadramentos confere mais precisão e interpretatividade à análise de dados:

Como um paradigma, *framing* abre questões que não estavam à mesa antes. Em particular, pode encorajar empiricistas a considerar aspectos mais interpretativos de seus problemas. Para pesquisadores mais críticos, abre oportunidades para mais explicitamente examinarem concepções ideológicas de “definição da situação” e “naturalização”, não apenas presumindo que os poderosos são capazes de configurar e naturalizar suas definições sem problemas. Como uma perspectiva teórica, *framing* ajuda a adicionar um sabor crítico às abordagens de efeitos de mídia, por um lado, enquanto domam com mais precisão observacional a visão de hegemonia da mídia, por outro. (p. 149).

Neste sentido, a noção de enquadramento trouxe mais respeitabilidade para a área de estudos de mídia, marginalizada muitas vezes como “não científica”. A partir da análise de *framing*, vê-se o que o sistema e os quadros a ele incorporados permite que se veja. Para Reese (2007) esta é uma noção muito importante, independentemente de qual área científica ou origem epistemológica ela tenha.

Ainda em defesa da análise de enquadramento, D’Angelo (2002) entende *framing* mais como um programa de pesquisa do que um paradigma sem campo de aplicação. Este programa de pesquisa, na visão do autor, é guiado por uma combinação das perspectivas cognitiva, construtivista e crítica. Para ele, a diversidade teórica encontrada a partir da noção de enquadramento tem sido benéfica para desenvolver um entendimento compreensivo do processo de comunicação.

Através da análise de enquadramento se busca um aprofundamento sobre as condições de produção, ou seja, os marcos cognitivos contextuais que definem as tomadas de posição que os textos jornalísticos são capazes de reproduzir. Entende-se, pela disposição teórica apresentada que, através da *framing analysis*, é possível responder aos questionamentos apontados por Weber (1992) sobre os estudos das notícias sob a perspectiva sociológica, visto que o autor considera a importância da subjetividade coletiva na exposição de fatos e opiniões feita pelo jornalismo.

O enquadramento também possui relação com a visão da construção da realidade a partir do “fenômeno social partilhado” de Tuchman (2002), pelo qual os jornalistas utilizam estruturas institucionalizadas que favorecem certas maneiras de se observar os acontecimentos. Como viu-se esta autora reflete sobre a importância da noção de quadro simbólico para a produção das notícias. Desta maneira, a contribuição o enquadramento já é reconhecido por estudiosos da área como de importância para se entender o processo de construção da realidade a partir das notícias.

As noções de reflexividade, pela qual as notícias estão inseridas na mesma realidade por elas anunciada, e indexicalidade, através da qual os atores sociais podem atribuir sentido às notícias independentes dos contextos de produção dos acontecimentos, possuem afinidade com a ideias de enquadramento midiático e individual, respectivamente. Demonstra-se, mais uma vez, a contribuição da análise dos enquadramentos utilizados por jornalista para tratar os acontecimentos e, de outro lado, os enquadramentos acionados pelo público para entender a sucessão de ocorrências ao seu redor.

Além disso, a noção de agências que transpassam as notícias e interferem nos tipos de acontecimentos públicos que viram conteúdo jornalístico ajuda a refletir sobre como o processo de transformação de ocorrências em notícias são importantes para o jornalismo. Neste sentido, a análise de enquadramento pode ajudar a desvendar os processos sociológicos e individuais pelos quais passam esses acontecimentos. Esta ideia vai de encontro ao papel das “ressonâncias culturais, atividades promotoras e ajuste com as normas e práticas midiáticas” na produção de pacotes de interpretação bem-sucedidos (GAMSON E MODIGLIANI, 1989). Neste sentido, Morlotch e Lester (1999) reconhecem a importância de se entender os propósitos subjacentes à produção de notícias e da construção da realidade através delas, que leva à sociedade a demarcar os acontecimentos que fazem parte de um tempo público.

Por tratar da forma como o jornalismo organiza o mundo e como seus agentes atuam dentro do campo a fim de influenciar outros campos, os conceitos de enquadramento se

adequam à visão de jornalismo como campo de produção simbólica, visto que os bens simbólicos são carregados de significados e possuem força no campo e o enquadramento pode ser considerado como o conjunto de componentes que exercem influência fundamental sobre o modo que as notícias se apresentam ao público. Esta relação pode ser observada mais ainda na definição de *frame* como ideia central organizadora de uma sequência de acontecimentos e o fato de que o enquadramento é o componente que sugere a essência do assunto, ou seja, do produto simbólico.

O conceito de Gitlin (1980), ressaltado por Porto (2004) e Scheufele (1999), sobre o enquadramento como rotina de produção é outro dispositivo que demonstra a afinidade com a visão de campo jornalístico de Bourdieu. Estudar os enquadramentos presentes nas mensagens jornalísticas permite contribuir para esclarecer as regras próprias do campo e os meios pelos quais os jornalistas empacotam as informações oriundas de outros campos para sua retransmissão. Assim, analisar os frames como variáveis dependentes de estruturas sociais e organizacionais também é pertinente à visão de campo do jornalismo

Essas áreas de estudo da comunicação podem se encontrar, pois estão interessados em saber quais forças atuam para que o jornalismo seja como é e quais enquadramentos são influentes na produção simbólica da mídia. Em geral, pesquisas que vem o jornalismo como um campo e se focam sobre seus produtos buscam responder a perguntas relacionadas aos fatores de influência na produção simbólica dos jornalistas e como seus produtos refletem as suas posições dentro do campo, bem como qual o impacto da produção jornalística dentro do próprio campo e de campos que são tangenciados por ele. Como foi explicado por Scheufele (1999), pesquisas que analisam os enquadramentos de mídia também são marcadas pela preocupação com valores, enquadramentos utilizados e ação na percepção do público pelo jornalismo para tratar de determinados assuntos. Denota-se, então, a aproximação entre essas reflexões teóricas sobre o jornalismo e a mídia.

Outra importante contribuição de Sheufele (1999) para as pesquisas de *framing* e, no caso desse estudo, para a relação entre enquadramento e a visão de campo do jornalismo é o seu modelo de processo em pesquisas de enquadramento. Como viu-se, diversos são os fatores de entrada, como pressão organizacional, ideologias, atitudes e outros grupos na produção dos enquadramentos de mídia. A pesquisa de jornalismo como um campo considera justamente esses e outros componentes na produção simbólica e na tomada de posição dos agentes no campo.

Ademais, essa relação é observada com a noção dos fatores de autonomia dos jornalistas, que são grau de concentração da imprensa, posição do seu jornal no campo, a própria posição no veículo em que trabalha (que influencia nas garantias trabalhistas) e na capacidade de produção autônoma da informação. Os enquadramentos utilizados pelo profissional possuem ligação com estes fatores e a análise desses frames pode evidenciar de forma mais precisa a dependência, consciente ou não, do jornalista das ações sobre seu campo.

5.2 Procedimentos metodológicos

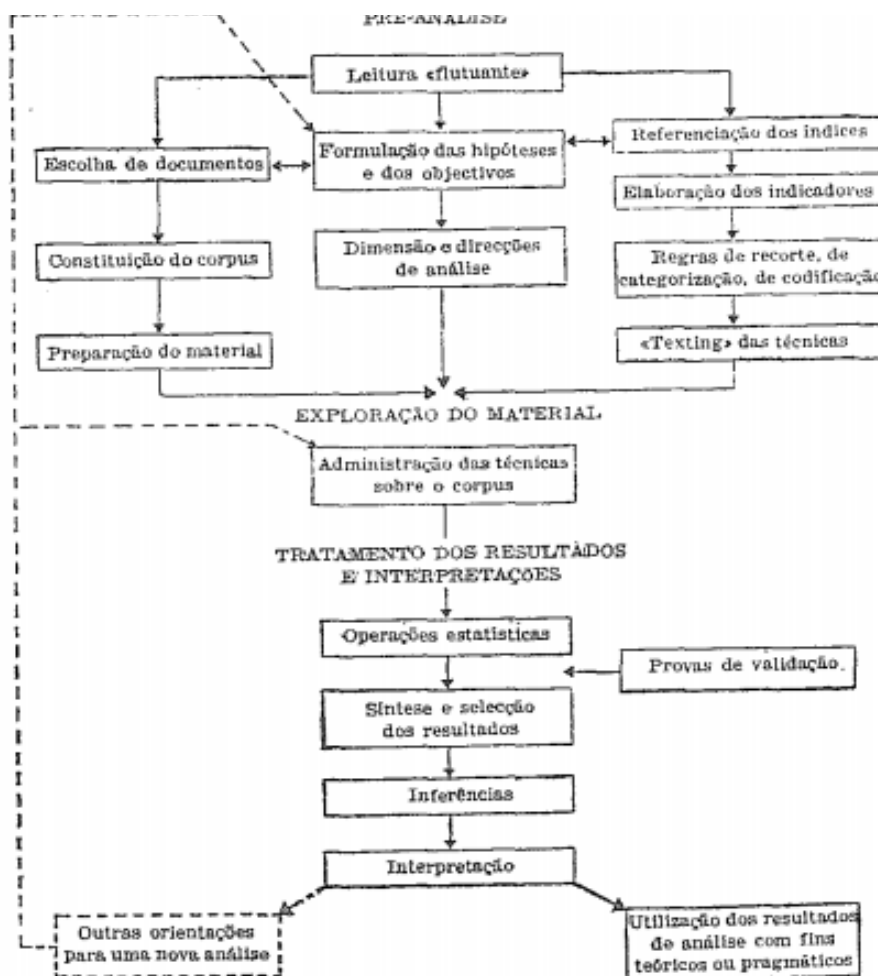
Apesar de, na literatura, análise categórica de conteúdo e *frame analysis* serem considerados metodologias diferentes para o estudo da mídia, é importante destacar a afinidade entre os dois métodos, visto que os pressupostos e ensinamentos de Bardin (1977) podem ser seguidos para a análise de enquadramento na medida em que se constituem orientações consolidadas para a realização da categorização de conteúdo. Sendo assim, para se realizar a análise de enquadramento proposta, foi feita, primeiramente, categorização do material a ser estudado.

Este método, que é um dos mais utilizados atualmente para analisar meios de comunicação de massa, tem como sua principal referência Laurence Bardin (1977) e é por ela definido como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 41).

Desta forma, seguimos as etapas de categorização propostas por Bardin (1977) que, ao explicar o método de pesquisa, o divide em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Estas etapas estão resumidamente dispostas na figura a seguir:

Figura 6 - Desenvolvimento de uma análise



Fonte: BARDIN, 1977, p. 102

A figura acima mostra a organização da análise de conteúdo. Apesar de não aplicarmos a metodologia da análise de conteúdo como um todo, essas etapas de categorização foram utilizadas para realizar a análise de enquadramentos. A pré-análise esquematizou princípios iniciais. Bardin (1977) chama essa fase de organização em si e que teve por objetivo três missões para o trabalho: a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e elaboração de indicadores que subsidiem a interpretação final. A elaboração de indicadores pressupõe que os textos contêm índices que acusem a comprovação ou não da hipótese, em que o indicador preciso deve ser mensurado.

Neste sentido, a análise de conteúdo foi utilizada, por suas regras de tratamento do corpus, como meio de visualizar e enumerar os dados. A codificação em unidades de registro (o que se conta) e unidades de contexto (um conjunto de unidades de registro) foi o instrumento para o tratamento dos dados colhidos. Neste sentido, os enquadramentos nas matérias coletadas foram codificados como seguintes unidades de registro. Com o material codificado,

foram utilizadas regras de enumeração (presença, frequência, distribuição e associação) para extrair interpretações do que não está explícito no texto.

Através do processo de categorização delineado por Bardin (1977), é que a análise de enquadramento foi realizada. Os enquadramentos das matérias foram quantificados e expostos seguindo os princípios de objetividade e fidelidade, homogeneidade e pertinência. Neste sentido, é importante destacar que as categorias foram reveladas apenas com a exploração do material.

Assim, o *corpus* do estudo proposto são as matérias das editoriais de economia dos jornais Folha de S. Paulo, o Estado de São Paulo e O Globo, que possuem como ponto relevante a atuação do BNDES durante os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Acerca deste último recorte, se faz necessário explicar a sua razão, resumindo como a atuação do banco foi vista pela academia durante os dois períodos que analisaremos. A partir da inferência obtida através da revisão da literatura que a atuação do Banco foi nitidamente diferente de um governo para outro e que essas diferenças encontram razão nas disputas simbólicas ocorridas no campo dos economistas brasileiros, que têm no BNDES um espaço de formação e de atuação profissional. Nesse sentido, a literatura aponta dois tipos de atuação do Banco nos governos estudados.

De forma resumida, durante o governo FHC, o BNDES teve importante papel em grandes privatizações de estatais brasileiras, como o caso do serviço de transporte de cargas da RFFSA e da Companhia Vale do Rio Doce, entre outras, e, em linhas gerais, sua atuação era semelhante à de um banco privado: “[...] a instituição torna, na década de 90, secundária a visão estratégica, próprias de banco de desenvolvimento e passa a destacar a necessidade de ter saúde financeira e ser bem-sucedida como um banco” (COSTA, 2006, p. 8). No governo Lula, o banco aumentou a linha de crédito para financiamento de projetos de desenvolvimento econômico internacional de empresas brasileiras, permanecendo “a visão de que o BNDES e os bancos de desenvolvimento, de modo geral, devem distinguir e priorizar setores estratégicos da economia” (COSTA, 2006, p. 21).

Tem-se, então, o BNDES como agente de estabilidade macroeconômica voltado para o enxugamento do Estado, notadamente em seu papel nas privatizações, que foi de gestor do PND a órgão consultivo e deliberativo no processos de desestatização nas unidades da federação, durante o governo FHC; e o BNDES como agente de fomento da produção nacional com vistas a financiar projetos de desenvolvimento, de forma especial os que buscavam a expansão da infraestrutura econômica, social e urbana, como o Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC), que atuou no sentido alinhado com a visão de Estado como indutor da economia (SALGADO, 2013). Desse modo, por se tratarem de políticas emblemáticas dos governos analisados e que tiveram atuação direta e intensa do Banco, os períodos que correspondem ao aprofundamento dos dois programas foram escolhidos para amostra do estudo proposto.

Por se tratar de 16 anos entre os dois governos, para garantir a exequibilidade da pesquisa e analisar a cobertura midiática a estratégias de atuação distintamente diferentes quanto à visão de economia as quais envolvem, outro recorte foi realizado sobre o *corpus* para se chegar à amostra do estudo proposto. Assim, dados do Banco denotam que os anos de 1996, 1997 e 1998 foi o período em que ocorreram mais privatizações (DINIZ, 2004) e por isso foram os anos que serviram de amostra para a análise das matérias do governo Cardoso. A amostra para o período do governo Lula foram as matérias sobre o Banco nos anos de 2007 a 2009, anos de execução e intensa atuação do Banco no PAC-1.

Os impressos foram escolhidos em virtude da sua relevância dentro do campo do jornalismo econômico. Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo foram escolhidos por serem os jornais de maior circulação nacional do país. A editoria de economia foi escolhida conforme o critério de pertinência e relevância para o estudo.

A coleta do material foi realizada de forma digital, visto que os jornais disponibilizam em seus endereços eletrônicos a versão que é impressa diariamente, inclusive de edições antigas. O acervo completo e em formato de impresso, no entanto, só é disponível para assinantes dos jornais, o que foi providenciado. Para a exploração do material (categorização), o *corpus* escolhido foi analisado um a um, visto que a maior parte está em formato de imagem, o que, dadas as condições atuais e somado a outras circunstâncias (indisponibilidade de software, por exemplo) impossibilita o uso de programa de análise de conteúdo automática.

Depois da coleta dos jornais dos anos a serem pesquisados, foi realizado um *clipping* manual das matérias de interesse para a pesquisa. Para esta etapa, a seleção do material foi realizada com a leitura de elementos chaves das matérias, que são os títulos, subtítulos, leads e destaques como “olhos” e “boxes”. Nestes elementos chaves, foram buscadas palavras que remetam ao BNDES, são elas: BNDES, banco de desenvolvimento, nomes dos presidentes do Banco, TJLP e FAT.

Foram considerados conteúdo de interesse da pesquisa material de todos os gêneros quem compuserem a editoria de economia, informativo ou opinativo. Considera-se, para isso, que a construção da realidade feita pelo jornalismo passa por toda a sua produção e objetivou-se, com isso, atender ao princípio de exaustividade na exploração do material (BARDIN, 1977).

Depois de identificadas os conteúdos que integraram a amostra da pesquisa, o seu conteúdo foi incluído em sua totalidade.

O levantamento das matérias foi feito nas seguintes seções dos jornais: Dinheiro, Mercado ou Negócios da Folha de S. Paulo; caderno de economia do O Estado de São Paulo; editoria de economia o jornal O Globo.

A categorização do conteúdo analisado deu origem a uma grelha de categorias fixas e se deu, primeiro, com o inventário – isolamento dos elementos – e, depois, com classificação – separação em grupos por enquadramento. Para a categorização do conteúdo, foi realizada a análise de enquadramento de 25% de todo o material colhido para a montagem das categorias de *framing*. As matérias foram escolhidas no sentido de que 1 foi analisada e 3 não o foram, em ordem cronológica, de maneira que não foram aplicados outros critérios para a seleção das unidades que formaram a grade. Após esta etapa, foi realizada a análise de enquadramento do restante das matérias dos três veículos.

Em suma, o trabalho seguiu a seguinte trajetória metodológica na etapa empírica deste estudo:

- 1) Leitura flutuante das editorias Mercado e Dinheiro do jornal Folha de São Paulo para definição do período em que se deverá explorar o material dos outros jornais;
- 2) Exploração do material que consistiu em aplicar as técnicas de categorização, definindo enquadramentos visualizados em 25% da amostra dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo;
- 3) Formação da grelha de categorias baseada na revisão da literatura e na investigação prática, com sua descrição e definição das variáveis que as constituíram;
- 4) Aplicação da grelha de categorias ao restante de toda a amostra;
- 5) Sistematização dos resultados obtidos em tabelas com as unidades de registro, quais sejam, jornal, data, título da matéria e enquadramentos presentes;
- 6) A aplicação de operações estatísticas para a descoberta das informações pretendidas pelo estudo.

Neste sentido, a coleta do material nos três jornais resultou num total de 2.303 matérias, distribuídas da seguinte maneira:

Tabela 6 - Quantidade de matérias colhidas por jornal e por período

	Folha de São Paulo	O Estado de São Paulo	O Globo	Total
Período FHC	230	481	446	1157
Período Lula	468	377	301	1146
Total	698	858	747	2303

Fonte: Elaborado pela autora

A análise preliminar resultou na seguinte grade de enquadramentos, que foi aplicada em todo o material de pesquisa.

Quadro 9 - Grade de enquadramentos

Categoria de enquadramento	Definição dos enquadramentos	Exemplos de definições
Agente do Governo (AG)	O BNDES é enquadrado como instrumento ou agente do governo em negociações nacionais e internacionais. Nestas matérias, o BNDES é tratado como forma do governo intervir na economia ou em empresas privadas. O Banco é relatado como o próprio governo em investimentos, tratativas, entre outras circunstâncias.	<ul style="list-style-type: none"> - “a equipe FHC/BNDES” (FSP, 06.02.1996) - “governo”, “presidente do BNDES [...] disse que o governo está acompanhando de perto as negociações”, “presidente do BNDES afirma que uma das preocupações é manter controle nacional” (OG, 08.02.2008) - “governo facilita [...] BNDES reduz valor mínimo para financiar” (OESP, 31.05.2007) “Brasil garante empréstimo [...] para Bolívia”, “governo brasileiro aprovou pedido [...] de um empréstimo [...] do BNDES [...] na Bolívia”, “financiamento é promessa do presidente” (FSP, 31.03.2009)
Agente do mercado financeiro (AMF)	O BNDES é enquadrado como atuante do mercado financeiro, seja na venda de ações de empresas estatais ou privadas, anúncio de abertura de capital e carteira de ações de suas subsidiárias. Nas matérias, são abordadas operações do Banco no mercado financeiro, como de importância para esse setor da economia.	<ul style="list-style-type: none"> - “BNDESPar vendeu 1 bilhão de ações”, “carteira da empresa do BNDES” (OESP, 24.05.1997) - “BNDES vai vender debêntures”, “BNDESPar tem na carteira”, “BNDESPar anunciou abertura de capital” (OG, 04.02.1998) - “BNDESPar vende ações” (FSP, 13.03.1997)
Atuante Internacionalmente (AI)	O BNDES é enquadrado como agente internacional. Nas matérias, são destacadas operações como o financiamento de obras e serviços no exterior, a abertura de subsidiárias fora do Brasil e o financiamento à internacionalização de empresas brasileiras.	<ul style="list-style-type: none"> - “subsidiária do BNDES no exterior” (OESP, 08.05.2008) - “BNDES abre subsidiária em Londres”, “com objetivo de ajuda à internacionalização de empresas brasileiras, o BNDES londrino” (OG, 05.1.2009) - “BNDES fala a investidores estrangeiros” (FSP, 01.03.1997) - “BNDES [quer] aumentar carteira de investimentos na região [AL]” (OESP, 31.03.2008)

Categoria de enquadramento	Definição dos enquadramentos	Exemplos de definições
Banco Lucrativo (BL)	O BNDES é enquadrado como lucrativo. Neste enquadramento se dá através do destaque dos lucros como instituição financeira e/ou pública. Nas matérias, são apresentados dados de balanços do Banco ou do governo em que a Instituição tem resultados positivos do ponto de vista financeiro.	<ul style="list-style-type: none"> - “desempenho do BNDES turbina resultado”, “bom desempenho do BNDES”, “lucro do BNDES ajudou” (FSP, 28.12.2009) - “BNDES tem maior lucro” (OESP, 16.08.2007) - “BNDES tem lucro recorde”, “redução da inadimplência”, “lucro maior” (OG, 10.02.2007)
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	O BNDES é enquadrado como liberador de recursos estatais ou como credor de empresas. São matérias que apresentam o Banco como socorro de setores durante crises internacionais e como uma categoria à parte no fornecimento de crédito no Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> - “os recursos liberados pelo Banco representam 23,1% do total levantado por empresas brasileiras no ano”, “BNDES voltar a responder por fatia maior [no financiamento]”, “trazer de volta a dependência em relação à instituição” (OG, 08.07.2008) - “uso do BNDES na crise”, “risco de se tornar hospital de empresas”, “BNDES poderá ajudar empresas [...] para tentar minimizar efeitos da crise”, “Banco promoverá políticas anticíclicas”, “banco público” (FSP, 25.10.2008)
Captador de Recursos (CR)	O BNDES é enquadrado como captador de recursos, seja no exterior ou em fundos nacionais. Nas matérias, as ações do Banco para ampliar seu poder de financiamento por ação própria na busca de recursos.	<ul style="list-style-type: none"> - “BNDES obtém financiamento”, “BID apoiou cinco programas de crédito do BNDES” (FSP, 20.10.2007) - “BNDES tem conseguido recursos no exterior”, “emprestará US\$ 1 bi ao BNDES”, “está em negociação [...] para obter [...] recursos para 2009” (OESP, 11.10.2008) - “papel do BNDES a ser lançado com valor” (OG, 26.02.1998)
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	O BNDES é enquadrado como fomentador de atividades ou empresas que apresentam irregularidades ou como envolvido em operações supostamente ilícitas. Nas matérias, o Banco aparece como financiador de desmatamento, utilização de mão-de-obra em condição degradante ou, ainda, como passível de corrupção nas concessões de créditos.	<ul style="list-style-type: none"> - “Banco como réu em ação civil pública [...] acusação de que carne vem de área desmatada”, “Banco é sócio de frigoríficos, mas alega, “o banco não pode achar que não é responsável” (OG, 19.06.2009) - “financiar empresas acusadas de comprar gado criado em áreas desmatadas” (FSP, 20.06.2009)
Financiador de Investimentos (FI)	O BNDES é enquadrado como financiador de investimentos em infraestrutura, energia, transportes, serviços, tecnologia e pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> - “BNDES [...] dando prioridade ao financiamento da infra-estrutura”, “o BNDES deverá desempenhar o papel

Categoria de enquadramento	Definição dos enquadramentos	Exemplos de definições
	São financiamentos de obras e projetos como fusão de empresas e que visam aumento da produção.	<p>seja de financiador direto” (OESP, 24.03.21998)</p> <p>- “o setor de transportes foi o que recebeu maior volume de recursos da Finame [Agência Especial de Financiamento Industrial com fundos geridos pelo BNDES]”, (FSP, 06.04.1996)</p> <p>- “o BNDES vai [...] conceder financiamento [...] para as obras”, “financiamento do BNDES para as obras” (OG, 19.01.1996)</p>
Financiador Social e de Micros, Pequenas e Médias Empresas – MPM (FS)	O BNDES é enquadrado como provedor de financiamentos voltados para a área social. Nas matérias, são destacadas as ações do Banco como fornecedor de crédito popular, para ONGs e para micros, pequenas e médias empresas.	<p>- “BNDES vai destinar ao Programa Produtivo Popular” (FSP, 25.07.96)</p> <p>- “o Banco [...] também está emprestando para empresas de menor porte”; “pequenas empresas foram responsáveis pela retomada” (OESP, 22.01.2007)</p> <p>- BNDES: investimento em projetos sociais” (OG, 21.12.1997)</p>
Fomentador da Privatização (FP)	O BNDES é enquadrado como gestor de desestatização, financiador do processo de privatização ou financiador de empresa privatizada, defensor das privatizações. Nas matérias, o Banco é retratado como operador do governo nas privatizações, defensor dos processos, inclusive no judiciário ou, ainda, como gestor de recursos dos trabalhadores nas privatizações.	<p>- “BNDES quer manter data do leilão” (OESP, 06.01.1996)</p> <p>- “BNDES deverá assinar os contratos com consórcios que irão realizar os trabalhos de avaliação de preço e modelagem de venda” (OG, 10.01.1996)</p> <p>- “compra da Light poderia ter um financiamento de R\$ 1 bi do BNDES”, “o comprador poderá comprá-las [moedas podres] com financiamento do BNDES” (FSP, 14.04.1996)</p> <p>- “patrimônio dos fundos de pensões estatais e [...] recursos dos trabalhadores, entregues à guarda do BNDES (FSP, 20.11.1998)</p>
Formulador/ executor de política econômica (FEPE)	O BNDES é enquadrado como instituição que planeja e executa orientações e ações que buscam definir a economia do país. O banco é citado como reconstrutor da economia ou formulador de política econômica, industrial em várias áreas. Nesta categoria, estão as matérias que tratam o Banco como executor de sistema de política industrial setorial, fortalecedor do capital e da	<p>- “o BNDES negocia instalação” “equipe de negociadores do BNDES” (FSP, 27.09.2009)</p> <p>- “BNDES prepara política”, “instituição elabora uma política industrial” (FSP, 29.08.2008)</p> <p>- “política industrial”, “a política industrial lista projetos [...] de infraestrutura em parceria do BNDES e o BID” (OESP, 31.03.2008)</p> <p>- “política industrial”, “BNDES entraria com” (OG, 05.04.2008)</p>

Categoria de enquadramento	Definição dos enquadramentos	Exemplos de definições
	indústria nacional e direcionador de crédito.	
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	O BNDES é enquadrado como órgão que necessita de ações que melhorem sua atuação. Nas matérias, são abordadas as necessidades de melhorar a sua captação de funding, a transparência e a agilidade de suas operações.	<ul style="list-style-type: none"> - “valor autorizado para engordar orçamento do Banco”, “ajuda do governo federal para ampliar orçamento”, “governo já repassou” (FSP, 16.01.2009) - “BNDES quer mais velocidade no processo de liberação de empréstimos”, “queremos ser mais ágeis” (OESP, 03.04.2008) - “medida para melhorar o balanço do BNDES”, “melhora composição de ativos do Banco”, “Banco toma empréstimo do Tesouro” (FSP, 16.05.2009)
Locus de Conhecimento (LC)	O BNDES é enquadrado como fonte de conhecimento sobre economia, atividades industriais, comerciais, de gestão, entre outras. Nas matérias os estudos do banco são utilizados como fonte de dados. Dados das pesquisas do banco são discutidos.	<ul style="list-style-type: none"> - “pesquisa do BNDES”, “visão do BNDES” (FSP, 12.05.08) - “estudo do BNDES”, “o trabalho revela” (OG, 13.10.97) - “economistas do BNDES traçam cenários para a economia brasileira”, “estudo assinado por economistas do BNDES” (OESP, 22.07.97)
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	O BNDES é enquadrado como recurso para atenuar efeitos da política macroeconômica de abertura comercial e valorização do real. Os financiamentos do Banco voltados para as exportações a fim de melhorar a balança comercial, no socorro a empresas prejudicadas pelo câmbio ou na busca pela diminuição do desemprego provocado pela abertura comercial são postos como instrumentos para mitigar efeitos adversos dos processos macroeconômicos do País.	<ul style="list-style-type: none"> - “linha de crédito especial do BNDES [...] para novos empregos”, “projetos com alto potencial de geração de empregos”, “uma das ações do governo para estimular contratação de mão-de-obra” (FSP, 30.04.1996) - “o BNDES vai usar dinheiro das privatizações para financiar indústrias [...] que enfrentam dificuldades para competir com os importados”, “com o objetivo de preservar o nível de emprego, o BNDES” (OG, 01.02.1996) - “O BNDES financiará projetos de investimentos que criem empregos”, “empresas financiadas ficarão comprometidas com o reencaminhamento de funcionários que vierem a demitir” (OESP, 15.02.1996)
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	O BNDES é enquadrado sob o ponto de vista dos danos financeiros ao próprio Banco ou ao Brasil. Nas matérias, são	<ul style="list-style-type: none"> - “submeter a arbitragem internacional passivo com o BNDES”, “questionar financiamentos do BNDES” (OESP, 17.12.2008)

Categoria de enquadramento	Definição dos enquadramentos	Exemplos de definições
	destacados os prejuízos no recebimento de pagamentos de empréstimos, passível de calotes, perdoador de dívidas, perdedor de possíveis lucros, tomador de prejuízos de empresas ou, ainda, aumentador de dívida pública.	<ul style="list-style-type: none"> - “lucro do BNDES caiu” (OG, 17.02.2009) - “com repasse a BNDES, dívida do governo alcança” (FS, 24.09.2009)
Órgão de Poder (OP)	O BNDES é enquadrado como estrutura com grande poder financiador ou de articulação e importante dentro do governo. Nas matérias, é destacado o poder do Banco, sendo, por vezes, alvo de disputas entre correntes econômicas e políticas dentro do governo federal.	<ul style="list-style-type: none"> - “[o Banco vai] decidir quem morre e quem vive” (OG, 02.01.1996) - “escolha do economista para presidir o BNDES [...] estimula o conflito entre “desenvolvimentistas” e “ortodoxos”, “a indicação recupera parte do poderio” (OESP, 19.04.2007) - “ligado ao PMDB, assume BNDES”, “depois de 20 dias de negociação no governo, o economista foi anunciado como novo presidente do BNDES”, “escolha do novo presidente foi o primeiro confronto entre o novo ministro e Mantega”, “opção entre Mantega e Jorge”, “manter influência no Banco”, “conseguir indicar presidente [do Banco]” (FSP, 19.04.2007)
Participante de Empresa (PE)	O BNDES é enquadrado como dono de empresas públicas e privadas. Nas matérias, o Banco é acionista de empresas com ou sem poder de voto.	<ul style="list-style-type: none"> - “Petrobrás e BNDES criam empresa” (FSP, 09.04.1998) - “BNDES deve leiloar sua participação” (OESP, 20.08.1998) - “BNDESPar poderá ser sócia”; (OG, 25.03.1997) - “BNDES pretende vender Inpacel [empresa que o Banco é dono]” (OG, 11.04.1997)
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	O BNDES é enquadrado como fornecedor de dados sobre sua atuação que servem para indicar as tendências de comportamento da economia. Nas matérias, é destacado que a tendência de crescimento ou diminuição de desembolsos e aprovações de crédito do Banco são sinalizadores da vontade de investimento dos empresários no Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> - “um dos principais termômetros é o saldo [...] de enquadramentos de projetos no BNDES” (FSP, 23.06.2007) - “a curva ascendente de financiamentos reflete [...] retorno de projetos” (OESP, 27.10.2009) - “o potencial de crescimento do setor [...] pode ser medido pelas consultas feitas ao BNDES para financiamento”

Fonte: Elaborado pela autora

Foi a partir desta tabela de enquadramentos que todas as matérias coletadas foram analisadas para se buscar inferências sobre o material quanto ao alinhamento ou não com a literatura econômica a respeito do Banco e, posteriormente, quanto a um lado ou outro do campo

do pensamento econômico. No próximo capítulo, são apresentados os resultados e a discussão dos dados provenientes da pesquisa.

6 ENQUADRAMENTOS MIDIÁTICOS SOBRE O BNDES E AS RELAÇÕES ENTRE CAMPOS NOS GOVERNOS FHC E LULA

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da análise de enquadramento aplicada sobre o corpus do trabalho. Além disso, será feita a discussão dos dados com a literatura e a bibliografia colhidas e apresentadas nas seções anteriores. Busca-se, com isso, evidenciar como o jornalismo econômico brasileiro tratou o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Será descrito quais os enquadramentos foram verificados, bem como quais tiveram mais importância no tratamento noticioso ao Banco nos três jornais analisados: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo.

Além disso, serão realizadas comparações e, a partir delas, inferências sobre os enquadramentos midiáticos entre os diferentes periódicos e entre os períodos analisados. Será a partir dos resultados sobre os *framings* das matérias colhidas que buscaremos esclarecer as relações entre o campo jornalístico, especificamente o dos jornalistas econômicos, e a luta simbólica marcada pelo campo dos economistas e o próprio contexto econômico de cada governo.

6.1 Categorias de enquadramento do BNDES nos governos FHC e Lula

Foram colhidas um total de 2.303 matérias dos três jornais no período de 6 anos (1996, 1997, 1998, 2007, 2008 e 2009) em que o BNDES é citado, conforme as regras explicitadas nos procedimentos metodológicos deste trabalho. O trabalho de análise buscou identificar quais os enquadramentos predominantes que o material jornalístico utilizou para tratar o Banco conforme a grade de enquadramentos constante no capítulo anterior. A seguir, traz-se como os enquadramentos estiveram presentes em cada jornal.

6.1.1 Folha de S. Paulo

A coleta dos dados do jornal Folha de São Paulo resultou num material de 698 matérias no total. Dessas, 230 foram referentes ao período do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – anos 1996, 1997 e 1998 – e 468 foram do período de governo do presidente Lula. Faz necessário destacar que a coleta do período FHC pode ter retornado um número bem inferior de matérias do governo FHC em relação ao Lula pode ser explicado pelo fato de que algumas páginas das edições desse período estarem ilegíveis. No entanto, a análise se dá, em relação aos

enquadramentos e utilizando como indicador a proporção dos enquadramentos das matérias analisadas.

Abaixo, a tabela de enquadramentos do período do jornal Folha de São Paulo.

Tabela 7 - Enquadramentos do BNDES no Jornal Folha de São Paulo

Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Agente do Governo (AG)	70	7,62%
Agente do mercado financeiro (AMF)	61	6,64%
Atuante Internacionalmente (AI)	25	2,72%
Banco Lucrativo (BL)	14	1,52%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	82	8,92%
Captador de Recursos (CR)	46	5,01%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	44	4,79%
Financiador de Investimentos (FI)	159	17,30%
Financiador Social (e MPM) (FS)	7	0,76%
Fomentador da Privatização (FP)	75	8,16%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	118	12,84%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	19	2,07%
Locus de Conhecimento (LC)	66	7,18%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	18	1,96%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	34	3,70%
Órgão de Poder (OP)	17	1,85%
Participante de Empresa (PE)	11	1,20%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	25	2,72%
Outros	28	3,05%
Total	919	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Esta tabela demonstra como o BNDES foi enquadrado em todo o período analisado, de forma a fornecer uma visão geral de como o jornalismo econômico tratou o Banco na história recente. O enquadramento Financiador de Investimentos (FI) foi o que mais se destacou considerando os seis anos analisados, seguido por Formulador/executor de Política Econômica (FEPE), Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC) e Fomentador da Privatização (FP). Estes somados aos *framings* Locus de Conhecimento (LC), Agente do Governo (AG), Agente do Mercado Financeiro (AMF) e Captador de Recursos (CR) somam praticamente 75% de incidência.

Como pode ser percebido, o número de matérias contadas é bem superior ao número total de matérias colhidas. Isso se dá porque a análise considerou que uma mesma unidade de registro foi capaz de fornecer mais de um enquadramento por diversas vezes. Por exemplo, uma matéria trata o Banco pelo viés de sua utilização como instrumento do governo, (enquadramento Agente do Governo) mas também como Atuante Internacionalmente (AI), pois essa utilização

se dava por meio de garantia de financiamentos pelo Banco a outros países. Ex.: “Contra os EUA, Lula oferece "pacote" ao Uruguai” (FSP, 24.02.2007).

Por vezes, o Banco foi enquadrado como Captador de Recursos (CR) e como Agente do Mercado Financeiro (AMF), pois a captação se dava por meio de atuação em mercados das bolsas de valores de forma a ter repercussão nas negociações e nos índices do mercado financeiro brasileiro. Ex.: “País paga 11,9% em dólar para adiantar US\$ 3,9 bilhões” (FSP, 02.10.1998).

A escolha de se contar todos os enquadramentos predominantes e não se fazer a opção por apenas um se deu para que a pesquisa revelasse de forma mais completa o tratamento da mídia econômica impressa dispensado ao BNDES, visto que se considera que assim como o próprio Banco, o trabalho jornalístico é capaz de fornecer certa complexidade ao papel da Instituição. Este tratamento é feito através da utilização de mais de um enquadramento. Certo é que esses *framings* tem relação com as formas de se pensar a economia e atuação de uma instituição de desenvolvimento. E é essa relação que também será discutida neste estudo.

Quanto ao período do governo FHC, os enquadramentos se apresentaram da forma descrita na tabela a seguir.

Tabela 8 - Enquadramentos do Jornal Folha de São Paulo: Período FHC

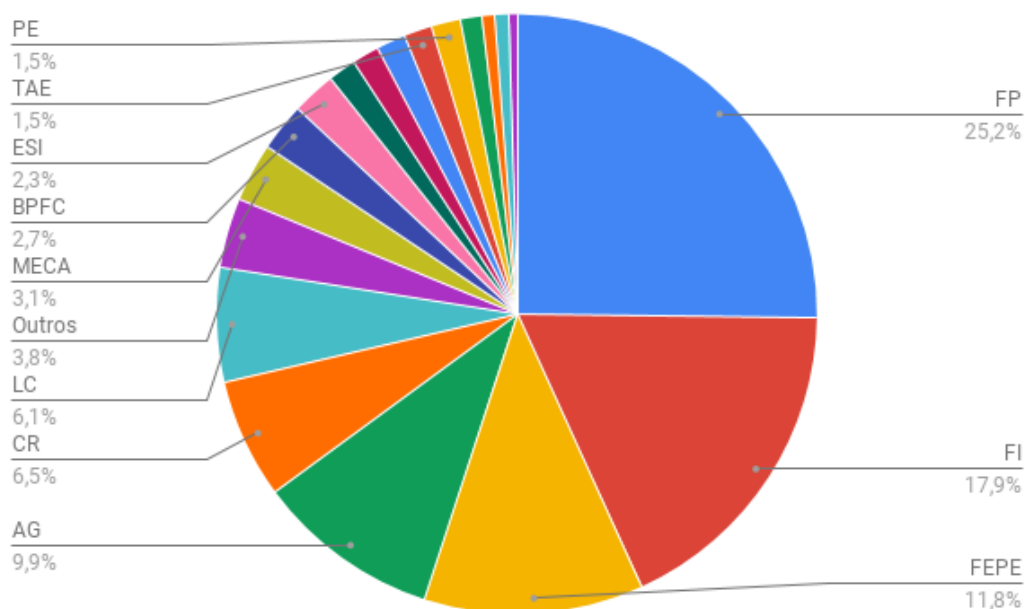
Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Agente do Governo (AG)	26	9,92%
Agente do mercado financeiro (AMF)	4	1,53%
Atuante Internacionalmente (AI)	2	0,76%
Banco Lucrativo (BL)	4	1,53%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	7	2,67%
Captador de Recursos (CR)	17	6,49%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	6	2,29%
Financiador de Investimentos (FI)	47	17,94%
Financiador social (e MPM)	3	1,15%
Fomentador da Privatização (FP)	66	25,19%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	31	11,83%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	1	0,38%
Locus de Conhecimento (LC)	16	6,11%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	8	3,05%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	4	1,53%
Órgão de Poder (OP)	2	0,76%
Participante de empresa	4	1,53%
Termômetro	4	1,53%
Outros	10	3,82%
Total	262	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se percebe, o enquadramento que mais foi apresentado proporcionalmente, foi o de Fomentador da Privatização (FP), que correspondeu à mais de 25% de todos os framings verificados no período. Como poderá ser denotado mais abaixo, este enquadramento se deu, em sua grande maioria, no período FHC, o que demonstra a importância significativa do Banco no processo. As privatizações foram os principais assuntos da economia durante o período analisado e o BNDES sempre teve lugar de fala nesse processo.

Para uma visualização mais apurada sobre como o enquadramento de FP teve peso no tratamento do jornal ao BNDES, traz-se o gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Enquadramentos Folha de São Paulo: período FHC



Fonte: Elaborado pela autora

O segundo enquadramento mais utilizado em todo o período analisado foi o de Financiador de Investimento (FI), seguido por Agente de Governo (AG), Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE) e Captador de Recursos (CR). Estes 5 enquadramentos correspondem a quase 80% dos *framings* do período. Dessa forma, é possível dizer que o jornalismo econômico da Folha de São Paulo tratou o BNDES de forma a enquadrá-lo nestas cinco categorias durante o governo FHC.

Estes números mudam quando nos detemos sobre o período de governo Lula. A seguir, a tabela com os enquadramentos identificados nos anos de 2007, 2008 e 2009 no jornal Folha de São Paulo.

Tabela 9 - Enquadramentos do BNDES: período Lula

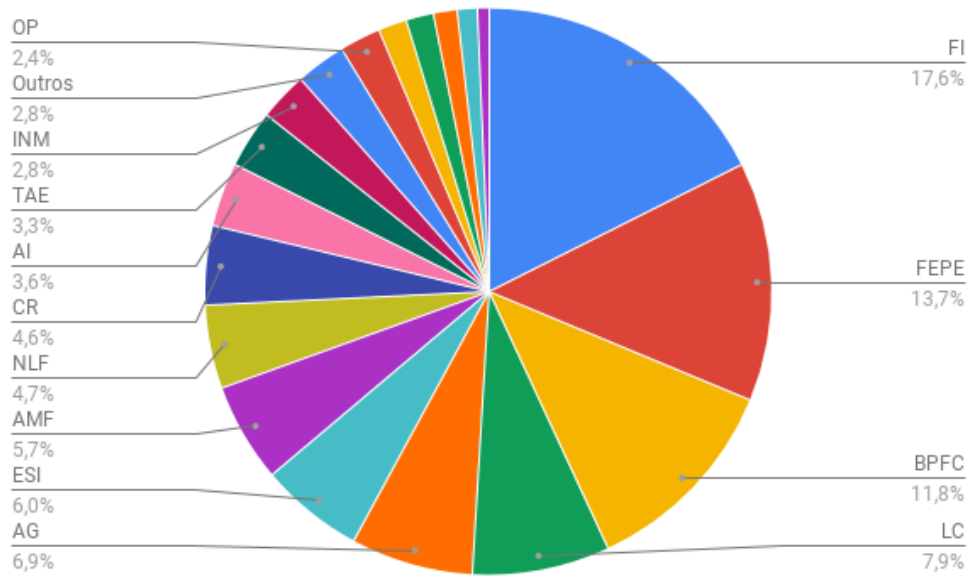
Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Agente do Governo (AG)	44	6,92%
Agente do mercado financeiro (AMF)	36	5,66%
Atuante Internacionalmente (AI)	23	3,62%
Banco Lucrativo (BL)	10	1,57%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	75	11,79%
Captador de Recursos (CR)	29	4,56%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	38	5,97%
Financiador de Investimentos (FI)	112	17,61%
Financiador Social (e MPM) (FS)	4	0,63%
Fomentador da Privatização (FP)	9	1,42%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	87	13,68%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	18	2,83%
Locus de Conhecimento (LC)	50	7,86%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	10	1,57%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	30	4,72%
Órgão de Poder (OP)	15	2,36%
Participante de empresa (PE)	7	1,10%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	21	3,30%
Outros	18	2,83%
Total	636	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Como se vê, o *framing* FP praticamente desaparece no período Lula e, assim os outros enquadramentos são mais valorizados. FI agora assume o maior peso no jornalismo econômico do diário, o que revela que esse enquadramento continuou como sendo um dos mais importantes. Isso pode ser explicado pela função de banco de desenvolvimento que tanto as visões liberal quanto (neo)desenvolvimentista fornecem ao BNDES ao longo do tempo, como demonstrado na literatura e que será discutido adiante.

Ademais, os enquadramentos parecem estar bem mais distribuídos nesse período, o que pode indicar um aumento de formas de atuação e interpretações para a atividade do Banco no período. Abaixo, a representação gráfica dos enquadramentos da Folha de São Paulo no período Lula.

Gráfico 4 - Enquadramentos Folha de São Paulo: período Lula



Fonte: Elaborado pela autora

Por meio dessa representação, é possível denotar que, além de FI, os enquadramentos Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC), Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE), Locus de Conhecimento (LC), Agente do Governo (AG), Envolvido em Setor Irregular (ESI), Agente do Mercado Financeiro (AMF) e Não Lucrativo Financeiramente (NLF) lideram a lista e, juntos, representam praticamente 75% dos *framings* verificados. É interessante destacar também o salto na proporção do enquadramento BPFC no período Lula em relação ao governo FHC, que quintuplicou a presença.

Partindo para um comparativo entre o tratamento dispensado ao BNDES nos dois governos pelo jornal, temos o seguinte quadro.

Quadro 10 - Enquadramentos mais frequentes na Folha de São Paulo por governo

Período FHC	Período Lula
Fomentador da Privatização (FP)	Financiador de Investimento (FI)
Financiador de Investimento (FI)	Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)
Agente de Governo (AG)	Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE)
Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE)	Locus de Conhecimento (LC)
Captador de Recursos (CR).	Agente do Governo (AG)
	Envolvido em Setor Irregular (ESI)
	Agente do Mercado Financeiro (AMF)
	Não Lucrativo Financeiramente (NLF)

Fonte: Elaborado pela autora

Os cinco *framings* mais presentes no período FHC correspondem a 80% de todos os enquadramentos verificados. Quanto ao período Lula, são oito enquadramentos que, somados, representam 75% do total do período. Os enquadramentos FI, AG e FEPE são comuns aos dois períodos como estando entre os mais frequentes. A diferença é que eles aumentam o peso no governo Lula. Além disso, no governo Lula, o *framing* FP praticamente não é mais verificado e enquadramentos como ESI e NLF também aparecem na liderança, apesar de ser em bem menor proporção do que os dois primeiros (FI e FEPE).

6.1.2 O Estado de São Paulo

A coleta de dados do jornal O Estado de São Paulo retornou um total de 858 unidades de registro. Destas, 481 foram referentes ao período de governo FHC e 377, ao governo Lula. A seguir, a tabela com os enquadramentos presentes no jornal de forma geral.

Tabela 10 - Enquadramentos do BNDES no Jornal O Estado de São Paulo

Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Agente do Governo (AG)	68	6,20%
Agente do mercado financeiro (AMF)	48	4,38%
Atuante Internacionalmente (AI)	15	1,37%
Banco Lucrativo (BL)	12	1,09%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	73	6,65%
Captador de Recursos (CR)	28	2,55%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	13	1,19%
Financiador de Investimentos (FI)	199	18,14%
Financiador Social (e MPM) (FS)	11	1,00%
Fomentador da Privatização (FP)	223	20,33%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	112	10,21%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	32	2,92%
Locus de Conhecimento (LC)	119	10,85%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	21	1,91%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	24	2,19%
Órgão de Poder (OP)	21	1,91%
Participante de Empresa (PE)	17	1,55%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	27	2,46%
Outros	34	3,10%
Total	1097	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, como pode ser observado, o enquadramento FP mais uma vez ganha lugar de destaque entre os enquadramentos de todos os períodos, representando sozinho mais de 20% do registro de *framings* do jornal. Considerando que é muito pouco identificado no período Lula, é possível afirmar que aqui também o papel do Banco no profundo processo de privatização ocorrido no Brasil no período FHC foi de grande importância para a atuação da

Instituição, conforme foi inclusive demonstrado na literatura. Essa importância foi revelada também na imprensa.

O *framing* FP é seguido por Financiador de Investimentos (FI), Locus de Conhecimento (LC), Formulador/Executor de Políticas Econômicas (FEPE) e Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC). Estes, somados aos de Agente do Mercado Financeiro (AMF) e Agente do Governo (AG), representam mais de 70% de todos os enquadramentos presentes no jornal.

Para detalhar mais, nos voltamos à configuração dos enquadramentos no periódico em cada um dos governos analisados. A tabela 10 apresenta a distribuição dos enquadramentos no governo de FHC.

Tabela 11 - Enquadramentos no jornal O Estado de São Paulo: período FHC

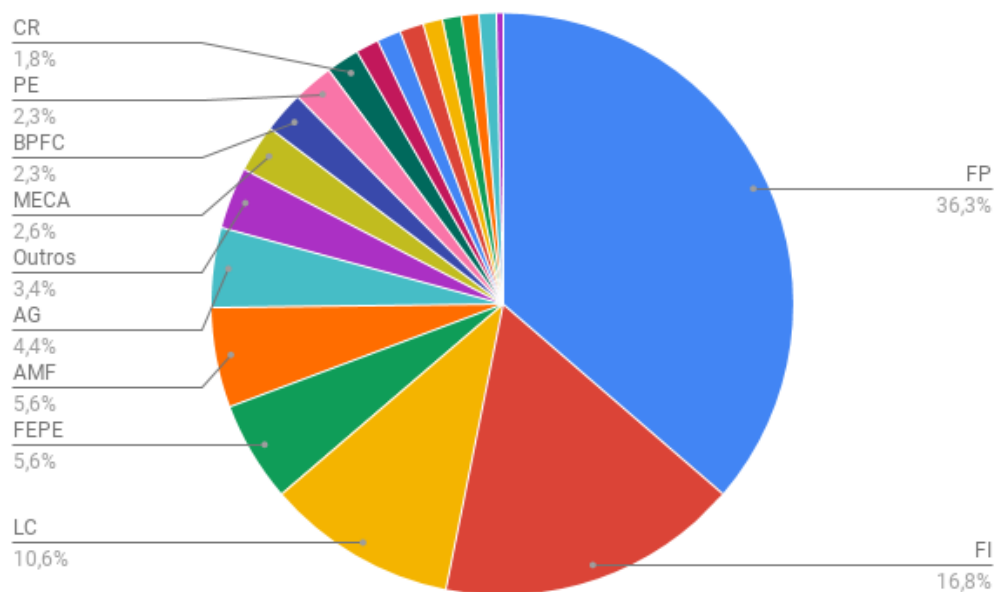
Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Agente do Governo (AG)	27	4,41%
Agente do mercado financeiro (AMF)	34	5,56%
Atuante Internacionalmente (AI)	2	0,33%
Banco Lucrativo (BL)	6	0,98%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	14	2,29%
Captador de Recursos (CR)	11	1,80%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	8	1,31%
Financiador de Investimentos (FI)	103	16,83%
Financiador social (e MPM)	8	1,31%
Fomentador da Privatização (FP)	222	36,27%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	34	5,56%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	8	1,31%
Locus de Conhecimento (LC)	65	10,62%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	16	2,61%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	6	0,98%
Órgão de Poder (OP)	6	0,98%
Participante de empresa	14	2,29%
Termômetro	7	1,14%
Outros	21	3,43%
Total	612	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Neste caso, o enquadramento de Fomentador da Privatização (FP) aumenta sua participação para mais de 36% dos *framings* verificados. Os de Financiador de Investimentos (FI), Locus de Conhecimento (LC), Formulador/executor de política econômica (FEPE) e Agente do Mercado Financeiro (AMF) seguem a lista dos mais frequentes. Os cinco são responsáveis por quase 75% dos enquadramentos verificados no período.

A visualização dessa distribuição é fornecida pelo gráfico abaixo.

Gráfico 5 - Enquadramentos O Estado de São Paulo: período FHC



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico deixa clara a distribuição entre os enquadramentos no período e, ainda, o peso que o processo de privatizações teve na atuação do BNDES nos anos de 1997 a 1999. Em compensação, os *framings* FEPE, AG e AMF tiveram participação bem menor em relação aos três primeiros.

Quanto ao período do governo Lula, a tabela de configuração dos enquadramentos do jornal O Estado de São Paulo é disposta a seguir.

Tabela 12 - Enquadramentos O Estado de São Paulo: período Lula

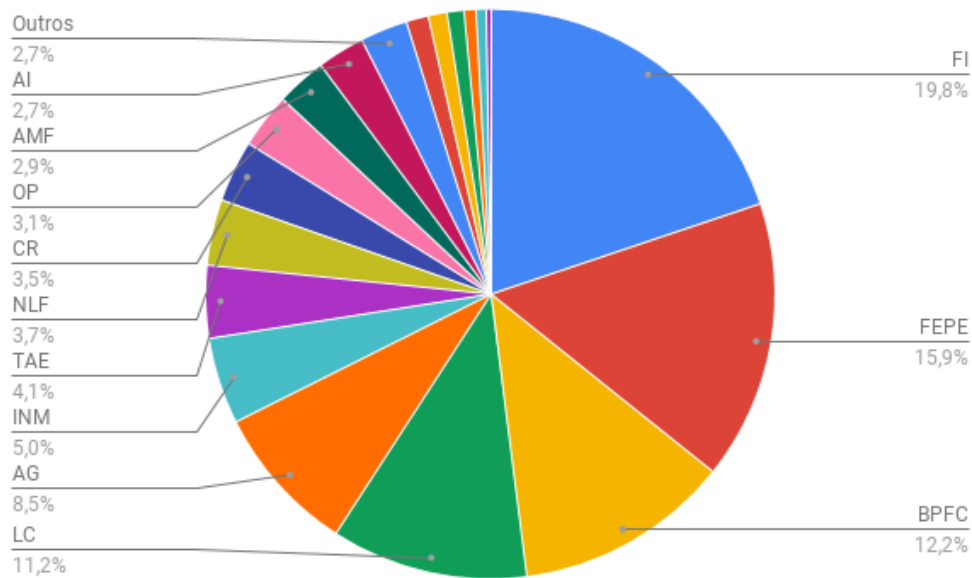
Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Agente do Governo (AG)	41	8,47%
Agente do mercado financeiro (AMF)	14	2,89%
Atuante Internacionalmente (AI)	13	2,69%
Banco Lucrativo (BL)	6	1,24%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	59	12,19%
Captador de Recursos (CR)	17	3,51%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	5	1,03%
Financiador de Investimentos (FI)	96	19,83%
Financiador Social (e MPM) (FS)	3	0,62%
Fomentador da Privatização (FP)	1	0,21%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	77	15,91%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	24	4,96%
Locus de Conhecimento (LC)	54	11,16%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	5	1,03%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	18	3,72%
Órgão de Poder (OP)	15	3,10%
Participante de Empresa (PE)	3	0,62%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	20	4,13%
Outros	13	2,69%
Total	484	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Mais uma vez, os enquadramentos mudam sua distribuição em relação ao governo FHC. As privatizações perdem espaço de forma demasiada, e outros enquadramentos ganham mais espaço. Mais uma vez, Financiador de Investimentos (FI) lidera, mas agora por uma diferença bem menor em relação ao segundo colocado do que no caso do período anterior, demonstrando uma divisão mais equilibrada entre os *framings* no período Lula.

A distribuição mais equilibrada é mais facilmente denotada no gráfico 6.

Gráfico 6 - Enquadramentos O Estado de São Paulo: período Lula



Fonte: Elaborado pela autora

A distribuição muda mais uma vez e os *framings* Financiador de Investimentos (FI) e Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE) aumentam de importância, bem como os de Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC), Agente de Governo (AG) e o Termômetro da Atividade Econômica (TAE), que compõe o grupo dos enquadramentos mais frequentes. Estes cinco mais o enquadramento Locus de Conhecimento (LC), que praticamente mantém a sua frequência, lideram a lista e, juntos, representam mais de 70% dos *framings* utilizados pelo jornal para tratar o BNDES.

Aqui, destaca-se a ascensão do enquadramento TAE, que é quando as atividades do banco são vistas como forma de revelar tendências sobre o comportamento econômico e a situação do grau de investimento de setores da economia brasileira. Este enquadramento quadruplicou em termos proporcionais em relação ao período anterior, o que revela que o jornal deu uma interpretação maior aos balanços de atuação e falas dos dirigentes da do BNDES.

Neste sentido, o quadro abaixo traz os *framings* de maior peso proporcional no jornal nos dois governos analisados.

Quadro 11 - Enquadramentos mais frequentes O Estado de São Paulo por governo

Período FHC	Período Lula
Fomentador da Privatização (FP)	Financiador de Investimentos (FI)
Financiador de Investimentos (FI)	Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE)
Locus de Conhecimento (LC)	Locus de Conhecimento (LC)
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)
Agente do Mercado Financeiro (AMF)	Agente de Governo (AG)
	Termômetro da Atividade Econômica (TAE)

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dessa disposição, é possível depreender que cinco enquadramentos mais frequentes no jornal nos anos de 1997 a 1999 são responsáveis por 74,8% de todos os *framings* verificados no período no veículo. No caso do período que vai de 2007 a 2009, uma fatia de pouco mais de 71% é dividida pelos seis enquadramentos mais frequentes.

Os enquadramentos mais frequentes comuns aos dois períodos analisados foram FI, FEPE e LC. AMF e FP só é destaque no período FHC, enquanto BPFC, AG e TAE são diferenças do período Lula em relação ao anterior.

6.1.3 O Globo

A coleta do jornal O Globo retornou em 747 unidades de registro. Quanto ao período do governo FHC, foram 446 matérias e do governo Lula, 301 matérias. De forma geral, a presença dos enquadramentos no jornal se deram da seguinte maneira:

Tabela 13 - Enquadramentos do BNDES no jornal O Globo

Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Agente do Governo (AG)	131	12,69%
Agente do mercado financeiro (AMF)	46	4,46%
Atuante Internacionalmente (AI)	10	0,97%
Banco Lucrativo (BL)	5	0,48%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	30	2,91%
Captador de Recursos (CR)	24	2,33%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	20	1,94%
Financiador de Investimentos (FI)	184	17,83%
Financiador Social e MPM (FS)	31	3,00%
Fomentador da Privatização (FP)	243	23,55%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	68	6,59%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	11	1,07%
Locus de Conhecimento (LC)	77	7,46%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	60	5,81%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	28	2,71%
Órgão de Poder (OP)	12	1,16%
Participante de Empresa (PE)	25	2,42%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	9	0,87%
Outros	18	1,74%
Total	1032	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Os *framings* mais frequentes nos seis anos de análise foram, em ordem decrescente, Fomentador da Privatização (FP), Financiador de Investimentos (FI) e Agente do Governo (AG), os únicos que ultrapassaram 10% em participação em relação ao total de enquadramentos presentes no jornal. As privatizações exercem grande influência nessa distribuição, considerando-se também que o processo foi um dos mais marcantes na economia brasileira no período analisado. A forma de se tratar o BNDES foi também influenciada pelo papel da Instituição na desestatização ocorrida no governo FHC.

Sobre o período FHC, a tabela a seguir traz a configuração dos enquadramentos das matérias do jornal O Globo de 1997 a 1999.

Tabela 14 - Enquadramentos O Globo: período FHC

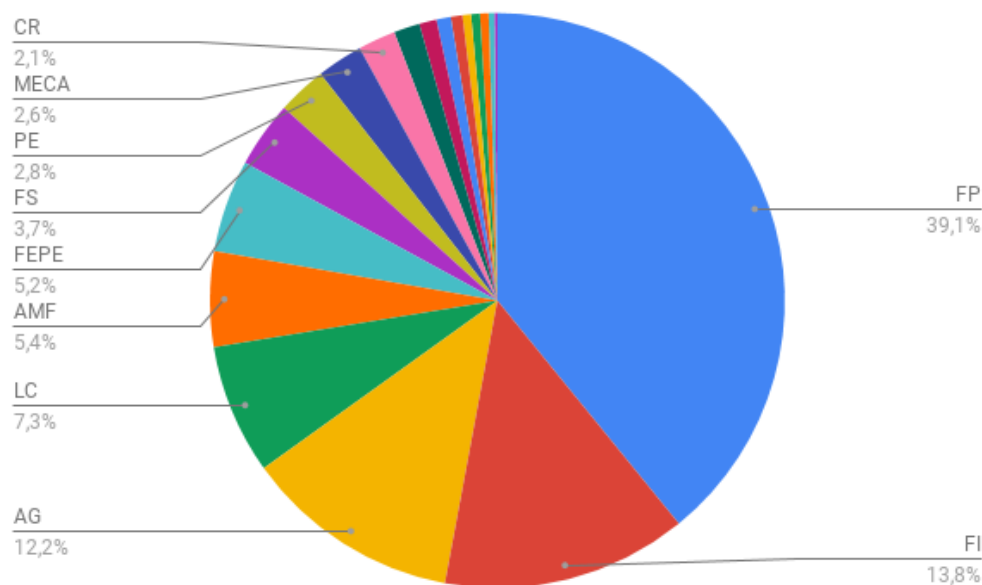
Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Agente do Governo (AG)	75	12,18%
Agente do mercado financeiro (AMF)	33	5,36%
Atuante Internacionalmente (AI)	1	0,16%
Banco Lucrativo (BL)	3	0,49%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	2	0,32%
Captador de Recursos (CR)	13	2,11%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	3	0,49%
Financiador de Investimentos (FI)	85	13,80%
Financiador Social e de MPM (FS)	23	3,73%
Fomentador da Privatização (FP)	241	39,12%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	32	5,19%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	4	0,65%
Locus de Conhecimento (LC)	45	7,31%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	16	2,60%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	6	0,97%
Órgão de Poder (OP)	5	0,81%
Participante de Empresa (PE)	17	2,76%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	3	0,49%
Outros	9	1,46%
Total	616	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Como se pode depreender da tabela, o *framing* FP é responsável por quase 40% de todos os enquadramentos verificados no governo FHC. O peso dele é tão importante que chega a ser refletido na proporção geral apresentada na tabela 12. O enquadramento é seguido por Financiador de Investimentos (FI), Agente do Governo (AG), Locus de Conhecimento (LC) e Agente do Mercado Financeiro (AMF). Estes cinco enquadramentos representam mais de 75% do total de enquadramentos identificados nas matérias do jornal O Globo.

A representação em forma gráfica permite a visualização mais precisa desta concentração de *framings* no material coletado do periódico no período do governo FHC. O Gráfico 7 traz essa representação.

Gráfico 7 - Enquadramentos O Globo: período FHC



Fonte: Elaborado pela autora

A partir dessa concentração nesses cinco enquadramentos é possível aferir que o tratamento do jornal O Globo ao BNDES no período do governo FHC se deu de forma majoritária na atuação da instituição no extenso processo de privatização que o país viveu na época, e, de forma secundária, ao seu papel em financiamentos e como instrumento do governo.

Quanto ao período de 2007 a 2009, é possível notar uma distribuição mais equilibrada dos enquadramentos verificados na análise. A seguir, a Tabela 15 traz como os *framings* se deram no período.

Tabela 15 - Enquadramentos O Globo: período Lula

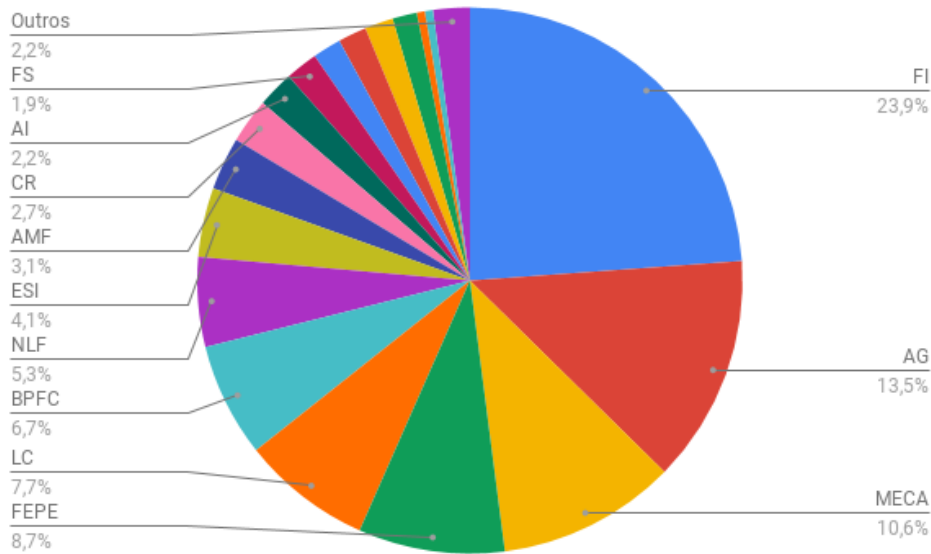
Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Agente do Governo (AG)	56	13,49%
Agente do mercado financeiro (AMF)	13	3,13%
Atuante Internacionalmente (AI)	9	2,17%
Banco Lucrativo (BL)	2	0,48%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	28	6,75%
Captador de Recursos (CR)	11	2,65%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	17	4,10%
Financiador de Investimentos (FI)	99	23,86%
Financiador Social e de MPM (FS)	8	1,93%
Fomentador da Privatização (FP)	2	0,48%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	36	8,67%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	7	1,69%
Locus de Conhecimento (LC)	32	7,71%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	44	10,60%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	22	5,30%
Órgão de Poder (OP)	7	1,69%
Participante de Empresa (PE)	7	1,69%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	6	1,45%
Outros	9	2,17%
TOTAL	415	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

A partir desses dados, é possível depreender que o enquadramento mais presente no jornal no período do governo Lula foi Financiador de Investimentos (FI), que correspondeu a quase 24% de todos os *framings* verificados no período. Ademais, também é possível denotar um maior equilíbrio entre os enquadramentos que lideram a lista.

O gráfico a seguir retrata a distribuição entre os enquadramentos verificados no período de 2007 a 2009 no jornal O Globo.

Gráfico 8 - Enquadramentos O Globo: período Lula



Fonte: Elaborado pela autora

Além do FI, os enquadramentos mais frequentes no período do governo Lula foram Agente do Governo (AG), Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA), Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE), Locus de Conhecimento (LC), Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPF) e Não Lucrativo Financeiramente (NLF). Estes sete enquadramentos correspondem a pouco mais de 75% de todos os *framings* apontados no período em tela.

Como se pode perceber, o enquadramento MECA aparece como o terceiro mais frequente do período, passando de 2,6% no governo FHC a 10,6%, no período Lula. O enquadramento FP diminui a menos de 1% e outros enquadramentos se destacam, como BPF e NLF. Este último mais do que quintuplica a proporção de aparecimento, passando de 0,97% a 5,3%.

Neste sentido, o quadro abaixo aponta os enquadramentos mais frequentes dos dois períodos.

Quadro 12 - Enquadramentos mais frequentes O Globo

Período FHC	Período Lula
Fomentador da Privatização (FP)	Agente do Governo (AG)
Financiador de Investimentos (FI)	Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)
Agente do Governo (AG)	Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE)
Locus de Conhecimento (LC)	Locus de Conhecimento (LC)
	Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPF)
	Não Lucrativo Financeiramente (NLF)

Fonte: Elaborado pela autora

Os enquadramentos FP e AMF só estão presentes como mais frequentes no período FHC. Os cinco enquadramentos representam 77,8% dos *framings* do período. Já os enquadramentos FI, AG e LC ganham mais peso no período Lula e são os mais frequentes. O *framings* MECA, FEPE e NLF já estão entre os mais frequentes do período Lula, mas não têm peso significativo no período FHC. No caso do segundo período analisado, são necessários sete enquadramentos para representar um total de 76,4% dos enquadramentos do período. Isso revela uma distribuição mais equilibrada entre as formas de tratar o Banco, mas também um aumento da complexidade tanto da atuação da Instituição como do trabalho jornalístico.

A seguir, serão realizadas algumas comparações e inferências sobre os resultados da análise apresentados nesta seção.

6.2 Enquadramentos do jornalismo econômico sobre o BNDES

Como se viu, os jornais lançaram mão de diversos enquadramentos para tratar o BNDES durante os governos FHC e Lula, marcado, conforme denotado na literatura, por diferenças marcantes em sua forma de atuação. Uma primeira inferência a ser feita é que os três jornais tiveram poucas diferenças entre os enquadramentos mais frequentes para informar sobre o Banco em cada um dos períodos.

A fim de ilustrar essas similaridades e algumas diferenças, os quadros abaixo trazem os enquadramentos mais frequentes de cada jornal referente aos dois períodos (1996 a 1998 e 2007 a 2009).

Quadro 13 - Enquadramentos mais frequentes do governo FHC

FSP	OESP	OG
Fomentador da Privatização (FP) (25%) Financiador de Investimentos (FI) (17%) Agente de Governo (AG) (9%) Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE) (11%) Captador de Recursos (CR) (6%)	Fomentador da Privatização (FP) (36%) Financiador de Investimentos (FI) (16%) Locus de Conhecimento (LC) (10%) Formulador/executor de política econômica (FEPE) (5%) Agente do Mercado Financeiro (AMF) (5%)	Fomentador da Privatização (FP) (39%) Financiador de Investimentos (FI) (13%) Agente do Governo (AG) (12%) Locus de Conhecimento (LC) (7%) Agente do Mercado Financeiro (AMF) (5%)

Fonte: Elaborado pela autora

A respeito desse período do governo FHC poucas diferenças são encontradas entre os enquadramentos presentes nos três jornais. O *framing* FP é sempre o mais verificado em todos os jornais, mudando apenas a proporção da participação do enquadramento em relação ao todo o corpus do período, sendo de 25% na Folha de São Paulo, 36% no O Estado de São Paulo e 39%, no O Globo. Em todos os casos, o enquadramento FI é o segundo colocado. Já os

enquadramentos AG, LC, AMF e FEPE estão na lista dos mais frequentes em pelo menos dois veículos. A exceção se dá no caso do enquadramento CR, que só encabeça a lista da Folha.

Dessa maneira, de forma geral, seis são os enquadramentos mais presentes sobre o BNDES nos principais jornais impressos brasileiros genéricos durante o governo FHC: Fomentador da Privatização (FP), Financiador de Investimentos (FI), Agente de Governo (AG), Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE), Locus de Conhecimento (LC) e Agente do Mercado Financeiro (AMF). Essa informação é confirmada pela tabela a seguir, que traz os enquadramentos sobre o BNDES no período FHC detalhados em números de matérias e porcentagem.

Tabela 16 - Enquadramentos do BNDES no período FHC

Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Fomentador da Privatização (FP)	529	35,50%
Financiador de Investimentos (FI)	235	15,77%
Agente do Governo (AG)	128	8,59%
Locus de Conhecimento (LC)	126	8,46%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	97	6,51%
Agente do mercado financeiro (AMF)	71	4,77%
Captador de Recursos (CR)	41	2,75%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	40	2,68%
Participante de Empresa (PE)	35	2,35%
Financiador Social e MPM (FS)	34	2,28%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	23	1,54%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	17	1,14%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	16	1,07%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	14	0,94%
Órgão de Poder (OP)	13	0,87%
Banco Lucrativo (BL)	13	0,87%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	13	0,87%
Atuante Internacionalmente (AI)	5	0,34%
Outros	40	2,68%
Total	1490	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Os enquadramentos assinalados correspondem a quase 80% dos *framings* utilizados para tratar o BNDES nos anos 1996, 1997 e 1998 do governo FHC. Pode-se considerar, neste sentido, que o Banco foi fundamentalmente noticiado através destes quadros simbólicos nos principais jornais impressos diários generalistas do Brasil.

Quanto ao período Lula, como foi visto, a distribuição dos enquadramentos mais frequentes se deu de forma menos concentrada. O enquadramento FP praticamente desapareceu e, os outros que estavam imediatamente abaixo, tomaram lugar. Isso pode ser explicado porque as privatizações realmente diminuíram de ritmo a partir de 1999, apesar de não terem deixado

de ocorrer completamente no período Lula, mas em número e grau de importância das empresas bem menor.

Abaixo, tem-se o quadro com os enquadramentos mais verificados no período de 2007 a 2009, referentes ao BNDES durante o governo Lula.

Quadro 14 - Enquadramentos mais frequentes governo Lula

FSP	OESP	OG
Financiador de Investimentos (FI) (17%) Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE) (13%) Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC) (11%) Locus de Conhecimento (LC) (7%) Agente do Governo (AG) (6%) Envolvido em Setor Irregular (ESI) (6%) Agente do Mercado Financeiro (AMF) (5%) Não Lucrativo Financeiramente (NLF) (4%)	Financiador de Investimentos (FI) (19%) Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE) (16%) Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC) (12%) Locus de Conhecimento (LC) (11%) Agente do Governo (AG) (8%) Termômetro da Atividade Econômica (TAE) (4%)	Financiador de Investimentos (FI) (23%) Agente do Governo (AG) (13%) Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA) (10%) Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE) (8%) Locus de Conhecimento (LC) (7%) Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC) (6%) Não Lucrativo Financeiramente (NLF) (5%)

Fonte: Elaborado pela autora

O número de enquadramentos mais frequentes muda de um período para outro para corresponder a uma representação média de 75% em relação ao total do corpus do período do governo Lula. Aqui, cinco são os *framings* que estão presentes entre os mais constantes nos três jornais analisados: Financiador de Investimentos (FI), Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC), Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE), Locus de Conhecimento (LC) e Agente do Governo (AG). É interessante destacar que, apesar destes enquadramentos serem presentes em todos os jornais, essa frequência se deu de maneira diferente de um para outro.

Outro enquadramento que chama a atenção por estar na lista de dois jornais é o Não Lucrativo Financeiramente (NLF). Já outros aparecem nas listas de mais frequentes de forma mais esporádica: Agente do Mercado Financeiro (AMF), Termômetro da Atividade Econômica (TAE), Envolvido em Setor Irregular (ESI) e Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA). Este último tem um aspecto que se destaca, por ser o segundo mais frequente no jornal O Globo, mas não aparecer em nenhuma das outras listas. Essa diferença específica pode ser explicada pela diferença na interpretação sobre determinadas ações do Banco, que se denotam tanto entre jornais, quanto entre períodos. Este desdobramento será discutido mais adiante.

Neste sentido, a tabela a seguir mostra os enquadramentos mais frequentes no período do governo Lula em tela considerando os dados dos três impressos.

Tabela 17 - Enquadramentos do BNDES no período Lula

Enquadramentos	Nº de matérias	Porcentagem
Financiador de Investimentos (FI)	307	20,00%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	200	13,03%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	162	10,55%
Agente do Governo (AG)	141	9,19%
Locus de Conhecimento (LC)	136	8,86%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	70	4,56%
Agente do Mercado Financeiro (AMF)	63	4,10%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	60	3,91%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	59	3,84%
Captador de Recursos (CR)	57	3,71%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	49	3,19%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	47	3,06%
Atuante Internacionalmente (AI)	45	2,93%
Órgão de Poder (OP)	37	2,41%
Banco Lucrativo (BL)	18	1,17%
Participante de Empresa (PE)	17	1,11%
Financiador Social e MPM (FS)	15	0,98%
Fomentador da Privatização (FP)	12	0,78%
Outros	40	2,61%
Total	1535	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Os enquadramentos em destaque, com sua proporção de aparecimento somadas, são correspondentes a quase 80% dos quadros simbólicos pelos quais o BNDES é visto nos três jornais nos anos de 2007, 2008 e 2009 do governo Lula. Os enquadramentos mais constantes são: Financiador de Investimentos (FI), Formulador/executor de política econômica (FEPE), Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC), Agente do Governo (AG), Locus de Conhecimento (LC), Não Lucrativo Financeiramente (NLF), Agente do mercado financeiro (AMF), Envolvido em Setor Irregular (ESI) e Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA). É possível dizer, dessa maneira, que eles são os principais enquadramentos acionados no tratamento da mídia impressa econômica brasileira à Instituição durante o período Lula estudado neste trabalho.

A partir destas informações sobre como cada período foi tratado de maneira geral pelo jornalismo econômico brasileiro, é possível verificar que, no período Lula, o *framing* FI assume como o sendo o mais apontado nos jornais quando se trata de BNDES. Este ficava em segundo lugar no caso do período FHC. Outros enquadramentos que se repetem de maneira significativa são AG, FEPE e LC. Estas semelhanças revelam que, apesar de diferenças na atuação do Banco,

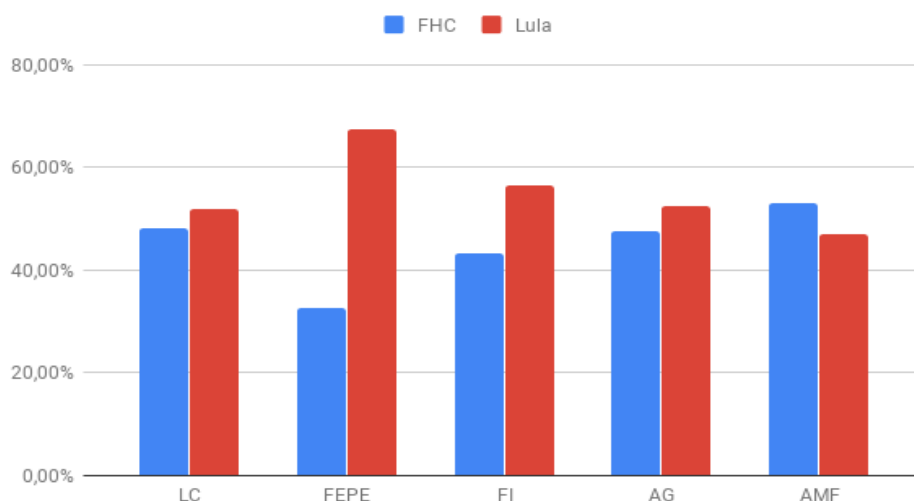
boa parte da mídia brasileira continuou a acionar os mesmos quadros simbólicos para tratar sobre o BNDES.

A diferença maior se dá por conta da perda de força do enquadramento de Fomentador da Privatização (FP), que marca de forma a cobertura dispensada ao BNDES durante o governo FHC. Além disso, outros enquadramentos surgem para compor o que seria uma gama fundamental de *framings* do BNDES no governo Lula. O enquadramento Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC) alça aos mais importantes do período Lula representando 10,5% dos framings verificados, enquanto representava apenas 1,5% no período FHC.

De forma minoritária, mas importantes para formar a configuração de enquadramentos principais do governo Lula, outros *framings* ganham espaço. São eles: Não Lucrativo Financeiramente (NSL), Envolvido em Setor Irregular (ESI) e Mitigador dos Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA).

Para denotar as diferenças e semelhanças em relação aos quadros simbólicos acionados para retratar o BNDES durante os dois governos, algumas ilustrações são bons instrumentos. Sobre os enquadramentos comuns aos mais frequentes dos dois períodos, o gráfico a seguir dispõe como estes *framings* se deram nos dois períodos analisados, a fim de se demonstrar em qual governo o enquadramento teve mais importância.

Gráfico 9 - Enquadramentos mais frequentes comuns aos governos



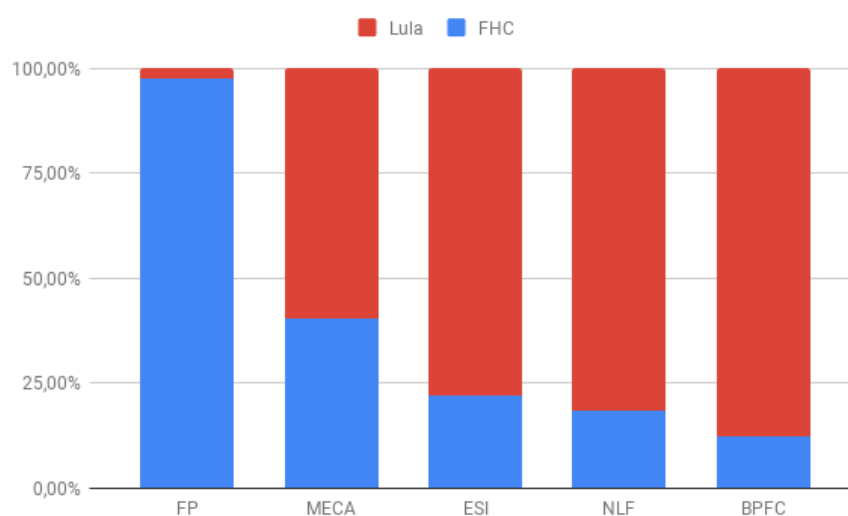
Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico demonstra a grande semelhança de utilização dos enquadramentos que são comuns aos dois períodos nos jornais analisados. A maior diferença se dá principalmente pelo *framing* Formulador/Executor de Políticas Econômicas (FEPE), que é muito mais presente no período Lula do que no FHC. Na próxima seção, será discutido se esses enquadramentos têm

respaldo na literatura acadêmica sobre o BNDES e, mais adiante, o que se pode inferir sobre os quadros simbólicos utilizados de forma semelhante e as relações intercampos entre jornalistas e economistas.

Quanto aos quadros simbólicos que não são comuns aos mais acionados entre os dois governos, o gráfico 10 traz a visualização dos dados obtidos através da análise aplicada neste estudo.

Gráfico 10 - Enquadramentos mais frequentes diferentes entre os dois governos



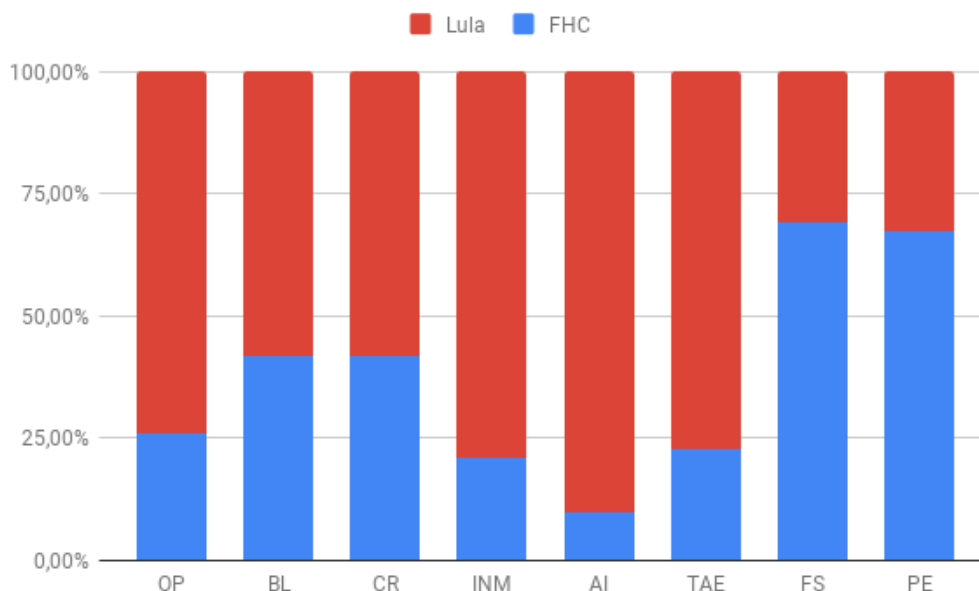
Fonte: Elaborado pela autora.

Como se depreende, quando se trata dos enquadramentos que não contam nas duas listas dos mais frequentes, as diferenças são grandes, principalmente em relação ao *framing* Fomentador da Privatização (FP), que praticamente não é acionado no período Lula. A diferença de utilização do enquadramento MECA é em torno de 20%, mostrando que o acionamento do quadro simbólico não é tão diferente entre os dois governos. Já os *framings* ESI, NLF e BPFC tiveram bem mais participação proporcional no período Lula do que no Período FHC.

Outros enquadramentos identificados na análise, mas que obtiveram participação bem inferior a ponto de não figurarem entre os mais usuais em nenhum dos dois períodos podem ser importantes para identificarmos a forma como o BNDES foi tratado pelos jornais nos dois períodos, de maneira a encontrar mais semelhanças ou diferenças. Dessa forma, deve se considerar em qual período estes enquadramentos foram mais ou menos utilizados. Essa relação pode ser importante para evidenciar como as lutas simbólicas intercampos exerce influência sobre o produto jornalístico.

A seguir, o gráfico 9 traz os outros enquadramentos e a comparação que informa em qual período ele foi mais acionado e em que medida essa diferença se deu.

Gráfico 11 - Enquadramentos menos frequentes por período



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico acima demonstra que os enquadramentos Participante de Empresa (PE) e Financiador Social e de MPM (FS) tiveram maior usabilidade no governo FHC do que no período do governo Lula. Já os enquadramentos Órgão de Poder (OP), Banco Lucrativo (BL) Captador de Recursos (CR), Instituição que Necessita de Melhorias (INM), Termômetro da Atividade Econômica (TAE) e Atuante Internacionalmente (AI) foram bem mais acionados no segundo do que no primeiro período de análise.

A seguir, os dados apresentados até aqui sobre os enquadramentos midiáticos com que o BNDES foi tratado pela imprensa brasileira serão confrontados com as inferências da revisão de literatura realizada na primeira fase deste estudo. Se buscará fazer um contraponto cognitivo a respeito da atuação do Banco nos períodos analisados a fim de se obter inferências que possibilite a evidenciação do contexto de lutas simbólicas a que o campo jornalístico, especialmente o do jornalismo econômico, está sujeito.

6.3 Considerações sobre enquadramentos midiáticos e literatura acadêmica respectivos ao BNDES nos governos FHC e Lula

A literatura acadêmica sobre o BNDES levantada neste trabalho nos forneceu diversos apontamentos importantes sobre a atuação do Banco, desde o contexto e ideário de sua origem, até as ações e circunstâncias econômicas e simbólicas de sua atuação nos governos FHC e Lula.

A análise realizada neste estudo resultou que uma grande parte dos enquadramentos com que o BNDES foi tratado nos dois períodos de governo são bastante similares, mas também apresentaram diferenças que marcaram em larga escala o tratamento midiático dispensado ao Banco.

Os principais enquadramentos identificados no período do governo FHC analisado foram: Fomentador da Privatização (FP), Financiador de Investimentos (FI), Agente de Governo (AG), Formulador/Executor de Política Econômica (FEPE), Locus de Conhecimento (LC) e Agente do Mercado Financeiro (AMF). O grande destaque é o FP, visto que representa mais de 35% dos enquadramentos identificados no período.

A predominância deste enquadramento encontra respaldo na literatura acadêmica sobre o BNDES. Diversos foram os estudos (COSTA, 2006 e 2011; SALLUM JR; GOULART, 2004; DINIZ, 2004; HIRT, 2016; REDIVO, 2012; SALGADO, 2013), que reiteradamente salientaram o papel do Banco como gestor do processo de privatização, inclusive indicando que seria um abandono às funções de banco de desenvolvimento nacional. É importante destacar que tanto a literatura como os jornais concordaram que a Instituição agia na privatização em várias frentes: gestora do procedimento administrativo, financiador de empresas que compravam as estatais, financiadora de uma estatal que viria a ser privatizada ou depois de efetuada a compra, entre outras funções. Além dessas, é interessante destacar que o Banco se tornou verdadeiro defensor do processo de privatização, papel que é atestado na literatura e também na imprensa.

Os gestores do Banco foram pessoalmente envolvidos na cobertura da imprensa às privatizações, com destaque para as privatizações da Companhia Vale do Rio Doce, do sistema Elétrico e da telefonia. Várias são as matérias que trazem essa defesa que o BNDES fez durante o processo. Uma cobertura que se destacou foi o papel do BNDES na esfera jurídica para conseguir garantir que os leilões acontecerem.

Exemplos: Guerra nos bastidores (OESP, 07.05.1997); Jurista tira o sono do BNDES (OG, 30.04.1997); BNDES precisa cassar outra liminar no Rio (OG, 02.05.1997); Uma batalha de mais de cem ações (OG, 06.05.1997).

No entanto, boa parte da literatura aponta que o papel do BNDES nas privatizações demonstrou a sua subordinação às políticas macroeconômicas do governo e distanciamento do seu papel histórico de banco de desenvolvimento, voltado para os investimentos na industrialização do país. Esse alinhamento com as ações do governo também é apresentado na

imprensa, já que o enquadramento AG figura entre os mais frequentes. Apesar disso, ele só representa pouco mais de 9% de todos os enquadramentos assinalados, o que é um pouco destoante da literatura que demarca de forma incisiva a subordinação do Banco em relação ao poder central. (COSTA, 2006).

Outra diferença identificada entre as informações fornecidas na literatura e as constantes nas páginas dos jornais é em relação ao enquadramento Financiador de Investimentos (FI). Boa parte dos estudos acadêmicos apontam que o Banco perdeu esse viés durante esse período do governo Cardoso, mas ele é o segundo *framing* mais identificado na análise. Se faz necessário lembrar que este enquadramento foi apontado quando as matérias ressaltavam o papel do BNDES como financiador de investimentos em infraestrutura, energia, transportes, serviços, tecnologia e pesquisa, abarcando obras e projetos.

Ou seja, apesar da academia reconhecer o distanciamento do BNDES desse viés de atuação, ele ocupa cerca de 15% dos *framings* identificados no período. É uma quantidade relativamente grande, mas ainda não corresponde nem à metade da incidência do enquadramento FP. Isso demonstra que, apesar da discrepância em relação à literatura, o fator mais relevante da atuação do Banco nos dois períodos é atestado na imprensa e na academia.

Outro aspecto que vale fazer considerações é a respeito do enquadramento Formulador/Executor da Política Econômica (FEPE), corresponde a 6,5% dos enquadramentos mais frequentes do período, mas figura como o quinto mais acionado nos anos de 1996 a 1999. Boa parte das matérias relacionavam o Banco à sua atuação de forma a melhorar a balança comercial, aumentando as exportações e diminuindo as importações, o que, *a priori*, está condizente com a atividade de um banco de desenvolvimento que investe na formação de uma indústria nacional forte de forma estratégica.

No entanto, comparando-se a presença desse enquadramento ao que é encontrado na literatura acadêmica sobre o período, é possível verificar divergências. A academia ressaltou de forma veemente que o BNDES se afastou desse papel no período FHC (DINIZ, 2004; COSTA, 2006 e 2011). O que se assinala é que as ações do Banco que buscavam aumentar as exportações tinham a função exclusiva de mitigar os efeitos da abertura econômica ocorrida na década de 1990 (COSTA, 2011). Esta atuação corresponde ao *framing* Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA). Mas a análise das matérias revelou que, apesar de se referir à balança comercial, a cobertura jornalística dessa atuação do Banco enfatizava o papel de agente estratégico e não de atenuante de consequências da abertura econômica.

Esta mesma discrepância pode-se dizer que acontece com o enquadramento AG, que, apesar de figurar em terceiro lugar entre os mais frequentes do período, seria muito mais acionado de acordo com a literatura acadêmica sobre a atuação do BNDES no período. Estudos apontaram que o BNDES, mesmo quando atuava como gestor do processo de privatização, o fazia como instrumento ou agente do governo, sendo a este subordinado quanto às questões econômicas (COSTA, 2006 e 2011).

Sobre este enquadramento neste período, é interessante destacar a cobertura no jornal Folha de São Paulo, que, através de coluna, chegava a equiparar o BNDES como agente do governo à equipe direta de FHC. Os textos utilizam o termo “a equipe FHC/BNDES” ao emitir opiniões sobre vários assuntos econômicos.

Exemplos: Um estranho modo de governar (FSP, 06.02.1996); O ministro e o nosso dinheiro (FSP, 02.05.1996); O acordo secreto (mais um) com os bancos (FSP, 04.07.1996)

O enquadramento Locus de Conhecimento (LC) também teve destaque neste período, correspondendo a mais de 8% dos *framings* verificados. Ele foi apontado quando as matérias tratavam o BNDES principalmente como fornecedor de dados e estudos sobre os mais diversos assuntos. Interessante que o *framing* ganhou mais espaço nos jornais O Estado de São Paulo e O Globo no período, não aparecendo entre os mais frequentes do jornal Folha de São Paulo.

No entanto, a literatura acadêmica destaca que o Banco deixou um pouco o viés de atuação tipo *thinktank* durante o período, passando a se preocupar quase que exclusivamente com a política de estabilização do governo FHC. Neste sentido, a presença deste enquadramento pode ser explicada porque ele também esteve ligado ao papel do BNDES nas privatizações. Os estudos e dados embasados no Banco que foram publicados nos jornais, por vezes, eram a respeito do processo de privatização. Essas matérias corresponderam a praticamente um quinto (19,12%) de todas as matérias em que o enquadramento LC foi verificado. Além disso, outros estudos do Banco que encontraram espaço nas páginas dos jornais foram relativizando os efeitos controversos (desemprego e balança comercial em baixa) da abertura econômica empreendida desde o final da década de 80.

Outro enquadramento que merece atenção neste estudo é o Agente do Mercado Financeiro (AMF). No período FHC, ele foi correspondente a 5,33%, o que pode não ser considerado tão expressivo, mas é responsável por fazer dele o quinto *framing* mais verificado no período. A presença dele revela uma linha de atuação do banco referente aos próximos anos do governo FHC, mas que ainda não era tão forte no período escolhido para a análise. A

aproximação com o mercado financeiro, em que o BNDES tentava tanto complementar os investimentos do Banco como alavancar o mercado de capitais do Brasil, com o objetivo de fazer da Instituição uma gestora de crédito de mercado (KLÜGER, 2017). É interessante cogitar qual seria a presença desse enquadramento se a análise avançasse até o ano de 1999.

Quanto ao período de 2007 a 2009, do governo Lula, como foi visto, os enquadramentos mais frequentemente acionados foram: Financiador de Investimentos (FI), Formulador/Executor de política econômica (FEPE), Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC), Agente do Governo (AG), Locus de Conhecimento (LC), Não Lucrativo Financeiramente (NLF), Agente do mercado financeiro (AMF), Envolvido em Setor Irregular (ESI) e Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA). De forma inicial, já é possível perceber que são necessários nove *framings* para totalizar um percentual de quase 80% sobre todos os verificados no período.

Isto pode ter correlação com a forma mais polivalente que o Banco atuou nesse período, o que coaduna com a revisão da literatura acadêmica. Como demonstrou a revisão feita sobre a atuação do BNDES no governo Lula, pode-se elencar diversas formas de atuação como na internacionalização de empresas, em programas e políticas de desenvolvimento, credor anticíclico, além do financiamento de investimentos. Esta atuação diversificada e, sem o papel de gestor da privatização, pode explicar a incidência de mais tipos de enquadramentos na liderança da lista.

Alguns enquadramentos ganham maior participação e chegam a aparecer nessa lista, mas cinco mais presentes do governo anterior são mantidos e representam mais da metade da frequência de todos os enquadramentos do período. Esta similaridade já não encontra concordância em grande parte dos estudos acadêmicos, principalmente a efeito de comparação, que foram categóricos em diferenciar de forma profunda a atuação da Instituição nos dois governos (SALLUM JR.; GOULART, 2016; BUGIATO, 2016; HIRT, 2016; COSTA, 2006).

Apesar dessa semelhança entre os enquadramentos mais comuns, vale analisar de forma mais retida os enquadramentos mais importantes da imprensa quanto ao BNDES no período. O enquadramento Financiador de Investimentos (FI) foi o que mais se destacou, representando 20% do total verificado no período. Por se tratar do enquadramento que reúne os diversos tipos de concessão de crédito a obras e projetos do BNDES, a sua participação maior encontra razões no que os estudos da academia, que ressaltaram o Banco como articulador de investimentos de longo prazo em infraestrutura econômica, social e urbana no país (HIRT, 2016; COSTA, 2006). Esse enquadramento de financiador de investimentos foi, inclusive, verificado nas matérias que

ressaltavam os recordes de desembolsos do Banco, que salientam as áreas em que o Banco mais investiu.

Exemplos: Mais desembolsos, menos aprovações (OG, 02.05.2009); Desembolsos de R\$ 56,6 bi do BNDES batem recorde (OESP, 20.12.2007); BNDES aprova 1º empréstimo ao setor moveleiro (FSP, 25.02.2007).

O segundo enquadramento mais comum do período o de Formulador/Executor de Política Econômica. Para a literatura, a atuação no Banco na formulação e financiamento de políticas voltadas para o desenvolvimento como Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram grandes marcas do período do governo Lula. Dessa forma, é possível verificar que o tratamento dos jornais ao Banco encontra correlação nos estudos acadêmicos. Além disso, o enquadramento FEPE aumenta em torno de 60% sua aparição em relação ao governo FHC. Enquanto no primeiro período, foi utilizado 6,51%, passou para 13% no governo Lula. O que denota ainda mais a correlação entre a literatura e conteúdo do jornalismo econômico.

Outro enquadramento que se faz importante destacar é o Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC), o terceiro mais utilizado no período, que passa de 1,5% para 10,5% de um período para o outro. O aumento dessa participação tem bastante alinhamento com o que é exposto na literatura acadêmica sobre o Banco. Esse enquadramento teve bastante acionamento durante o período da crise internacional de crédito de 2008. De acordo com a literatura, esse período foi marcado por uma maior participação do BNDES no fornecimento de crédito, em relação aos bancos privados, que diminuiriam sua participação.

É relevante ainda ressaltar que, o período do governo FHC analisado também passou por uma crise de crédito, mas o enquadramento não chegou a figurar entre os mais utilizados da época para tratar o BNDES. Na verdade, algumas vezes o Banco chegou a divulgar, por meio da imprensa, que deveria diminuir os desembolsos em razão da crise internacional, diferentemente do que ocorreu no governo Lula. Dessa forma, o enquadramento BPFC não teve participação significativa no governo FHC.

O quarto *framing* mais acionado foi o de Agente do Governo (AG), representando um percentual de 9,19%. Aqui, não há estudos que respaldem essa visão sobre o Banco no período. Na verdade, de acordo com os estudos (COSTA, 2006), BNDES nesse período se tornou local de resistência contra as políticas voltadas para a estabilização em detrimento dos investimentos

em desenvolvimento, tornando um “centro de poder” no período (BUGIATO, 2016). No entanto, para os jornais, o Banco agiu como instrumento do governo na economia e em empresas até mesmo mais do que no período FHC, quando o enquadramento AG representou 8,59% contra os 9,19% no governo Lula.

Outros dois enquadramentos que ganharam peso no governo Lula na imprensa e sobre os quais é importante fazer considerações são: Não Lucrativo Financeiramente (NLF) e Envolvido em Setor Irregular (ESI). O primeiro aparece em apenas 16 matérias coletadas no período FHC, enquanto esse número expande para 70 no período Lula. Este enquadramento foi bastante utilizado quando se ressaltava o menor lucro do Banco ou quando ele teria causado prejuízos aos fundos que compunham seu orçamento, como Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Tesouro.

A literatura aponta que existiu bastante discussão a respeito da utilização dos recursos do Tesouro para abastecer o BNDES, principalmente porque essa era considerada uma atividade que geraria perda de recursos ao Tesouro porque o BNDES utilizava uma taxa de juros mais baixa do que a que o Tesouro utilizava para se capitalizar. A literatura (COUTO; TRINTIM, 2012) ressalta que essa capitalização tem um efeito de maior ganho do que perdas, visto que eram necessárias essas verbas para a atuação no sentido de fornecer condições de crescimento da economia em período de crise de crédito.

Já o enquadramento ESI teve uma participação de pouco mais de 1% no governo FHC, subindo para quase 4% no período Lula. Estas matérias ressaltavam o BNDES como financiador de atividades que degradavam o meio ambiente ou contratava mão-de-obra irregular, caso de alguns frigoríficos e usinas alcooleiras. A literatura consultada não chegou a ressaltar o papel do BNDES nesses financiamentos de atividades com irregularidades.

O enquadramento que completa a lista dos mais frequentes nas páginas dos jornais do período, apesar de representar apenas 3,84% do total, e sobre o qual vale fazer considerações foi o de Mitigador dos Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA). Essa participação é bastante interessante, pois essa atuação do Banco não é mencionada de maneira significativa na literatura acadêmica sobre o BNDES no governo Lula. No entanto, várias matérias ressaltavam o papel da Instituição no sentido de, principalmente, ajudar o setor exportador brasileiro frente ao real sobrevalorizado.

É interessante voltar o olhar sobre esse *framing* pelo fluxo inverso que ocorre entre enquadramentos midiáticos e literatura acadêmica. Enquanto essa atuação é muito mais mencionada no governo FHC, por parte dos estudiosos, é praticamente esquecida nas páginas

dos jornais. Já no governo Lula, a literatura consultada não interpretou a atuação do Banco como sendo significativa nesse sentido, já a imprensa econômica ressaltou as ações da Instituição nesse sentido.

O *framing* LC apresenta ainda mais presença no governo Lula. A frequência deste enquadramento encontra apontamentos na literatura acadêmica, já que, para alguma parte dos estudos, o BNDES tem uma atuação como *thinktank* destacada nesse período (COSTA, 2006 e 2011). Este papel seria importante para a função de orientador e protagonista nas políticas de desenvolvimento do País no período em tela.

Apesar de não estarem entre os mais frequentes, é relevante tecer considerações e comparações com a literatura acadêmica quanto aos outros enquadramentos revelados por este estudo. São eles: Órgão de Poder (OP), Banco Lucrativo (BL), Captador de Recursos (CR), Instituição que Necessita de Melhorias (INM), Atuante Internacionalmente (AI), Termômetro da Atividade Econômica (TAE), Financiador Social e de MPM (FS) e Participante de Empresa (PE).

O *framing* Órgão de Poder se faz importante porque é aquele que trata o BNDES como estrutura com grande poder de articulação. São matérias em que a principal tônica é a importância do Banco dentro do governo e a situação de disputa entre correntes econômicas e políticas dentro do governo federal. Dessa forma, é necessário que o examinemos de forma mais retida, visto sua importância para este estudo. Ele foi identificado em 13 matérias no período FHC e em 37 matérias no período Lula. Apesar de, no total, ele ter representado apenas 1,65% dos enquadramentos identificados durante os seis anos da análise, é interessante observá-lo sob o ponto de vista da diferença de incidência entre um período de governo e outro.

Como o gráfico 11 mostrou, ele esteve muito mais presente no governo Lula do que no FHC – quase duas vezes mais. Fazendo o contraponto cognitivo com a literatura acadêmica sobre o BNDES, é certo que talvez este enquadramento devesse ter mais espaço, visto a importância que a academia assinala ao fato de que o Banco foi espaço de lutas entre grupos de economistas dentro de cada governo, especialmente no governo Lula (KLÜGER, 2017). Ademais, a literatura destaca a autonomia (COSTA, 2006) e a constituição da Instituição como verdadeiro “centro de poder” (BUGIATO, 2016) nas medidas que que buscassem o desenvolvimento do país.

Sob a mesma perspectiva de comparação da incidência dos enquadramentos por períodos, os *framings* Banco Lucrativo (BL) e Captador de Recursos (CR) aparecem praticamente numa mesma proporção entre os governos, sempre sendo mais comum no período

Lula do que no FHC. Além disso, vale destacar que os dois, somados, correspondem a apenas 4,26% dos enquadramentos presentes nas matérias analisadas, sendo que mais de 3% se refere a CR. É importante destacar que, mesmo entre governos com diferentes posições quanto à política de desenvolvimento a ser executada ou pensada pelo BNDES, estes enquadramentos demonstram a necessidade de se tratar o Banco público como um banco financeiramente capitalizado. Esta importância é endossada, ainda, se se considerar também o *framing* Não Lucrativo Financeiramente (NLF), que teve participação de 2,84% no total, mas bem mais destacado no governo Lula (gráfico 10).

O *framing* Instituição que Necessita de Melhorias (INM) teve grande diferença de incidências nas matérias que cobriram os assuntos econômicos durante os dois governos. Ele foi cerca de quatro vezes mais presente no governo Lula do que no período FHC. Esta presença revela um tom de crítica à forma de operação do Banco muito mais presente no primeiro período do que no segundo, o que não é revelado na literatura acadêmica, que conclui que o Banco esteve mais próximo de suas funções originais durante o segundo governo analisado neste estudo. As inferências a respeito desses dados serão mais bem discutidas na próxima seção deste capítulo.

O enquadramento que mais demonstrou desproporção entre os dois governos foi o de Atuante Internacionalmente (AI). Ele representou 1,65% se comparado aos outros *framings*, mas foi cerca de oito vezes mais presente no período Lula. Contrapondo-se aos estudos acadêmicos, essa distinção tem paralelo. A literatura aponta que o Banco foi bastante internacionalizado no período Lula, com financiamentos em outros países, investimento em exportação de mão-de-obra e na internacionalização das empresas brasileiras, além de constituir duas subsidiárias internacionais.

Diferentemente desses anteriores, os enquadramentos Financiador Social e de MPM (FS) e Participante de Empresa (PE) foram mais presentes no governo FHC do que no governo Lula. A diferença se denota em cerca de 30% de incidência no governo Lula e 70%, no FHC. Esta proporção encontra correspondência na literatura acadêmica, pois ressalta-se a ampliação da Área Social do Banco, especialmente visando a diminuição do desemprego (COSTA, 2011). No entanto, vale destacar que a literatura aponta que essa ampliação visava mitigar a reestruturação produtiva e a conjuntura de desaceleração econômica impostas pelas políticas de estabilização (COSTA et al. 2016).

A atuação do BNDES como dono ou acionista de empresas coaduna com a atuação do Banco mais voltada para o mercado que marcou o período FHC (COSTA et al., 2016). Além

disso, das 35 matérias que trataram o BNDES como acionista de empresa no período FHC, 14 delas, ou seja, 40% se referiam a empresas que seriam ou foram privatizadas, mantendo relação com o papel no Banco nas privatizações. Este papel de dono da empresa privatizada é salientado na literatura (DINIZ, 2004; HIRT, 2016).

Neste sentido, a análise realizada nesta seção revelou que o tratamento dispensado ao BNDES nem sempre tem correlação com o que foi retratado na literatura acadêmica sobre o Banco em relação à sua atuação nos dois períodos estudados. De forma resumida, é importante ressaltar que o papel de banco das privatizações apontado na literatura foi reproduzido nas páginas dos jornais de forma mais fiel.

Enquanto isso, o papel de instrumento de governo e agente mitigador de efeitos adversos da política macroeconômica foram tratados pela imprensa, na verdade, de forma inversa ao que é encontrado na literatura sobre o Banco. Já o papel da Instituição na formulação e execução de políticas de desenvolvimento foi correlato tanto na imprensa quanto na academia.

A imprensa também revelou que a diversidade de atuação da Instituição no governo Lula foi maior, conforme aponta a literatura, assim como papéis como a atividade em âmbito internacional e centro de poder na condução do desenvolvimento brasileiro. No entanto, tendo em vista o destaque que a literatura fornece a esses enfoques da ação do BNDES, considera-se que este aspecto não foi correspondido nos enquadramentos midiáticos ao Banco.

6.4 Enquadramentos midiáticos sobre o BNDES e o contexto das lutas simbólicas.

Diante do que foi exposto e discutido até aqui, parte-se para o debate sobre os resultados e inferências realizados e a bibliografia que fundamentam este estudo, a fim de que se busque responder aos questionamentos levantados na pesquisa. Como viu-se, há diferenças e semelhanças entre as formas com que o BNDES foi enquadrado no jornalismo nos períodos dos governos Cardoso e Lula. Estes aspectos devem ser contrapostos aos conceitos e fundamentos teóricos do estudo sociológico da imprensa e das relações entre os campos de produção simbólica.

Parte-se da concepção que o jornalismo é campo de produção simbólica e que, como tal, tem certos graus de autonomia e dependência em relação a outros campos com os quais mantém relação. Isso também se aplica ao jornalismo econômico em específico em sua relação com os campos político, econômico e dos economistas. Estas relações, de acordo com os princípios deste trabalho, exercem impacto sobre o processo de produção simbólica e seus produtos finais, quais sejam, as matérias, notícias e artigos.

Neste sentido, sobre o BNDES foi possível verificar a incidência dos enquadramentos midiáticos nos dois períodos analisados nessa pesquisa (1996 a 1998 e 2007 a 2009) e indicar os seguintes *framings*: Agente do Governo (AG); Agente do mercado financeiro (AMF); Atuante Internacionalmente (AI); Banco Lucrativo (BL); Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC); Captador de Recursos (CR); Envolvido em Setor Irregular (ESI); Financiador de Investimentos (FI); Financiador social (e MPM); Fomentador da Privatização (FP); Formulador/executor de política econômica (FEPE); Instituição que Necessita de Melhorias (INM); Locus de Conhecimento (LC); Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA); Não Lucrativo Financeiramente (NLF); Órgão de Poder (OP); Participante de Empresa (PE) e Termômetro da Atividade Econômica (TAE).

Abaixo, a tabela dispõe como estes enquadramentos foram acionados nos seis anos de análise.

Tabela 18 - Enquadramentos sobre o BNDES

Enquadramentos	Nº de matérias em que aparecem	Percentual
FI	542	17,92%
FP	541	17,88%
FEPE	297	9,82%
AG	269	8,89%
LC	262	8,66%
BPFC	185	6,12%
AMF	134	4,43%
MECA	99	3,27%
CR	98	3,24%
NLF	86	2,84%
ESI	77	2,55%
INM	62	2,05%
TAE	61	2,02%
PE	52	1,72%
OP	50	1,65%
AI	50	1,65%
FS	49	1,62%
BL	31	1,02%
Outros	80	2,64%
Total	3025	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

A partir da literatura levantada sobre bancos de desenvolvimento, o BNDES e o contexto simbólico que o circunda, é possível relacionar alguns desses enquadramentos às visões e circunstâncias-chaves presentes no campo dos economistas. Assim, têm-se que enquadramentos como FP, FI, AMF, NLF, BL, CR, PE e, até mesmo, FS tem profunda relação com a visão ortodoxa que marca o lado direito do campo dos economistas. Isto se explica porque a privatização, o mercado financeiro, a visão do Banco como de investimento em detrimento de desenvolvimento, pelo lado de seus lucros, da participação em empresas e como financiador da questão social, a qual não recebe a mesma atenção do setor privado, são presentes na interpretação que uma ala liberal do campo dos economistas brasileiros fornece a um banco de desenvolvimento nacional.

O papel do Banco nas privatizações, como visto em capítulo anterior, teve por objetivos a consecução de política macroeconômica com vista à estabilização da inflação e, sobretudo, redução do papel do Estado na vida econômica do País. Neste mesmo sentido vai o enquadramento de Agente do Mercado Financeiro (AMF), que ressalta a atuação do BNDES nas bolsas de valores. O sucesso no mercado financeiro é um dos basilares da visão financista da economia.

Já o enquadramento Financiador de Investimentos é posto nessa relação pois foi identificado quando o conteúdo jornalístico demarcava a Instituição como provedora de investimentos em detrimento da visão de bando de desenvolvimento, que, como viu-se, possui conceituação mais complexa e não acarreta necessariamente lucros, como a noção de investimento o faz. Além desse, os *framings* Banco Lucrativo (BL), Não Lucrativo Financeiramente (NLF) e Captador de Recursos (CR) tem como cerne a visão da Instituição como banco comercial, cujo objetivo é a obtenção de lucros, fazendo com que seu alinhamento com a ortodoxia do campo dos economistas se torne nítida.

A participação em empresas privadas de forma acionária, mas não necessariamente como gestor, é outro enquadramento que tem relação com o polo financista do pensamento econômico. E mesmo o papel de financiador social e de micro, pequenas e médias empresas guardam essa relação, visto que atende a um objetivo de correção de falha de mercado constante na visão ortodoxa do pensamento econômico sobre bancos de desenvolvimento.

Por outro lado, os enquadramentos FEPE, BPFC, OP, LC e AI estabelecem ligação com a visão heterodoxa que marca a ala neo ou mesmo apenas desenvolvimentista presente no campo dos economistas brasileiros. A interpretação de um banco de desenvolvimento como participante nos rumos da economia, agindo de forma estratégica na elaboração e financiamento

de políticas econômicas, especialmente industriais, é um dos conceitos chave do lado desenvolvimentista do pensamento econômico.

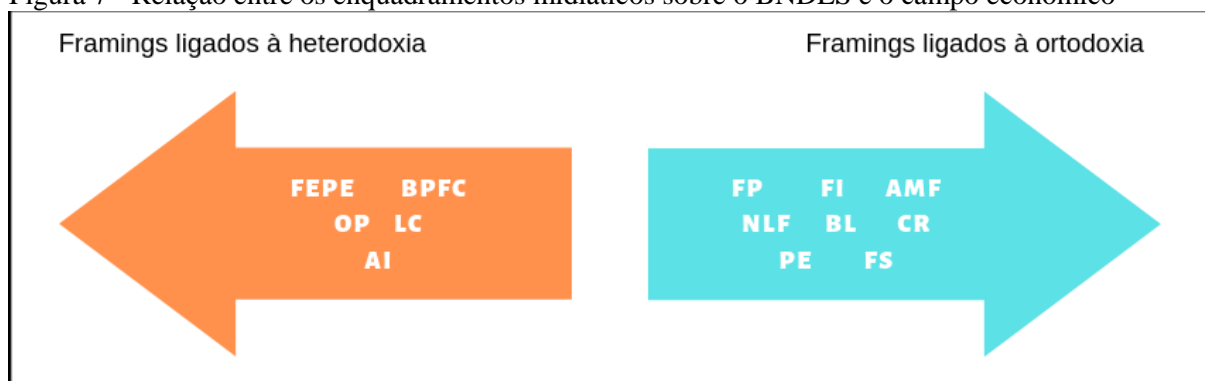
Além disso, se considerarmos que o enquadramento Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC), destaca a atuação do BNDES como financiador público da economia, especialmente em tempos de crises de crédito internacional, de maneira a investir na formação do capital nacional e, ainda, atendendo a interesses coletivos, é possível denotar a sua ligação com o pólo heterodoxo do campo dos economistas, que destaca o Estado como financiador do desenvolvimento econômico.

Ademais, é possível afirmar que o conteúdo jornalístico que ressaltou a importância e poder do BNDES na economia brasileira e a sua atuação internacional, por vezes destacando a verdadeira luta entre posições do campo do pensamento econômico para controle da Instituição também se liga a essa visão heterodoxa, visto que ela também enxerga uma instituição de crédito público como fundamental para o exercício do papel do Estado na economia.

E, ainda, interpretar o Banco como um confiável fornecedor de dados sobre a economia do país, em estudos que abordaram também questões sociais, é mais característica do contexto simbólico do lado desenvolvimentista do campo dos economistas brasileiros, visto a relação entre tratar o BNDES como Locus de Conhecimento (LC) e o papel de *think tank* e planejador da economia nacional.

A figura seguinte representa a configuração explicitada acima.

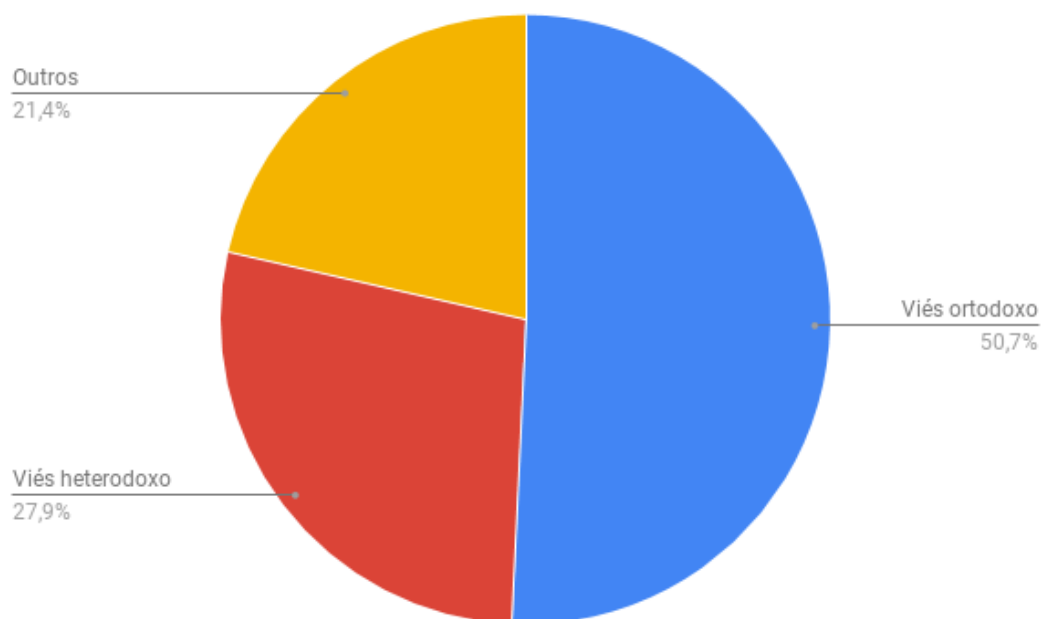
Figura 7 - Relação entre os enquadramentos midiáticos sobre o BNDES e o campo econômico



Fonte: Elaborado pela autora

Considerando a frequência com que estes enquadramentos se apresentaram em todo o período analisado, o gráfico 12 retrata como as visões de economia se deram sobre o conteúdo do jornalismo econômico dos principais impressos diários brasileiros generalistas na cobertura midiática ao BNDES.

Gráfico 12 - Enquadramentos do BNDES por visões da economia



Fonte: Elaborado pela autora

Como se vê, considerando-se apenas o claro viés dos enquadramentos, é possível denotar que a participação de *framings* mais ligados ao viés ortodoxo do pensamento econômico é de quase o dobro daqueles marcados pelo viés heterodoxo em todo o período analisado. Isso ainda, sem se considerar as particularidades que alguns desses enquadramentos tiveram ao longo dos dois períodos.

Além disso, a utilização de enquadramentos como ESI, INM e MECA (inseridos em Outros), por serem carregados de julgamentos sobre a atuação do Banco também podem revelar a influência das lutas simbólicas sobre a o *modus operandi* da produção do jornalismo econômico brasileiro, dependendo de como forem acionados em cada período. Assim, a tabela abaixo relaciona todos os enquadramentos verificados e sua presença nas matérias dos dois governos.

Tabela 19 - Enquadramentos do BNDES por governo

Enquadramentos	Período FHC		Período Lula	
	Nº de matérias	Percentual	Nº de matérias	Percentual
Agente do Governo (AG)	129	8,59%	141	9,19%
Agente do mercado financeiro (AMF)	79	4,77%	63	4,10%
Atuante Internacionalmente (AI)	6	0,34%	45	2,93%
Banco Lucrativo (BL)	14	0,87%	18	1,17%
Banco Público no Fornecimento de Crédito (BPFC)	2	1,54%	162	10,55%
Captador de Recursos (CR)	42	2,75%	57	3,71%
Envolvido em Setor Irregular (ESI)	18	1,14%	60	3,91%
Financiador de Investimentos (FI)	236	15,77%	307	20,00%
Financiador Social e MPM (FS)	35	2,28%	15	0,98%
Fomentador da Privatização (FP)	529	35,50%	12	0,78%
Formulador/executor de política econômica (FEPE)	97	6,51%	200	13,03%
Instituição que Necessita de Melhorias (INM)	13	0,87%	49	3,19%
Locus de Conhecimento (LC)	126	8,46%	136	8,86%
Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura (MECA)	40	2,68%	59	3,84%
Não Lucrativo Financeiramente (NLF)	16	1,07%	70	4,56%
Órgão de Poder (OP)	13	0,87%	37	2,41%
Participante de Empresa (PE)	35	2,35%	17	1,11%
Termômetro da Atividade Econômica (TAE)	14	0,94%	47	3,06%
Outros	40	2,68%	40	2,61%
Total	1484	100,00%	1535	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Neste sentido, conforme apontado na literatura, o contexto do governo FHC foi de centralização da política de estabilização econômica frente ao investimento público em desenvolvimento. O governo também foi marcado por disputas entre alas de economistas com o objetivo de fazer valer certos princípios na política econômica do governo FHC. Apesar de se haver discussão entre os estudiosos sobre qual seria o nível de aprofundamento liberal do período Cardoso, é pacífico que a ala ortodoxa teve mais força. Este poder também é visto na atuação do BNDES, que teve seus dirigentes, em sua maioria, ligados à visão ortodoxa da economia.

Pode-se dizer que as páginas dos jornais reproduziram essa posição do BNDES em relação ao campo dos economistas. Afinal, a larga utilização do enquadramento Fomentador da Privatização (FP), grande marca do governo FHC e considerado um dos pilares da política de estabilização econômica, e mesmo o AMF demonstra a aproximação do jornalismo econômico com a visão ortodoxa da economia.

Como já discutido neste estudo, o enquadramento FEPE parece ter sido utilizado de forma divergente do que é encontrado na literatura, pois boa parte do conteúdo matérias que

colocavam o BNDES como formulador de política, na verdade, para os estudiosos, era relativa a atuação paliativa do Banco em tentar atenuar efeitos adversos das políticas de estabilização. Neste sentido, até o aparecimento desse enquadramento aqui pode levar a concluir pela influência de uma visão liberal sobre atuação do Banco.

A influência da hegemonia de determinados princípios simbólicos provenientes do campo dos economistas tem continuidade no governo Lula. Atente-se ao fato de que a literatura acadêmica ressalta que o contexto do governo Lula era de uma política macroeconômica consolidada e continuísta em relação ao governo anterior, mas que a atuação do BNDES fez o papel de resistência frente a princípios ortodoxos da economia, principalmente considerando-se sua participação nas políticas industriais e de desenvolvimento econômico do país no período.

É certo que os enquadramentos FEPE e BPFC tiveram a participação bem aumentada nas páginas dos jornais. No entanto, é interessante verificar que dos cinco enquadramentos mais comuns no governo FHC, quatro se repetem no governo Lula. A única exceção fica por conta do enquadramento FP, o que se explica pelo fato de que as privatizações, apesar de ainda continuarem a ocorrer, perderam ritmo no governo Lula.

Esta semelhança entre os usos dos enquadramentos leva a concluir que apesar das diferenças entre a atuação do Banco nos dois períodos assinalados serem bastante tratadas na literatura, o trabalho da imprensa continuou a acionar, com leve modificações, os mesmos quadros simbólicos para tratar o BNDES. Destes quadros simbólicos comuns, é interessante destacar os de AMF e FI. O de AMF, como já tratado, tem forte ligação com o viés liberal. Assim também acontece com o FI, visto que a interpretação do BNDES como um banco de investimentos em detrimento à visão de banco de desenvolvimento.

Já o enquadramento LC tem razão de aparecer nos dois de forma bem equilibrada entre os mais utilizados no período pelo fato de que, desde sua origem, o BNDES foi fornecedor de dados sobre a economia e o desenvolvimento brasileiros, considerando-se que sua função de analisar projetos e realizar estudos está desde a gênese da Instituição. A presença marcante deste enquadramento demonstra que a corrente heterodoxa quanto ao BNDES também orientou algumas matérias das páginas, apesar de se perceber o alinhamento da mídia com uma corrente de pensamento econômico mais liberal e ortodoxa. Este alinhamento com o viés ortodoxo é mais marcante, ainda, quando os estudos do Banco que encontram espaço nas páginas dos jornais são sobre as vantagens das privatizações e a relativização dos efeitos da abertura econômica.

No entanto, também se faz necessário destacar que os enquadramentos tiveram diferentes composição de um governo para outro. O que demonstra que a imprensa reagiu à diferença de atuação do BNDES, mas não necessariamente essa mudança significa diferença na relação de dependência ou autonomia da produção jornalística do que é hegemônico no campo do pensamento econômico.

Neste sentido, percebe-se a maior frequência dos *framings* FEPE e BPFC, conforme denota a literatura e que possuem ligação com a ala desenvolvimentista do campo de produção simbólica dos economistas. No entanto, outros enquadramentos que acendem em termos de presença no governo Lula também são importantes de serem analisados sob o viés da influência do contexto das lutas simbólicas do campo dos economistas. São eles: NLF, ESI e MECA. Estes enquadramentos possuem forte carga de julgamento negativo, sob o ponto de vista liberal, sobre a atuação do Banco.

É interessante destacar também que esses enquadramentos que possuem carga negativa, que são NLF, ESI, MECA e INM ganham demasiada frequência no período Lula, se comparado à sua incidência no período FHC. Somando-se estes quatro *framings*, a incidência deles no governo Lula foi de 73,45% contra 26,54% no governo FHC. Esta grande diferença também corrobora com a indicação de que o jornalismo econômico é marcado fortemente pela hegemonia da visão ortodoxa da economia, já que essas críticas se dão em momento em que o Banco se aproxima do viés heterodoxo do pensamento econômico.

Diante desses resultados e considerações, a cobertura jornalística, especificamente a econômica, tratou o BNDES de formar a ter como pano de fundo básico uma visão de economia em que o papel do Estado deve ser minimizado e que as políticas macroeconômicas devem ser priorizadas, em detrimento a uma visão em que o Estado deve atuar como financiador do desenvolvimento econômico, tendo como uma de suas centralidades as políticas industriais planejadas setorialmente. Neste sentido, a análise do tratamento da imprensa ao BNDES ao encontro das inferências de Puliti (2009) que assinalou um processo de financeirização ou enfoque economicista do jornalismo econômico no período democrático.

Se considerarmos a nobreza do subcampo do jornalismo econômico (ABREU, 2003), caracterizado por um público composto por agentes tomadores de decisão, ter um noticiário marcado por um viés econômico ortodoxo pode nos dar uma noção de como a cobertura jornalística é importante no processo de construção da realidade.

Neste sentido, o estudo levou a evidenciação dessa autonomia relativa do campo jornalístico, especificamente do subcampo do jornalismo econômico. Esta inferência é dada

porque os *framings* mais recorrentes nas matérias sobre o Banco tem ligação com o lado dominante do campo dos economistas, qual seja aquele marcado por uma visão ortodoxa da economia e financeira. Esta dedução também se baseia na frequência de enquadramentos com evidente carga negativa, que estiveram mais presentes quando a atuação do BNDES foi tida como mais alinhada ao lado heterodoxo do pensamento econômico. É neste sentido que a análise realizada neste trabalho evidencia o processo de tomadas de posições dos agentes do campo jornalístico e, além disso, a importância das áreas de intersecção entre os campos jornalístico e do pensamento econômico, além do político (ASSIS, 2017), que também interferiu nessa relação.

Dessa forma, é importante destacar que, ao utilizar os enquadramentos mais ligados a um ou outra corrente de pensamento econômico e, também, ao diferenciar de forma bastante significativa a utilização de enquadramentos com cargas de julgamento implícitas e explícitas, o jornalismo econômico, através de seus produtores simbólicos, praticou as chamadas tomadas de posições (BOUDIEU, 1997). Estas tomadas de posições refletem que o campo do jornalístico econômico que tem heteronomia em relação aos demais campos, como o dos economistas.

É interessante conferir certa autonomia do campo jornalístico. Considera-se, para isto, a presença de enquadramentos não ligados a nenhum dos polos do campo dos economistas, sendo ele hegemônico ou não. Estes *framings* corresponderam a um total de 21,4%. Estes enquadramentos podem indicar que, por vezes, os jornalistas utilizaram de aplicação dos princípios próprios do campo jornalístico, colocando em cena outras acepções sobre o BNDES que não aquelas dadas por ortodoxos e heterodoxos.

Apesar disso, as tomadas de posição do campo jornalístico também levam a constatar o alinhamento entre jornalistas e agente do campo dos economistas (PEDROSO; UNDURRAGA, 2017), em que uma visão financeira ou economicista tem muito mais peso nas páginas dos jornais. Somando-se isso ao fato de que enquadramentos com teor de julgamento negativo tiveram muito mais peso em período no qual a atuação do BNDES foi considerada heterodoxa, essa heteronomia do campo do jornalismo econômico se torna mais evidente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste trabalho buscou averiguar a cobertura do jornalismo econômico ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em dois períodos diferentes em relação às suas estratégias de desenvolvimento no Brasil. Para a consecução do estudo, foi aplicada uma análise de enquadramentos sobre as matérias que tratavam sobre o Banco durante dois períodos que a literatura aponta como diferentes especificamente quanto à sua atuação. Foram eles os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC), que governou o país entre os anos de 1995 a 2002, e Luís Inácio Lula da Silva, que chefiou o poder executivo federal de 2003 a 2010.

Investigar como o jornalismo tratou a atuação do BNDES parte do pressuposto de importância política e econômica do órgão nos rumos do desenvolvimento brasileiro, assim como também do caráter de espaço público do jornalismo, cuja produção de sentidos e enquadramentos de temas se tornam suportes para o debate dentro de uma sociedade. Além disso, a pesquisa se fundamenta no fato de que essa produção do jornalismo não se encerra em si e é marcada pelas particularidades que caracterizam as relações intra e intercampos da produção simbólica. Evidenciar este grau de autonomia/tangência entre os campos é outro motivo pelo qual o estudo foi realizado.

Neste sentido, a pesquisa revelou os enquadramentos que a mídia econômica impressa brasileira acionou para dar cobertura às ações do Banco e, conseqüentemente, suas estratégias de desenvolvimento, nos períodos FHC e Lula. Foi possível observar que estes *framings* apresentaram similaridades e divergências quanto aos apontamentos feitos pela literatura acadêmica a respeito dos dois governos em tela. Estas diferenças e semelhanças foram analisadas de forma a demonstrar que os enquadramentos midiáticos a respeito do BNDES foram imbuídos das relações que o campo jornalístico estabelece com o campo do pensamento econômico de forma a demonstrar alinhamento mais constante com a visão ortodoxa da economia.

A partir da noção de que o jornalismo, especificamente o jornalismo econômico, é um campo de produção simbólica marcado por lutas internas e extracampo, que apresenta certo grau de autonomia, mas também é dependente das disputas de outros campos, o estudo considerou que o tratamento da mídia ao BNDES é importante para se compreender as relações entre mídia e pensamento econômico brasileiros. Isso porque o Banco, como demonstrado na

literatura, é relevante espaço de formação e atuação dos economistas brasileiros e teve, durante o período democrático recente, inflexões quanto à sua atuação e estratégias de desenvolvimento.

Neste sentido, buscou-se investigar como a imprensa econômica brasileira abordou o BNDES em dois períodos em que sua atuação se deu de formas essencialmente diferentes, conforme a literatura consultada: os governos FHC e Lula. Os estudos apontaram que estes dois governos foram marcados por diferenças quanto às estratégias de desenvolvimento e ação do Banco, sendo, como mencionado, mais ortodoxo/liberal no primeiro e heterodoxo/(neo)desenvolvimentista, no segundo. Assim, a análise investigou os enquadramentos acionados pela mídia para tratar o Banco durante os dois períodos, a fim de se demonstrar as afinidades entre eles e correntes do pensamento econômico que marcam o campo dos economistas no Brasil.

Deste modo, o estudo aplicou a análise de enquadramentos ou *framings* para chegar aos objetivos propostos. A análise de *framing* considera que diversos fatores influenciam na produção jornalística – como condições organizacionais, ideologias e aspectos de outros grupos de produção –, e se mostrou, desta maneira, bastante afim com a pesquisa do jornalismo como um campo de produção simbólica que apresenta graus de heteronomia em relação às tomadas de posição que ocorrem dentro de outros campos de produção simbólica, como o dos economistas.

A análise de enquadramentos foi aplicada, então, em todas as matérias sobre o BNDES em dois períodos distintos – governo FHC: anos de 1996 a 1998; governo Lula: 2007 a 2009 – de três jornais impressos brasileiros: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Este recorte temporal foi realizado a fim de tornar a pesquisa exequível, considerando que os governos dos dois presidentes somam 16 anos. O motivo para os recortes foi a constatação da literatura acadêmica de formas de atuação marcadamente diferentes nos dois períodos, caracterizado pelo papel do Banco no extenso processo de privatizações de empresas brasileiras no primeiro período e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve forte viés desenvolvimentista, no segundo. Assim, a coleta de dados resultou num *corpus* de 2.303 matérias, sendo 1.157 do período FHC e 1.146 do período Lula.

A análise dos quadros simbólicos mais ou menos frequentes acionados na cobertura da mídia econômica sobre o BNDES à luz da revisão de literatura realizada no estudo revelou que, por vezes, as páginas dos jornais encontravam paralelo com os registros da academia. No entanto, nem sempre este consenso entre jornalismo econômico e literatura acadêmica foi verificado e, certas vezes, a consonância foi apenas parcial.

Nesta conjuntura, sobre o governo FHC, a imprensa econômica demonstrou os achados da academia quando o *framing Fomentador da Privatização*, que enquadrava o BNDES por seu papel nas privatizações, seja como gestor do processo, financiador ou mesmo defensor das desestatizações, se revelou de grande peso nas matérias sobre o Banco. Apesar disso, as relevâncias dos enquadramentos *Agente do Governo* (quando o BNDES era tratado como instrumento do governo), *Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura* (em que o Banco é recurso para atenuar efeitos adversos da política macroeconômica) e *Financiador de Investimentos* nos jornais se deu de forma inversa ao que foi apontado pela literatura acadêmica. Sendo que os dois primeiros pouco aparecem nos jornais, se comparados ao peso que lhes é dado na literatura acadêmica, enquanto o movimento contrário é observado na frequência do terceiro.

A respeito do governo Lula, também conforme denotado na literatura acadêmica, o enquadramento *Fomentador das Privatizações* praticamente desaparece. Dessa forma, os outros *framings* ganham relevância na cobertura midiática. Ao se analisar a presença dos enquadramentos tendo como contraponto os estudos da academia sobre o Banco, a relevância dos *framings* *Financiador de Investimentos*, *Formulador/Executor de Política Econômica* e *Banco Público no Fornecimento de Crédito* (destaca o Banco como credor público e atuante em crises econômicas), sendo os mais frequentes na mídia econômica no período do governo analisado tem correlação com as investigações científicas consultadas. Já a presença relevante dos enquadramentos *Agente de Governo* e *Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura* se dão de forma divergente ao que a literatura aponta. Aqui se dão um fluxo inverso, enquanto para a academia, estes tipos de atuação do Banco são muito mais presentes no governo FHC, estes enquadramentos têm mais peso na cobertura da imprensa econômica referente ao período Lula.

Outros enquadramentos que, apesar de não figurarem entre os mais frequentes, mas se tornaram importantes achados da pesquisa pela diferença de sua presença entre os dois períodos analisados foram os de: *Não Lucrativo Financeiramente*, *Envolvido em Setor Irregular*, *Atuante Internacionalmente*, *Instituição que Necessita de Melhorias*, *Órgão de Poder* (que destaca o poder de financiamento e de articulação) e *Termômetro da Atividade Econômica* (em que as atividades do Banco são vistas como indicadores da situação econômica), que tiveram sua participação bastante aumentada no governo Lula em relação ao que foi verificado no período FHC. Já os enquadramentos *Participante de Empresa* e *Financiador Social* tiveram maior participação no primeiro período analisado do que no governo Lula.

As comparações da presença dos *framings* entre os dois governos revelou ainda que são necessários bem mais categorias para formar uma gama de enquadramentos mais frequentes no

período Lula do que no governo FHC. Enquanto seis categorias de enquadramentos correspondem a quase 80% de participação nas matérias analisadas do período FHC, o conjunto de quadros simbólicos do governo Lula que tem essa mesma representatividade é formado por nove quadros simbólicos diferentes. Essa maior distribuição entre as participações nos enquadramentos é consonante com a literatura acadêmica que atestou a polivalência maior da atuação do Banco do período Lula, se comparado ao período FHC. No entanto, a análise dos enquadramentos específicos mostrou que nem sempre literatura e imprensa estiveram uníssonas na interpretação da atuação do BNDES nos dois períodos.

A partir da análise dos enquadramentos tendo a literatura acadêmica como contraponto cognitivo, a pesquisa considerou que os *framings* *Fomentador da Privatização*, *Financiador de Investimentos*, *Agente do Mercado Financeiro*, *Não Lucrativo Financeiramente*, *Banco Lucrativo*, *Captador de Recursos*, *Participante de Empresa* e *Financiador Social* estão relacionados com uma forma ortodoxa de se pensar a economia, caracterizando o lado direito do campo dos economistas brasileiros; enquanto *Formulador/Executor de Política Econômica*, *Banco Público no Fornecimento de Crédito*, *Órgão de Poder*, *Locus de Conhecimento* e *Atuante Internacionalmente* já se ligam a uma corrente de pensamento heterodoxa, estando no outro polo do campo.

Apesar de a literatura acadêmica ter constatado a atuação do BNDES como marcadamente diferente nos dois governos em tela, a imprensa acionou praticamente os mesmos enquadramentos para retratar o Banco nos dois períodos, destacando-se os *framings* *Agente do Mercado Financeiro* e *Financiador de Investimentos*. Ademais, a observação da participação de que os enquadramentos *Instituição que Necessita de Melhorias*, *Envolvido em Setor Irregular*, *Não Lucrativo Financeiramente* e *Mitigador de Efeitos do Câmbio/Abertura*, que possuem carga de julgamento negativa a respeito da atuação do Banco verificou que eles foram muito mais acionados num período em que a literatura apontou uma atuação mais (neo)desenvolvimentista do BNDES.

Dessa maneira, a análise da presença dos enquadramentos em todo o período estudado, assim como as particularidades com que alguns se deram (como *Formulador/Executor de Política Econômica* e *Locus de Conhecimento* no período FHC), revelou que a cobertura econômica foi significativamente marcada pela hegemonia de determinados princípios simbólicos do campo do pensamento econômico brasileiro. Neste sentido, a análise dos quadros simbólicos que a mídia econômica brasileira acionou para dar cobertura ao BNDES evidenciou que, conforme apontado pela bibliografia que fundamenta este estudo, o jornalismo econômico

brasileiro é fortemente influenciado pelas lutas e tomadas de posições do campo do pensamento econômico.

A pesquisa apresentada neste trabalho tem contribuições para a consolidação das análises sociológicas da produção de notícias, especial sob a perspectiva de campos de produção simbólica, especialmente no que diz respeito ao jornalismo econômico brasileiro, campo que possui particularidades. Além disso, oferece à literatura acadêmica sobre o BNDES um novo ângulo, visto que apesar de se utilizar produtos da mídia como dados para as pesquisas sobre o Banco, a literatura acadêmica ainda não contava com um estudo que se debruçasse especificamente sobre o tratamento do jornalismo econômico à Instituição e, mais especificamente, às suas diferentes estratégias de desenvolvimento aplicadas no período democrático recente.

Também se destaca a contribuição deste estudo para o endosso da utilização da análise de enquadramento na pesquisa brasileira sobre a mídia. Apesar das limitações tecnológicas, visto que a disposição do material dos jornais se dá essencialmente na forma de imagem, o que impede a utilização de programas de análise de textos para descoberta de conhecimento, o trabalho mostrou que o conceito e implicações metodológicas do *framing* tem potencial para revelar informações e tendências do comportamento da mídia. Outrossim, a análise de enquadramentos realizada na pesquisa mostrou aderência satisfatória à concepção do jornalismo como campo de produção simbólica e demonstrou que pode ser um interessante caminho metodológico a se seguir.

Ademais, outras análises podem ser implementadas sobre a cobertura midiática a respeito do BNDES com vistas a demonstrar as relações de autonomia/heteronomia e a tangência entre os campos dos economistas e o do jornalismo. A ampliação do corpus para o jornalismo político pode, ainda, revelar a importância das visões de economia sobre outro subcampo de produção do jornalismo. Além disso, a execução de análises como identificação de vozes ou, ainda, comparação de enquadramentos entre textos produzidos pelos agentes do campo jornalístico e do campo dos economistas podem corroborar com as descobertas feitas no presente estudo. A própria análise de enquadramentos da mídia pode, também, ser aplicada a outras importantes instituições, processos de desenvolvimento e políticas econômicas para revelar a afinidade ou não da mídia com determinadas correntes de pensamento, demonstrando as relações entre os diferentes campos de produção simbólica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, A. A. LATTMAN-WELTMAN, F. KORNIS, M. A. **Mídia e Política no Brasil: jornalismo de ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ARAÚJO, E. **O “partido do partido”: a cobertura da crise política do PT e do governo Lula em 2005 na Pauta de Teoria e Debate**. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

ARAÚJO, V. L. F. C. **Revisitando o desenvolvimentismo brasileiro: o BNDE e o financiamento de longo prazo – 1952/1964**. 2007. 197 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, 2007.

ARRESE, A.; VARA-MIGUEL, A. Periodismo y Economía. In: LEÓN, M. S. (ed.). **Estudios de Periodismo Político y Económico**. Madrid: Editorial Fragua, 2016, pp. 47-80.

ASSIS, K. G. Para além da racionalidade: as complexidades inerentes à relação economia, política e mídia. **Tomo**, n. 30 jan/jun, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/6711>>. Acesso em jul 2017.

BIROLI, F. Limites da política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e) anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 6, pp. 126-143, Jul 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em jun 2016.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do “mensalão”. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 2, ago/2014, p. 204-218.

_____. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao programa bolsa família e as eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, n. 1, Jun/2010, p. 90-116.

BONONE, L. M. **Privatizando a opinião**: um estudo sobre o enquadramento nas revistas Veja e Carta Capital. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Política) – Pontifícia Universidade Católica, 2013.

BORGES, J. Webjornalismo político e a cobertura online dos 100 primeiros dias de governo Lula. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 19, p. 1-17, jul/dez 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. O mercado dos bens simbólicos. In. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 99-181.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. A oferta e a demanda de opiniões. In: **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. p. 412-421.

BNDES. **Plano Estratégico 1988-90**. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento, Sistema BNDES, 1988. Disponível em:
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12220/1/Plano%20estrategico%201988_90_P_BD.pdf>. Acesso em jul 2017.

BREED, W. Comunicação de massa e integração sociocultural. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987.

BUGIATO, C. M. **A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira**. 2016. 282 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2016.

CHONG, D; DRUCKMAN, J. N. A Theory of Framing and Opinion Formation in Competitive Elite Environments. **Journal of Communication** 57 (2007) 99–118^a International Communication Association, 2007.

CONTIN, A. A. **Mídia e economia: limites, fatos e versões**. O processo de privatização do governo FHC (1995-2002). 2015. 370 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas, 2015.

COSTA, G. M. M. et al. **Memórias do Desenvolvimento**. Ano 5, n 5, Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2016.

COSTA, K. F. BNDES: atuação, papel e ideário nos governos Fernando Henrique e Lula. Encontro Anual da Anpocs, 30, 2006. **Anais...** Caxambu/MG: Anpocs, 2006.

_____. **Metamorfoses: o papel do BNDES na reordenação da economia brasileira**. 2011. 313 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

COUTO, A. C. L.; TRINTIM, J. G. O papel do BNDES no financiamento da economia brasileira. **Departamento de Economia da UEM**, 2012.

D'ANGELO, P. News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A Response to Entman. **Journal of Communication**, dez. 2002.

DALTOÉ, A. S. Divulgação do discurso político: as metáforas de Lula e suas formas de interdição. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 585-606, set./dez. 2011.

DINIZ, A. N. BNDES: de agente desenvolvimentista a gestor da privatização – 1952-2002. 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, n. 43, 1993.

FARACO, C. A. e TEZZA, C. **Oficina de texto**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, p. 1–37, 1989.

HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999.

HIRT, C. **O lugar e o papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro**. 2016. 432 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. A mídia de FHC e o fim da razão. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.181-199. Disponível em <http://kucinski.com.br/visualiza_noticia.php?id_noticia=405>. Acesso em out 2017.

KLÜGER, E. Técnicos e políticos nos primeiros anos do BNDE. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, 2014, p. 59-81.

_____. **Meritocracia de Laços: gênese e reconfiguração do espaço dos economistas no Brasil**. 2017. 851 f. Tese (Doutorado em sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, São Paulo. 2017.

LEAL, M. C. D. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. **D.E.L.T.A.**, 21: Especial, 2005. p. 73-92.

LENE, H. **O jornalismo de economia e a reinvenção do Brasil no final do século XX**. 2009. 424 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

_____. **O Jornalismo de economia no Brasil**. Cruz das Almas/BA: Editora UFRB, 2013.

LOPES, L. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

LOUREIRO, M. R. Os economistas no governo. Gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. A participação dos economistas no governo. **Análise**, 2006 v. 17, n. 2, p. 345-359, jul/dez 2006.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora SENAR São Paulo, 2000.

MACHADO DA SILVA, J. O governo Lula em revista: o jornalismo como fenômeno de descobrimento (a cobertura de Veja). Revista **Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, n. 29, abr/2006, p. 7-15.

MARCHETTI, D. El análisis sociológico de laproducción de información mediática. **Comunicación y médios**, n 18, p. 19-29, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONISIO, Ângela Paiva et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2003, p. 20-36.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27, p. 187-201, 2012.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **RBCS**, vol. 25, n. 73, jun/2010, p. 59-76.

MORLOTCH, H; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N (Org.). **Jornalismo questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999. pp. 34-51.

MUNDIM, P. S. Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006: efeitos realmente limitados? **RBCS**, v. 29, n. 86, out/2014.

PACHECO, A. A. D. Veja FHC, Veja Lula: análise dos discursos de capa da revista Veja sobre os dois candidatos à presidência. **Anagrama**, ano 1, ed. 3, mar/maio 2008.

PARK, E. Y. O estado da arte do Jornalismo Econômico brasileiro dos anos 50 à primeira década de 2000. **Revista Alterjor**. Ano 07 Volume 01 Edição 13 Jan-Jun de 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/114678/112742>. Acesso em nov 2018.

PEDROSO NETO, A. J.; UNDURRAGA, T. The Elective Affinity between Elite Journalists and Mainstream Economists in Brazil, **Journalism Studies**, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/1461670X.2017.1334572>. Acesso em jul 2107.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (org). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, 2004.

PULITI, Paula. **A Financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002)**. 150 f. (Tese) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-26112009-153158/>>.

REDIVO, A. S. **Banco público como agente de desenvolvimento: a atuação do BNDES no período recente – 1990/2011**. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

REESE, S. D. Prologue - framing public life: A bridging model for media research. In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Ed.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001. p. 7–31.

_____. The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. **Journal of Communication** 57 (2007) 148–154 ^a International Communication Association, 2007.

RODRIGUES, L. Jornalismo econômico da Folha de São Paulo durante o primeiro governo Lula (2003): O Banco Central e a Taxa Selic. Florianópolis, SC, 2014. 234 p. Tese

(doutorado). Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135473/334831.pdf?sequence=1>.

Acesso em set 2018.

SALGADO, F. A. **Visões do papel do Estado nos governos dos presidentes Fernando Henrique e Lula e o caso do BNDES: mudança ou continuidade?** 2013. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

SALLUM JR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11, 1999, p. 23-47.

SALLUM JR., B.; GOULART, J. O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista de Sociologia e Política**, 2016, vol.24, n.60, pp.115-135. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316246001>>. Acesso em jul 2017.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a Theory of Media Effects. **Journal of Communication**, dez/mar 1999.

SCHUDSON, M. Objectivity becomes ideology: journalism after World War I. In SCHUDSON, M. **Discovering the news. A social history of American newspapers**. New York: Basic Books Inc. Publishers, 1981. p. 121-159.

_____. The sociology of news production. **Media, Culture & Society**. jul/1989.

SOUSA, A. P. O discurso dominante sobre a conjuntura econômica e o papel dos jornalistas econômicos. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.35, p.27-40, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/26674/pdf>. Acesso em nov 2018.

SOVERAL, F.; PEDROSO NETO, A. J. Discursos econômicos sobre o PAC nos grandes jornais brasileiros: a padronização do campo jornalístico. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, n. 12 (4), 2016. p. 101–122.

TAVARES, M. C. et al. **Memórias do desenvolvimento**. Ano 4, n. 4. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

TEMER, A. C. R. P. A consumação do fato – representações da primeira semana do “Governo Lula” no telejornalismo da Rede Globo de Televisão. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, n. 41, p. 135-152, 1o. sem. 2004.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. 2.^a reimpressão. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2003.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico uma análise da noção de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999.

_____. As notícias como uma realidade construída. In: Pissarra, E.J. (org.). **Comunicação e Sociedade – os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

WEBER, M. **Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa.** In Revista Española de Investigaciones Sociales – REIS, nº 57/1992, p. 251-259.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE MATÉRIAS ANALISADAS

JORNAL	DATA	MATÉRIA
FSP	24/1/1996	O que fazer com o BB
FSP	24/1/1996	BNDES criará nova linha para média empresa
FSP	2/2/1996	O avanço verde
FSP	4/2/1996	União já vendeu 25 empresas
FSP	4/2/1996	União já vendeu 25 empresas
FSP	27/2/1996	BNDES financia empresa no exterior
FSP	17/3/1996	Retorno do governo é de apenas 0,4% em seis anos
FSP	26/3/1996	A Light e o setor elétrico
FSP	25/3/1996	Playcenter buscar agora atrair famílias
FSP	28/3/1996	O preço da Light
FSP	28/3/1996	Caixa terá R\$ 250 milhões para pequenas empresas
FSP	6/4/1996	BNDES tem maior orçamento
FSP	6/4/1996	Empréstimos para compra de máquinas caem 48,3%
FSP	6/4/1996	Finame pede mudanças ao BC
FSP	9/4/1996	O desmonte do BB
FSP	14/4/1996	Mágicas da privatização na Tololândia
FSP	15/5/1996	Autopeças querem crédito do BNDES
FSP	28/5/1996	Privatização, a hora de evitar escândalos
FSP	14/6/1996	Light: privatização à moda ioiô ou viúva Porcina
FSP	14/6/1996	O novo papel do BNDES
FSP	20/6/1996	Micros terão R\$ 500 mi
FSP	21/6/1996	BNDES quer ampliar crédito à exportação
FSP	4/7/1996	O acordo secreto (mais um) com os bancos
FSP	18/7/1996	BNDES ajuda empresa do Bamerindus
FSP	25/7/1996	BNDES suspende dívida de R\$ 20 milhões da Incapel
FSP	25/7/1996	Crédito popular pode ir a R\$ 530mi
FSP	25/8/1996	Companhias investiram R\$ 1 bi em ISO 9000
FSP	1/9/1996	Mais de R\$ 1 bi vai sobrar no BNDES em 96
FSP	1/9/1996	Meta para 97 é de 13 bi
FSP	5/9/1996	BNDES terá linha especial para autopeças
FSP	11/9/1996	BNDES capta R\$ 100 mi na Europa
FSP	11/9/1996	O novo papel do BNDES
FSP	20/9/1996	BNDES pressiona petroquímica a cumprir acordo com sindicato
FSP	26/9/1996	Linha de crédito fracassou, afirma presidente do BNDES
FSP	30/9/1996	História da empresa se confunde com a de Funaro
FSP	15/10/1996	Cálculo da TJLP poderá ser mudado
FSP	16/10/1996	Micro fica sem linha de crédito
FSP	22/10/1996	Uma confissão, para alertar o Congresso
FSP	25/10/1996	Governo vai criar linha de financiamento
FSP	2/11/1996	Governo vai reduzir juro para exportação
FSP	3/11/1996	BNDES tem financiamento para sistema
FSP	3/11/1996	Indústria quer TJLP menor e mais crédito
FSP	7/11/1996	BNDES busca recursos para exportação
FSP	21/11/1996	O novo Estado brasileiro - 1
FSP	24/11/1996	A nova política industrial - 3
FSP	30/11/1996	Kandir prevê máquina de exportações
FSP	24/11/1996	Empresas tem alternativa de capitalização
FSP	5/12/1996	Exportador poderá contratar 2 créditos
FSP	6/12/1996	BID libera US\$ 900 mi à pequena empresa
FSP	8/12/1996	Real valorizado põe em risco abertura, diz BNDES
FSP	8/12/1996	Coutinho vê morte lenta
FSP	8/12/1996	Estudo é contra protecionismo
FSP	12/12/1996	Infraestrutura tem mais verda do BNDES

FSP	19/12/1996	BNDES facilita crédito a quem lançar ações
FSP	26/12/1996	A "Agenda Brasil Exportador"
FSP	11/1/1997	Empréstimos do BNDES sobem 67% em 96
FSP	12/1/1997	A nova política industrial
FSP	12/1/1997	Finame tem em 96 o pior desempenho da história
FSP	15/1/1997	BNDES lança bonus no mercado interno
FSP	22/1/1997	A solução para a Mendes Junior
FSP	31/1/1997	BNDES recria substituição de importados
FSP	31/1/1997	Banco faz contrato de crédito popular
FSP	6/2/1997	A solução para a Vale
FSP	15/2/1997	BNDES aprova R\$ 1,747 bi em 96
FSP	15/2/1997	Bancada quer evitar cortes na Embraer
FSP	19/2/1997	Os municípios e o saneamento - 2
FSP	15/2/1997	BNDES aprova R\$ 1,747 bi em 96
FSP	25/2/1997	Os municípios e o saneamento - 3
FSP	27/2/1997	Esquenta a disputa pela Açominas
FSP	1/3/1997	BNDES fala a investidores estrangeiros
FSP	5/3/1997	BID dá apoio ao BNDES
FSP	10/3/1997	BNDES financia R\$ 24 mi para fábricas no Rio
FSP	11/3/1997	BNDES tem lucro líquido de R\$ 963 mi
FSP	11/3/1997	BNDESPar vende ações da Eletrobrás
FSP	14/3/1997	Abertura das teles piora déficit, diz BNDES
FSP	15/3/1997	BNDES pretende ampliar o crédito
FSP	21/3/1997	Donos da Light estão de olho na Cemig
FSP	22/3/1997	Indústria local terá crédito de R\$ 13 bi
FSP	26/3/1997	BNDES só empresta a empresas mais ágeis
FSP	3/4/1997	Governo lançará financiamento
FSP	9/4/1997	Governo estimula as telecomunicações
FSP	9/4/1997	Só exportar não traz mais equilíbrio
FSP	11/4/1997	BNDES abre linha de crédito de R\$ 8 bi
FSP	12/4/1997	BNDES vai dar início à venda da Inpapel
FSP	14/4/1997	Ou se restabelece a moralidade ou...
FSP	17/4/1997	A privatização da Vale
FSP	17/4/1997	É mesmo preciso destruir a indústria nacional?
FSP	17/4/1997	A batalha do comércio exterior
FSP	27/4/1997	Governo definiu preço mínimo em R\$ 10,36 bi e foi contestado
FSP	16/5/1997	BNDES e fundos evitam queda da Bolsa
FSP	16/5/1997	Motta e Malan brigam por R\$ 6 bilhões da banda B
FSP	17/5/1997	Liquidação do Vega afeta empresas
FSP	21/5/1997	BNDES quer mais bancos estrangeiros
FSP	24/5/1997	Desmascarando as balelas sobre a venda da Vale
FSP	27/5/1997	BNDES se reúne com Peugeot
FSP	27/5/1997	UE investe mais que os EUA
FSP	29/5/1997	Caos e mentiras, mentiras e caos
FSP	30/5/1997	Estímulos à indústria do software
FSP	31/5/1997	Peugeot vai ao BNDES por empréstimo
FSP	31/5/1997	Empresário criticacirtérios para financiar
FSP	3/6/1997	Montadporas terão juros baixos no BNDES
FSP	18/6/1997	BNDES concede financiamento
FSP	21/6/1997	BNDES reduz juro e aumenta crédito
FSP	8/7/1997	BNDES vai financiar R\$ 15,9 mi para megalojas da Saraiva
FSP	14/7/1997	BNDESPar vai realizar leilão
FSP	20/7/1997	Estabilidade depende das privatizações
FSP	22/7/1997	O modelo das privatizações brasileiras
FSP	22/7/1997	BNDES financiará projetos de softwares
FSP	25/7/1997	Telebrás devolve ao BNDES dinheiro da troca por ações
FSP	26/7/1997	Crédito do BNDES à indústria empaca

FSP	26/7/1997	Cosipa obtém US\$ 385 mi
FSP	26/7/1997	Teles devolvem R\$ 1,8 bi ao BNDES
FSP	28/7/1997	Crédito do BNDES gera interesse externo
FSP	7/8/1997	BNDES banca pólo de telecomunicações
FSP	9/8/1997	BNDES empresta R\$ 171 mi para a empresa Nova Dutra
FSP	17/8/1997	Empréstimos para compra de máquinas caem 9,84 %
FSP	22/8/1997	BNDES troca marco alemão por dólar
FSP	31/8/1997	Política industrial já
FSP	9/9/1997	Construtora deve R\$ 20 mi ao BNDES
FSP	20/9/1997	Financiamento a exportação cresce 143%
FSP	13/10/1997	Abertura custa 811 mil empregos em 90/95
FSP	13/10/1997	Velhos amigos
FSP	29/10/1997	Crise pode reduzir o ágio na vendas de estatais, afirma presidente do BNDES
FSP	23/10/1997	Preferência na Conepar provoca reação
FSP	1/11/1997	Juros do BNDES vão a 10% ao ano
FSP	30/10/1997	Abrapp nega perda de fundos de pensão
FSP	5/11/1997	Privatização está em ritmo adequado'
FSP	14/11/1997	BNDES financia a recompra de ações pelas próprias companhias
FSP	15/11/1997	Crédito do BNDES e alta em NY fazem bolsa paulista subir 8,17%
FSP	15/11/1997	Dinheiro sairá na quarta
FSP	19/11/1997	BNDES abre linha para compra de ação
FSP	20/11/1997	Governo amplia privatização
FSP	24/11/1997	Fundo de aval do BNDES terá R\$ 2,8 bi
FSP	20/11/1997	Ajuda do BNDES à Bolsa provoca críticas
FSP	28/11/1997	BNDES tem 40% do Proex
FSP	6/12/1997	Desembolso do BNDES cresce quase 60%
FSP	21/12/1997	Codefat estuda criação de banco popular com BNDES
FSP	20/1/1998	Crise asiática reduz empréstimo do BNDES
FSP	22/1/1998	Rio subsidia empréstimo de US\$ 300 mi à Peugeot
FSP	25/1/1998	Recompra de ações e o "risco moral"
FSP	29/1/1998	Falta de fluência em português elimina consórcio
FSP	4/2/1998	BNDESPar quer captar até R\$ 50 milhões
FSP	6/2/1998	Disputa atrasa privatização das teles
FSP	8/3/1998	Fabricantes de TVs investem no Brasil
FSP	12/3/1998	BNDES consegue lançar bônus com prazo de 7 anos na Europa
FSP	14/3/1998	BNDES nega empréstimo para a Gallus
FSP	19/3/1997	BNDESPar quer explicações da Light
FSP	8/4/1998	BNDES capta US\$ 165 mi na Europa
FSP	9/4/1998	Petrobrás e BNDES criam empresa para explorar óleo
FSP	15/4/1998	BNDES quer dar maior proteção
FSP	18/4/1998	Petrobrás vai investir US\$ 100 mi na Bolívia
FSP	24/4/1998	Mendonça teme efeito do "risco Brasil"
FSP	25/4/1998	Exportação receberá US\$ 2,5 bi do BNDES
FSP	5/5/1998	Privatização da Telebras poderá atrasar
FSP	7/5/1998	Governo busca melhor preço, diz ministro
FSP	8/5/1998	BNDES libera R\$ 325 mi para a Mercedes
FSP	21/5/1998	Vale pode ter recurso do FGTS
FSP	25/5/1998	Regras são baseadas no modelo UE
FSP	27/5/1998	Usinor promete competir, não reduzir preços
FSP	28/5/1998	Venda de estatais deve render até R\$ 27 bi
FSP	28/5/1998	Viagem 'venderá' as teles
FSP	2/6/1998	Financiamento cresce 146,6%
FSP	5/6/1998	Grupo nacional terá linha de crédito no leilão da telebrás
FSP	6/6/1998	BNDES traz US\$ 1 bi do mercado externo
FSP	12/6/1998	BNDES vê desinteresse dos EUA na privatização da Telebrás
FSP	15/6/1998	Indústria quer ganhar competitividade
FSP	6/7/1998	As empresas emergentes

FSP	18/6/1998	As dúvidas (esquecidas) da privatização
FSP	22/7/1998	BNDES já emprestou R\$ 8,8 bi no ano
FSP	28/7/1998	Leilão do BNDES tem êxito; BC reduz juros
FSP	30/7/1998	BNDES estima financiar menos do que previa
FSP	30/7/1998	União não fica com dívida
FSP	30/7/1998	Telebrás esgota saídas para o Real
FSP	15/8/1998	Provatização e custo do dinheiro
FSP	13/8/1998	Privatização da Elektro: volta ao passado
FSP	20/8/1998	BNDES vai financiar as teles privatizadas
FSP	20/8/1998	Venda terá de ser em leilão, diz ministro
FSP	18/9/1998	BNDES limita financiamento de projetos
FSP	24/9/1998	BID aprova US\$ 1,1 bilhão para pequenas empresas
FSP	24/9/1998	BID aprova US\$ 1,1 bilhão para pequenas empresas
FSP	1/10/1998	Governo antecipa dólar de privatização
FSP	2/10/1998	Exportações deve ter R\$ 3 bi em créditos
FSP	3/10/1998	Operação BNDES dá lucro à Portugal Telecom
FSP	3/10/1998	Banco só financiará 40% das "espelhos"
FSP	10/10/1998	Governo quer usar geradoras para adiantar US\$ 10 bi
FSP	11/10/1998	Petrobrás nega informação para venda
FSP	14/10/1998	BNDES fará leilão da Tele Norte Leste
FSP	15/10/1998	TCU apura compra de ações pelo BNDES
FSP	19/10/1998	Empresa quer 10% das ações da Tele Norte Leste
FSP	22/10/1998	Agricultura, salvação da classe média e povão
FSP	23/10/1998	Camex tenta ampliar crédito a exportador
FSP	24/10/1998	Venda de ações da Telemar terá de ser aprovada pela Anatel
FSP	25/10/1998	Política industrial é solução, não problema
FSP	1/11/1998	Sem ajuste fiscal a recessão seria pior
FSP	18/11/1998	Empréstimos do BNDES vão a US\$ 18 bi
FSP	20/11/1998	A guerra é política
FSP	22/11/1998	O papel de Mendonça de Barros
FSP	23/11/1998	BNDES muda regras para crédito
FSP	24/11/1998	O dia de ser brasileiro
FSP	24/11/1998	Não sobrou ninguém
FSP	2/12/1998	TJLP reflete o juro alto e vai a 18%
FSP	22/12/1998	Privatizações altamente suspeitas
FSP	24/12/1998	BNDES aprova US\$ 2,2 bilhões para setor de telecomunicações
FSP	25/12/1998	BNDES esgota capacidade de financiar mais
FSP	30/12/1998	Infraestrutura terá US\$ 70 bi
FSP	9/1/2007	BNDES fecha ano com desembolso recorde de R\$ 52 bi
FSP	9/11/2007	Financiamento do banco para o setor de telecomunicações é o maior desde 2001
FSP	12/1/2007	BNDES aprova US\$ 123 mi para DaimlerChrysler
FSP	17/1/2007	Crédito deve dobrar, diz BNDES, mas segue muito menor do que o necessário
FSP	18/1/2007	Teles elevam investimento e focam novas tecnologias
FSP	23/1/2007	Governo espera baratear energia elétrica
FSP	24/1/2007	BNDES quer emprestar mais à área pública
FSP	27/1/2007	Justiça aceita denúncia contra ex-chefes do BNDES
FSP	27/1/2007	Base da denúncia é processo já extinto, diz Banco
FSP	2/2/2007	BNDES amplia financiamento para calçadistas
FSP	7/2/2007	País precisa de 100 novas usinas de etanol até 2010
FSP	10/2/2007	BNDES dobra o lucro e bate recorde
FSP	13/2/2007	Investimento pode ir a 22,7% do PIB, diz BNDES
FSP	16/2/2007	BNDES terá R\$ 1 bi para implantação da TV Digital
FSP	18/2/2007	Empresas na bolsa já são 74% do PIB
FSP	20/2/2007	Bid e BNDES discutem novas linhas de financiamento
FSP	25/2/2007	BNDES aprova 1º empréstimo ao setor moveleiro
FSP	15/3/2007	BNDES dá mais 277% para cana e álcool

FSP	26/3/2007	BNDES aumenta verba para projetos de inovação
FSP	27/3/2007	BNDES financia R\$ 604 mi para área de biodiesel
FSP	31/3/2007	Mantega quer montar política industrial com Miguel Jorge
FSP	5/4/2007	Mantega e Jorge debatem indústria e BNDES
FSP	6/4/2007	Ministro vai discutir BNDES com Lula
FSP	8/4/2007	Fiocca anuncia números recordes no dia de sua despedida do BNDES
FSP	11/4/2007	Açúcar, minas e ouro preto
FSP	11/4/2007	Empréstimo do BNDES cresce 66% no 1º tri
FSP	13/4/2007	Lula ainda avalia sucessão no BNDES
FSP	16/4/2007	Lula adia decisão sobre o nome do presidente do BNDES
FSP	19/4/2007	Coutinho, ligado ao PMDB, assume BNDES
FSP	19/4/2007	Indicado criticava juro alto do BC
FSP	19/4/2007	Passagem de bastão
FSP	19/4/2007	Miguel Jorge também não consegue "ganhar" BNDES
FSP	19/4/2007	Banco pode emprestar até R\$ 61 bi
FSP	19/4/2007	Fiocca diz que Coutinho pensa semelhante a ele
FSP	19/4/2007	Mercado aprova nome indicado para o BNDES
FSP	20/4/2007	BNDES elabora política industrial com Jorge
FSP	22/4/2007	Lula conserva BNDES desenvolvimentista
FSP	22/4/2007	Investimentos aceleram no 1º trimestre
FSP	23/4/2007	Meta é 'fazer o PAC acontecer', diz Coutinho
FSP	24/4/2007	Coutinho quer executivos para o BNDES
FSP	24/4/2007	Sucesso, professor!
FSP	25/4/2007	BNDES concede R\$ 7 mi a obra de setor de cinema
FSP	28/4/2007	BNDES não muda modo de atuar com Coutinho, afirma ministro
FSP	3/5/2007	Coutinho quer o BNDES a serviço do PAC
FSP	3/5/2007	Raio x / Para que serve o BNDES
FSP	3/5/2007	Banco vai focar política industrial
FSP	10/5/2007	Light pede R\$ 660 mo ao BNDES para investimentos
FSP	11/5/2007	BNDES aprova R\$ 462 milhões para nova unidade da Sadia
FSP	13/5/2007	Crédito do BNDES para máquinas sobe 45%
FSP	15/5/2007	Siderurgia puxa expansão de desembolso do BNDES
FSP	16/5/2007	Governo quer acelerar crédito a setor afetado por importados
FSP	18/5/2007	BNDES facilitará empréstimo para setores em dificuldades
FSP	18/5/2007	BNDES vira sócio da Light em 31,4% do capital
FSP	25/5/2007	BNDES vê avanço maior da região Centro-Oeste
FSP	29/5/2007	BNDES emprestará R\$ 1,5 bi para a Vivo
FSP	29/5/2007	Banco poder vender ações da controladora da Eletropaulo
FSP	5/6/2007	Produtividade industrial sobe 17% em 5 anos
FSP	5/6/2007	Verba do BNDES a shopping e grandes lojas cresce 40%
FSP	6/6/2007	BNDES destina R\$ 200 mi para estimular créditos de carbono
FSP	13/6/2007	Ajuda a 'vítimas' do câmbio custa R\$ 1 bi
FSP	13/6/2007	Pacote corresponde a R\$ 3,33 por trabalhador, afirma Iedi
FSP	15/6/2007	Carro exportado terá financiamento maior
FSP	17/6/2007	Investimento deve crescer 62% até 2010, diz BNDES
FSP	17/6/2007	Regras e entraves podem limitar a expansão em infraestrutura
FSP	19/6/2007	Para BNDES, real forte afeta investimento
FSP	20/6/2007	Desembolsos do BNDES crescem 40% até maio
FSP	21/6/2007	BNDES vai incentivar engenharia de carros
FSP	21/6/2007	ThyssenKrupp obtém crédito de R\$ 1,48 bi
FSP	23/6/2007	Construção tem melhor ano desde 1999
FSP	26/6/2007	BNDES estuda participação acionária em usinas do rio Madeira, diz diretor do banco
FSP	28/6/2007	Financiamento virá de estatal, do BNDES e de fora
FSP	28/6/2007	Política industrial dará incentivo a múlti nacional
FSP	29/6/2007	Accor invste R\$ 80 milhões em hotéis
FSP	3/7/2007	BNDES reduz a 4,5 % juros para indústria farmacêutica

FSP	3/7/2007	Começa a reserva de debêntures da BNDESPar
FSP	5/7/2007	Brasil pode zerar déficit nominal em 2008, prevê estudo do BNDES
FSP	5/7/2007	BNDES busca parceria com europeus
FSP	10/7/2007	Governo planeja carência de até 5 anos a agricultores
FSP	1/8/2007	BNDES financia R\$ 1 bi para duas usinas da Eletrosul
FSP	16/8/2007	BNDES tem lucro recorde de R\$ 4,4 bi
FSP	16/8/2007	Banco diz que pode ser sócio no Madeira
FSP	16/8/2007	Investimento em petroquímica deve crescer 220%, diz BNDES
FSP	18/8/2007	BNDES aceitará pagamento em cartão como garantia
FSP	23/8/2007	Financiamento de longo prazo ditará política industrial
FSP	29/8/2007	BNDES poderá financiar 100% das obras do Madeira
FSP	31/8/2007	Gradiente vende a marca Philco por R\$ 22 milhões
FSP	2/9/2007	Miguel Jorge elabora política industrial para durar 15 anos
FSP	2/9/2007	Emprego a menos qualificados recua
FSP	11/9/2007	BNDES afirma que captará no exterior para atender pedidos
FSP	14/9/2007	BNDES libera R\$ 61,7 bilhões em 12 meses
FSP	22/9/2007	Decisão do Fed garante corte na Selic, diz Coutinho
FSP	26/9/2007	BNDES abre caminho para fusão de teles
FSP	28/9/2007	Para Coutinho, taxa de juros pode cair mais
FSP	30/9/2007	Japão, Rússia e China devem concorrer na indústria de aviões
FSP	2/10/2007	BNDES pede ampliação de recursos a Lula
FSP	3/10/2007	Bancos oficiais não diminuem 'spread'
FSP	4/10/2007	Previ e BNDES devem vender ações do BB
FSP	11/10/2007	BNDES aprova financiamento de R\$ 2 bilhões para a Telefônica
FSP	12/10/2007	BNDES pode financiar até 70% dos gastos da OHL nos trechos arrematados
FSP	17/10/2007	BNDES empresta R\$ 549 mi para expansão da Light
FSP	18/10/2007	BNDES vai pedir US\$ 2 bi ao banco Mundial
FSP	20/10/2007	BNDES obtém financiamento de US\$ 1 bilhão com o BID
FSP	28/10/2007	BNDES planeja financiar alcool na África
FSP	29/10/2007	Espanha incentiva internacionalização
FSP	31/10/2007	Segunda fase da política industrial vai priorizar setor com gargalo na produção
FSP	8/11/2007	BNDES financiará até 75% de usina no rio Madeira
FSP	9/11/2007	BNDES estuda concessão de novos trechos de rodovias
FSP	13/11/2007	Desembolsos do BNDES aumentam 40% no ano
FSP	14/11/2007	BNDES diz que precisa de mais R\$ 25 bi para 2008
FSP	15/11/2007	BNDES aprova financiamento de R\$ 1 bilhão para Furnas
FSP	20/11/2007	Giambiagi chefia departamaneto do BNDES
FSP	21/11/2007	Indústrias terão juro menor do BNDES
FSP	21/11/2007	Os maiores negócios do ano
FSP	22/11/2007	BNDES e Previ vão vender 4,5% do BB
FSP	22/11/2007	Ministro nega uso de reservas para financiar BNDES
FSP	23/11/2007	Fundo do FGTS pode ser usado pelo BNDES
FSP	30/11/2007	Lucro do BNDES pode capitalizar o Banco
FSP	1/12/2007	Petroleoimpulsina reação da indústria naval do país
FSP	2/12/2007	Lula apoia Coutinho em fundo soberano
FSP	4/12/2007	Economistas criticam subsídio para consumo, e indústria pede desoneração
FSP	6/12/2007	Lucro do BNDES chega a R\$ 7,3 bi
FSP	6/12/2007	BNDES já emprestou R\$ 56,6 bi até novembro
FSP	13/12/2007	BNDES financia gasoduto com R\$ 2,5 bilhões
FSP	15/12/2007	Ação do BB sai com desconto e investidores já ganham 7,67%
FSP	19/12/2007	BNDES concede 20% de reajuste salarial
FSP	20/12/2007	BNDES aprova R\$ 35 bi para infraestrutura
FSP	21/12/2007	BNDES prevê investimento de R\$ 1,2 tri no país até 2011
FSP	28/12/2007	Gasoduto terá financiamento de R\$ 4,5 bi do BNDES
FSP	8/1/2008	BNDESPar investe R\$ 150 mi e vira sócia da Santelisa Vale
FSP	12/1/2008	Compra da BrT pela Oi pode custar R\$ 8,3 bi

FSP	15/1/2008	BNDES vai ter a preferência se nova tele for vendida
FSP	20/1/2008	Álcool frustra investidores e produtores
FSP	23/1/2008	BNDES estima que economia crescerá 5,5%
FSP	2/2/2008	Lula fará decreto para Oi comprar a BrT
FSP	5/2/2008	Brasil pode sair da crise melhor que emergentes, diz Coutinho
FSP	8/2/2008	BNDES desembolsa valor recorde de R\$ 65 bi em 2007
FSP	8/2/2009	Para empresários, banco precisa reduzir prazo de aprovação e liberação de crédito
FSP	9/2/2008	BNDES usará modelo da Vale para financiar a Oi
FSP	13/2/2008	BNDES diz que priorizará infra-estrutura e o PAC
FSP	16/2/2008	BNDES diz que compra da BrT pela Oi não terá demissão
FSP	16/2/2008	Banco vetará prática irregular de trabalho
FSP	19/2/2007	BNDES tem lucro recorde de R\$ 7,3 bilhões em 2007
FSP	19/2/2008	Banco pode mudar cálculo de carteira acionária
FSP	23/2/2008	BNDES vê 'grau de investimento' ainda em 2008
FSP	23/2/2008	Fundador da JetBlue quer BNDES para criar empresa no país
FSP	28/2/2008	Infra-estrutura recebe mais verbas que indústria pela 1ª vez
FSP	11/3/2008	BNDES deve financiar vencedor do Rodoanel
FSP	25/3/2008	Às vésperas da privatização, ações da Cesp caem 10,6%
FSP	25/3/2008	Serra critica 'especulações' e mantém leilão
FSP	28/3/2008	Crise faz BNDES priorizar crédito para infra-estrutura
FSP	2/4/2008	BNDES concede linha de crédito recorde para a Vale
FSP	9/4/2008	BNDES terá R\$ 250 bi para política industrial, diz Jorge
FSP	9/4/2008	BNDES investiga saída de dirigente para atuar na Vale
FSP	10/4/2008	BNDES cobrará provas de funcionário que fez denúncia
FSP	10/4/2008	Para ex-dirigente de Comissão de Ética, legislação precisa mudar
FSP	13/4/2008	BNDES tem mecanismo para evitar conflito de interesse, diz Coutinho
FSP	17/4/2008	BNDES vai mudar código de ética
FSP	26/4/2008	BNDES dá R\$ 2,7 bi para reestruturação
FSP	27/4/2008	Fundo Brasil Sustentabilidade, do BNDES, chegará ao mercado com R\$ 400 milhões
FSP	28/4/2008	BNDES planeja criar superfarmacêutica a partir de alianças
FSP	28/4/2008	Associação lista dificuldades para fusões
FSP	29/4/2008	Ainda o imbBrOiglio da 'BrOi'
FSP	30/4/2008	Empresa dará ganho de qualidade, diz Coutinho
FSP	30/4/2008	Desbolsos do BNDES crescem 45,4% no 1º tri
FSP	4/5/2008	Após 7 anos, BNDES planeja captar recursos no exterior
FSP	4/5/2008	Setor de álcool eleva em 565% os pedidos de crédito ao BNDES
FSP	7/5/2008	Fundo soberano começa com até US\$ 20 bi
FSP	7/5/2008	Soberano ou "meu rei"?
FSP	8/5/2008	Grandes empresas, macronegócios
FSP	8/5/2008	BNDES abre subsidiária no exterior neste ano
FSP	12/5/2008	Importado já é 20% do consumo industrial
FSP	12/5/2008	Câmbio reduz competitividade da indústria
FSP	13/5/2008	Desoneração da indústria atinge R\$ 21 bi
FSP	13/5/2008	Quem sabe agora nós alcançamos o BNDES, torce pequena indústria
FSP	13/5/2008	Corte de taxa do BNDES sairá por R\$ 1 bi
FSP	14/5/2008	Fundo soberano virá de excesso de arrecadação
FSP	14/5/2008	BC lamenta ação de fundo no câmbio
FSP	15/5/2008	Divergência atrasa forma final do fundo soberano
FSP	15/5/2008	Coutinho dá prazo de 45 dias para dar início à política industrial
FSP	16/5/2008	A política industrial do governo Lula
FSP	18/5/2008	Fundo soberano deve ter 0,5% do PIB
FSP	20/3/2008	Suez planeja antecipar venda de energia
FSP	22/5/2008	BNDES planeja buscar US\$ 1 bi no exterior
FSP	22/5/2008	Gerdau compra 29% da Aços Villares, por R\$ 1,3 Bilhão
FSP	3/6/2008	Desbolsos do BNDES crescem 77% até abril
FSP	4/6/2008	BNDES estuda ser sócio de siderúrgica com a Vale

FSP	6/6/2008	Presidente do BNDES quer fundo para petróleo do país
FSP	12/6/2008	BNDES destina até R\$ 8,5 bi para nova hidrelétrica
FSP	8/6/2008	Investimento puxa produção da indústria
FSP	18/6/2008	Selic tem como voltar a cair, diz Coutinho
FSP	26/6/2008	Ajuste no Orçamento afeta mais as estatais
FSP	26/6/2008	BNDES diz que negocia repasse além do mínimo
FSP	27/6/2008	BNDES desembolsa 70% a mais até maio
FSP	3/7/2008	Crescimento do PIB pode cair a 4%, diz Coutinho
FSP	8/7/2008	Transportes foi o setor que mais recebeu
FSP	21/7/2008	BNDES poderá pegar até R\$ 10 bi no FGTS
FSP	21/7/2008	Comitê de fundo de investimento de vetar repasse de recursos
FSP	24/7/2008	Juro não afeta investimentos, diz BNDES
FSP	29/7/2008	Jogar no lixo
FSP	3/8/2008	Mercado eleva pressão contra juros subsidiados
FSP	4/8/2008	Argentina recorre ao BNDES para comprar avião da Embraer
FSP	5/8/2008	Justiça manda BNDESPar restituir Vicunha
FSP	7/8/2008	Receita das empresas eleva arrecadação do FAT em 32%
FSP	8/8/2008	BNDES desembolsa R\$ 38,6 bilhões no 1º semestre, alta de 56%. Obras do PAC e Oi turbinam desembolsos
FSP	8/8/2008	Banco pedirá orçamento maior no ano
FSP	8/8/2008	BNDES deve ter reforço de até R\$ 10 bi do Tesouro
FSP	9/8/2008	BNDES deve pressionar por ganho na venda da Aracruz
FSP	14/8/2008	BNDES libera R\$ 1,2 bilhão para a Brenco
FSP	14/8/2008	Empresas do setor captam 41% mais no BNDES
FSP	15/8/2008	Lucro do BNDES registra recuo no primeiro semestre
FSP	20/8/2008	BNDES aprova empréstimo de R\$ 540 milhões
FSP	26/8/2008	BNDES dá R\$ 404,5 mi para fusão na informática
FSP	27/8/2008	FGTS amplia verba para financiar imóveis
FSP	29/8/2008	BNDES prepara política paa setor petroleroiro
FSP	29/8/2008	Instituição vai receber mais R\$ 15 bi
FSP	29/8/2008	BNDES prevê R\$ 1,5 tri de investimentos em 4 anos
FSP	30/8/2008	Pré-sal pode expandir a indústria naval
FSP	3/9/2008	País faz acordo com BNDES para crédito
FSP	5/9/2008	BNDES eleva desembolso à infraestrutura
FSP	6/9/2008	Novo aeroporto de São Paulo será privado, diz Jobim
FSP	8/9/2008	Fundo investirá em estrangeiras, diz presidente
FSP	11/9/2008	BNDES defende exploração gradual do pré-sal
FSP	12/9/2008	BNDES fecha duas parcerias público-privadas de R\$ 313 mi
FSP	12/9/2008	Crise faz empresas suspenderem emissão
FSP	14/9/2008	Mercado interno sustena crescimento
FSP	14/9/2008	BNDES assume o papal de desenvolver projetos de infraestrutura para licitação
FSP	17/9/2008	BNDES deverá ser a principal fonte de financiamento
FSP	19/9/2008	Governo estuda cortes para ter investimento
FSP	19/9/2008	BNDES diz que garantirá crédito para empresas
FSP	19/9/2008	Fundo do FGTS destinará R\$ 10 bi a projetos do banco
FSP	24/9/2008	BNDES está 'equipado' contra escassez de crédito, afirma Luciano Coutinho
FSP	27/9/2008	Potencial de estrago é 'até mais grave que o de 1930', diz presidente do BNDES
FSP	30/9/2008	BNDES paga R\$ 3 bilhões em dividendos ao tesouro Nacional
FSP	28/9/2008	Com diminuição no crédito, empresas reavaliam projetos
FSP	1/10/2008	Governo estuda suavizar custo para exportadores
FSP	1/10/2008	BNDES poderá emprestar até R\$ 12 bi à Petrobrás
FSP	2/10/2008	Repasse do FAT ao BNDES aumenta 10,55 neste ano
FSP	3/10/2008	BNDES dá a Tim crédito de R\$ 1,5 bi para investimento
FSP	5/10/2008	Investimentos rentáveis atrairão capital'
FSP	5/10/2008	Ninguém quer pisar no acelerador agora'
FSP	7/10/2008	Reforço do BNDES é insuficiente, diz associação

FSP	8/10/2008	BNDES prevê crédito normal em 3 meses
FSP	18/10/2008	BNDES negocia empréstimo de US\$ 1 bi com Bird
FSP	20/10/2008	Contra crise, BNDES promete 'papel histórico'
FSP	21/10/2008	BNDES diz que capitalizará empresas de construção e incentivará fusões no setor
FSP	21/10/2008	Para Dilma, investimentos do PAC estão em ritmo de cruzeiro
FSP	23/10/2008	Azul pede crédito ao BNDES para comprar aviões
FSP	25/10/2008	BNDES anuncia ajuda para exportadoras
FSP	25/10/2008	Economista critica ação do BNDES para salvar empresas
FSP	25/10/2008	Uso do BNDES na crise tem limites, dizem especialistas
FSP	28/10/2008	Banco não deverá assumir prejuízos de exportador, diz presidente da instituição
FSP	1/11/2008	Petrobras ganha aval para tomar R\$ 8 bi no país
FSP	5/11/2008	Crédito escasso levará BNDES a desembolsar mais de R\$ 85 bi
FSP	6/11/2008	BNDES antecipa liberação de recursos para atender demanda por empréstimos
FSP	6/1/2009	Para especialistas, medida poderá atenuar a escassez de crédito privado
FSP	8/1/2009	BNDES obtém empréstimo de bancos japoneses
FSP	9/1/2009	Cartão BNDES bate recorde de operações
FSP	16/1/2009	Governo repassa R\$ 5 bilhões para empréstimos via BNDES
FSP	21/1/2009	Grupo Votorantim compra a Aracruz com ajuda do BNDES
FSP	21/1/2009	Banco diz evitar que empresas se 'espatifem'
FSP	21/1/2009	BNDES pode ter mais R\$ 120 bi em 2009
FSP	21/1/2009	Abimar quer mais crédito do BNDES
FSP	22/1/2009	Setor mais atendido por BNDES lidera cortes
FSP	23/1/2009	Empresariado critica barreiras para não demitir
FSP	23/1/2009	Projetos terão de manter empregos, afirma Mantega
FSP	23/1/2009	O maior cheque especial da história
FSP	24/1/2009	Petrobras prevê elevar investimento em 55%
FSP	24/1/2009	Novos recursos do BNDES equivalem a R\$ 4 bi em subsídios para empresas
FSP	24/1/2009	Condicionar crédito é inútil, diz especialista
FSP	25/1/2009	Infraestrutura vê cenário incerto para 2010
FSP	25/1/2009	Lula, BNDES, fusões & aquisições
FSP	26/1/2009	Pequenas devem ter mais acesso a crédito do BNDES, diz Abracex
FSP	27/1/2009	Petrobrás investirá até 2020 US\$ 111 bilhões no pré-sal
FSP	30/1/2009	Aumenta prazo para linha de capital de giro
FSP	30/1/2009	Projeção de investimentos até 2012 recua 10,62%
FSP	3/2/2009	BNDES amplia peso no total de investimentos do país
FSP	3/2/2009	Na era Coutinho, banco ajuda consolidação de grandes grupos
FSP	3/2/2009	Demanda por capital de giro supera R\$ 1 bi
FSP	6/2/2009	BNDES prepara fundo para pequena empresa
FSP	6/2/2009	Suez espera R\$ 7,3 do banco para financiar usina de Jirau
FSP	8/2/2009	BNDES deixa de ganhar R\$ 642 mi, e HSBC lucra
FSP	10/2/2009	Ex-HSBC comandava BNDES na época de acordo entre bancos
FSP	12/2/2009	Senador pede que TCU audite contrato do BNDES com HSBC
FSP	14/2/2009	Justiça cobra detalhes de ação BNDES-HSBC
FSP	19/2/2009	Jirau, embargada, tem maior verba do BNDES
FSP	21/2/2009	Após emprestar US\$ 8,4 bi em 12 anos, BNDES cobrará explicações da empresa
FSP	5/3/2009	BNDES empresta mais R\$ 950 mi a projetos da Alcoa
FSP	6/3/2009	BNDES libera R\$ 2,5 bi para usineiros
FSP	6/3/2009	Concessão de aeroportos não está em estudo, diz BNDES
FSP	7/3/2009	Caem consultas de empréstimos ao BNDES
FSP	13/3/2009	Bolívia investiga projeto com financiamento do BNDES
FSP	13/3/2009	ONG critica ação de instituição no exterior
FSP	15/3/2009	BNDES gasta R\$ 50 milhões em publicidade
FSP	17/3/2009	BNDES será sócio de empresa de Eike Batista
FSP	17/3/2009	Usinas multadas por trabalho degradante têm R\$ 1 bi do BNDES

FSP	20/3/2009	BNDES estuda medidas de apoio a frigoríficos, inclusive apoio a fusões
FSP	21/3/2009	BNDES financiará compra de aviões pela Aerolíneas
FSP	26/3/2009	Aprovação de projetos no BNDES tem queda de 3%
FSP	5/4/2009	Investimentos mingam com a crise global
FSP	8/4/2009	Navalha nas carnes
FSP	8/4/2009	Bolívia dá aval a empréstimo para estrada
FSP	8/4/2009	BNDES ajuda Azul a comprar aviões Embraer
FSP	21/4/2009	BNDES compra R\$ 3 bi de empresas na crise
FSP	21/4/2009	Consultas sobre empréstimos têm queda em janeiro
FSP	21/4/2009	Especialistas cobram mais transparência nas operações
FSP	22/4/2009	Verba para frigorífico ameaça Amazônia
FSP	23/4/2009	BNDES ajuda dívida pública a crescer 1,25%
FSP	24/4/2009	Bancos nacionais secaram o crédito
FSP	26/4/2009	Ação estatal evitou pânico no Brasil
FSP	30/4/2009	BNDES empresta volume recorde no 1º tri
FSP	5/5/2009	BNDES aprova empréstimo de R\$ 665 mi para a Comgás
FSP	14/5/2009	BNDES reduz os juros para empresas após queda na Selic
FSP	14/5/2009	Fundos para garantir crédito somam R\$ 8 bi
FSP	14/5/2009	União Sadia-Perdigão pune consumidor, dizem analistas
FSP	15/5/2009	Juro do BNDES cai até 6,35 pontos
FSP	16/5/2009	Linhas do BNDES terão mais R\$ 11 bi
FSP	16/5/2009	Banco libera R\$ 5 bi para a agricultura
FSP	18/5/2009	Bens de fundador de empresa são alvo de ação
FSP	20/5/2009	BNDES admite participar da Brasil Foods
FSP	21/5/2009	Escritório do BNDES facilitará a entrada de indústrias, diz Lula
FSP	22/5/2009	BNDES financia 40% de usina de Eike Batista
FSP	22/5/2009	BNDES diz não ter interesse no controle da BRF
FSP	22/5/2009	Sem caixa, Venezuela busca ajuda do BNDES
FSP	24/5/2009	Chávez oferece ao BNDES petróleo como garantia de crédito
FSP	26/5/2009	BNDES gera perda a Fundo de Amparo ao Trabalhador
FSP	28/5/2009	Empréstimo ao BNDES passa no Senado
FSP	1/6/2009	Crise adia meta de investimentos em 2 anos
FSP	1/6/2009	Projetos confirmados chegam a R\$ 650 bilhões até 2012
FSP	8/6/2009	Pedidos de crédito no BNDES para máquinas recuam quase 50%
FSP	13/6/2009	Pedido de crédito de montadoras é recorde
FSP	16/6/2009	Exportação em queda puxa recuo da indústria
FSP	19/6/2009	Planalto vai socorrer setor de máquinas
FSP	20/6/2009	Ajuda para máquinas deve sair em uma semana
FSP	20/6/2009	Lula diz que governo deverá aumentar auxílio a frigoríficos
FSP	20/6/2009	BNDES avalia sistema para rastrear gado
FSP	21/6/2009	O BNDES é amigo da motosserra?
FSP	23/6/2009	Importador de máquinas quer estímulo do BNDES
FSP	23/6/2009	Fundos garantirão mais R\$ 45 bi em crédito
FSP	27/6/2009	CNI lança ação de incentivo à inovação com apoio do BNDES
FSP	27/6/2009	BNDES eleva crédito para pequenas empresas
FSP	30/6/2009	Pacote reduz juros e amplia desonerações
FSP	30/6/2009	Faltou incentivo fiscal ao investimento, diz Iedi
FSP	30/6/2009	O grande pacote de Lula
FSP	30/6/2009	BNDES é sócio de usina acusada de usar trabalho "escravo"
FSP	1/7/2009	BNDES capta US\$ 1 bi fora do país para reforçar caixa
FSP	2/7/2009	BNDES pune empresa acusada de 'maquiar' equipamento chinês
FSP	2/7/2009	BNDES pune empresa acusada de 'maquiar' equipamento chinês
FSP	3/7/2009	Cai ritmo de liberação de recursos do BNDES
FSP	4/7/2009	Uso de cartão do BNDES no 1º semestre supera todo 2008
FSP	8/7/2009	Gerdau confirma cortes e obtém linha do BNDES
FSP	10/7/2009	Financiamentos do BNDES crescem 11% no 1º semestre
FSP	10/7/2009	Participação de pequenas empresas não avança

FSP	10/7/2009	Banco diz que facilitará acesso a microempresa
FSP	10/7/2009	BNDES venderá em leilão 15% das ações da controladora da Oi
FSP	14/7/2009	Empréstimos deixam o BNDES na berlinda
FSP	14/7/2009	Área de ambiente avalia ampliar exigências
FSP	16/7/2009	Ideias servirão como garantia no BNDES
FSP	23/7/2009	BNDES impõe rastreamento de rebanho para frigoríficos
FSP	24/7/2009	Com reforço ao BNDES, dívida pública cresce R\$ 26 bi
FSP	31/7/2009	Novas regras evitam 'maldição', diz Dilma
FSP	7/8/2009	BNDES tem de 'desmamar' mercado, diz Armínio Fraga
FSP	8/8/2009	Fiscais resgatam trabalhadores em área ligada ao Bertin
FSP	14/8/2009	Juro reduzido do BNDES vai financiar vendas da Embraer
FSP	15/8/2009	BNDES eleva provisão contra calotes e lucro recua 83%
FSP	14/8/2009	BNDES prepara financiamento à indústria de petróleo do país
FSP	16/8/2009	BNDES 'libera' recursos para remessas
FSP	17/8/2009	Desembolsos do BNDES crescem 65% até julho
FSP	18/8/2009	BNDES estima lucro de R\$ 3 bi para este ano
FSP	20/8/2009	Nossa Caixa oferece linhas de crédito do BNDES
FSP	21/8/2009	Empréstimo do BNDES à Petrobras eleva dívida pública
FSP	22/8/2009	BNDES confirma socorro de R\$ 245,2 mi à Magnesita
FSP	23/8/2009	Uma historietta da banca sob Lula
FSP	25/8/2009	Procura-se iniciativa privada
FSP	27/8/2009	BNDES e Petrobras levam o crédito
FSP	29/8/2009	Laboratório quer que BNDES apoie compras no exterior
FSP	17/9/2009	Pré-sal terá regime tributário próprio
FSP	18/9/2009	BNDES defende apoio a frigoríficos
FSP	21/9/2009	Investimento volta com Estado, diz BNDES
FSP	21/9/2009	Mineradoras contestam estudo do BNDES
FSP	21/9/2009	Banco vê expansão de 5% sem inflação em 2010
FSP	22/9/2009	Não me animo a competir com Perdígão e Sadia juntas'
FSP	23/9/2009	Indústrias retomam uso da capacidade de produção, diz BNDES
FSP	24/9/2009	Com repasse a BNDES, dívida do governo alcança R\$ 1,5 tri
FSP	25/9/2009	Incerteza sobre custo de Belo Monte empresa consórcio
FSP	27/9/2009	País entra na 'guerra fiscal' mundial por semicondutores
FSP	29/9/2009	Contrato da Embraer com a Argentina é alvo de suspeita
FSP	1/10/2009	Recorde, financiamento do BNDES cresce 53% durante a crise
FSP	4/10/2009	Em 18 meses, BNDES gasta R\$ 5 bi para criar 'gigantes'
FSP	4/10/2009	Etanol pode ser próximo beneficiado
FSP	6/10/2009	BNDES eleva participação na Eletrobrás
FSP	6/10/2009	BNDES pode deixar participação no frigorífico Independência
FSP	8/10/2009	Estados e municípios poderão obter mais R\$ 6 bi do BNDES
FSP	12/10/2009	BNDES não tem recursos para trem-bala
FSP	14/10/2009	BNDES negocia uma siderúrgica no Brasil com empresários japoneses
FSP	20/10/2009	Repasse de recursos do BNDES supera desembolso de 2008
FSP	23/10/2008	Desembolsos do BNDES no ano já superam os de 2008
FSP	26/10/2009	Crédito direcionado puxa financiamentos
FSP	7/11/2009	Prioridade do BNDES será capitalizar estatais
FSP	11/11/2009	Impactados por obras farão protesto em frente ao BNDES
FSP	11/11/2009	Indústria retoma plano de investimentos
FSP	18/11/2009	BNDESPar anuncia oferta de R\$ 1 bilhão em debêntures
FSP	15/11/2009	As múltiplas brasileiras e o real forte
FSP	19/11/2009	BNDES aprova empréstimo de R\$ 4,4 bi à Oi
FSP	19/11/2009	BNDES destinará R\$ 500 mi para financiar cultura
FSP	25/11/2009	Presidente do BNDES defende empréstimo de R\$ 4,4 bi à Oi
FSP	29/11/2009	Indústria naval renasce e já é a 6ª do mundo
FSP	29/11/2009	Seguro e falta de fornecedor são entraves
FSP	30/11/2009	TCU condena operação do BNDES com HSBC
FSP	1/12/2009	Presidente do BNDES diz que lucro no ano pode superar R\$ 4 bi

FSP	1/12/2009	Falta de obras derruba taxa de investimento, aponta o BNDES
FSP	1/12/2009	De máquinas, casas e estradas
FSP	4/12/2009	Riachuelo vai investir com crédito do BNDES
FSP	7/12/2009	Pessoa física pode comprar papéis do BNDES até quinta
FSP	10/12/2009	Governo amplia estímulos e turbina BNDES
FSP	10/12/2009	A grande mudança de Lula 2
FSP	16/12/2009	BNDES deve fazer aporte de R\$ 450 mi no JBS
FSP	17/12/2009	Hotelaria terá linha de crédito de R\$ 1 bi do governo federal
FSP	16/12/2009	Debênture do BNDES chega a render 12,7%
FSP	20/12/2009	BNDES eleva crédito a energia poluente
FSP	27/12/2009	Infraestrutura vê novo ciclo de investimento
FSP	28/12/2009	BNDES leiloa ação da Telemar e favorece fundos de pensão
FSP	30/12/2009	Em ano de crise, BNDES empresta 50% mais
OESP	05/01/1996	Governo espera arrecadar até US\$ 11 bi este ano
OESP	05/01/1996	Morte de diretor pode atrasar privatizações
OESP	14/01/1996	Empresários são criativos para obter recursos
OESP	09/01/1996	Adiado leilão da Propileno
OESP	17/01/1996	Consórcios tem 150 dias para avaliar a Vale
OESP	15/01/1996	Emprego será prioridade do governo em 96
OESP	19/01/1996	Preço de estatais sobe para compensar IR
OESP	19/01/1996	BNDES vai comprar 33% da Salobo Metais
OESP	06/01/1996	BNDES quer manter data do leilão da Light
OESP	14/01/1996	Governo investe US\$ 7 mi na imagem externa
OESP	20/01/1996	Assinados convênios para obras no Rio
OESP	31/03/1996	FCVS tem rombo de R\$ 35 mi
OESP	28/03/1996	Bancos deixam de emprestar R\$ 2 bi, diz BNDES
OESP	28/03/1996	TJLP deve cair para 14,5% prevê Mendonça de Barros
OESP	23/03/1996	Governo muda edital de venda da Light
OESP	23/03/1996	Distribuidora de energia baiana será privatizada
OESP	23/03/1996	Leilão pode ter moeda podre
OESP	17/03/1996	BNDES define custo de recuperação da RFFSA
OESP	13/03/1996	BNDES aumenta financiamento à agroindústria
OESP	18/03/1996	BNDES pode ter R\$ 3 bi para criar empregos
OESP	21/03/1996	Munição
OESP	06/03/1996	Juiz indeferiu ação horas antes
OESP	28/03/1996	Ações do Banco do Brasil reagem e têm alta de 8%
OESP	15/03/1996	Landau diz que preço de venda da Light é correto
OESP	04/03/1996	Conciliador
OESP	29/03/1996	Governo volta atrás e adia leilão da Light
OESP	21/03/1996	Leilão do Meridional será dia 14 de maio no Rio
OESP	22/03/1996	RS acelera o processo de venda da CRT
OESP	04/03/1996	Dois consórcios disputam a malha oeste da Rede no leilão de amanhã
OESP	30/03/1996	Desconto na venda da Light é incognita
OESP	16/03/1996	BNDES não vai mais financiar a venda da Light
OESP	23/03/1996	Direto da fonte
OESP	02/04/1996	Serra nega recuo do governo para vender a Light
OESP	26/04/1996	BNDES vende ações da Telesp
OESP	22/04/1996	Empresas brasileiras no exterior
OESP	23/04/1996	Investimento empaca no financiamento
OESP	27/04/1996	Finame não está sendo repassado, aponta pesquisa
OESP	25/04/1996	Turismo é seguimento que mais cresce, afirma Dorothéa
OESP	25/04/1996	BNDES
OESP	29/04/1996	Pro-emprego receberá R\$ 6 bi
OESP	05/05/1996	O vácuo que ameaça venda da Light
OESP	09/05/2009	Leilão da RFFSA deve ter ágio
OESP	09/05/1996	BNDES antecipa recurso para venda em oito estados
OESP	08/05/1996	Receita de venda da Cespe será antecipada

OESP	22/05/1996	Leilão da Vale terá venda distribuída de ações
OESP	22/05/1996	Áreas públicas complicam critérios
OESP	25/05/1996	Empresas estaduais de energia terão prioridade
OESP	25/05/1996	Empréstimos do BNDES para micros cresceram 38% em 95
OESP	08/05/1996	Controle da Vale pode ser vetado a concorrentes
OESP	29/06/1996	BNDES pode dar financiamento de até 15 anos
OESP	29/06/1996	Cesp receberá R\$ 400 mi
OESP	23/06/1996	Crédito do BNDES atende a 0,4% das empresas
OESP	23/06/1996	Linha permite financiamento de máquina usada
OESP	23/06/1996	Nove bancos credenciados para o repasse
OESP	23/06/1996	Exigências podem levar a exclusão de interessados
OESP	30/06/1996	BNDES facilita crédito a quem participa do projeto
OESP	26/06/1996	Telecomunicação fica fora da reunião do CND
OESP	26/06/1996	BNDES pode ser excluído do processo na telefonia
OESP	26/06/1996	Pauta inclui leilão da RFFSA
OESP	21/06/1996	Liberado crédito de R\$ 500 mi pa micros
OESP	21/06/1996	BNDES terá subsidiária para comércio no exterior
OESP	22/06/1996	Pio Borges assume atribuições de Landau
OESP	22/06/1996	Novo diretor já chefiou leilões
OESP	15/06/1996	Estímulo à exportação terá nova linha de crédito
OESP	28/06/1996	Governo inclui 31 portos e 11 elétricas na privatização
OESP	15/06/1996	Programa de privatização muda dia 27
OESP	15/06/1996	Meridional terá crédito especial
OESP	27/06/1996	Condução da venda das teles está indefinida
OESP	30/06/1996	Distribuição será primeiro setor a ser desestatizado
OESP	21/06/1996	Direto da fonte
OESP	21/06/1996	Pode sair hoje novo nome do diretor de desestatização
OESP	27/06/1996	Investimentos em Minas vão somar R\$ 1 bi
OESP	28/06/1996	Portos serão arrendados ao setor privado
OESP	23/06/1996	TV de tela grande vai se popularizar
OESP	23/06/1996	Venda de eletroeletrônicos explodem
OESP	19/07/1996	Bancos reagem à troca exigida pelo BNDES
OESP	19/07/1996	Merryl apresenta modelo para venda da Vale
OESP	19/07/1996	Justiça embarga TDAs em compra da Light
OESP	20/07/1996	BNDES dá prazo para crédito do Bamerindus
OESP	17/07/1996	Japoneses querem investir mais no país
OESP	18/07/1996	Projeto de venda da Vale será entregue hoje pela Merrill Lynch
OESP	16/07/1996	Fenasoft projeta vendas de R\$ 3,7 bi
OESP	18/08/1996	Créditos sociais do BNDES ainda são projetos
OESP	29/08/1996	Grupo dos EUA que arrematou Malha Oeste vai ser fechado
OESP	20/08/1996	BNDES terá R\$ 16,9 bi para investimentos em 1997
OESP	20/08/1996	Carneiro saiu descontente
OESP	11/08/1996	Linha de crédito do BNDES existe só no papel
OESP	17/08/1996	BNDES aprova créditos de US\$ 5,8 bi
OESP	13/08/1996	Ferronorte muda de mãos hoje
OESP	02/08/1996	BNDES desmente pedido de Olacyr para renegociação
OESP	10/08/1996	Noel Group compra 20% da Ferronorte
OESP	16/08/1996	Mansur compra Mappin e vai abrir franquias da rede
OESP	19/08/1996	Direto da fonte
OESP	11/08/1996	Proejecto de financiamentos está em fase ed convênios
OESP	13/08/1996	Direto da fonte
OESP	14/08/1996	Direto da fonte
OESP	24/08/1996	Estados vão repartir 50% da Vale
OESP	03/08/1996	Regras de venda da Vale devem impedir lances de concorrentes
OESP	04/08/1996	Abrace reivindica programa de financiamento
OESP	05/08/1996	Direto da fonte
OESP	06/08/1996	Novas vendas serão mais democráticas, prevê Borges

OESP	23/08/1996	BNDES estuda criação de fundo para média empresa
OESP	17/08/1996	Leilão da Vale contará com fundos de pensão
OESP	01/09/1996	A Vale vai bem, não o resto
OESP	07/09/1996	Light terá 24% de ações ofertadas
OESP	07/09/1996	Modelo de vendas recebe elogios
OESP	09/09/1996	BNDES empresta mais e o risco poderá crescer
OESP	01/09/1996	Infraestrutura recebe mais crédito do BNDES
OESP	21/09/1996	Mais ao mar...
OESP	04/10/1996	Sobre o BNDES e as contas públicas
OESP	08/10/1996	Contabilizando lucros
OESP	08/10/1996	BNDES deve divulgar amanhã edital da Vale do Rio Doce
OESP	09/10/1996	Leilão da Ferrovia Tereza Cristina será dia 22 de novembro
OESP	09/10/1996	Adiado edital de venda da Vale
OESP	04/10/1996	Mercado de TV paga deve dobrar a cada 3 anos
OESP	26/11/1996	BNDES abre sala de informações da Vale
OESP	04/12/1996	Venda da Vale deve ser adiada para março
OESP	11/12/1996	Orçamento do BNDES deve ficar abaixo do previsto em 97
OESP	14/12/1996	Jari Celulose negocia troca de dívidas por ações
OESP	19/12/1996	BNDES volta a adiar o leilão da Vale
OESP	20/12/1996	Venda de estatais rendeu US\$ 5,9 bi no ano
OESP	20/12/1996	Bianchesi auditará leilão da Vale
OESP	27/12/1996	Decisão do BNDES faz Cemig suspender venda de ações
OESP	26/01/1997	Venda da Vale poderá render R\$ 5,2 bi
OESP	26/01/1997	Discussão maior gira em torno do preço mínimo
OESP	15/01/1997	BNDES rejeita adiantamento da venda
OESP	21/01/1997	Descoberta pode retardar venda da Vale
OESP	21/01/1997	FRE será usado para inibir importações
OESP	13/01/1997	Direto da fonte
OESP	16/01/1997	Mais dois grupos tem acesso ao data room
OESP	29/01/1997	BNDES diverge de ministério sobre incentivos à indústria
OESP	29/01/1997	Modernização terá prioridade
OESP	31/01/1997	Governo evita comentar mudanças na venda da Vale
OESP	31/01/1997	BNDES incentiva produção de insumos para telecomunicação
OESP	18/01/1997	Descoberta da Vale quadruplica lucro de acionista
OESP	18/01/1997	Pio Borges admite rever preço mínimo
OESP	22/01/1997	Deputados vão pesquisar a data room da Vale
OESP	23/01/1997	FH admite adiar leilão da Vale
OESP	20/01/1997	Dinheiro da privatização irá para investimento
OESP	20/01/1997	Operações devem reduzir custo da dívida pública
OESP	20/01/1997	O grande papel do BNDES
OESP	06/01/1997	Governo quer mais proteção contra importados
OESP	01/02/1997	O bom e o ruim no BNDES
OESP	26/02/1997	BNDES garante ter recurso para exportadores
OESP	26/02/1997	Edital da Vale vai sair sem o preço mínimo
OESP	12/01/1997	Programa destina mais crédito para baixa renda
OESP	12/01/1997	Banco do povo quer apoio do BNDES
OESP	06/02/1997	Governo terá 50% de novas vendas da Vale
OESP	11/02/1997	Privatização de saneamento básico ganha força
OESP	11/02/1997	Setor requer US\$ 2,5 bi por ano
OESP	07/03/1997	Reservas da Vale terão contrato de risco
OESP	11/02/1997	Saneamento terá modelo diferente de privatização
OESP	08/02/1997	Rebate
OESP	28/02/1997	Dinheiro da Vale irá para dívida e infraestrutura
OESP	28/02/1997	Novo fundo será usado em empréstimos ao setor privado
OESP	05/02/1997	Novo título remunerará descobertas da Vale
OESP	14/02/1997	BNDES admite déficit de US\$ 8 bi em 97
OESP	04/03/1997	Kandir recebe hoje do BNDES proposta do edital da Vale

OESP	12/03/1997	Um banco estatal próspero
OESP	08/03/1997	Dynamis é vendida com ágio de 88%
OESP	07/03/1997	Acordo para pesquisas deve sair hoje
OESP	15/03/1997	Taxa de longo prazo deve cair abaixo de 10%
OESP	15/03/1997	Exportação terá fundo de aval
OESP	15/03/1997	BNDES ataca os críticos que avaliaram a estatal
OESP	15/03/1997	Minoritário tem prazo de adesão a leilão
OESP	20/03/1997	Dinheiro da Vale terá juro equivalente ao da dívida
OESP	25/03/1997	Presidente do BNDES defende Merrill Lynch
OESP	25/03/1997	BNDESPar em R\$ 2 bi oara disputar banda B
OESP	03/03/1997	Privatização atrai fundos americanos
OESP	21/03/1997	Bamerindus rejeita recursos do Proer, diz Vieira
OESP	21/03/1997	BNDES prepara acordo com Inpacel
OESP	22/03/1997	Indústria promete preço baixo
OESP	22/03/1997	BNDES rejeita sindicância
OESP	25/03/1997	Furnas e Eletronorte começam a ser vendidas hoje
OESP	05/03/1997	Preço de venda da Vale será definido hoje
OESP	05/03/1997	BNDESPar será aliada de de empregados no leilão
OESP	26/03/1997	Indústria ainda deve se ajustar, diz economista
OESP	11/03/1997	BNDES obtem lucro recorde de R\$ 93 mi
OESP	08/03/1997	Disputa pela empresa foi acirrada
OESP	29/03/1997	O passado e o futuro
OESP	09/03/1997	SP quer atrair fornecedores mundiais
OESP	05/03/1997	BID e BNDES vão ampliar créditos a micros
OESP	13/03/1997	Estudo revela deterioração das contas públicas
OESP	14/03/1997	Modernização das teles deve agradar déficit da balança
OESP	19/03/1997	Mota anuncia incentivo e crédito à produção no país
OESP	30/04/1997	Governo apela para o STJ para vender a Vale
OESP	26/04/1997	BNDES duvida de ágio de 30%
OESP	26/04/1997	TCU vê irregularidade na avaliação da Vale
OESP	12/04/1997	BNDES será encarregado de venda da Inpacel
OESP	10/04/1997	BNDES quer ser acionista dos consórcios de celulares
OESP	22/04/1997	Governo já admite atraso no leilão da Vale
OESP	10/04/1997	Recursos do BNDES para celular são ilimitados
OESP	21/04/1997	Leilão da Vale pode virar uma batalha judicial
OESP	24/04/1997	STF rejeita recurso do BNDES contra liminar
OESP	29/04/1997	Governo tenta manter leilão suspenso pela Justiça
OESP	29/04/1997	Juiz mantém liminar contra venda
OESP	29/04/1997	Varas federais fizeram plantão para avaliar ações
OESP	29/04/1997	BNDES luta contra mais de 100 ações
OESP	30/04/1997	Pleno do TRF não julga recurso antes do dia 8
OESP	06/04/1997	Tarifa de componentes para celular cairá a zero
OESP	03/04/1997	Vale e BNDES assinam contrato para futuras jazidas
OESP	17/04/1997	60 ações contestam venda da Vale
OESP	23/04/1997	Uso do subsolo foi mantido
OESP	24/04/1997	Ações na Justiça contra o leilão já chegam a 70
OESP	07/04/1997	Fabricantes de equipamentos vão faturar 50% mais
OESP	09/04/1997	FH acena nova política industrial
OESP	27/04/1997	Preço mínimo é de R\$ 10bi
OESP	13/04/1997	Brasil tira proveitos dos erros de outros países
OESP	30/04/1997	BNDES fica fechado todo o dia, com muitas reuniões
OESP	07/05/1997	Guerra nos bastidores
OESP	10/05/1997	Cheque bilionário encerra venda da Vale
OESP	07/05/1997	Medida surpreendeu BNDES
OESP	26/05/1997	Como o BNDES quer apoiar os grandes projetos
OESP	27/05/1997	Fábricas de carros devem investir US\$ 17 bi
OESP	09/05/1997	Repensar a "integração competitiva"

OESP	10/05/1997	Embraer vende 22 aviões para a Rio-Sul
OESP	10/05/1997	As quatro lições da Vale
OESP	09/05/1997	Brumer é o mais cotado para dirigir a Vale
OESP	24/05/1997	BNDESPar e FND vendem 1 bilhão de ações da Petrobras
OESP	06/05/1997	TRF mantém liminar contra venda da vale
OESP	06/05/1997	Governo alega prejuízo para garantir o leilão
OESP	04/05/1997	BNDES foi vítima de 'armação', diz Barros
OESP	10/05/1997	Público poderá comprar ações
OESP	27/05/1997	Fábrica da Peugeot terá recursos do BNDES
OESP	04/05/1997	Governo perde a batalha contra o relógio
OESP	08/05/1997	Governo recebe os R\$ 3,3 bi dia 19
OESP	07/06/1997	BNDES aprova financiamentos de R\$ 1,14 bi
OESP	02/06/1997	Estudo propõe moeda única para o Mercosul
OESP	03/06/1997	Infraestrutura precisa de US\$ 26 bi por ano
OESP	01/06/1997	Direto da fonte
OESP	21/06/1997	Um novo BNDES
OESP	23/07/1997	Programa terá crédito de R\$ 30 mi
OESP	29/07/1997	Leilão de ações da VCP fracassa e cotação cai
OESP	30/07/1997	Exportador terá US\$ 1 bi do BNDES
OESP	22/07/1997	BNDES dará crédito para pequenos e médios
OESP	27/07/1997	Direto da fonte
OESP	23/07/1997	Governo quer dividir Furnas antes de vender
OESP	22/07/1997	Exportação condiciona crescimento, revela estudo
OESP	28/08/1997	Empréstimos do BNDES crescem 27%
OESP	31/08/1997	Os caminhos privatizantes para a reeleição
OESP	01/08/1997	BNDES antecipou receitas
OESP	07/08/1997	BNDES terá linha especial para o setor
OESP	08/08/1997	BNDES estimula eletroeletrônico para tentar reduzir importação
OESP	08/08/1997	Crise da Jari Celulose pode ter solução em breve
OESP	12/08/1997	Editais de privatização terão cláusula sobre concorrência
OESP	13/08/1997	BNDES busca solução para Verolme
OESP	13/08/1997	Estaleiro deve ao BNDES cerca de R\$ 50 mi
OESP	13/08/1997	Ações da Petrobras podem render R\$ 5,8 bi
OESP	20/08/1997	BNDES estuda financiamento para as estatais
OESP	21/08/1997	BNDES prevê novos empregos nas telecomunicações
OESP	22/08/1997	Direto da fonte
OESP	22/08/1997	BNDES vai ofertar ações da Vale
OESP	23/08/1997	BNDES fecha acordo para tentar substituir importação de cinescópios
OESP	26/08/1997	BNDES antecipa receita da CPFL
OESP	02/09/1997	BNDESPar pode arrecadar R\$ 19,5 mi
OESP	07/09/1997	Governo quer investir no pequeno agricultor
OESP	07/09/1997	Abertura foi malfeita, diz assessora do BNDES
OESP	07/09/1997	Não há política industrial no Brasil
OESP	08/09/1997	Inadimplência de estaleiros no BNDES é recorde
OESP	16/09/1997	Vendas de estatais já renderam US\$ 36 bi
OESP	16/09/1997	BNDES susta os financiamentos via Finame
OESP	20/09/1997	Créditos à exportação cresceram 143% no ano
OESP	23/09/1997	BNDES quer a criação de três polos agrícolas no País
OESP	27/09/1997	Crédito a investimento no BNDES tem forte expansão
OESP	01/10/1997	Brasil em Ação deve criar 400 mil vagas em 98
OESP	02/10/1997	BNDES libera R\$ 200 mil para a Favela da Rocinha
OESP	03/10/1997	Dinheiro para a Ford sairá do BNDES
OESP	10/10/1997	BNDES concede crédito para demitidos de estatais
OESP	13/10/1997	Estudo 'inocenta' abertura por desemprego
OESP	13/10/1997	Indústria extrativista foi o setor mais beneficiado
OESP	13/10/1997	Importação faz empresa segurar preço
OESP	13/10/1997	Setor elétrico cale no mínimo US\$ 120 bi

OESP	13/10/1997	Analistas do mercado de capitais disputam o trabalho
OESP	14/10/1997	Dieese conclui que abertura comercial agravou a situação
OESP	15/10/1997	BNDES capta US\$ 228 mi na Alemanha
OESP	19/10/1997	Fechar Lloyd custou R\$ 240 mi ao Tesouro
OESP	21/10/1997	BNDES financiará até 30%
OESP	22/10/1997	Credores da Jari Celulose tentam acordo hoje
OESP	23/10/1997	BNDES prevê disputa judicial pela Conepar
OESP	24/10/1997	Governo pretende forçar disputa no setor energético
OESP	24/10/1997	Autopeças têm de ampliar ajuste, revela estudo
OESP	27/10/1997	Rennó discorda de Mendonça de Brassol sobre destino da Petrobras
OESP	28/10/1997	BNDESPAr suspende crédito à Odebrecht
OESP	31/10/1997	Odebrecht deve abrir mão de preferência na Conepar
OESP	05/11/1997	Governo faz mutirão jurídico para garanti venda
OESP	06/11/1997	BNDES vai liberar US\$ 2 bi em 98
OESP	08/11/1997	BNDES teve lucro líquido de R\$ 819 mi até setembro
OESP	11/11/1997	Pequena empresa terá fundo do BNDES
OESP	12/11/1997	Gasto com juro real pode chegar a 7,4% do PIB
OESP	15/11/1997	Financiamento do BNDES sai 4ª feira
OESP	21/11/1998	A vitória do BNDES
OESP	22/11/1997	Funcionários do BNDES fazem greve por aumento
OESP	22/11/1997	Empresas usam limite de recompra de ação
OESP	24/11/1997	Crise não reduz interesse pela Telebras
OESP	28/11/1997	Direto da fonte
OESP	29/11/1997	BNDES e Eletrobrás ajudaram na privatização da Cemat
OESP	03/12/1997	BNDES estima déficit externo de US\$ 5 bi em 98
OESP	04/12/1997	Energipe é vendida com ágio de 96,06%
OESP	04/12/1997	BNDES empresta R\$ 300 mi à cataguazes
OESP	04/12/1997	BNDES ajuda CPFL a recomprar ações
OESP	05/12/1997	BNDES fará parceria com a Petrobras
OESP	05/12/1997	Instituição libera financiamento para três estados
OESP	06/12/1997	Atividade do Jari será retomada
OESP	06/12/1997	BNDES estoura orçamento em R\$ 5 bi
OESP	11/12/1997	Estudo mostra setores a serem beneficiados
OESP	12/12/1997	BNDES tenta atrair indústrias eletrônicas
OESP	18/12/1997	Estudo do BNDES revela aumento de 10% na produtividade industrial
OESP	18/12/1997	Pesquisa mostra que pedido é entregue no prazo
OESP	19/12/1997	para técnicos, fase de demissões dura pouco
OESP	23/12/1997	BNDES alivia análise de risco de empresas
OESP	23/12/1997	Embraer deve exportar US\$ 1,2 bi em 98
OESP	24/12/1997	Direto da fonte
OESP	31/12/1997	País detém 1% do comércio de têxteis
OESP	31/12/1997	Indústria começa a mostrar recuperação
OESP	11/01/1998	Para BNDES, habitação é saída para crescimento
OESP	13/01/1998	Técnico do BNDES diz que é preciso ter sangue fio
OESP	19/01/1998	Abertura chega ao mercado de resseguros
OESP	20/01/1998	BNDES vai emprestar 15% menos em 98
OESP	20/01/1998	Saem amanhã os R\$ 300 mi da Peugeot
OESP	22/01/1998	BNDES libera R\$ 700 mi para a Fiat
OESP	22/01/1998	Peugeot inicia obras da fábrica em abril
OESP	23/01/1997	FHC quer debater política industrial com sindicatos
OESP	25/01/1998	Os investimentos sociais do BNDES
OESP	27/01/1998	BNDES destinará US\$ 7,3 bi para a infraestrutura
OESP	28/01/1998	Governo quer novo modelo de política industrial
OESP	03/02/1998	BNDES anuncia operação com ações da Eletrobrás
OESP	04/02/1998	BNDESPAr vai leiloar debênture conversível em ações da Eletrobrás
OESP	05/02/1998	BNDES planeja emissões para suprir financiamentos
OESP	06/02/1998	Propostas deverão ser abertas no dia 27

OESP	06/02/1998	BNDESPar vai lançar índice ações em março
OESP	10/02/1998	Credores da Chapecó pressionam BNDES
OESP	11/02/1998	BNDES cria linha de crédito para conter importação
OESP	11/02/1998	Recurso atrasa privatização da Telebrás
OESP	13/02/1998	Setor têxtil poderá usar créditos para comprar CPR
OESP	18/02/1998	Copa e eleições ajudam papéis do setor textil
OESP	23/02/1998	Vai precisar de uma crise
OESP	28/02/1998	BNDES sugere que governo corte despesas secundárias
OESP	04/03/1998	BNDES reduz antecipação de receita para as privatizações
OESP	04/03/1998	Fundo de Aval deve sair esta semana
OESP	16/03/1998	BNDES financiará venda da Eletropaulo
OESP	16/03/1998	BNDES continua a antecipar recursos a Estados
OESP	16/03/1998	Governos receberão R\$ 1 bi em empréstimos
OESP	17/03/1998	BNDES apoia plano antidesemprego
OESP	18/03/1998	BNDES facilita crédito para microempresa exportadora
OESP	19/03/1998	BNDES vai limitar gasto por área
OESP	19/03/1998	País produzirá mais eletricidade
OESP	22/03/1998	BNDES facilita crédito para exportação
OESP	22/03/1998	Juros, o gargalo da infraestrutura
OESP	24/03/1998	Direto da fonte
OESP	24/03/1998	O financiamento dos investimentos
OESP	27/03/1998	BNDES negocia com Bird financiamento de energéticas
OESP	31/03/1998	BNDES deve perder espaço em financiamentos
OESP	31/03/1998	Objetivo é elevar poupança no país
OESP	03/04/1998	Dinheiro vai todo para investimento
OESP	09/04/1998	Petrobras terá parceiros na Bacia de Santos
OESP	14/04/1998	Suplicy critica atuação do BNDES
OESP	27/10/1998	Governo acha fórmula para reduzir déficit
OESP	01/05/1998	BNDES admite adiar leilão das teles
OESP	05/05/1998	BNDES já admite antecipar receita para estatais
OESP	09/05/1998	Créditos do BNDES cresceram 115% em 98
OESP	09/05/1998	Estrangeiro não terá restrição, diz Resende
OESP	09/05/1998	Ecconomia volta a crescer no 2º semestre, prevê BNDES
OESP	12/05/1998	Telebrás deve render até R\$ 20 bi
OESP	14/05/1998	BNDES não vai aceitar pressão para elevar gastos, diz Rezende
OESP	21/05/1998	BNDES recebe R\$ 45 bi em pedidos para parcerias
OESP	26/05/1998	Equipe prepara reforma trabalhista
OESP	27/05/1998	BNDES liberou R\$ 2,47 bi em financiamentos
OESP	29/05/1998	Preço mínimo deve chegar a R\$ 16 bi
OESP	29/05/1998	Leilão da Telebrás é adiado para 29 de julho
OESP	01/06/1998	BNDES vincula receita de privatização de Estados
OESP	01/06/1998	Financiamento não abrange o ágio
OESP	01/06/1998	Venda de estatais seguiu explosão da dívida
OESP	01/06/1998	Estaduais renderam R\$ 14,5 bi
OESP	02/06/1998	Estaduais renderam R\$ 14,5 bi
OESP	02/06/1998	Secretário elogia medida do BNDES
OESP	02/06/1998	BNDES admite que fundo de aval ainda está emperrado
OESP	02/06/1998	Crédito para exportação atingiu US\$ 750 mi
OESP	03/06/1998	BNDES nega crédito a empresas de saneamento
OESP	05/06/1998	Empresa terá concorrentes em breve
OESP	06/06/1998	BNDES capta US\$ 1 bi em eurobonus de 10 anos
OESP	07/06/1998	Rússia alivia crise e BNDES faz captação de US\$ 1 bi
OESP	09/06/1998	Os eurobonus com juros flutuantes
OESP	09/06/1998	Uso de recursos dos leilões divide equipe
OESP	14/06/1998	Comércio eletrônico pode chegar a US\$ 300 bi
OESP	17/06/1998	Demanda por crédito cresce 58%
OESP	17/06/1998	Ordem das ofertas sai no dia 9

OESP	18/06/1998	Privatização pode dar ao governo mais US\$ 52 bi em dois anos
OESP	20/06/1998	BNDES nega adiamento do leilão do Sistema Telebrás
OESP	23/06/1998	Para BNDES, alta nas vendas externas é improvável
OESP	24/06/1998	BNDES será posto avançado para defender leilão das teles
OESP	24/06/1998	Telebrás vai vender 2,18% das ações a empregados
OESP	26/06/1998	BNDES financia usina da CSN
OESP	27/06/1998	Desistência de corte agrava o déficit de 99
OESP	30/06/1998	Venda das teles criará 2 mi de empregos
OESP	30/06/1998	Mudanças no edital devem ser anunciadas essa semana
OESP	09/07/1998	BNDES financia candidato nacional à Telebras
OESP	09/07/1998	Holdings terão de oferecer plano de demissão
OESP	10/07/1998	Cortes efetivos do BNDES chegam a R\$ 100 mi
OESP	14/07/1998	Fornecedor nacional terá proteção
OESP	20/07/1998	Direto da fonte
OESP	22/07/1998	Demanda por crédito do BNDES cresce 50%
OESP	23/07/1998	Cresce a demanda por investimentos
OESP	24/07/1998	TeleNorte e Embratel têm venda mais difícil
OESP	26/07/1998	Atraso da privatização da Fepasa
OESP	26/07/1998	Atraso da privatização da Fepasa
OESP	30/07/1998	Infraestrututra privada atrai BNDES
OESP	30/07/1998	Governo não vai assumir dívida do ICMS
OESP	31/07/1998	Crescem divergências entre o BNDES e a Inepar
OESP	01/08/1998	Borges já admitiu dúvidas quanto ao crédito da Telemar
OESP	01/08/1998	AG tenta empréstimo no BNDES
OESP	03/08/1998	Telemar garante que pagará parcela amanhã
OESP	04/08/1998	Consórcio que comprou a Telemar é alterado
OESP	05/08/1998	Empresa estrangeira será sócia da Telemar
OESP	05/08/1998	BNDES garante venda da Telenorte
OESP	05/08/1998	Participação estatal atrai operadoras internacionais
OESP	05/08/1998	Participação do BNDES na Telemar já desperta interesse
OESP	05/08/1998	Direto da fonte
OESP	05/08/1998	Governo tem de dar sinais de controle do déficit
OESP	06/08/1998	Governo manterá poder de decisão da Telemar
OESP	06/08/1998	BNDES financia só três consórcios
OESP	07/08/1998	O BNDES à procura de parceiros
OESP	08/08/1998	Comprador da Gerasul não terá crédito do BNDES
OESP	09/08/1998	A zebra da Telebrás
OESP	12/08/1998	Uma maneira de sobreviver
OESP	12/08/1998	BNDES tem propostas pela Telemar
OESP	12/08/1998	Para Pio Borges, telefônica poderá sair da gestão da CRT
OESP	20/08/1998	BNDES deve leiloar sua participação na Telemar
OESP	20/08/1998	BNDES deve leiloar sua participação na Telemar
OESP	22/08/1998	Anfavea quer US\$ 8 bi para renovar frota
OESP	24/08/1998	Ceará terá nova indústria ao custo de US\$ 25 mi
OESP	29/08/1998	BNDES venderá 100% de suas ações na Telemar
OESP	29/08/1998	Bolsas interrompem sequência de quedas
OESP	30/08/1998	Pedidos de crédito aumentam no BNDES
OESP	01/09/1998	Custo alto faz BNDES reduzir captação externa
OESP	02/09/1998	Empregado ganha tempo para obter ações da Telebrás
OESP	02/09/1998	Leilão da Fepasa é adiado para 10 de novembro
OESP	10/09/1998	BNDES admite financiar parte da Gerasul
OESP	12/09/1998	Cronograma de privatizações deve ser mantido
OESP	16/09/1998	Privatização chegará a US\$ 40 bi em 98
OESP	16/09/1998	Gerente do BNDES crê em queda mais rápida de juros
OESP	22/09/1998	Abimaq critica corte de financiamento
OESP	23/09/1998	Abimaq critica corte de financiamento
OESP	23/09/1998	Privatização deve render US\$ 20bi em 1999

OESP	23/09/1998	Pagamento parcelado está em estudo
OESP	24/09/1998	Aumentam pedidos de empréstimos do BNDES
OESP	25/09/1998	BNDES quer antecipar receita das privatizações
OESP	02/10/1998	Operação de antecipação de pagamentos será feita em 3 etapas
OESP	03/10/1998	Teles poderão ter R\$ 2 bi do BNDES
OESP	10/10/1998	Renda com privatização pode chegar a R\$ 100 bi até 99
OESP	14/10/1998	Crédito do BNDES não chega à pequena empresa
OESP	15/10/1998	TCU investiga participação de BNDESPar em tele
OESP	15/10/1998	Venda de ações para italianos preocupa acionistas da Telemar
OESP	18/10/1998	BNDES culpa bancos pela falta de créditos
OESP	18/10/1998	Pequenos ampliam participação
OESP	18/10/1998	Estudo conclui que não há espaço para novas fábricas
OESP	18/10/1998	BNDESPar começa a definir controle da Tele Norte Leste
OESP	23/10/1998	Participação da Stet na Telemar depende da Anatel
OESP	23/10/1998	FHC e Eximbank discutem créditos hoje
OESP	23/10/1998	Anatel condiciona compra de ações pela Stet
OESP	29/10/1998	Para BNDES, rejeição ao pacote é desastrosa
OESP	22/11/1998	Reestruturação do setor energético
OESP	05/11/1998	Lara Resende recebe multa R\$ 15 mil do TCU
OESP	13/11/1998	Boatos fazem bolsa recuar 3,76%
OESP	16/11/1998	Banda A precisa de financiamento
OESP	16/11/1998	Comunicações terão déficit comercial menor
OESP	20/10/1998	Direto da fonte
OESP	22/11/1998	BNDES atrasa liberação de recursos para financiamentos
OESP	22/11/1998	42 empresas vão trocar de mãos nos próximos anos
OESP	25/11/1998	Atrasos do BNDES prejudicam Confab
OESP	25/11/1998	Anatel confirma data de leilão das espelhos
OESP	29/11/1998	Escuta telefônica faz mercado questionar atuação do BNDES
OESP	29/11/1998	A difícil escolha de FHC
OESP	24/12/1998	BNDES deve desembolsar US\$ 2,2 bi para a telefonia
OESP	24/12/1998	Orçamento será de R\$ 18 bi
OESP	15/12/1998	BNDES concede US\$ 260 mi à Petrobras
OESP	11/12/1998	É possível reduzir a TJLP
OESP	03/12/1998	Dois grupos devem disputar leilão da Ceal
OESP	03/12/1998	Saelpa deve atrair US\$ 600 mi, prevê BNDES
OESP	03/12/1998	BNDES prevê juros básicos de 13% em março
OESP	13/12/1998	Privatização rendeu US\$ 85 bi desde 1991
OESP	05/12/1998	BNDES suspende crédito à CSN por dano ao ambiente
OESP	05/01/2007	BNDES empresta R\$ 1,1 bi à ALL
OESP	03/01/2007	BNDES muda sistema de crédito para caminhoneiro
OESP	24/01/2007	Orçamento do BNDES para este ano deve aumentar
OESP	14/01/2007	O recorde do BNDES
OESP	22/01/2007	Financiamentos do BNDES crescem 30%
OESP	22/01/2007	Empréstimos do BNDES são mais atrativos
OESP	10/02/2007	Lucro do BNDES dobra e chega a R\$ 6,3 bilhões
OESP	26/02/2007	Empresas trocam BNDES pela Bolsa
OESP	12/02/2007	Crédito do BNDES para o etanol cresce quase 9%
OESP	15/01/2007	Crédito do BNDES para o etanol cresce quase 9%
OESP	13/02/2007	Para o BNDES, investimento cresce 2,2% do PIB com o PAC
OESP	11/03/2007	Crédito incentiva a fusão de empresas no setor aeronáutico
OESP	14/03/2007	BNDES vai vender ações de holding da Eletropaulo
OESP	15/03/2007	BNDES pode obter R\$ 2,4 bi com saída da Brasileira
OESP	25/03/2007	No BNDES, sinais favoráveis
OESP	25/03/2007	BNDES repensa estratégia nacional
OESP	30/03/2007	TJLP fica estável em 6,5% ao ano
OESP	06/04/2007	Ministro vai discutir com Lula na 2ª feira o novo comando do BNDES
OESP	07/04/2007	BNDES dá mais crédito às múltis

OESP	12/04/2007	Jorge quer ex-executivo do Santander no BNDES
OESP	13/04/2007	Lula define nome para o BNDES na próxima semana
OESP	14/04/2007	Real forte contém empréstimos do BNDES
OESP	14/04/2007	Lala não quer mudar a linha do BNDES, diz deputado
OESP	17/04/2007	Lula indica que BNDES não vai para escolhido de Jorge
OESP	19/04/2007	Lula rejeita escolha de Jorge e Coutinho vai para o BNDES
OESP	19/04/2007	Indústria aprova Coutinho e espera apoio ao setor
OESP	19/04/2007	Mudança estimula disputas no governo
OESP	19/04/2007	Desafio do banco é cumprir orçamento
OESP	20/04/2007	Fiesp contesta estudo elaborado pelo BNDES
OESP	20/04/2007	Coutinho diz que BNDES dará suporte ao PAC
OESP	21/04/2007	Caminhão com motor de Kombi
OESP	22/04/2007	Da Lei de Reserva ao BNDES
OESP	24/04/2007	BID destina US\$ 1 bi às pequenas
OESP	26/04/2007	Luciano Coutinho: concorrência é jogo de soma positiva
OESP	27/04/2007	SBT recebe recursos para TV digital
OESP	28/04/2007	Coutinho toma posse e Bernardo garante que BNDES não muda
OESP	02/05/2007	Novos desafios para o BNDES
OESP	03/05/2007	Política industrial terá envergadura'
OESP	03/05/2007	Intervenção, sim. Mas sem exagero
OESP	03/05/2007	Empresários vêem foco em inovação
OESP	05/05/2007	A régua e o compasso
OESP	05/05/2007	Anfavea comemora resultados com Lula
OESP	05/05/2007	Crescimento pode ser vôo de galinha'
OESP	15/05/2007	Evo quer aviões negados a Chávez
OESP	06/05/2007	Aporte no Banco do Sul surpreende Miguel Jorge
OESP	15/05/2007	Desembolsos do BNDES crescem 40% entre janeiro e abril
OESP	20/05/2007	A retomada do BNDES
OESP	29/05/2007	BNDES aprova crédito de R\$ 1,5 bi para Vivo
OESP	30/05/2009	Leilão de ações da Brasileira deve ser feito até outubro
OESP	30/05/2007	Governo facilita implantação da TV digital
OESP	06/06/2007	BNDES finaliza pacote de medidas
OESP	10/06/2007	Apoio aos pequenos negócios
OESP	10/06/2007	Brasil terá 30 mil quilômetros de novos trilhos até 2010
OESP	12/06/2007	Tesouro vai ajudar órfãos do câmbio
OESP	12/06/2007	Tesouro vai ajudar órfãos do câmbio
OESP	13/06/2007	Ajuda a órfãos do câmbio vai custar R\$ 1 bi à União
OESP	17/06/2009	Inovação deve ser o foco do BNDES de Coutinho
OESP	20/06/2007	Desembolsos do BNDES crescem 40% até maio
OESP	21/06/2007	Coutinho põe desenvolvimentista no lugar de Barros de Castro
OESP	25/06/2007	Seis emissoras buscam financiamento do BNDES
OESP	26/06/2007	BRA fala agora em mais 35 aviões da Embraer
OESP	28/06/2007	Política industrial vai apoiar setor de commodities
OESP	28/06/2007	Primeira versão ficou no papel
OESP	28/06/2007	BNDESPar vai investir até R\$ 1,4 bilhão no Friboi
OESP	29/06/2007	Estabilização definitiva só veio em 2005'
OESP	29/06/2007	Orçamento deve ser cumprido
OESP	29/06/2007	AES pode pagar hoje banco
OESP	02/07/2007	Programa conta com crédito do BNDES
OESP	07/07/2007	BNDES: construção vai investir R\$ 470 bi até 2011
OESP	11/07/2007	BNDES ajuda o setor farmacêutico
OESP	11/07/2007	Vale terá recursos do BNDES para ferrovia de Carajás
OESP	17/07/2007	BNDES concederá R\$ 1,6 bi a hidrelétrica
OESP	19/07/2007	BNDES financiará obra do Madeira
OESP	19/07/2007	Empréstimos do BNDES crescem 35% no semestre
OESP	26/07/2007	Sai MP de ajuda a 'órfãos do câmbio'
OESP	28/07/2007	Infra-estrutura toma mais crédito

OESP	10/08/2007	Petrobrás quer fundos de pensão e BNDES na petroquímica do Sudeste
OESP	16/08/2007	BNDES tem maior lucro em 20 anos entre bancos
OESP	19/08/2007	O BNDES acelera empréstimos
OESP	21/08/2007	Exportação pode ser atingida', diz Coutinho
OESP	29/08/2007	Exportação pode ser afetada', diz Coutinho
OESP	29/08/2007	Governo estuda crédito especial para biomassa
OESP	05/09/2007	Crédito do BNDES à infra-estrutura é superior ao de 2006
OESP	14/09/2007	Investimento produtivo está decolando', afirma Coutinho
OESP	25/09/2007	BNDES pode dar R\$ 1,25 bilhão para reforçar o capital da Oi
OESP	28/09/2007	Alta de alimentos é transitória e já está cedendo, diz Coutinho
OESP	28/09/2007	Governo fixa TJLP em 6,25% e encerra processo de queda
OESP	03/10/2007	Política industrial será mais ampla
OESP	04/10/2007	Próximas etapas são trens de passageiros e trem-bala que ligará Rio a São Paulo
OESP	11/10/2007	Telefônica terá crédito de R\$ 2 bilhões do BNDES
OESP	22/10/2007	Investimento deve crescer 20% nos próximos cinco anos, diz BNDES
OESP	26/10/2007	BNDES quer formar pool para estimular debêntures
OESP	27/10/2007	Teles devem levar R\$ 3,15 bi do BNDES
OESP	30/10/2007	BRA atrasa pagamento a fornecedor
OESP	31/10/2007	Bens de capital terão prioridade no BNDES
OESP	01/11/2007	O incentivo dos bens de capital
OESP	06/11/2007	BNDES quer criar grande grupo no setor farmacêutico
OESP	08/11/2007	BNDES pode ter 20% de empresa no Rio Madeira
OESP	13/11/2007	Empréstimos do BNDES crescem 40%
OESP	13/11/2007	Governo vai criar banco de projetos de infra-estrutura
OESP	14/11/2007	BNDES busca mais recursos
OESP	14/11/2007	Infra-estrutura terá US\$ 232 bi até 2011
OESP	18/11/2007	Crédito do BNDES para exportações cai 23%
OESP	23/11/2007	FGTS pode bancar projetos do BNDES
OESP	29/11/2007	Negociação para outro fundo em dólares avança, diz Coutinho
OESP	30/11/2007	Tesouro deve abrir mão de R\$ 8 bi em favor do BNDES
OESP	03/12/2007	TV digital entra no ar; governo dará R\$ 1 bilhão para financiar conversor
OESP	03/12/2007	Brasil vai exportar 60% do aço produzido
OESP	04/12/2007	Usineiros terão R\$ 19,7 bi do BNDES
OESP	04/12/2007	Novo' pacote para TV digital usará linha antiga do BNDES
OESP	05/12/2007	TV digital terá mais R\$ 1 bi em financiamento, afirma BNDES
OESP	10/12/2007	Banco do Sul divide governos
OESP	12/12/2007	Desembolsos de R\$ 56,6 bi do BNDES batem recorde
OESP	13/12/2007	O BNDES aperta o passo
OESP	20/12/2007	BNDES dá R\$ 35 bilhões à infra-estrutura em 2007
OESP	21/12/2007	BNDES apura R\$ 1,21 tri em investimentos
OESP	23/12/2007	O futuro dos bancos públicos
OESP	28/12/2007	Conclusão do gasoduto terá R\$ 4,5 bi do BNDES
OESP	29/12/2007	BNDES volta a financiar vendas de jatos da Embraer no exterior
OESP	04/01/2008	Pacote fiscal taxa crédito a setores produtivos e ajuda a 'órfãos do câmbio'
OESP	08/01/2008	Tesouro empresta R\$ 12,5 bilhões ao BNDES
OESP	08/01/2007	Diretor do banco agradece, mas quer mais
OESP	10/01/2008	Telemar está perto de levar a BrT
OESP	15/01/2008	Associação critica uso do dinheiro do BNDES para financiar o negócio
OESP	16/01/2008	Oi gasta R\$ 11 bi para comprar a BrT
OESP	18/01/2008	Crise não 'carrega' todo o mundo, diz BNDES
OESP	08/02/2008	BNDES libera R\$ 64,9 bilhões em 2007 e bate recorde
OESP	08/02/2008	Compra da Xstrata é compatível com interesse do país, diz Coutinho
OESP	10/02/2008	O BNDES aumenta as liberações
OESP	12/02/2008	BNDES investe em apoio a fornecedores da Embraer
OESP	12/02/2008	Gradiente negocia apoio do BNDES
OESP	13/02/2008	Testamos crenças sobre a economia brasileira'

OESP	19/02/2008	Investimento em ações faz lucro do BNDES crescer 15,5%
OESP	20/02/2008	BNDES fará plano da nova Infraero
OESP	20/02/2008	Lucro da Telefônica caiu 16,1% no ano passado
OESP	21/02/2008	Acordo de Supertele será adiado de novo
OESP	23/02/2008	Investment grade deve sair este ano, prevê Coutinho
OESP	28/02/2008	Desembolsos do BNDES para Infra-estrutura crescem 62%
OESP	29/02/2008	Decisão do CMN eleva verba para obras incluídas no PAC
OESP	02/03/2008	BNDES acelera liberação de crédito
OESP	07/03/2008	Brasil vai crescer 5,5% e virar locomotiva mundial'
OESP	09/03/2008	Ou o BNDES financia o longo prazo ou o crescimento fica prejudicado'
OESP	09/03/2008	Fittipaldi quer a pole em álcool, mas reclama apoio do BNDES
OESP	13/03/2008	Setor perde liderança no BNDES
OESP	15/03/2008	BNDES vai financiar exportação da Embraer
OESP	28/03/2008	BNDES prioriza energia nova, diz Coutinho
OESP	28/03/2008	Banco não vê gargalo produtivo
OESP	31/03/2008	Política industrial do Brasil propõe integrar países da AL
OESP	01/04/2008	BNDES dá crédito bilionário para a Vale
OESP	03/04/2008	BNDES quer agilidade em grandes empréstimos
OESP	09/04/2008	Supermercados ganham o primeiro 'bolsa-geladeira'
OESP	16/04/2008	Crédito 'verde' avança em empresas médias
OESP	23/04/2008	Angola e Moçambique buscam apoio do BNDES
OESP	26/04/2008	BNDES vai emprestar R\$ 1,330 bilhão a Carlos Jereissati e Sérgio Andrade
OESP	29/04/2008	BNDES vai financiar até 75% da usina Jirau
OESP	30/04/2008	BNDES defende operação de compra da BrT pela Oi
OESP	01/05/2008	BNDES faz aporte de R\$ 2,5 bi para Bertin comprar empresas
OESP	07/05/2008	Bernardo diz que proposta do fundo soberano está na reta final
OESP	07/05/2008	Lula diz que fará tudo que estiver ao seu alcance para ajudar a Gradiente
OESP	08/05/2008	Uruguai deve ter agência do BNDES
OESP	08/05/2008	Gradiente diz que negocia com novo sócio e com BNDES
OESP	09/05/2008	Política Industrial terá R\$ 25 bi até 2011
OESP	11/05/2008	Bens de capital e inovação terão destaque
OESP	11/05/2008	BNDES destinou R\$ 7,7 bi em 2 anos para fortalecer empresas nacionais
OESP	13/05/2008	Governo põe R\$ 21 bi na indústria
OESP	13/05/2008	Lula trata Miguel Jorge como 'pai' do programa
OESP	14/05/2008	Só BNDES não garante plano'
OESP	15/05/2008	Regras de crédito da PDP saem em até 45 dias
OESP	18/05/2008	Precisamos de projetos. Dinheiro não faltará'
OESP	19/05/2008	O parto do Morro de Santo Antônio
OESP	23/05/2008	BNDES confirma criação de filial no exterior
OESP	04/06/2008	BNDES critica lentidão
OESP	04/06/2008	Siderúrgica no Pará sai com ou sem sócios'
OESP	06/06/2008	Coutinho sugere fundo com dinheiro do petróleo
OESP	06/06/2008	Aumento do juro não rompe ciclo de investimento, diz BNDES
OESP	08/06/2008	Crédito do BNDES para máquinas agrícolas sobe 40%
OESP	10/06/2008	BNDES defende nova lei do petróleo
OESP	11/06/2008	O país se encontrou consigo mesmo'
OESP	13/06/2008	Inflação preocupa Lula, diz Coutinho
OESP	17/06/2008	Laboratório Medley está à venda por US\$ 1 bi
OESP	18/06/2008	Medidas do governo podem refletir lá fora
OESP	27/06/2008	Fio desencapado
OESP	27/06/2008	BNDES anuncia desembolso recorde
OESP	29/06/2008	O BNDES reorienta aplicações
OESP	01/07/2008	FAT pode ter déficit em 2010, diz BNDES
OESP	03/07/2008	Desaceleração em bens de capital é saudável'
OESP	14/07/2008	Indústria depende mais do BNDES
OESP	14/07/2008	O BNDES não substituiu o mercado'
OESP	19/07/2009	Reestruturação da Oi tem apenas 20% de recursos privados

OESP	22/07/2008	Odebrecht reclama do BNDES a Lula
OESP	29/07/2008	Supertele traz de volta intervenção do governo
OESP	05/08/2008	Justiça obriga BNDESPar a devolver ações à Vicunha
OESP	06/08/2008	Coutinho pede incentivo à poupança contra juros
OESP	08/08/2008	Desembolsos do BNDES crescem 56% no semestre
OESP	10/08/2008	O BNDES em busca de mais recursos
OESP	15/08/2008	BNDES vai ampliar desembolso este ano
OESP	20/08/2008	País deve poupar renda do pré-sal, diz Coutinho
OESP	22/08/2008	R\$ 6 bi do FGTS devem engordar caixa do BNDES
OESP	29/08/2008	Política industrial muda com o pré-sal
OESP	30/08/2008	Lula libera R\$ 15 bi para capitalização do BNDES
OESP	31/08/2008	O BNDES capta a custo elevado
OESP	08/09/2008	Argentina terá acesso a recursos do BNDES
OESP	11/09/2008	Ritmo é o mais forte em duas décadas, diz BNDES
OESP	11/09/2008	Ritmo é o mais forte em duas décadas, diz BNDES
OESP	12/09/2008	PPP vai financiar rede de esgoto no Rio e em SP
OESP	13/09/2008	Companhias pagam mais caro por financiamentos
OESP	18/09/2008	BNDES pode ter mais aportes do governo
OESP	20/09/2008	Governo libera R\$ 5 bilhões para reforçar BNDES
OESP	22/09/2009	Crise acirra debate sobre novos rumos
OESP	23/09/2008	BNDES deverá garantir crédito
OESP	27/09/2008	BNDES estuda aumento temporário de crédito
OESP	28/09/2008	Apoio do BNDES é crucial para as empresas
OESP	30/09/2008	BNDES garante financiamentos
OESP	01/10/2008	Crédito do BNDES terá R\$ 7 bi do FGTS
OESP	03/10/2008	BNDES pode ter acesso a R\$ 6 bi adicionais do FAT
OESP	03/10/2008	TIM terá R\$ 1,51 bi do BNDES
OESP	05/10/2008	Exportação, agricultura, BNDES e PAC são prioridades
OESP	08/10/2008	Governo já injetou R\$ 75 bi na economia
OESP	09/10/2008	Usiminas terá recurso do BNDES para expansão
OESP	11/10/2008	BID vai emprestar US\$ 1 bilhão ao BNDES
OESP	18/10/2008	BNDES espera captar US\$ 3 bi
OESP	22/10/2008	BNDES e Caixa vão dividir socorro às construtoras
OESP	22/10/2008	Plano de pólo petroquímico no Rio será mantido
OESP	25/10/2008	BNDES vai ajudar empresas que perderam com derivativos
OESP	31/10/2008	Conselho do FGTS libera R\$ 7 bi ao BNDES
OESP	31/10/2008	Companhia pode ter apoio extra do sócio estatal
OESP	31/10/2008	BNDES volta a dizer que ajudará empresas
OESP	05/11/2008	Bancos privados voltarão a emprestar logo, diz BNDES
OESP	06/11/2008	Lula pede que BNDES amplie caixa contra crise
OESP	05/11/2008	Empresas terão R\$ 15 bi para capital de giro
OESP	14/11/2008	Com crise, desembolso do BNDES sobe e vai a R\$ 86,6 bi
OESP	16/11/2008	Pressão sobre BNDES tende a crescer
OESP	18/11/2008	BNDES vai ajudar fornecedores de usinas
OESP	19/11/2008	BNDES suspende empréstimo para hidrelétrica do PAC
OESP	20/11/2008	Eletrobrás voltará ao BNDES para financiar usina
OESP	26/11/2008	Caixa do BNDES terá mais R\$ 6,2 bi
OESP	27/11/2008	BNDES terá participação no frigorífico Independência
OESP	30/11/2008	BNDES libera amanhã R\$ 10 bi para capital de giro
OESP	02/12/2008	Empresas terão mais R\$ 6 bi do BNDES
OESP	05/12/2008	BNDES empresta US\$ 1,8 bi para usinas
OESP	16/12/2008	BNDES já financia 30% dos projetos
OESP	17/12/2008	Depois de dar calote, Equador quer criar fundo da América do Sul
OESP	19/12/2009	Instituições oficiais dão R\$ 8 bi para o Madeira
OESP	20/12/2008	Pedidos de financiamento da indústria ao BNDES caem 57,5%
OESP	31/12/2008	BNDES muda para ampliar empréstimos
OESP	09/01/2009	BNDES recebeu reforço de R\$ 40,5 bi

OESP	11/01/2009	O mundo vai financiar nossa infraestrutura'
OESP	14/01/2009	Michelin vai recorrer ao BNDES para nova fábrica
OESP	16/01/2009	Lula vai à China para atrair capital
OESP	17/01/2009	BNDES amplia alcance da linha Finame
OESP	20/01/2009	BNDES ganhará reforço de R\$ 100 bi
OESP	21/01/2009	Com ajuda do BNDES, Votorantim assume controle da Aracruz
OESP	21/01/2009	Aporte do banco pode chegar a R\$ 2,4 bi
OESP	23/01/2009	BNDES terá R\$ 100 bi para 'PAC privado'
OESP	23/01/2009	Indústria comemora reforço do BNDES
OESP	23/01/2009	Estado deve estatizar crédito, diz Belluzzo
OESP	24/01/2009	Medidas anticíclicas já incomodam analistas
OESP	28/01/2009	LLX consegue financiamento de R\$ 1,3 bi do BNDES
OESP	30/01/2009	Para BNDES, investimentos vão cair entre 2009 e 2012
OESP	30/01/2009	Banco prevê para o ano desembolso recorde de R\$ 120bi
OESP	31/01/2009	BNDES prepara mais ações de apoio ao setor produtivo
OESP	08/02/2009	Com R\$ 90 bi, banco público avança no crédito
OESP	11/02/2009	BNDES muda regras e amplia crédito
OESP	17/02/2009	Lucro do BNDES cai 27,4% em 2008
OESP	17/02/2009	Resultado é atribuído a queda do spread bancário
OESP	18/02/2009	Gradiente volta a pedir ajuda ao BNDES
OESP	19/02/2009	Usina de Jirau leva R\$ 7,2 bi do BNDES
OESP	21/02/2009	Lula descarta cortar crédito de empresa
OESP	24/02/2009	BNDES pode socorrer Celg com R\$ 1,2 bilhão
OESP	05/03/2009	Alcoa terá quase R\$ 1 bi do BNDES
OESP	06/03/2009	Mantega avalia se cartão do BNDES pagará tributos
OESP	06/03/2009	Governo vai socorrer usinas de álcool com R\$ 2,5 bilhões
OESP	07/03/2009	Consultas ao BNDES caem 42%
OESP	10/03/2009	Relatório acusa BNDES de subsidiar exportação
OESP	14/03/2009	Ajuste do Ensino Superior
OESP	14/03/2009	Coutinho quer ajudar empresas a obter crédito
OESP	17/03/2009	BNDES terá participação de 12% na LLX, de Eike Batista
OESP	18/03/2009	BB dobra crédito do cartão do BNDES
OESP	20/03/2009	Independência atrai interessados em ativos
OESP	21/03/2009	BNDES pode financiar compra de jatos da Embraer pela Argentina
OESP	26/03/2009	Pedidos ao BNDES caem 62%
OESP	27/03/2009	BNDES vai participar da consolidação do setor
OESP	31/03/2009	Angra 3 depende de empréstimo de R\$ 4,5 bi
OESP	02/04/2009	Avibrás pode enfrentar nova crise
OESP	06/04/2009	Banco público ocupou espaço em 2008
OESP	06/04/2009	BNDES muda atuação na crise
OESP	08/04/2009	BNDES libera financiamento para a Azul
OESP	09/04/2009	Queda do spread é minha obsessão'
OESP	16/04/2009	Agronegócio terá pacote de ajuda de R\$ 10 bilhões
OESP	16/04/2009	Câmara cria dificuldades para crédito do BNDES
OESP	16/04/2009	Coutinho diz que 20 empresas foram ajudadas
OESP	17/04/2009	Socorro agrícola de R\$ 10 bi é aprovado
OESP	18/04/2009	BNDES vai apoiar a consolidação de empresas
OESP	25/04/2009	BNDES abre linha de US\$ 300 mi para argentinos
OESP	30/04/2009	Empréstimos do BNDES crescem 13% no trimestre
OESP	05/05/2009	Comgás obtém R\$ 665 milhões com o BNDES para investir
OESP	16/05/2009	MP libera R\$ 11 bilhões ao BNDES
OESP	16/05/2009	Setor de bens de capital preocupa o banco
OESP	18/05/2009	Governo apoia criação de grandes grupos empresariais
OESP	20/05/2009	Fundos de pensão e BNDES querem até 44% do capital da Brasil Foods
OESP	20/05/2009	BNDES vê retomada da produção industrial
OESP	21/05/2009	Indústria petroleira vai precisar de US\$ 5 bilhões
OESP	22/05/2009	BNDES vai usar o crédito na proteção ambiental

OESP	22/05/2009	BNDES concede R\$ 1,4 bi à MPX
OESP	26/05/2009	Stephanes critica demora do BNDES
OESP	28/05/2009	Coutinho: 'é possível evitar alta sem mexer no câmbio'
OESP	28/05/2009	Presidente do BNDES vê Eximbank como subsidiária
OESP	01/06/2009	Crise atrasa desembolsos da iniciativa privada
OESP	03/06/2009	BNDES espera investir US\$ 2 bi em meio ambiente
OESP	05/06/2009	Jirau espera agora pelo dinheiro do BNDES
OESP	18/06/2009	Avançam as negociações para a união entre Marfrig e Bertin
OESP	18/06/2009	Vale e BNDES negociam usina
OESP	19/06/2009	Crédito vai ter novas medidas, afirma Mantega
OESP	20/06/2009	Fabricantes de máquinas terão empréstimos com juros subsidiados
OESP	20/06/2009	Coutinho diz que medidas devem sair nos próximos dias
OESP	30/06/2009	Setor de máquinas terá juro real zero
OESP	30/06/2009	Governo faz ajuste geral nas taxas para financiamento de máquinas
OESP	03/07/2009	BNDES condiciona ajuda à entrada no Novo Mercado
OESP	08/07/2009	BNDES aprova linha R\$ 1,5 bi para Gerdau
OESP	10/07/2009	Para Coutinho, do BNDES, 'o pior da crise já passou'
OESP	14/07/2009	BNDES amplia crédito para inovação
OESP	17/07/2009	BNDES financia fornecedor da Petrobrás
OESP	23/07/2009	BNDES faz novas exigências para crédito a frigoríficos
OESP	24/07/2009	Dívida federal cresce 3,3% em junho
OESP	28/07/2009	Lula quer anunciar o PAC 2 em 2010
OESP	31/07/2009	BNDES revisa pesquisa sobre investimentos para até 2012
OESP	01/08/2009	Bancos devem emprestar mais, diz Coutinho
OESP	03/08/2009	Infraestrutura volta a atrair investidor
OESP	05/08/2009	Governo quer que a Vale invista mais no país
OESP	07/08/2009	BNDES tem de 'desmamar' mercado, diz Armínio
OESP	07/08/2009	Investimentos da Vale na mira
OESP	14/08/2009	BNDES terá programa para financiar o pré-sal
OESP	15/08/2009	Lucro do BNDES cai 83% no semestre
OESP	17/08/2009	BNDES faz desembolso recorde em 7 meses
OESP	22/08/2009	Magnesita é uma empresa saudável, diz Coutinho
OESP	27/08/2009	Investimento pode aumentar
OESP	02/09/2009	Governo terá de capitalizar BNDES para investir na Petrobrás
OESP	04/09/2009	Gasto com INSS pode chegar a 9,3% do PIB
OESP	04/09/2009	Dreyfus busca mais R\$ 400 milhões para ficar com a Santelisa
OESP	15/09/2009	BNDES tem de voltar à sua vocação
OESP	17/09/2009	BNDES já investiu R\$ 4,8 bi no setor
OESP	21/09/2009	Crise fez país 'engavetar' projetos de R\$ 50 bilhões
OESP	24/09/2009	Capitalização do BNDES eleva dívida pública
OESP	27/09/2009	BNDES gasta R\$ 8 bi em um ano para criar 'campeões nacionais'
OESP	27/09/2009	Projeto de farmacêutica gigante não decola
OESP	27/09/2009	Política do BNDES é estimular e não dirigir'
OESP	29/09/2009	O BNDES e a criação de monopólios
OESP	01/10/2009	BNDES bate recorde de liberação de empréstimos
OESP	03/10/2009	Crise leva a Vale a pegar R\$ 3,8 bilhões com o BNDES
OESP	06/10/2009	BNDES estuda lançar debêntures para se capitalizar
OESP	06/10/2009	BNDES quer romper sociedade com Inpedência
OESP	10/10/2009	Tesouro negocia novo empréstimo ao BNDES
OESP	23/10/2009	BNDES já emprestou mais de R\$ 100 bi
OESP	25/10/2009	Governo deve segurar gastos públicos para manter crescimento, diz Coutinho
OESP	25/10/2009	Governo amplia poder nas empresas
OESP	26/10/2009	BNDES resiste a auditoria da CGU
OESP	27/10/2009	Indústria retoma projetos de expansão
OESP	28/10/2009	Indústria naval projeta investimento de US\$ 55 bi
OESP	07/11/2009	Governo reforça caixa do BNDES para fazer obras
OESP	13/11/2009	País terá pressão cambial astronômica

OESP	15/11/2009	BNDES planeja ampliar crédito
OESP	15/11/2009	BNDES empresta R\$ 4,4 bilhões à Oi
OESP	19/11/2009	Construtoras tentam barrar limite ao BNDES
OESP	19/11/2009	BNDESPar emite R\$ 1 bilhão em debêntures
OESP	23/11/2009	Estatais crescem no mercado de distribuição
OESP	25/11/2009	BNDES bate em outubro a meta de empréstimos de 2009
OESP	25/11/2009	Dólar fraco deixa BNDES preocupado
OESP	30/11/2009	Oferta da BNDESPar atrai atenção
OESP	01/12/2009	Lucro do BNDES cairá para R\$ 4 bi, diz Coutinho
OESP	02/12/2009	BNDES analisa 1500 pedidos de crédito por dia
OESP	03/12/2009	PDVSA vai ao BNDES por refinaria em PE
OESP	31/12/2009	Nova manobra fiscal engorda superavit
OESP	30/12/2009	BNDES prevê redução nos desembolsos em 2010
OESP	21/12/2009	Dívida bruta cresce rápido e já preocupa
OESP	08/12/2009	Governo será sócio e BNDES vai bancar até 60% das obras do trem-bala
OESP	12/12/2009	Shoppings usam recursos do BNDES para expansão
OESP	15/12/2009	As Letras Financeiras e o BNDES
OG	01/02/1996	Volta às origens
OG	03/01/1996	BNDES corre contra o tempo para realizar o leilão da estatal no dia 13 de março
OG	03/01/1996	Empregados poderão comprar 10% da Light com deságio
OG	10/01/1996	BNDES deverá assinar no dia 15 contrato da Vale
OG	11/01/1996	BNDES poderá financiar projeto da Renault no país
OG	17/01/1996	Pesos pesa Governo vai ficar com 25% da Valedos
OG	19/01/1996	Metrô tem verba para ir a Copacabana
OG	21/01/1996	Conexão verde
OG	22/01/1996	Light pode ajudar desenvolvimento do Rio
OG	23/01/1996	Privatização terá campanha
OG	27/01/1996	Governo tem pacote antidesemprego
OG	30/01/1996	Emprego terá contrato provisório
OG	30/01/1996	Assembleia divide Light e privatização fica para o mês de abril
OG	18/01/1996	Light: privatização será em 18 de abril
OG	01/02/1996	Privatização financiará setores em crise
OG	02/02/1996	Tarifas de energia não vão subir até 1997
OG	02/02/1996	Nova mina não altera privatização
OG	03/02/1996	Investidores farejam ouro da Vale
OG	03/02/1996	Uma nova bandeira
OG	03/02/1996	BNDES vai estimular empresas a criarem empregos
OG	03/02/1996	Orçamento de aplicações supera 10,5 bi
OG	11/02/1996	O cofre mais gordo e generoso da República
OG	11/02/1996	Aqui no BNDES, só não vendemos a mãe
OG	11/02/1996	Atendimento ao setor privado começou nos anos 60 com a criação da Finame
OG	11/02/1996	Substituição das importações: uma política polêmica
OG	11/02/1996	No turismo vale tudo, do zoológico ao teleférico
OG	11/02/1996	Uma porta aberta ao assalariado
OG	11/02/1996	Nova área dará prioridade a criação de emprego e a qualificação profissional
OG	15/02/1996	BNDES vai investir R\$ 1,2 bi este ano na RFFSA, diz Elena
OG	15/02/1996	BNDES vai financiar projetos que criem emprego cobrando TJLP e juros de 1%
OG	17/02/1996	Recuo de Minas frustra BNDES
OG	20/02/1996	CEF vai intermediar venda de empresas estaduais e municipais de água e esgoto
OG	25/02/1996	BNDES empresta a apenas 6,5% ao ano
OG	27/02/1996	BNDES financiará produção de autopeças fora do Brasil
OG	29/02/1996	Vale deve ser privatizada só no primeiro trimestre de 97, diz Mendonça de Barros
OG	04/03/1996	Venda da Light pode ser financiada
OG	05/03/1996	BNDES financiará até 40% do preço mínimo da Light

OG	09/03/1996	Muito parecido
OG	09/03/1996	Estrangeiros vão poder comprar o Meridional
OG	12/03/1996	Setor agrícola receberá R\$ 3 bilhões do BNDES
OG	13/03/1996	BNDES revê regras de concessão da Light, para dar mais liberdade aos futuros donos
OG	15/03/1996	BNDES começa a rever contrato de concessão da Light
OG	16/03/1996	BNDES desiste de financiar venda de Light
OG	20/03/1996	Rombo leva BB a aumentar capital
OG	26/03/1996	Light: BNDES garante que tarifas de energia serão reajustadas só em novembro
OG	29/03/1996	Governo adia leilão da Light e admite 30% do pagamento em moedas podres
OG	06/04/1996	Novos investimentos elevam preço da Vale e devem adiar a privatização para 1997
OG	09/04/1996	Obra de Sepetibapára sem verba
OG	09/04/1996	Governo garante R\$ 135 milhões
OG	11/04/1996	Sepetiba aguarda recursos do BNDES
OG	12/04/1996	Novo obstáculo para Sepetiba: BNDES não pode repassar verbas da Light para Docas
OG	13/04/1996	Cesp vende CPFL
OG	13/04/1996	O dinheiro de Sepetiba
OG	16/04/1996	Sepetiba: Docas e BNDES não resolvem impasse
OG	19/04/1996	Venda de portos e ferrovias é prioridade para BNDES
OG	25/04/1996	Presidente do BNDES diz que José Sarney é arcaico
OG	26/04/1996	Senadores reagem a às críticas feitas a José Sarney
OG	26/04/1996	FH lança programa de estímulo à criação de emprego
OG	28/04/1996	Quem dá menos?
OG	30/04/1996	Financiamento do BNDES para o Porto de Sepetiba começa a ser liberado em maio
OG	03/05/1996	Se não encontrar comprador, Light vai esperar um ano para ir a leilão de novo
OG	05/05/1996	Financiamentos para quem é competitivo
OG	09/05/1996	Compradores unidos
OG	14/05/1996	Cinema nacional quer verba do BNDES
OG	22/05/1996	Governo vende a Light por R\$ 2,2 bi
OG	22/05/1996	Um BNDES polivalente que compra, vende e financia
OG	22/05/1996	Venda da Vale deve sair no início de 97
OG	23/05/1996	Empregados estarão no controle da Light
OG	24/05/1996	Light: empregados decidem ficar com 5,9% do capital
OG	28/05/1996	Investimentos no Polo Audiovisual reduzirá impostos
OG	05/06/1996	Vale será vendida só no primeiro trimestre de 1997
OG	06/06/1996	BNDES dará crédito a estados que reduzem dívidas
OG	11/06/1996	Energia alternativa
OG	12/06/1996	Indústria brasileira aprende a competir
OG	13/06/1996	Ações trabalhistas forçam BNDES a fazer provisão
OG	14/06/1996	BNDES terá recurso para empréstimos no setor imobiliário
OG	15/06/1996	Governo quer acelerar as privatizações
OG	15/06/1996	Musa da privatização bate o martelo de sua saída
OG	19/06/1996	Light: empregados não obtêm crédito para comprar ações
OG	19/06/1996	BNDES aprova acordo que permite a venda da Vale
OG	19/06/1996	Governo estuda a fusão das diretorias de Infraestrutura e Desestatização do BNDES
OG	19/06/1996	Linha direta com o mercado financeiro
OG	19/06/1996	FH anuncia hoje pacote para aumentar exportações em US\$ 1 bilhão por ano
OG	20/06/1996	Pacote de 70 mil empregos
OG	21/06/1996	BNDES abre crédito para pequena empresa
OG	22/06/1996	BNDES perde força na privatização
OG	22/06/1996	Programa de privatização vai ganhar mais rapidez e deverá incluir portos
OG	22/06/1996	BNDES recuou
OG	25/06/1996	Mais rápido

OG	25/06/1996	Kandir: Sem Elena, acaba personalização do BNDES
OG	28/06/1996	Governo acelera privatização
OG	29/06/1996	São Paulo receberá do BNDES R\$ 400 milhões
OG	06/07/1996	Conflito no Governo
OG	08/07/1996	Em um ano, privatização da infra-estrutura atrairá investimentos no valor de R\$ 10 bi
OG	12/06/1996	Guichê de favores
OG	19/07/1996	Vale do Rio DOce deverá ser privatizada em duas etapas
OG	20/07/1996	Inpacel não pagará juros ao BNDES
OG	23/07/1996	BNDES vai lançar programa de crédito popular
OG	25/07/1996	Bamenrindus deixará de pagar 20 milhões ao BNDES em 96
OG	27/07/1996	Sepetiba receberá recurso do BNDES ainda em agosto
OG	29/07/1996	BNDES lança hoje o programa de crédito popular
OG	30/07/1996	Crédito popular do BNDES cobra juros de 3,5% a 5%
OG	31/07/1996	Privatização do setor elétrico entra na segunda fase
OG	31/07/1996	Transferência do controle da Light já foi concluída
OG	01/08/1996	Uma liquidação de 174 participações minoritárias
OG	03/08/1996	Banespa: sem acordo, rombo cresce para 18 bilhões
OG	03/08/1996	Minoritários da Eletrobrás poderão trocar suas ações
OG	06/08/1996	Proposto aumento da participação de minoritários nos leilões das estatais
OG	22/08/1996	Uma ajuda de R\$ 3,2 bilhões
OG	24/08/1996	Vale em troca de infraestrutura
OG	24/08/1996	Dornelles critica burocracia do BNDES para crédito a pequenas empresas
OG	25/08/1996	Setor industrial já não é a menina dos olhos do BNDES
OG	28/08/1996	BNDES vai liberar recursos para um centro de formação profissional de sindicalistas
OG	07/09/1996	Light pode render mais R\$ 1 bi para União
OG	10/09/1996	Sepetiba: contrato sai esta semana
OG	17/09/1996	BNDES vai descontar duplicatas
OG	20/09/1996	Abertura derrubou margens de lucro
OG	21/09/1996	Estatais que foram privatizadas de 90 a 94 se tornaram mais eficientes e lucrativas
OG	23/09/1996	Toda energia para o setor privado
OG	24/09/1996	Governo libera hoje, enfim, R\$ 150 milhões para Sepetiba
OG	25/09/1996	O caso da Escelsa
OG	26/09/1996	BNDES se contradiz ao explicar diferentes preços para Escelsa
OG	26/09/1996	BNDES e BB vão formar parceria para financiar os importadores estrangeiros
OG	28/09/1996	Concessões podem ter recursos do BNDES
OG	08/10/1996	Mérito premiado
OG	12/10/1996	Venda da Vale será em dinheiro vivo e empregados poderão ter parte da estatal
OG	15/10/1996	Grupo de técnicos do governo estuda redução da TJLP
OG	16/10/1996	Novo pacote poderá criar 100 mil postos de trabalho
OG	17/10/1996	Privatizar e investir
OG	20/10/1996	Interessado terá que ter pelo menos US\$ 3 bilhões no bolso no dia do leilão
OG	22/10/1996	Privatizar mais
OG	24/10/1996	BNDES venderá suas ações da Petrobrás em 1997
OG	26/10/1996	Grupo Libra toma emprestado US\$ 380 milhões do BNDES
OG	05/11/1996	Mapa da mina da Vale estará disponível a partir do dia 11
OG	05/11/1996	BNDES será agente de venda das teles
OG	06/11/1996	Vale vai explorar ouro, prata e cobre com BNDES e Anglo American no Pará
OG	08/11/1996	BNDES vai receber R\$ 800 mi da venda de estatais
OG	10/11/1996	Ceará obtém R\$ 41 mi do BNDES
OG	13/11/1996	Brigas entre acionistas impediram que reestruturação da CSN acontecesse antes
OG	19/11/1996	BNDES mantém fechadas as salas secretas da Vale
OG	22/11/1996	Leilão da Vale pode ser adiado para março do ano que vem
OG	23/11/1996	Decreto simplifica privatização dos serviços públicos

OG	26/11/1996	Brasil e África do Sul tem muitos pontos em comum
OG	29/11/1996	Governo lança hoje pacote para estimular as exportações, com recursos do BNDES
OG	29/11/1996	Rio não tem ativos para viabilizar acordo da dívida
OG	30/11/1996	Brasil, uma máquina de exportar
OG	30/11/1996	Empresário elogia as medidas mas defendem mais agilidade do governo
OG	03/12/1996	Vale é diferente
OG	04/12/1996	Governo admite adiar venda da Vale
OG	11/12/1996	BNDES pode liberar ainda essa semana dinheiro para obras no Porto de Sepetiba
OG	12/12/1996	BNDES vai dobrar o volume de recursos para o setor de infra em 1997
OG	12/12/1996	Governo prepara novo pacote para estimular exportações
OG	14/12/1996	Projeto Jari quer trocar por participação acionária dívidas de US\$ 300 milhões
OG	17/12/1996	Venda da Vale atrai também indústrias do ramo da celulose
OG	05/01/1997	Toda a atenção voltada para o comércio exterior
OG	07/01/1997	Empresas privadas investiram mais 400% em energia
OG	15/01/1996	Para melhorar balança, BNDES em 97 destinará US\$ 1 bi às exportações
OG	22/01/1997	Senado autoriza o repasse de verbas para Porto de Sepetiba
OG	23/01/1997	Kandir anuncia adiamento do leilão da Vale para abril
OG	30/01/1997	BNDES admite que preço da Vale sobe com jazida de ouro
OG	31/01/1997	BNDES assume papel de 'banco do povo' e passa a dar empréstimo para baixa renda
OG	31/01/1997	Credores da dívida de R\$ 202 mi da Chapecó decidem intervir no grupo
OG	07/02/1997	FH critica grupo que faz oposição à venda da Vale
OG	07/02/1997	Novas regras causam dúvidas no mercado
OG	14/02/1997	Linha aberta
OG	05/03/1997	BNDES vai participar do leilão da Vale em consórcio com os empregados da empresa
OG	06/03/1997	Leilão da Vale do Rio Doce é marcado para o dia 29 de abril
OG	06/03/1997	Venda de um bilhão de ações da Coelba proporciona receita de R\$ 75,8 mi
OG	07/03/1997	Dois grupos devem disputar 1º leilão da Vale
OG	09/03/1997	Confusão de aço
OG	10/03/1997	Edital nota 10
OG	11/03/1997	Kandir não acha necessária reavaliação
OG	15/03/1997	MP da Vale é reeditada
OG	16/03/1997	Irmãos Mendonça de Barros querem dar competitividade à telecomunicação
OG	20/03/1997	Canadenses vão ser sócios do Banco Bamerindus na Inpacel
OG	20/03/1997	Empresários aprovam linha de crédito ao setor de telecomunicações
OG	20/03/1997	Vale: advogado leva ao BNDES denúncia contra corretora
OG	21/03/1997	Venda das estatais de telecomunicações seguirá o modelo elaborado para a Vale
OG	22/03/1997	Protesto em MG cala presidente do BNDES
OG	25/03/1997	BNDESPar poderá ser sócia do setor privado na banda B
OG	27/03/1997	BNDES diz que CPI não vai adiar o leilão da Vale
OG	03/04/1997	CSN pode se unir a Geoge Soros no leilão da Vale
OG	04/04/1997	BNDES prevê ágio de 10 a 15% para a Vale
OG	05/04/1997	Risco e juros
OG	05/04/1997	Miro vai propor pulverização total das ações da Vale
OG	08/04/1997	GAT acusa governo de mentir sobre reservas da Vale
OG	08/04/1997	Conselho de engenharia multa BNDES em R\$ 36
OG	09/04/1997	Governo anuncia pacote para as telecomunicações
OG	10/04/1997	CSN fecha com 4 parceiros consórcio para a Vale
OG	11/04/1997	BNDES faz primeiro empréstimo externo desde a moratória
OG	14/04/1997	Porto de Santos será privatizado no início de agosto
OG	11/04/1997	Urucum faz presidente da Vale discordar no BNDES
OG	11/04/1997	BNDES pretende vender Inpacel até o mês de junho
OG	14/04/1997	Brasil terá R\$ 8 bi para conter o déficit
OG	14/04/1997	Alíquotas menores causarão aumento das importações

OG	15/04/1997	Dinheiro do BNDES ajudará Verolme e Ishibrás
OG	19/04/1997	Dia do leilão deverá ser marcado por batalha jurídica
OG	22/04/1997	A Vale pode parar
OG	22/04/1997	BNDES já admite adiar o leilão da Vale
OG	23/04/1997	A primeira batalha na guerra da Vale
OG	23/04/1997	BNDES garante que leilão da Vale será mesmo dia 29, apesar da decisão do STF
OG	25/04/1997	Venda será às 10h para que governo possa cassar liminares no mesmo dia
OG	25/04/1997	R\$ 695 mil para superar obstáculo jurídico
OG	26/04/1997	Liminar suspende a venda da Vale
OG	27/04/1997	Carta ao BNDES deram munição para anúncios na TV
OG	27/04/1997	Uma batalha judicial até o último minuto
OG	28/04/1997	Chegou a hora
OG	28/04/1997	STF define hoje os rumos da privatização da Vale
OG	29/04/1997	Tribunais ameaçam venda da Vale
OG	29/04/1997	Apesar de liminares, BNDES decide manter a venda da Vale do Rio Doce
OG	30/04/1997	Batalha nas ruas e nos tribunais
OG	30/04/1997	Venda da Vale é remarcada para hoje pelo BNDES
OG	30/04/1997	Jurista tira o sono do BNDES
OG	01/05/1997	Vale pode ser privatizada amanhã
OG	02/05/1997	Decisão do STJ só sai segunda-feira
OG	02/05/1997	BNDES precisa cassar outra liminar no Rio
OG	03/05/1997	BNDES insiste em leilão na segunda-feira
OG	03/05/1997	BNDES insiste em leilão na segunda-feira
OG	04/05/1997	Privatização da Vale já não pode sair amanhã
OG	06/05/1997	Privatização da Vale já não pode sair amanhã
OG	05/05/1997	Atraso na venda da Vale irrita presidente do Votorantim e seus sócios
OG	06/05/1997	Uma batalha de mais de cem ações
OG	06/05/1997	BNDES deixa confuso até o presidente do Votorantim
OG	08/05/1997	CSN negocia novos sócios para a Vale
OG	08/05/1997	O dia seguinte
OG	08/05/1997	Liminar ameaça liquidação financeira do leilão
OG	08/05/1997	A grande ausência do leilão
OG	15/05/1997	Governo admite que perdeu a briga da comunicação
OG	22/05/1997	O novo crédito
OG	22/05/1997	Dívida externa continuará crescendo e pode chegar a US\$ 282 bi em 2002
OG	24/05/1997	BNDES vende em leilão um bilhão de ações da Petrobras
OG	24/05/1997	Governo prevê arrecadar US\$ 79 bi com privatização de teles e setor elétrico
OG	28/05/1997	BNDES vende hoje um terço do controle da Cemig
OG	02/06/1997	Máquina de captar dinheiro lá fora
OG	02/06/1997	Juros baixos em financiamento com cesta de moedas
OG	21/06/1997	BNDES diminui seus juros para 1 a 5% ao ano
OG	21/06/1997	Banco investirá 2 bi em telecomunicações
OG	22/06/1997	Eletrobras tem seu modelo para venda do setor elétrico
OG	03/07/1997	BNDES vai emprestar a juros de 4% ao ano
OG	08/07/1997	BNDES criará linha de crédito para setor de eletrônicos
OG	08/07/1997	BC contrata Swiss Bank para vender petroquímicas do Banco Econômico
OG	08/07/1997	Saraiva obtém verba do BNDES para megastores
OG	18/07/1997	Coisa nossa
OG	22/07/1997	BNDES abre linha de crédito para empresas de software
OG	23/07/1997	BNDES anuncia privatização de Furnas
OG	26/07/1997	BNDES já liberou R\$ 10,5 bilhões em financiamentos
OG	31/07/1997	BNDES e CEF darão verba para privatizar saneamento
OG	07/08/1997	Governo vai lançar um edital único para privatizar Telebrás
OG	10/08/1997	Privatização do saneamento vai despoluir o setor
OG	13/08/1997	Petrobras: procura supera 2,5 vezes oferta de ações
OG	15/08/1997	Governo vai vender 22,3% do capital da Petrobras

OG	22/08/1997	BNDES dará financiamento para quem quiser investir no mercado de ações
OG	06/09/1997	Governo ampliará oferta de crédito para exportações
OG	10/09/1997	BNDESPar venderá ações da Votorantim e da Bahia Sul
OG	15/09/1997	BNDES começa essa semana a financiar compra de ações
OG	21/09/1997	Nem 'laissez-faire', nem intervenção, mas sim estímulo
OG	23/09/1997	Vale: governo não se entende sobre ações
OG	27/09/1997	BNDES vai emprestar R\$ 1 bi para facilitar venda da CPFL
OG	01/10/1997	Aracruz comemora 5 anos com negócios na bolsa de NY
OG	03/10/1997	BNDES emprestará 700 mi à FOrd
OG	06/10/1997	FH aprova o modelo de privatização da Telebrás
OG	10/10/1997	BNDES cria programa para atender a demitidos de empresas privatizadas
OG	13/10/1997	Estudo do BNDES mostra que abertura comercial não reduziu empregos no país
OG	18/10/1997	Sistema Telebrás deverá ser concentrado em 13 empresas
OG	19/10/1997	O programa
OG	23/10/1997	BNDES e BC enfrentam a Odebrecht
OG	23/10/1997	Operação pode dar origem a uma batalha jurídica
OG	02/11/1997	BNDES cria programa para dar apoio à autogestão
OG	06/11/1997	FH comemora leilão e agradece a Covas
OG	07/11/1997	Dinheiro do BNDES para Vilhares
OG	12/11/1997	Déficit comercial deve cair pela metade em 1998
OG	14/11/1997	Operação-socorro para as bolsas
OG	18/11/1997	Brahma recompra suas ações no mercado
OG	19/11/1997	CND deve aprovar negócio com a Eletrobrás
OG	19/11/1997	Governo adia outra vez ofertas públicas de Vale e Light
OG	20/11/1997	NY e anúncio de recompra de ações animam bolsas
OG	22/11/1997	Ministro anuncia que Fepasa será privatizada até junho de 1998
OG	24/11/1997	Crédito fácil para a pequena empresa
OG	27/11/1997	Quatro grupos estão na disputa pela Cemat
OG	01/12/1997	BNDES rebaixa a previsão de crescimento em 98 para 1,5%
OG	07/12/1997	Crise reduz quase à metade a previsão da receita com as privatizações em 98
OG	07/12/1997	Empresas paulistas de energia serão um grande atrativo
OG	10/12/1997	BNDES oferece financiamento para as pequenas empresas de informática
OG	10/12/1997	Ações da Vale serão vendidas com recompra
OG	18/12/1997	FH deve receber sindicalistas até dia 23
OG	19/12/1997	TBC pode cair a 2,15% em fevereiro
OG	20/12/1997	BNDES vai investir R\$ 3 bi na área social em 1998
OG	21/12/1997	BNDES: investimento em projetos sociais
OG	23/12/1997	Verba do Fat vai financiar a criação de empregos em 98
OG	25/12/1997	A maior privatização do planeta
OG	30/12/1998	Cinco consórcios disputam avaliação da Telebrás
OG	07/01/1998	Lojas Americanas vai dar descontos de até 50%
OG	12/01/1998	Governo amplia incentivos a exportações para tentar diminuir o déficit comercial
OG	08/11/1998	Informal sim, mas com apoio oficial
OG	19/01/1998	BNDES vai virar parceiro da Petrobras na produção de petróleo em Campos
OG	20/01/1998	BNDES dá prioridade ao social em 98, beneficiando micro e pequena empresa
OG	20/01/1998	Peugeot terá empréstimo de R\$ 300 milhões
OG	23/01/1998	Estatais pagaram R\$ 1 bi de dividendos à União em 1997
OG	27/01/1998	BNDES vai liberar US\$ 7,3 bi 98 para infraestrutura
OG	29/01/1998	Motta admite recer edital de licitação da banda B
OG	30/01/1998	Em março, juros chegarão a 1,8%
OG	30/01/1998	Plano Rubin
OG	30/01/1998	CND começa a preparar oferta de ações da Petrobras
OG	01/02/1998	Governo incentivará companhias aéreas nacionais com mais crédito do BNDES
OG	04/02/1998	BNDES vai revender R\$ 250 milhões em debêntures
OG	11/02/1998	Balança poderá ter superávit no mês de fevereiro

OG	12/02/1998	Processo de venda da Telebrás começa a sair do papel
OG	17/02/1998	Venda do sistema Telebrás pode atrasar
OG	19/02/1998	SP pode rever o processo de privatização da Cesp
OG	22/02/1998	Queda de preço
OG	25/02/1998	PIB do Brasil deve crescer só 1,3% em 98
OG	26/02/1998	Brasil deve captar US\$ 11 bi no exterior no primeiro trimestre do ano
OG	03/03/1998	CND anuncia dia 12 preço dos terminais de Sepetiba
OG	05/03/1998	Petrobras vai investir 2,5 bi na Bacia de Campos junto com empresas japonesas
OG	07/03/1998	Agricultura cria mais postos de trabalho que a construção
OG	07/03/1998	Distribuidora da Eletropaulo vai a leilão pelo preço mínimo de R\$ 2,026 bi
OG	10/03/1998	Retrocesso
OG	12/03/1998	BNDES vende eurobônus de 7 anos e registra o melhor resultado no pós-crise
OG	13/03/1998	Preço mínimo do terminal de Sepetiba é R\$ 92,9 bi
OG	14/03/1998	Privatização da Telebrás terá fase de pré-inscrição
OG	16/03/1998	Investir em ações ficará mais fácil para classe média
OG	17/03/1998	BID triplica valor de empréstimo para micro e pequenas empresas brasileiras
OG	18/03/1998	BNDES inicia operações com Fundo de Aval
OG	19/03/1998	BNDES não terá recursos suficientes para atender o volume de pedidos deste ano
OG	21/03/1998	Curto-circuito entre acionistas pelo poder na Light
OG	27/03/1998	RCAs conseguem ágio de 1,98% no primeiro leilão
OG	29/03/1998	Criando empregos com pá e tijolo
OG	01/04/1998	Indústria naval pode crédito de R\$ 520 milhões
OG	02/04/1998	BNDESPar tem R\$ 1 bi para a banda B
OG	05/04/1998	Grandes lances
OG	09/04/1998	BNDES e Petrobras vão investir R\$ 1,5 bi para aumentar a produção em Marlim
OG	14/04/1998	Telebrás: mercado reage bem à nomeação de Barros
OG	18/04/1998	A volta da BVRJ
OG	18/04/1998	Mendonça segue o programa de Motta e tentará privatizar até julho
OG	19/04/1998	BNDESPas vai leiloar em fins de abril 3,5 milhões de RCAs
OG	21/04/1998	Governo dará 1,5 bi ao BNDES para privatizações
OG	22/04/1998	Risco potencial
OG	22/04/1998	Falta de financiamento e taxas para a legalização são os maiores obstáculos
OG	24/04/1998	Governo poderá arrecadar R\$ 21 bi com a privatização do Sistema Telebrás
OG	25/04/1998	Bolsa do Rio cresce com a negociação de RCAs
OG	27/04/1998	BNDES: um motor de crescimento que avança desde o início do Plano Real
OG	28/04/1998	Teles: FH decidirá sobre os estrangeiros
OG	30/04/1998	Uma dupla de peso no comando
OG	30/04/1998	Duas tacadas
OG	01/05/1998	Privatizações podem atrasar
OG	02/05/1998	Governo recruta 70 advogados para garantir a venda do Sistema Telebrás
OG	03/05/1998	BNDES: cada vez mais pelo social
OG	05/05/1998	Mudanças na venda da Telebrás
OG	05/05/1998	Lara Resende diz esperar ficar mais tempo no BNDES
OG	10/05/1998	Mercado dá menos pela Telebrás
OG	12/05/1998	Telebrás não deve render mais de 20 bi, diz Lara
OG	14/05/1998	André Lara diz que déficit público é gravíssimo
OG	22/05/1998	FGTS não será usado na venda da Telebrás
OG	24/05/1998	Na indústria, homem que ganha até três mínimos corre menos risco de demissão
OG	24/05/1998	Governo dá a partida na segunda fase das reformas
OG	24/05/1998	Estados e municípios terão novos fundos
OG	28/05/1998	Telebrás será vendida em três leilões na Bolsa do Rio
OG	28/05/1998	Governo puxa bolsas e derruba juros
OG	06/06/1998	BNDES vende US\$ 1 bi em bônus
OG	18/06/1998	Privatizações vão render US\$ 50 bi até 1999

OG	20/05/1998	Governo recorre ao STJ para derrubar liminar que invalidou cisão da Telebrás
OG	22/06/1998	Capital externo muda perfil das empresas do país
OG	29/06/1998	Os questionamentos dos idiotas me irritam
OG	06/07/1998	BNDES financia criação de novos pólos de trabalho
OG	09/07/1998	Telebrás: edital muda e inclui garantia de emprego
OG	16/07/1998	Telebrás: BNDES tem 14 bi para financiar fundos
OG	16/07/1998	Cinco consórcios depositaram garantias para disputar a Elektro hoje na Bovespa
OG	04/07/1998	BNDES dará crédito de US\$ 1,5 bi para grupos nacionais que comprem teles
OG	25/07/1998	Mais de 25 consórcios na disputa
OG	26/07/1998	Privatização deve criar 1,5 de postos de trabalho em dez anos
OG	27/07/1998	Privatização não deve ser adiada
OG	27/07/1998	Ordem do leilão pode garantir venda da Telerj
OG	28/07/1998	Ordem do leilão pode garantir venda da Telerj
OG	29/07/1998	ICMS: operadoras não vão assumir custos
OG	09/07/1998	Realização do leilão hoje está nas mãos na Justiça
OG	29/07/1998	40 empresas disputam hoje o Sistema Telebrás
OG	31/07/1998	Grupo da Telerj pode não ter crédito
OG	01/08/1998	Uma saída para o futuro da Telerj
OG	01/08/1998	Confusão na Tele Norte Leste
OG	02/08/1998	FH avisa que pode cassar concessões se serviços das teles forem inadequados
OG	02/08/1998	Executivos da Telemar apostam em financiamento do BNDES
OG	02/08/1998	Executivos da Telemar apostam em financiamento do BNDES
OG	03/08/1998	Plano de emergência para a Telerj
OG	03/08/1998	Consórcios vencedores do leilão vão pagar hoje R\$ 8,8 bi ao Governo
OG	04/08/1998	Solução pública
OG	05/08/1998	Interessados
OG	05/08/1998	Novo sócio na holding da Telerj terá 15% do capital
OG	06/08/1998	Telemar: BNDES pode vender ações para funcionários
OG	06/08/1998	Espanhois quem unir empresas de celular
OG	10/08/1998	Acionistas escolhem diretoria das telefônicas privatizadas
OG	11/08/1998	Sem previsão
OG	12/08/1998	BNDES diz que Telemar não tinha recursos necessários para honrar compromissos
OG	13/08/1998	BNDES não financiará compra das espelho
OG	15/08/1998	Estatais ficam de fora do leilão da Gerasul
OG	18/08/1998	Economia brasileira ainda guarda sequelas do calote
OG	18/08/1998	Gouvea Vieira renova mandato na Firjan e planeja elevar PIB no norte fluminense
OG	20/08/1998	O novo sócio
OG	20/08/1998	Ministro afirma que BNDESPas terá que leiloar 25% do que comprou da Telemar
OG	22/08/1998	Dia de furacão
OG	29/08/1998	Telebrás faz bolsas de Rio e SP subirem
OG	02/09/1998	Governo adia por dois meses leilão da Fepasa
OG	03/09/1998	Telebrás pode ter prejuízo com venda
OG	05/09/1998	BNDES impede uma nova baixa recorde na bolsa
OG	06/09/1998	A difícil tarefa de ficar mais de 2 anos no emprego
OG	10/09/1998	BNDES financiará quem arrematar a Gerasul
OG	15/09/1998	Três consórcios estrangeiros vão disputar a Gerasul
OG	21/09/1998	FH se reúne no Rio com Malan e André Lara para discutir os efeitos da crise
OG	23/09/1998	Venda de empresa-espelho renderá menos
OG	24/09/1998	Venda de papéis vai antecipar receita das teles
OG	27/09/1998	Financiamentos do BNDES tiveram aumento de 592%
OG	02/10/1998	Entram no país US\$ 3,8 bi da privatização da Telebrás
OG	02/10/1998	Produtividade da indústria brasileira aumentou 9%
OG	05/10/1998	Empresas-espelho devem render até R\$ 4 bi

OG	10/10/1998	BNDES continuará na Tele Norte Leste
OG	12/10/1998	Telecom Itália está interessada em 25% da Telemar
OG	14/10/1998	Tele Norte Leste: governo quer no mínimo 1 bi
OG	15/10/1998	TCU faz inspeção no BNDES sobre privatização da Telemar
OG	17/10/1998	País lançará títulos conversíveis em moedas de privatização
OG	20/10/1998	Telecom Italia oferece R\$ 1 bi por parte da Telemar
OG	27/10/1998	Orçamento de 99 do BNDES ficará em R\$ 14 bi, na primeira queda da década
OG	05/11/1998	TCU multa André Lara em R\$ 15 mil por atrasar remessa de dados sobre estatais
OG	06/11/1998	BNDES só venderá suas ações no Telemar em 99
OG	06/11/1998	Sócios querem banco fora do consórcio
OG	07/11/1998	Liminar suspende leilão de venda da Malha Paulista
OG	10/11/1998	Malha Paulista vai a leilão hoje no Rio
OG	15/11/1998	Governo ainda é o dono de 18 bi de ações de empresas já privatizadas
OG	15/11/1998	Papéis da ex-Eletropaulo equivalem a 950 mi
OG	15/11/1998	BNDES espera boa hora para vender títulos da Light
OG	17/11/1998	Diálogos do BNDES
OG	19/11/1998	LG quer crédito para instalar 3ª fábrica
OG	25/11/1998	Petrobras assina contratos de parcerias para exploração da Bacia de Campos
OG	03/12/1998	Liminar da Justiça Federal de Alagoas suspende leilão de privatização da Ceal
OG	04/12/1998	Seis grupos cobizam os 25% da BNDESPar na Telemar
OG	04/12/1998	Leilão da Ceal fracassa por falta de lance
OG	08/12/1998	BNDES financiará operação das empresas-espelho
OG	09/12/1998	Sindicato quer anulação do leilão da Tele Norte Leste
OG	15/12/1998	Governo quer aumentar área para cultivo de frutas
OG	19/12/1998	Futuro da Odebrecht
OG	22/12/1998	O governo piorou
OG	24/12/1998	Teles terão US\$ 2,2 bi do BNDES em 1999
OG	26/12/1998	Investimentos do BNDES na área social devem ultrapassar R\$ 3 bi em 99
OG	26/12/1998	Incentivo ao turismo: meta do ano que vem
OG	28/12/1998	Exportações entre países do Mercosul cresceram 292% em 7 anos de existência
OG	30/12/1998	BNDES: setor de infraestrutura deverá investir US\$ 70 bi no Brasil até 2004
OG	31/12/1998	Um minipacote para cumprir metas
OG	31/12/1998	BNDES vai financiar R\$ 4 bi em 99 para projetos industriais
OG	05/01/2007	BNDES financiará multinacionais verde-amarelas
OG	05/01/2007	Atuação tímida na área social
OG	06/01/1998	Lula ordena que bancos oficiais emprestem
OG	09/01/1998	BNDES fecha o ano com desembolso recorde
OG	10/01/2007	Um décimo dos empréstimos
OG	11/01/2007	Botelho pode ser ministro de Lula
OG	16/01/1998	Para todos
OG	18/01/2007	Música para os ouvidos e os bolsos
OG	20/01/2007	Brasil vai de Bolívia contra Chavez
OG	23/01/2007	Energia recebe maior parte dos investimentos
OG	30/01/2007	Crédito para não gastar energia
OG	09/02/1998	Diferenças com Uruguai na mesa de negociação
OG	10/02/1998	BNDES tem lucro recorde de R\$ 6,3 bi
OG	11/02/2007	Procuram-se projetos
OG	16/02/2007	BNDES vai oferecer R\$ 1 bi para o financiamento da TV digital
OG	17/02/1998	Agora, afago aos uruguaios
OG	03/03/2007	Presidente do BNDES deverá deixar o cargo
OG	15/03/2007	Desembolsos do BNDES crescerem 64%, em R\$ 7 bi
OG	21/03/2007	O capital intangível no BNDES
OG	22/03/2007	BNDES financia primeiro projeto de energia do PAC
OG	11/04/2007	BNDES pode ter novo presidente anunciado hoje
OG	12/04/2007	BNDES: nomes do mercado na lista
OG	13/04/2007	Governo de olho nos quadros do Santander

OG	14/04/2007	Fiocca se reúne com Lula, mas decisão é adiada
OG	18/04/2007	BNDES: Lula veta nome financeiro
OG	19/04/2007	Um desenvolvimentista no BNDES
OG	19/04/2007	Unicamp no comando
OG	19/04/2007	Lessa: instituição não é quitanda do setor bancário
OG	24/04/2007	BID aprova linha de US\$ 1 bi para BNDES
OG	29/04/2007	Investimentos externos podem alcançar US\$ 100 bi em 10 anos
OG	03/05/2007	Discurso de ministro
OG	03/05/2007	BNDES pretende ajudar setor afetado pela dólar
OG	04/05/2007	Teste da prática
OG	15/05/2007	BNDES libera 1.118% a mais para siderurgia
OG	16/05/2007	Setores afetados terão tratamento especial
OG	18/05/2007	Sócio da Light
OG	18/05/2007	BNDES terá medidas para exportações
OG	19/05/2007	Mordida em segredo
OG	20/05/2007	Projeto deverá ser financiado por bancos
OG	22/05/2007	BNDES aprova R\$ 278 mi para duas distribuidoras do grupo CPFL
OG	29/05/2007	BNDES venderá participação na AES, que pode se desfazer de ativos no país
OG	31/05/2007	Costa: empréstimo mais fácil para instalar TV digital
OG	06/06/2007	BNDES negará crédito a empresa que desmatar
OG	12/06/2007	Linhas de transmissão à venda em setembro
OG	13/06/2007	Um empurrãozinho na indústria
OG	19/06/2007	Coutinho critica câmbio, Meirelles defende
OG	20/06/2007	BNDES desembolsou R\$ 19 bi no ano
OG	21/06/2007	BNDES aprova R\$ 1,48 bi para indústria da Thyssen e da Vale em Santa Cruz
OG	28/06/2007	Pessoas físicas podem comprar títulos do BNDES
OG	29/06/2007	BNDES será acionista da Friboi e pagará até R\$ 1,4 bi por participação
OG	29/06/2007	Coutinho faz crítica à estabilidade do real
OG	02/07/2007	Começa amanhã oferta de títulos do BNDES, que pode render até 11%
OG	03/07/2007	Fábrica da Fiocruz terá R\$ 30 mi do BNDES
OG	04/07/2007	Procura por títulos do BNDES chega a R\$ 1,5 bi
OG	04/07/2007	US\$ 300 mi em um mês
OG	19/07/2007	Rio Madeira: BNDES poderá entrar como sócio
OG	19/07/2007	Com PAC, Banco aprova mais projetos
OG	23/07/2007	Governo aposta em conglomerados nacionais
OG	23/07/2007	BNDES: último dia para reservar títulos
OG	25/07/2007	Procura de títulos do BNDES chega a R\$ 4 bi. Ganho será de até 11,2%
OG	26/07/2007	Um mês e meio depois...
OG	31/07/2007	Os eleitos do BNDES
OG	03/08/2007	Horizonte da fusão
OG	16/08/2007	Rio em vantagem no BNDES
OG	16/08/2007	BNDES terá R\$ 65 bi para emprestar esse ano
OG	11/09/2007	Crise deve afetar Brasil, diz Coutinho
OG	14/09/2007	BNDES: em 2008, investimento de 19,3% do PIB
OG	18/09/2007	Infraestrutura impulsiona crédito no BNDES
OG	22/09/2007	BNDES quer repasse maior do FAT
OG	02/10/2007	Lula compara economia do país a doente terminal que saiu da UTI
OG	06/10/2007	Nordeste terá mais recursos do BNDES
OG	11/10/2007	BNDES pode emprestar até R\$ 11,2 bi para OHL
OG	11/10/2007	BNDES aprova R\$ 2 mi para a Telefônica
OG	18/10/2007	Infraestrutura em alta
OG	20/10/2007	BID empresta ao BNDES US\$ 1 bi para pequenas
OG	25/10/2007	Análise do intangível no BNDES
OG	02/11/2007	Crédito para música e liros independentes
OG	08/11/2007	BNDES financiará até 80% de usina no Madeira
OG	13/11/2007	BNDES: desembolsos cresceram 40% no ano
OG	23/11/2007	Incentivos para a TV digital

OG	29/11/2007	BNDES quer financiar empresa lá fora
OG	30/11/2007	Mais recursos para BNDES
OG	03/12/2007	TV digital: R\$ 1 bi para conversor
OG	04/12/2007	Varejo ganha linha do BNDES, mas não terá R\$ 1 bi extra prometido por Lula
OG	05/12/2007	BNDES e Costa: R\$ 1 bi para Tv digital é extra
OG	08/12/2007	Crédito 'disponível'
OG	14/12/2007	Aliança na capital-saúde
OG	07/01/2008	Fila norueguesa
OG	08/01/2008	Vale e BNDES se unem para gerar energia limpa
OG	17/01/2007	BNDES pode criar uma carteira só para 3G
OG	25/01/2008	Acionistas travam negociação de Vale e XStrata
OG	29/01/2008	Protótipos em escala real
OG	08/02/2008	BNDES quer emprestar R\$ 80 bilhões esse ano
OG	08/02/2008	Governo faz exigências para apoiar Vale-XStrata
OG	12/02/2008	Contra crise, Gradiente negocia com BNDES e pode mudar de controlador
OG	19/02/2008	BNDES tem lucro recorde: R\$ 7,3 bi
OG	23/02/2008	BNDES: câmbio baixo não é saudável
OG	23/02/2008	Lula: 'Temos que começar a nos endividar'
OG	28/02/2007	BNDES: mais dinheiro para infra-estrutura
OG	01/03/2008	R\$ 1 bilhão para pequenos
OG	07/03/2008	Banqueiros dizem que AL está mais forte
OG	08/03/2008	Fundador da JetBlue deve começar empresa no país com aviões Embraer
OG	15/03/2008	R\$ 1 bi para Simplício
OG	29/03/2008	Haja embrulho
OG	02/04/2008	Vale ganha crédito de R\$ 7,3 bi do BNDES
OG	05/04/2008	Política industrial a ser anunciada dia 15 contemplará setor de serviços
OG	08/04/2008	Petrobrás quer investir US\$ 1 bi no Japão para usar petróleo brasileiro
OG	09/04/2008	Polêmica envolve troca de cadeiras no BNDES e Vale
OG	10/04/2008	Denunciante investigado
OG	16/04/2008	Modernização via software
OG	20/04/2008	Ameaça de rombo no FAT
OG	23/04/2008	O Brasil piscou
OG	26/04/2008	Supertele com ajuda do BNDES
OG	29/04/2008	Negociação em detalhes
OG	30/04/2008	Anatel vai estabelecer condições para aprovar compra da BrT pela Oi
OG	07/05/2008	Grau do surto
OG	07/05/2008	Fundo soberano deve começar com até US\$ 20 bi
OG	09/05/2008	A visão da fazenda
OG	10/05/2008	Política industrial: mais de R\$ 8 bi em desonerações
OG	13/05/2008	Um oásis de R\$ 266 bilhões
OG	13/05/2008	Gerdau sugere a Lula um 'pai' para o pacote
OG	13/05/2008	BNDES tem dia de festa
OG	13/05/2008	Para Lobão, Vale ainda é estatal
OG	15/05/2008	BNDES levará política industrial à AL
OG	07/05/2008	Brasil vai crescer com inflação sob controle, diz presidente do BNDES
OG	23/05/2008	Modernização produtiva na Amazônia
OG	24/05/2008	BNDES vai rolar dívida com US\$ 1 bi em bônus
OG	25/05/2008	BNDES e BB abrem mais crédito para pequenas
OG	29/05/2008	Brasil pode derrubar preços de 'commodities'
OG	04/06/2008	BNDES pode ser sócio da Vale no Pará
OG	05/06/2008	BNDES será sócio de bancos privados
OG	05/06/2008	Petrobras cria fundo para pequenas empresas
OG	06/06/2008	BNDES precisa ampliar caixa em R\$ 90 bi até 2010
OG	18/06/2008	De Vale e BNDES ao Itamaraty, razões de inveja
OG	03/07/2009	BNDES prevê queda no crescimento em 2009
OG	08/07/2008	Financiamento ao largo da crise
OG	26/07/2008	BNDES planeja pólo naval em Suape

OG	08/08/2008	Com supertele BNDES dá mais 3583% ao setor
OG	18/08/2008	Bilhões estatais nos vizinhos
OG	19/08/2009	BNDES: falta de orçamento não é motivo para pânico
OG	22/08/2008	Área nova no BNDES
OG	29/08/2008	Brasil terá R\$ 2,4 tri em investimentos
OG	11/09/2008	BNDES: receita de US\$ 182 bi com produto em 2030
OG	12/09/2008	BNDES em saneamento
OG	18/09/2008	Lula quer bancos oficiais na ofensiva do crédito
OG	19/09/2008	BNDES: crise aumenta a demanda
OG	24/09/2008	BNDES corre contra o tempo para reforçar caixa
OG	25/09/2008	Equador ameaça deixar de pagar US\$ 240 mi ao BNDES
OG	26/09/2008	Equador não vê acordo. Amorim descarta calote
OG	27/09/2008	Presidente do BNDES defende 'racionar crédito'
OG	27/09/2008	Calote do Equador pode sobrar para BC brasileiro
OG	28/09/2008	Freio na infraestrutura
OG	01/10/2008	Bank of China vai operar no Brasil
OG	11/10/2008	BID aprova US\$ 1 bi para BNDES
OG	15/10/2008	Amorim: relações com Equador podem acabar se empréstimo não for pago
OG	18/10/2008	BNDES negocia US\$ 1 bilhão em linha do Bird
OG	28/10/2008	Lula decidirá medidas com bancos federais
OG	21/10/2008	Governo quer virar sócio de construtoras
OG	22/10/2008	Risco da tradução
OG	25/10/2008	Reforço no caixa de construtoras
OG	25/10/2008	BNDES ajudará empresas com perdas cambiais
OG	30/10/2008	Banco do Brasil e CEF querem um prazo de 2 anos para comprar bancos
OG	30/10/2008	Sadia registra um prejuízo de R\$ 777 mi
OG	05/11/2008	BNDES espera reação rápida do setor privado
OG	07/11/2008	R\$ 40 bi para o setor produtivo
OG	08/11/2008	Sinais Contraditórios
OG	14/11/2008	BNDES amplia crédito para energia
OG	18/11/2008	BNDES financia importação para leilão do Madeira
OG	19/11/2008	Agricultor terá recursos do BNDES para dívida
OG	19/11/2008	BNDES já liberou R\$ 5,2 bi no ano para projetos de biocombustível
OG	21/11/2008	BNDES terá mais R\$ 12,5 bi em caixa
OG	21/11/2008	Governo do Equador pode dar calote no BNDES
OG	22/11/2008	Brasil representa quase um terço de investimentos produtivos no Equador
OG	24/11/2008	Governo vai paralisar projetos com Equador
OG	26/11/2008	BC liberará até R\$ 6,2 bi de compulsório ao BNDES
OG	26/11/2008	Equador espera decisão de dívida com BNDES
OG	29/11/2008	Ministro cobra apoio para TV digital
OG	30/11/2008	Equador quer, na verdade, que Brasil perdoe dívida de US\$ 554 mi
OG	01/12/2008	Risco de calote na mira do Senado
OG	02/12/2008	BNDES fala em 'ajuda transitória'
OG	02/12/2008	Auditor diz que contrato com BNDES é 'ilegal'
OG	03/12/2008	Brasil pode rever empréstimos para vizinhos
OG	04/12/2008	Equador chama advogado de Bolívia e Venezuela
OG	06/12/2008	Brasil vai defender Fundo Global de Desenvolvimento na reunião do G-20
OG	09/12/2008	Liderança brasileira à prova
OG	14/12/2008	Vamos buscar dinheiro onde ele estiver
OG	16/12/2008	Petrobras recorre, agora, ao BNDES
OG	27/12/2008	Um freio nas montadoras
OG	30/12/2008	Equador autoriza o pagamento de parcela da dívida com o BNDES
OG	18/01/2009	Mais empresas devem recorrer ao BNDES
OG	21/12/2008	Votorantim leva Aracruz
OG	23/11/2008	Mais R\$ 100 bi para o BNDES
OG	23/01/2008	Lobão: finanças da Petrobrás são sólidas
OG	23/01/2009	Papel do BNDES como hospital de empresas divide especialistas

OG	23/01/2008	Voo às cegas
OG	23/01/2008	Viés pró-emprego
OG	24/01/2008	Petrobrás redobra o fôlego
OG	24/12/2008	Lula cobra da Petrobrás construção de refinarias para tratar óleo do pré-sal
OG	27/01/2008	Petrobrás terá mais US\$ 10 bi do BNDES
OG	30/01/2008	BNDES discute medidas de apoio a montadoras
OG	31/01/2009	Bolsas & Famílias
OG	31/01/2009	Desaceleração à vista
OG	10/02/2009	Ajuda oficial só com aperto no bolso
OG	11/02/2009	BNDES amplia prazos e verba para capital de giro
OG	13/02/2009	Lula e CNI se queixam de banco público
OG	14/02/2009	BNDES passa a divulgar operações na internet
OG	17/02/2009	Lucro do BNDES caiu 27,4% em 2008, com redução de margem de juros
OG	19/02/2009	Investimento jumbo do BNDES para a hidrelétrica de Jirau
OG	21/02/2009	Lula: corte na Embraer é o pior capítulo da crise
OG	24/02/2009	Ter ou não ter
OG	05/03/2009	BNDES lança edital e inicia hoje processo de privatização da Infraero
OG	07/03/2009	BNDES contra barreiras Argentinas
OG	08/03/2009	Investimentos visam a imóveis e infraestrutura
OG	13/03/2009	Minaçu terá plano para o fim do amianto
OG	14/03/2009	Caso Telebrás: Justiça absolve; MP vai recorrer
OG	15/03/2009	Menos US\$ 414 bi em riqueza
OG	17/03/2009	BNDES compra 12% de empresa de Eike Batista
OG	19/03/2009	Razão das ações
OG	21/03/2009	BNDES financiará avião da Embraer
OG	23/03/2009	Sindicato acusa Embraer de ter pago R\$ 50 milhões em bônus a diretores
OG	31/03/2009	Eletrobrás pede R\$ 4,5 bi ao BNDES para financiar as obras de angra 3
OG	16/04/2009	BNDES poderá exigir garantia de emprego
OG	23/04/2009	Emissão para BNDES eleva dívida
OG	25/04/2009	BNDES: US\$ 4,2 bi à Argentina
OG	29/04/2009	Brasil e Peru podem construir usinas de US\$ 4 bi
OG	30/04/2008	BNDES: desembolso maior
OG	02/05/2009	Mais desembolsos, menos aprovações
OG	06/05/2009	Governo reforça crédito a pequenas
OG	08/05/2009	Pressão na pecuária que desmata
OG	14/05/2009	Pequenas empresas terão um fundo garantidor de crédito de R\$ 4 bilhões
OG	15/05/2009	BNDES reduz juros para financiamentos de curto prazo
OG	21/05/2009	Empurrão no BNDES Exim
OG	22/05/2009	Grupo de Eike Batista receberá R\$ 1,4 bi do BNDES para termelétrica no Ceará
OG	23/05/2009	Chávez quer recursos do BNDES
OG	26/05/2009	Coutinho prevê PIB menor que 1%
OG	28/05/2009	Governo criará agência de crédito à exportação
OG	28/05/2009	Governo é derrotado na MP do Fundo Soberano
OG	03/06/2009	Raio-x nos arranjos produtivos
OG	10/06/2009	Pão de açúcar pede empréstimo ao BNDES de até R\$ 900 milhões
OG	17/06/2009	Polícia Federal investiga frigoríficos e prende 22 pessoas em Rondônia
OG	18/06/2009	Caminho da eficiência
OG	19/06/2009	Luciano Coutinho: BNDES não é corresponsável por desmatamento
OG	20/06/2009	Carne do Pará: 39 empresas aderem ao boicote
OG	21/06/2009	Pré-sal será usado em nova política industrial
OG	30/06/2009	Mais R\$ 8 bi em incentivos
OG	30/06/2009	Bolsa Juros
OG	30/06/2009	BB antecipará crédito de linhas do BNDES a micro e pequena empresa
OG	03/07/2009	Consultas ao BNDES crescem 40% até maio
OG	04/07/2009	Coutinho: mais captações na Bolsa
OG	10/07/2009	Desembolsos no BNDES sobem 11%

OG	14/07/2009	BNDES: política fiscal é mais eficiente
OG	23/07/2009	Carne com crime
OG	23/07/2009	BNDES vai exigir que gado seja rastreado
OG	24/07/2009	José Serra critica política monetária do governo mas faz elogios ao BNDES
OG	24/07/2009	Capitalização do BNDES eleva dívida pública
OG	30/07/2009	Governo incentiva BNDES a ter mais fatias de empresas
OG	31/07/2009	Petrobrás recebe empréstimo de R\$ 25 bi do BNDES
OG	01/08/2009	BNDES libera fundo de microempresa
OG	02/08/2009	Hidrelétrica em área de proteção ambiental cria polêmica em Minas
OG	05/08/2009	BNDES vai financiar hotéis para copa de 2014
OG	07/08/2009	O BNDES vai ter que desmamar o mercado'
OG	15/08/2009	Lucro do BNDES desaba 83% no 1º semestre
OG	17/08/2009	Crédito à Petrobrás leva BNDES a desembolso recorde
OG	18/08/2009	BNDES prevê lucro de R\$ 3 bilhões esse ano
OG	20/08/2009	Otimismo além do oficial
OG	21/08/2009	Capitalização do BNDES ainda dá impacto na dívida pública, que chegou a R\$ 1,3 tri
OG	25/08/2009	Coutinho: país crescerá 4% em média até 2012
OG	27/08/2009	Governo estuda incentivos à cadeia produtiva
OG	28/08/2009	BNDES abre escritório no Uruguai
OG	01/09/2009	Próximo passo é estímulo a cadeia produtiva
OG	04/09/2009	Governo prepara pacote tributário para pré-sal
OG	04/09/2009	BNDES financiará 70% do projeto do trem-bala
OG	07/09/2009	No meio do caminho, crise e eleições
OG	15/09/2009	Linha para caminhões decola
OG	17/09/2009	Governo estuda novos incentivos para exportadores
OG	22/09/2009	Mantega ameaça zerar imposto de aço
OG	24/09/2009	Capitalização de R\$ 36 bi do BNDES leva dívida pública federal a R\$ 1 tri
OG	27/09/2009	FGTS é retrato da desigualdade do país: 3% detém metade dos recursos
OG	01/10/2009	Petros estuda investir em trem-bala
OG	01/10/2009	Desembolso do BNDES bate recorde
OG	11/10/2009	Crédito do BNDES a micro e pequenas empresas triplica e atinge R\$ 1,6 bi
OG	16/10/2009	Moody's muda cálculo e rebaixa notas de Caixa, BNDES e BNDESPar
OG	23/10/2009	BNDES supera R\$ 100 bi em crédito
OG	05/11/2009	BNDES abre subsidiária em Londres
OG	14/11/2009	Lucro da Petrobrás cai 26%, para R\$ 7,3 bilhões
OG	19/11/2009	BNDES libera a custo maior R\$ 4,4 bi à Oi
OG	23/11/2009	BNDES: começa amanhã reserva de oferta pública
OG	25/11/2009	BNDES libera R\$ 107 bi no ano, novo recorde
OG	27/11/2009	Volks investirá R\$ 6,2 bi em ampliar fábricas e lançar novos modelos
OG	03/12/2009	Sinais de qualidade no crescimento
OG	08/12/2009	Governo renovará incentivos a máquinas
OG	08/12/2009	Hypermarcas leva Neo Química por R\$ 1,3 bi
OG	10/12/2009	Mais de R\$ 139 bi em crédito
OG	10/12/2009	BNDES anuncia novas linhas de financiamento para o setor industrial
OG	10/12/2009	BNDES dá R\$ 1 bi para usina de carvão de Eike
OG	11/12/2009	Aposta do BNDES no investimento
OG	12/12/2009	Coutinho: juros tem que cair em 2010
OG	16/12/2009	Bolsa e BNDES criam indicador verde
OG	18/12/2009	Bons ventos para açúcar e álcool
OG	24/12/2009	Ingresso de dólares no Brasil já chega a US\$ 28,3 bilhões este ano
OG	30/12/2009	BNDES: desembolsos recordes em 2009, mas queda de 8,2% em 2010